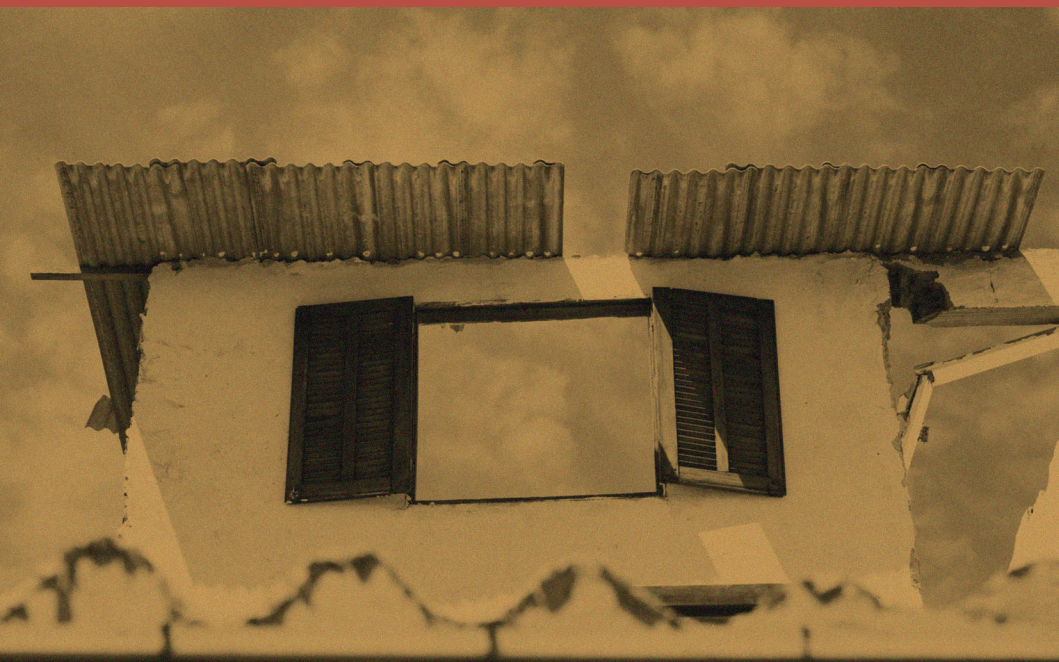


ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ
TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ
(ORGS.)



SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO

REQUISIÇÕES CONSERVADORAS,
RESISTÊNCIAS E PROPOSIÇÕES

Este livro, organizado por duas experientes e renomadas pesquisadoras da questão urbana brasileira, interessa a todos/as que defendem os direitos humanos e o direito à cidade, entendendo este como acesso à habitação, à infraestrutura coletiva e às políticas públicas. O conjunto de textos disponibilizados nesta publicação interessa a todos/as que querem se aproximar desta área temática, mas sobretudo aos que estudam e/ou atuam na política habitacional e nas diversas outras políticas sociais. Ao tratar do direito à cidade e dos desafios postos no cotidiano da classe trabalhadora, apreendendo inclusive como estas dificuldades são mais alargadas para aqueles/as que são negros/as, mulheres e indígenas, os textos aqui presentes permitem ampliar o escopo da análise sobre os diversos territórios onde incidem tais políticas.

O livro traz o debate sobre a ocupação da terra, em especial do solo urbano numa perspectiva histórica e crítica; trata do direito à cidade e, ao trazer a transversalidade de gênero e de raça em diversos artigos, enfrenta temas que frequentemente são invisibilizados ou negligenciados, como o profundo racismo e o patriarcalismo que estruturam a sociedade brasileira e que, em tempos de pandemia, estão ainda

ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ
TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ
(ORGS.)

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO

REQUISIÇÕES CONSERVADORAS,
RESISTÊNCIAS E PROPOSIÇÕES



mórula
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto,
Lia Rocha, Mauro Iasi, Márcia Leite e Virginia Fontes

REVISÃO

Marília Gonçalves

FOTO (CAPA)

Erick Dau

DESIGN

Patrícia Oliveira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Elaborado por Camila Donis Hartmann — CRB 7/6472

S514

Serviço social e trabalho social em habitação: requisições
conservadoras, resistências e proposições / [Rosangela Dias
Oliveira da Paz... [et al.]]; organização Rosangela Dias Oliveira
da Paz, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz. – 1. ed. – Rio de
Janeiro: Mórula, 2020.

300 p. ; 21 cm

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-86464-24-5

1. Serviço social. 2. Habitação. 3. Desenvolvimento
habitacional. 4. Política habitacional – Brasil. I. Paz, Rosangela
Dias Oliveira da. II. Diniz, Tânia Maria Ramos de Godoi.

20-66939

CDD: 363.5

CDU: 365.2



Rua Teotônio Regadas 26 sala 904

20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ

www.morula.com.br _ contato@morula.com.br

 /morulaeditorial  /morula_editorial

SUMÁRIO

- 5 Prefácio
 RAQUEL RAICHELIS
- 15 Apresentação
 ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ • TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ
- 21 Trabalho social em habitação: contradições, convocações
 e redefinições políticas
 ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ • TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ
- 50 Espaço urbano, vida cotidiana e a dimensão pedagógica
 da práxis
 ISABEL CRISTINA DA COSTA CARDOSO
- 79 Questão ambiental e o direito à cidade: tecendo
 mediações entre o campo da ecologia política
 e o serviço social
 SUENYA SANTOS
- 105 Moradia, mulheres e trabalho social: desigualdades
 e resistências no acesso ao direito à cidade
 MÉRCIA ALVES
- 124 Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia
 na cidade do capital
 RENATA GONÇALVES • DEIVISON FAUSTINO
- 147 Indígenas e quilombolas no ensino superior:
 o trabalho social no combate ao racismo institucional
 e no fortalecimento das lutas em defesa do território
 SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA • MARIA DO SOCORRO RAYOL AMORAS

- 171 Remoções de famílias em intervenções urbanas
e direito à cidade: convocação para o trabalho social
em tempo de destruição de direitos
NURIA PARDILLOS VIEIRA • LÚCIA ÁGATA
- 192 Dimensão política da atuação dos assistentes sociais
com movimentos de moradia na produção habitacional
autogerida
CLEONICE DIAS DOS SANTOS HEIN • TUANE ROSSATTO
- 212 Trabalho Social em Ocupações: vivências e possibilidades
CÍNTIA ALMEIDA FIDELIS • IVALOO GIORGE GUSMÃO
- 229 Precariedade habitacional no estado do Pará:
subsídios para o trabalho do assistente social
em tempos regressivos
**JOANA VALENTE SANTANA • ANNA CAROLINA GOMES HOLANDA • ROVAINE RIBEIRO
GISELLE DE LOURDES BANGOIM SAKATAUSKAS • ROGÉRIO SANTANA MAUÉS**
- 253 Território e exercício profissional: o que conhecemos
sobre o território onde trabalhamos?
CAROLINE RODRIGUES DA SILVA • BRUNO ALVES DE FRANÇA
- 273 Ações governamentais nos territórios e o trabalho social:
experiência no município de Osasco/SP
CLENIVALDA FRANÇA DOS SANTOS • FERNANDA G. CARPANELLI
- 293 Sobre as autoras e os autores

O trabalho no ‘fio da navalha’: novas morfologias, antigas requisições atualizadas ao trabalho social em habitação

RAQUEL RAICHELIS

O convite para prefaciar o livro “Serviço Social e trabalho social em Habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições” trouxe-me enorme alegria por várias razões.

Primeiro por se tratar de uma contribuição relevante e oportuna em tempos de denegação do direito mais elementar de pertencimento a um ‘território de vida’. Mais ainda em tempos de pandemia, cuja prescrição de isolamento social, única medida segura de proteção à vida, não pode ser cumprida por grande parte da população pela simples razão ou de não ter um chão e um teto para se abrigar; ou pela permanente ameaça de expulsão de suas moradias; ou pelo excesso de pessoas em espaços exíguos e insalubres, que impedem qualquer privacidade e cuidados contra o contágio do novo coronavírus; e forçosamente pela premência da luta pela sobrevivência, por meio de um bico ou do trabalho informal, subcontratado, incerto e mal remunerado.

Como observa Telles¹ (2020), estamos submetidos à ‘lógica das urgências’, não apenas em função da Covid-19 e a premência de iniciativas de apoio e monitoramento do impacto da pandemia nas periferias, nas favelas, nas prisões, nos quilombos, nas comunidades indígenas, mas porque essa lógica das urgências é uma questão permanente numa

¹ TELLES, Vera. Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho (USP). (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. RJ, *Dilemas*: 2020.

sociedade dependente, estruturalmente desigual, racista e patriarcal, que em tempos de tragédia social acelera ainda mais o genocídio das populações indesejáveis e descartáveis, especialmente feminina, preta e parda.

Defesa da vida e das possibilidades de vida é a questão colocada no coração dessas movimentações, questão que, bem sabemos, não é de hoje, mas que se reconfigura sob a lógica das urgências, cifra dos tempos que correm e que haverá de se prolongar para além do presente imediato da doença, das mortes e do luto.² (Telles, 2020, p. 3)

Ao contrário do que aconteceu historicamente com o capitalismo nos países centrais, o Estado brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social. Contudo, embora a precarização do trabalho não seja um fenômeno novo, suas diferentes formas assumem na atualidade novas proporções e manifestações, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, e nela também assistentes sociais, como observado nas reflexões que comparecem nessa coletânea.

Mas esse livro é relevante também por se tratar de obra coletiva que reúne pesquisadoras (es) de alto calibre e jovens profissionais e pesquisadoras (es), algumas doutorandas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, com longa trajetória na questão urbana, na política de habitação e no trabalho social, a partir de distintos lugares sociais e institucionais.

Uma terceira razão deve ser creditada aos vários textos que dão voz aos sujeitos, diversos e unos na luta pela vida e pelo direito à moradia. Como afirma uma das autoras, “é necessário atribuir centralidade à vida

² No momento em que escrevo este prefácio, 25 de setembro de 2020, o Brasil atingiu a trágica cifra de 140.537 mortes e 4.689.613 de infectados (as).

cotidiana da classe trabalhadora e de suas práticas socioespaciais nos territórios de vida, flagrados a partir do lugar da moradia e da dimensão pedagógica da práxis dos sujeitos no sentido emancipador das relações sociais”. Para isso, é indispensável a construção de conhecimento sistemático da realidade do “território usado”, nos termos de Milton Santos, onde vive a população e se materializam as políticas públicas, dentre elas as políticas urbanas e de habitação.

E quem são esses sujeitos Nas palavras de Rancière (1996)³, o povo, a plebe, aqueles que “não têm parcela” e resolvem estabelecer a política do litígio, produzindo o escândalo de querer falar, de cobrar a sua parte. O trabalho social em habitação é (ou pode ser) uma mediação política estratégica na aliança com aqueles (as) que não têm voz (nem parcela) na esfera pública da cidade (do campo, do quilombo, da floresta, da aldeia), como evidenciam alguns dos textos dessa coletânea, inclusive trazendo ao debate a experiência relevante, ainda que minoritária, de profissionais contratados diretamente pelo movimento social.

E, por último, mas não menos importante, a razão que torna esse livro indispensável é que ele traz à baila o tema do ‘trabalho social como trabalho’, debate nem sempre explicitado em seus fundamentos nos meios profissionais, que implica desvelar as novas configurações do trabalho na contemporaneidade que rebatem no trabalho social e nos sujeitos responsáveis pela implementação das políticas sociais — no caso em questão, da política de habitação.

O capítulo de abertura deste livro sinaliza essa perspectiva de desvelamento do significado do trabalho social na política de habitação e convoca os (as) leitores à aventura intelectual de perquirir, junto com os (as) autores (as), os meandros “da análise das condições concretas do trabalho do (a) assistente social que tem sido executado nessa política, sob os movimentos do capital e, principalmente, sob os influxos do capitalismo tardio”. E contribui para problematizar em que circunstâncias

³ RANCIÈRE, Jacques. *O descentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

sociais assistentes sociais exercem seu trabalho, e de que forma estão submetidos (as) às tendências desagregadoras da precarização e da intensificação do trabalho, e das suas formas de estranhamento e alienação.

Trabalho social em habitação: afinal do que se trata?

Como sabemos, assistentes sociais não são os únicos responsáveis pelo trabalho social, ao contrário, precisam reconhecer e qualificar-se para a interlocução com diferentes sujeitos que interagem e disputam esse lugar: funcionários do Estado em suas diferentes esferas de poder; profissionais de distintas formações; movimentos sociais; assessorias técnicas; empresas gerenciadoras; ONGs etc.

Ao escrever esse prefácio lembrei-me de uma afirmação instigante que Caio Amore⁴ apresentou em um seminário⁵. Dizia ele: “o trabalho social é visto pelo canteiro de obras como tudo que não é trabalho”.

Questão que nos provoca e nos convoca a discutir a natureza e o significado do trabalho social, especificamente o trabalho de assistentes sociais na política habitacional e urbana, abordados neste livro em vários capítulos e por distintos ângulos.

O que pretendo destacar trazendo essa afirmação “do canteiro de obra” é que ela carrega uma concepção fetichizada, disseminada também na categoria de assistentes sociais, que trabalho é apenas a atividade de transformação direta da natureza que produz coisas úteis e bens necessários à reprodução da vida material, como a casa. Contudo é preciso reafirmar que, na perspectiva marxiana, trabalho não se reduz à sua dimensão material. É dispêndio de energia física, emocional e intelectual, cujo resultado é a produção de bens materiais e simbólicos que

⁴ Caio Santo Amore, arquiteto e urbanista, professor da FAU-USP e arquiteto da Peabiru, assistência técnica na área de habitação de interesse social.

⁵ Seminário Internacional Trabalho Social em Habitação, promovido pela Cedepe/PUC-SP, em 17 de março de 2016.

visam satisfazer “necessidades do estômago ou da fantasia”, parafraseando a clássica afirmação de Marx.

O fetiche do trabalho material repousa no mistério da mercadoria simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho humano, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho (a casa, por ex.), “ocultando, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do próprio trabalho” (Marx, 1968, p. 81)⁶.

Essa digressão visou tão somente demarcar que a atividade que trabalhadores (as) sociais realizam na política de habitação é trabalho e, portanto, seus sujeitos (especialmente assistentes sociais) precisam ser reconhecidos e se reconhecer como trabalhadores (as) e extrair daí todas as consequências teóricas e políticas que condicionam o trabalho assalariado nas relações concretas em que se inserem.

Problematizar o trabalho social como campo do exercício profissional de assistentes sociais nas políticas urbanas e de habitação exige desvendar um conjunto de determinações sociais que impactam o mundo do trabalho e o seu sujeito vivo, os trabalhadores e as trabalhadoras, ou na feliz expressão de Ricardo Antunes, a “classe que vive do trabalho”.

No contexto de crise estrutural do capital que remonta à década de 1970, que a epidemia do novo coronavírus só fez aprofundar, cresce o trabalho precário, temporário, intermitente, a contratação por projetos, que geram insegurança da vida dos (as) profissionais frente à ausência de horizonte de mais largo prazo. A ameaça de desemprego e a experiência do desemprego temporário afetam diretamente a sobrevivência material e social do (a) assistente social, que depende da venda de sua força de trabalho para a obtenção de meios de vida, como qualquer trabalhador (a) assalariado (a).

⁶ MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. São Paulo, Civilização Brasileira: 1968.

O tripé terceirização, flexibilização e precarização é a expressão emblemática que tipifica a nova morfologia do trabalho no sistema de metabolismo antissocial do capital (Antunes, 2020)⁷, em tempos de profunda degradação nas suas formas de realização. Processo também presente nos diferentes espaços ocupacionais onde se inserem assistentes sociais e demais profissionais, nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outros.

No caso da habitação de interesse social, ampliam-se as parcerias público-privadas em diferentes modalidades e programas. E, ao mesmo tempo, assiste-se a importantes mudanças nos modos de gestão e contratação de trabalhadores (as) através da terceirização de serviços públicos, por meio da subcontratação de empresas e organizações intermediadoras, que se ampliaram enormemente após a aprovação da lei 13.429/2017, que regulamenta a terceirização para todas as atividades (meio e fim). Mesmo que a terceirização na política de habitação não seja uma novidade, ela ganha novas angulações problematizadas ao longo dessa coletânea. Os efeitos da terceirização para o trabalho social são profundos, pois deslocam as relações da população e de suas representações com a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas, subordinando o trabalho social a prazos contratuais e recursos financeiros limitados, implicando descontinuidade, rompimento de vínculos, descrédito dos moradores para com as ações públicas.

Essa nova morfologia do trabalho não é algo restrito às empresas e ao mundo produtivo privado, nem algo exclusivo dos trabalhadores e trabalhadoras que exercem atividades menos qualificadas e mais desvalorizadas. Ao contrário, como temos analisado (Raichelis, 2018)⁸, trata-se de um processo abrangente e de grande complexidade, que atinge a

⁷ ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Boitempo: 2020.

⁸ RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, Cortez:2018.

totalidade da força de trabalho, as relações de trabalho no espaço estatal das políticas sociais e, portanto, o trabalho de assistentes sociais e demais profissionais, ainda que com diferenciações.

Desse modo, afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho enquanto uma especialização do trabalho coletivo (Iamamoto e Carvalho, 1982)⁹ implica identificar seu sujeito vivo como trabalhador (a) assalariado (a) e, ao mesmo tempo, aprofundar a análise dos processos contraditórios que incidem na relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações empresariais, não governamentais ou patronais, particularizando os processos nos quais se insere no âmbito do trabalho coletivo (considerando que não há um trabalho exclusivo de assistentes sociais), nas condições concretas em que se realiza nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Esta coletânea enfrenta o desafio de problematizar o significado social do trabalho do (a) assistente social na política de habitação como atividade mediada pelo mercado, ou seja, pela produção, troca e consumo de mercadorias (a casa como valor de uso transformado em valor de troca), no interior de uma crescente divisão — social, técnica, sexual e étnico-racial — do trabalho. Formulação oportuna (e polêmica) trazida por um dos textos, quando afirma que “há uma divisão sexual do trabalho, mas também que existe uma ‘divisão racial do trabalho’, não sendo possível analisar o caso brasileiro sem somar à divisão sexual a divisão racial, constantemente camuflada sob o manto do mito da democracia racial”.

Nessa direção, assistentes sociais participam tanto dos processos de produção e reprodução social na lógica dos interesses hegemonizados pelo capital financeiro, como da construção de contratendências à ordem capitalista hegemônica, por meio das políticas sociais urbanas e de habitação, como respostas do Estado e das classes dominantes frente

⁹ IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez:1982.

às expressões cada vez mais dramáticas da ‘questão social’, no tempo presente agudizadas pela Covid-19.

Portanto, é na dinâmica da vida social, dadas as condições históricas e conjunturais, que devem estar referenciados os elementos que compõem o trabalho social, tendo em vista sua relação com um projeto profissional radicalmente democrático e emancipatório e sua conexão com um projeto societário, “cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo”, como afirma um dos textos da coletânea.

E nesses termos, são princípios e diretrizes do trabalho social formular e desenvolver projetos de intervenção que viabilizem o acesso de segmentos da classe trabalhadora ao direito humano de moradia e de acesso à cidade, seus bens e serviços, pela mediação da política urbana e dos diferentes programas habitacionais — provisão de moradias, urbanização, regularização fundiária, saneamento —, na viabilização de serviços de qualidade que atendam às necessidades sociais, e mobilizando e estimulando os sujeitos sociais em processos participativos e de organização popular.

O trabalho social em habitação remete a múltiplas e complexas relações nas quais o (a) assistente social se insere como profissional e trabalhador (a), a partir das iniciativas de diferentes frações do capital (imobiliário, industrial, financeiro, comercial). Assim, torna-se necessário compreender a função, os interesses e as formas de ação e organização da cadeia produtiva imobiliária, do Estado e da classe trabalhadora frente à política urbana e à produção do espaço, questões abordadas por vários textos, evidenciando como “as cidades se inserem, também, nos circuitos de valorização fictícia do capital”.

Há também a considerar a própria dinâmica da política urbana, que fragmenta ainda mais a divisão do trabalho entre os que planejam, os que monitoram e os que executam, estilhaçando a temporalidade da política (planejamento, execução e avaliação das ações), em experiências concretas de alienação, de trabalho repetitivo, de padronização dos processos de realização do trabalho, de esvaziamento do sentido criador, processual, coletivo e intersetorial do trabalho.

É, portanto, em uma ambiência societária e institucional de exacerbação do racismo, das opressões de gênero, da homofobia, das múltiplas expropriações da classe trabalhadora, do recrudescimento do conservadorismo e do ódio de classe, do obscurantismo, da negação da ciência e da pesquisa, que comparecem reatualizadas antigas requisições ao trabalho social na habitação, voltadas ao controle e disciplinarização da pobreza, que se transforma em controle dos pobres e polícia das famílias.

O discurso moralizador, criminalizador e higienista que organiza as representações sobre a pobreza e as relações sociais nas cidades contemporâneas re-introduz a ótica estigmatizadora que diabolizou as camadas populares no século XIX. O medo social das “classes perigosas” retorna à esfera pública e, no caso do Brasil, nesta fase de “capitalismo pandêmico” (Antunes, 2020), traz de volta as representações sobre a pobreza nas periferias das cidades como locus da doença e do contágio, além de espaço da desagregação social e berço do crime.

Por tudo que foi indicado, concluímos que na sociedade do capital o trabalho do (a) assistente social é indissociável do emaranhado de contradições e da correlação de forças que se estabelecem em uma dinâmica societária na qual o trabalho é realizado coletivamente, enquanto seus frutos são apropriados privadamente para fins de acumulação. Contudo, não se trata de processos lineares mas, ao contrário, são objeto de intensas disputas de projetos que se confrontam e antagonizam nos embates entre grupos e classes sociais.

Assim, essa nova morfologia do trabalho precisa ser considerada no movimento contraditório e multifacetado em que assistentes sociais e demais trabalhadores (as) participam política e ideologicamente das resistências e disputas em seus locais de trabalho e em outros espaços extrainstitucionais, nos quais se organizam enquanto sujeitos coletivos, a partir das próprias contradições criadas pela dinâmica societária.

O conjunto de textos que integra essa coletânea sobre trabalho social em habitação evidencia um valoroso esforço de pesquisa das (os) autoras (es) que deve ser saudado com entusiasmo, pela riqueza e amplitude das temáticas abordadas.

Mas demonstra acima de tudo que, a despeito dos ataques que sofrem o trabalho, a moradia e o direito à cidade no capitalismo sob a égide das finanças, é nos territórios da vida cotidiana da classe trabalhadora, na apropriação da dimensão político-pedagógica da práxis profissional com os sujeitos sociais, que o trabalho social é (pode ser) também uma oportunidade para resgatar o sentido de pertencimento de classe e as alianças com as forças coletivas de resistência.

Boa leitura!

Primavera de 2020, em plena pandemia.

Apresentação

ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ

TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ

Este livro representa um esforço coletivo de um grupo de pesquisadores, docentes e profissionais que se organizaram, mobilizando pesquisas e ensaios produzidos em torno da temática — trabalho social na política de habitação — com o objetivo de oferecer contribuições ao debate da formação e do exercício profissional, contribuições essas tangenciadas pela sua inscrição na totalidade histórica e pela necessária reflexão sobre o seu caráter político. Os doze artigos que constituem essa coletânea estabelecem um diálogo profícuo com a política de habitação, uma política que, pela sua natureza (afinal, a casa é um bem na sociabilidade do capital) e dadas as configurações históricas e políticas da realidade brasileira, tem tido seus programas e projetos sistematicamente refuncionalizados e ressignificados.

A leitura dos textos conduz-nos a afirmar que as particularidades da política de habitação e do trabalho profissional adquirem significados abrangentes a partir de um duplo movimento. De uma parte, considera-se a referência conjuntural reveladora dos tempos conservadores que atravessam a crise de acumulação capitalista, cujas respostas vão se configurando à medida que se torna global, na perda de conquistas civilizatórias, na privatização das políticas sociais e na destruição dos direitos, por meio de um Estado que se apresenta submetido às determinações do capital. Por outra parte, e ressaltando a dinâmica histórica

constitutiva da realidade brasileira, busca-se enfatizar características integradoras da política de habitação, potencializando a articulação entre as denominadas ênfases do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social, sob os pressupostos sociopolíticos da totalidade. As crescentes intervenções de um Estado que se revela protagonista dos conflitos urbanos, agrários e socioambientais, por meio de ações policiais, criminalizadoras e opressivas dos diferentes segmentos sociais pauperizados, no campo, nas florestas ou nas cidades, mostram o desafio que é romper com leituras unilaterais do trabalho social.

É nesse sentido que se ampliam as exigências para o trabalho social na política de habitação no Brasil, no aprofundamento dos conhecimentos sobre as transformações urbanas, e os impactos provocados no processo de produção e reprodução da vida social. Desse processo emergem a ausência e precariedade das moradias nas cidades e no campo, os deslocamentos e as remoções sofridas, a invisibilidade da pobreza, as opressões de gênero e raça, a fome, os desmatamentos e devastamentos ambientais, a expulsão dos trabalhadores do campo e dos indígenas de suas terras e a criminalização dos sujeitos políticos nas lutas pelos direitos.

O trabalho social afirma-se a partir de condições históricas estruturais determinadas e o profissional deriva dessas determinações, ações efetivas que resultam de escolhas entre alternativas, num movimento que o postula como um sujeito cognoscente. Portanto, tendo em vista a apreensão da realidade com suas elaborações e contradições, os pressupostos teórico-metodológicos e suas articulações com as relações sociais, as atitudes ético-políticas que se efetivam na consciência e realização das ações dada a perspectiva de totalidade, o trabalho social assume um potencial eurístico na prestação de serviços sociais, na reprodução material e social da força de trabalho. Trata-se, pois, de um trabalho cujas práticas sociais se desenvolvem no profundo entendimento da sua base ontológica e da necessidade histórica de construção de uma outra sociabilidade, direção social do projeto ético-político do serviço social.

Diante do desafio dos diferentes ângulos pelos quais o trabalho social pode ser interrogado, é no terreno da atividade produtiva do ser social, na esfera da produção material, na representação do trabalho como condicionador da existência humana sob condições históricas determinadas, e subsumidas as particularidades do exercício profissional, que os artigos que compõem essa coletânea procuram traduzir as indagações que o atravessam.

Ainda que privilegiando a dimensão urbana, o diálogo estabelecido com outras dimensões da realidade social alargou o debate sobre o trabalho social na política de habitação, a partir de princípios republicanos e democráticos. Nessa direção, os primeiros seis artigos procuram responder indagações referidas aos movimentos contraditórios das forças sociais construtoras da sociedade brasileira, envolvendo relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Dito isso, no artigo “Trabalho social em habitação: contradições, convocações e redefinições políticas”, as autoras Rosângela Dias Oliveira da Paz e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz ressaltam a importância do conhecimento sobre as convocações e contradições que atravessam o trabalho social, tendo como horizonte as formas pelas quais as cidades brasileiras são produzidas sob o imperativo capitalista. No artigo “Espaço urbano, vida cotidiana e a dimensão pedagógica da práxis”, Isabel Cristina da Costa Cardoso analisa a dinâmica da produção social do espaço da cidade capitalista, ressaltando suas contradições históricas e contemporâneas na formação social brasileira. Suenya Santos, autora do artigo “Questão ambiental e o direito à cidade: tecendo mediações entre o campo da ecologia política e o serviço social”, provoca os profissionais ao indagar sobre as relações da questão ambiental, como expressão da crise ecológica, ambiental e civilizatória, com o direito à cidade, afirmando que cidade não é só indústria e serviços, campo não é só agro-negócio e floresta não é apenas natureza. Na sequência, Mércia Santos contribui com o debate sobre “Moradia, mulheres e trabalho social: desigualdades e resistências no acesso ao direito à cidade”, sob a perspectiva

histórico-crítica e do feminismo materialista, refletindo sobre as desigualdades de gênero e as configurações da divisão sexual e racial do trabalho, principalmente aquele exercido pelas mulheres negras, consideradas invisíveis, mas sempre presentes nas lutas políticas por melhorias dos serviços urbanos. Renata Gonçalves e Deivison Faustino debatem as contribuições e reflexões sobre racismo e violência patriarcal na produção do espaço urbano, no quinto texto, nomeado “Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia na cidade do capital”, ressaltando que egressos da senzala constituíram as primeiras aglomerações de favelas e continuam encurralados/as nas áreas mais precárias das cidades. Uma outra dimensão importante referenciada nesse primeiro conjunto de textos está no artigo de Solange Maria Gayoso da Costa e Maria do Socorro Amoras da Costa, que produziram reflexões e discutem estratégias de resistência e mobilização política dos povos tradicionais na defesa dos seus territórios no texto “Indígenas e quilombolas no ensino superior: o trabalho social no combate ao racismo institucional e no fortalecimento das lutas em defesa do território”.

Os seis textos subsequentes trazem conteúdos e reflexões que exemplificam o exercício do trabalho social, oferecendo contribuições a um estatuto profissional operado na política de habitação, dialogando com as concepções e elaborações intelectuais dos textos apresentados anteriormente.

O artigo “Remoções de famílias em intervenções urbanas e direito à cidade: convocação para o trabalho social em tempo de destruição de direitos”, de Núria Pardillos e Lúcia Ágata, exemplifica as requisições conservadoras do trabalho profissional, como a tarefa de convencimento de famílias em sair de áreas de conflitos territoriais, para favorecer interesses privados e econômicos em detrimento do direito à moradia e à cidade e aponta desafios de construção de uma outra lógica para o trabalho social que privilegie os direitos, o apoio às lutas populares e a atuação nos territórios. Nessa perspectiva de apoio às lutas e ao movimentos de moradia, Cleonice Dias dos Santos Hein e Tuane Rosseto,

autoras do artigo “Dimensão política da atuação dos assistentes sociais com movimentos de moradia produção habitacional autogerida”, apontam a materialização da direção do projeto ético-político do Serviço Social no compromisso com a agenda e proposições dos movimentos de moradia por autogestão. O artigo “Trabalho social em Ocupações: vivências e possibilidades”, das autoras Cintia Fidelis e Ivaloo G. Gusmão, revela as possibilidades do trabalho social desenvolvido em assessorias técnicas com vistas a consolidar processos de ocupação de edifícios vazios, transformando-os em habitação de interesse social.

O artigo “Precariedade Habitacional no estado do Pará: subsídios para o trabalho do assistente social em tempos regressivos”, produção coletiva de Joana Valente Santana, Anna Carolina Gomes Holanda, Giselle Bangoim Sakatauskas, Rogerio Santana Maués e Rovaine Ribeiro, configura-se como uma contribuição conceitual sobre precariedade habitacional no Brasil e na Amazônia, sobre como moram os pobres nas cidades brasileiras e um questionamento sobre o déficit habitacional e a carência de infraestrutura na região. Caroline Rodrigues da Silva e Bruno Alves de França, no artigo “Território e exercício profissional: o que conhecemos sobre o território onde trabalhamos?”, defendem que o conhecimento de um território se faz com a ampliação do olhar para o instituinte, para as redes informais de proteção, de produção de informação local e de solidariedade interna ao território, assim como as forças de resistência e luta. E, finalizando o conjunto de artigos, Clenivalda França e Fernanda Carpanelli trazem suas reflexões sobre “Ações governamentais nos territórios e o trabalho social: experiências no município de Osasco/SP”, e apontam que a regressão de recursos orçamentários para programas de urbanização de favelas, que ocorre a par e passo com a produção de novas unidades habitacionais, privilegia a expansão do grande capital e a criação de novos territórios cada vez mais gentrificados.

Em síntese, o conjunto de artigos do livro “Serviço Social e Trabalho Social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições” estimula a pensar a política e as dimensões que a subordinam à

dinâmica econômica neoliberal, cuja lógica societária mercantil se estende a todas as esferas da vida. E estimula a pensar que compreender essa subordinação é fundamental para desembocar em movimentos e ações na defesa dos direitos, particularmente, no direito à moradia e à cidade.

Trabalho social em habitação: contradições, convocações e redefinições políticas

ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ

TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ

Como o capital, também o trabalho assalariado e a propriedade fundiária são formas sociais historicamente determinadas; uma, do trabalho, e a outra, do globo terrestre monopolizado: e ambas são, por certo, formas correspondentes ao capital e pertencentes à mesma formação econômica da sociedade

[MARX, K. CAP. XLVIII. O CAPITAL]

Prólogo: o debate proposto

Um exame mais aprofundado acerca das características assumidas pelo trabalho do/a assistente social na política de habitação, nos marcos do capitalismo contemporâneo, revela as contradições que o atravessam e convoca a refletir sobre o exercício profissional na “relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais” (Raichelis, 2011, p. 423).

Autoras como Iamamoto (2007, 2014), Mota (2014, 2016) e Raichelis (2011, 2018) vêm contribuindo com suas análises sobre o significado do trabalho profissional que se efetiva sob condições objetivas e subjetivas determinadas historicamente, e cujas representações particularizam a

sua participação na produção e reprodução das relações sociais na sociedade. Afirmando ser o/a assistente social um trabalhador assalariado, essas autoras coincidem ao apontar as condições de assalariamento e a polarização do trabalho profissional por contribuir com as condições de continuidade da produção capitalista e, “ao mesmo tempo e pela mesma atividade, com respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (Iamamoto, 2014, p. 610).

Assim, tendo por base referências e elaborações de autores do Serviço Social e das Ciências Sociais, numa perspectiva histórico-crítica, buscou-se as confluências entre referências ao movimento mais amplo da sociedade brasileira, que foi se constituindo urbana nos últimos 70 anos, com as relações estabelecidas no desenvolvimento do trabalho social em habitação e das representações profissionais, às quais comparecem contradições, convocações e redefinições políticas, decorrentes dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que atuam.

Acrescenta-se, a estas razões iniciais, a participação das autoras no Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questões agrária, urbana, ambiental e o Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹, seja como pareceristas de trabalhos submetidos ou como debatedoras nos colóquios dos ENPSS, o que possibilitou identificar fragilidades no marco de referências teóricas e conceituais sobre o trabalho do/a assistente social nas manifestações das questões urbana e habitacional.

Essas considerações se revestem de importância e desafiam a refletir sobre o leque de intervenções do trabalho social em razão das transformações vivenciadas na sociedade brasileira, principalmente para responder exigências e demandas da política de habitação, cujas descontinuidades e extrema permeabilidade com a esfera privada traduzem relações pouco

¹ Vide Relatórios do GTP Questões urbanas, agrárias e ambientais e o Serviço Social, publicados no site da ABEPSS. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps/tema-5/documentos-32>. Acesso em 28/08/2020.

públicas de um Estado que se modernizou recriando o atraso, afirmando a concentração da propriedade e impedindo os pobres de acessar a terra (Maricato, 2011).

São premissas fundamentais que mobilizam para uma necessária análise das condições concretas do trabalho do/a assistente social que tem sido executado nessa política, sob os movimentos do capital e, principalmente, sob os influxos de um “capitalismo tardio” nos termos mandelianos².

Essa configuração econômica, a partir dos anos 1980, evoca mudanças quantitativas e qualitativas que resultam na globalização do capitalismo e dizem respeito “às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas” (Chesnais, 1996, p. 34).

Para fins de formulações políticas e históricas que venham a adensar o repertório de análises sociais, a referência a Mandel é fundamental para entender “a suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente o modo de produção capitalista” (Mandel, 1982, p. 340).

Com vistas a enfrentar essas ameaças e assegurar as condições de acumulação e superlucro do capital, a restauração capitalista nos termos de Braga (*apud* Mota, 2016) ocorre sob referências da concentração e centralização internacional do capital, da supercapitalização e das inovações tecnológicas que desencadearam o desenvolvimento das forças produtivas e a superexploração do trabalho. Mas, ocorre também sob

² Apresentando o livro de Ernest Mandel, concluído em 1972, *O Capitalismo Tardio*, Paul Singer assim se manifesta: “é um dos poucos [livros] dos quais se pode dizer que ganham atualidade à medida que o tempo passa. Mandel, utilizando-se de fontes marxistas e não marxistas, elabora um quadro teórico profundo da economia contemporânea e demonstra que a partir dos anos 1940/1945, o capitalismo, sem mudar a sua essência, apresenta características relacionadas ao aumento da taxa da mais valia, mudanças no mundo do trabalho com a inovação tecnológica e, principalmente, com relação ao papel do Estado, que assume uma função econômica, somado a um esforço de despolitização da classe operária e do mito de uma economia onipotente que pode superar os antagonismos de classe e assegurar um crescimento ininterrupto.

as determinações políticas e sociais de um Estado “produto da divisão social do trabalho” (Mandel, 1982, p. 333) e “indispensável no processo de difusão dos imperativos capitalistas” (Wood, 2014, p. 29), que assume suas funções na garantia das condições gerais de produção e circulação de mercadorias e no poder de coação e repressão às ameaças e ataques aos processos produtivos, essenciais para o processo de expropriação. Em outras palavras, a reprodução ampliada do capital, a concentração e a centralização do capitalismo, a flexibilização generalizada e a reestruturação produtiva têm na racionalidade neoliberal a alavanca necessária para liberar o mercado e o capital.

Chesnais reforça o argumento ao afirmar que “as políticas neoliberais não inverteram o sentido da taxa de crescimento mundial” (Chesnais, 2005, p. 57). Ao contrário, o que ocorreu, sob a racionalidade neoliberal, foi uma concentração da riqueza, um aprofundamento da “contradição entre a riqueza social em expansão e o trabalho cada vez mais alienado e empobrecido, enquanto essa riqueza social estiver aprisionada pela apropriação privada” (Mandel, 1982, p. 185).

No Brasil, essas contradições adquirem particularidades perversas dadas as características das desigualdades sociais, econômicas e políticas, expressões do despotismo do capital, da dinâmica das forças produtivas e dos padrões de sociabilidade e consciência das classes sociais. Dados da Pnad Contínua de outubro de 2019 (Revista Exame, 2019) informam que o rendimento médio mensal de trabalho de 1% da população mais rica no Brasil foi quase 34 vezes maior que da metade mais pobre em 2018, ou seja, os mais pobres ficaram mais pobres e os mais ricos ficaram mais ricos, consequência de uma crise que é social, política, econômica, ambiental e sanitária nesses tempos de Covid 19, e que afeta especialmente o extrato de trabalhadores menos qualificados e de menor remuneração. Evitando interpretações dualistas, a contribuição de Iamamoto pode qualificar esses dados numéricos, corroborando com a importância das referências teóricas e conceituais para o trabalho profissional.

A mundialização financeira, em suas refrações no país, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espalha-se na conformação da sociabilidade a cultura, reconfigura o estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes, atingindo as condições e relações sociais, que presidem a realização do trabalho profissional. (Iamamoto, 2007, p. 21)

Em abril de 2019, Maricato trazia elementos para compreensão das crises do capital, que se apresentavam mais dramáticas nas cidades, já que dos 207 milhões de brasileiros, mais de 84%, ou 175 milhões, moram nas cidades (Outras Palavras, 2019). Soma-se a essa informação, o avanço ideológico da nova direita³, que acirra o aprofundamento da crise no alto índice de desemprego, no achatamento da renda média do trabalhador e no crescimento alarmante da violência urbana. Em síntese, são aspectos a considerar nos tempos atuais de políticas ultraliberais econômicas e de conservadorismo moral, que legitimam as transformações do trabalho, as novas configurações dos espaços ocupacionais, a retirada de conquistas trabalhistas, a destruição dos direitos sociais e a criminalização dos mais pobres.

Vale destacar, a partir de Ianni, que a história da sociedade brasileira, desde suas origens coloniais, agrárias e escravocratas, “reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais” (Ianni, 1992, p. 87).

³ Para os defensores da nova direita, não se admite a existência de necessidades sociais, eles repudiam o papel do Estado de identificador e provedor de recursos; os denominados problemas sociais seriam, na verdade, naturais, inerentes ao sistema e essenciais para o seu funcionamento. E, nesse sentido, a proteção social violaria o espírito do capitalismo e a natureza do homem. Expressões como “empoderar os indivíduos”, “gestão de riscos”, “proteção mínima contra os riscos” compõem os argumentos de mais mercado e menos Estado. (Pereira, C.P. *Proteção Social no Capitalismo*. Crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez Editora, 2016)

São processos estruturais que marcam como, no Brasil, “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade” (idem, p. 91). Behring traz elementos para a compreensão da natureza do Estado brasileiro, que tem como fundamento o liberalismo formal e, como prática, o patrimonialismo no sentido da garantia dos privilégios estamentais (Behring, 2003, p. 95), e sua relação com uma sociedade que se gesta sob heranças oligárquicas, racializadas e heterônomas. Analisando o lugar dos negros e negras nas cidades brasileiras, sustentando a presença de uma violência nas relações de produção e reprodução social, “desde a escravidão até os dias de hoje”, segundo Behring (2003, p. 94), e transformada em um dos principais registros na produção do espaço urbano, assim exprime Leandro,

Do quilombo à favela, das irmandades aos terreiros, das feiras aos mercados, das festas de rua aos paredões, das senzalas aos quatinhos de empregada, do mocambo às grandes torres enviaçadas: não há um fora ou um espaço isento de racialização nas cidades brasileiras. (Leandro, 2019, p. 1)

Trata-se de uma violência que tem raízes em discursos ideológicos e políticos que alimentam autoritarismos de diversos perfis, que buscam naturalizar as divergências e esvaziar a participação social, seja pela criminalização, seja pelo conformismo, em um país no qual o exercício da política é defendido como privilégio de poucos.

Portanto, parece necessário, ao retomar as análises sobre o trabalho do/a assistente social na política de habitação — em um sistema econômico e político que transforma homens e mulheres, adultos, jovens e mesmo crianças, negros, índios, brancos, asiáticos em mercadoria para o capital, aviltando o valor da venda de sua força de trabalho —, considerar: a) a estruturação do espaço nas cidades brasileiras, sob os postulados do capitalismo global; e b) as implicações dessa dinâmica nas convocações e contradições do trabalho social na política de habitação, que se redefine atravessado pelos imperativos capitalistas. Ao longo do

texto, procurar-se-á evidenciar as contradições presentes na realização do trabalho profissional em uma política que não pode representar somente o debate da moradia, mas supõe o consumo coletivo do trabalhador (transporte público, saneamento, equipamentos sociais, saúde), na reprodução da força de trabalho, mesmo “ante as profundas transformações que se operam na organização e consumo do trabalho e nas relações entre o Estado e a sociedade civil com a radicalização neoliberal” (Iamamoto, 2009, p. 368).

CENA 1 | A organização espacial das cidades no Brasil: contradições na periferia do capital

“A primeira condição da produção capitalista é que a propriedade do solo já esteja arrancada das mãos da massa” (Marx, 1979, p. 128). Essa afirmativa de Marx ilustra o processo de expropriação do trabalhador do campo que se intensifica em meados da primeira metade do século XX⁴, em um país ainda eminentemente agrário que passa a investir no desenvolvimento industrial e no crescimento urbano.

Migrações internas campo-cidade ocorreram com a transformação dos trabalhadores do campo em assalariados pelas necessidades da produção capitalista que, junto com o processo de urbanização que começava a se consolidar, se desenvolvia sob a hegemonia política de uma burguesia

⁴ Em 1890, a população urbana no Brasil variava entre 6,8 a 10%. A hegemonia agrário-exportadora começa a se modificar somente a partir dos anos 1930, quando mudanças políticas intensificaram o movimento migratório campo-cidade. Em 1940, a população urbana é de 26,3% do total (Maricato, 2001). É importante registrar que a polarização cidade-campo, representando relações modernas versus o arcaico, marca a formação das cidades brasileiras. Mas, há um aspecto a considerar que é fundamental: os indicadores de concentração de terras superam a concentração de renda no país (Alcântara Filho, 2009), e o poder de polícia sobre a ocupação de terras de forma ilegal é discricionário no Brasil, com origens na lei no. 601, de 1850, denominada Lei de Terras, um divisor de águas em relação à territorialização brasileira na privatização da terra, na formação dos latifúndios e das grandes propriedades e na política do valor atribuído à terra, definida pelo mercado.

industrial. Multiplicam-se os movimentos migratórios, impõe-se uma dissolução gradativa do mundo agrário e uma crescente urbanização que se materializa nas precárias condições de sobrevivência dos mais pobres. Esse processo é dinamizado no decorrer das décadas seguintes, com a reconcentração da propriedade e a integração do latifúndio na economia brasileira.

Maricato (2001) traz os elementos que influenciaram a urbanização no Brasil: a importância do trabalho escravo, a pouca importância dada à reprodução da força de trabalho e o poder político relacionado ao patrimônio pessoal. Aponta também o significado da industrialização no fortalecimento do mercado interno, com o desenvolvimento das forças produtivas, assalariamento crescente (ainda que determinado pela exploração intensiva e extensiva do trabalhador) e modernização da sociedade. Uma modernização que ocorre pela periferia do capital, que promove uma inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho, e cujo modelo de industrialização e desenvolvimento está enraizado nos cinco séculos de formação da sociedade brasileira, mas que ganha novas dimensões com a privatização da terra em 1850 e com a emergência do trabalho livre em 1888.

Desde os anos 1940, a falta de alternativas habitacionais levou os trabalhadores urbanos a processos de ocupação de espaços públicos e de autoconstrução, promovendo um crescimento acelerado de loteamentos irregulares, favelas e cortiços, o que, por sua vez, levou à depressão dos salários pagos, uma vez que se eliminava dos custos de reprodução da força de trabalho, a moradia (Kowarick, 1979). Afirma Maricato (2011) que a provisão de moradias por meio da ocupação de espaços públicos, sem considerar legislações e cumprir normativas de um planejamento urbano, tem sido funcional para a reprodução da força de trabalho sob baixos custos, além de estimular a especulação do mercado imobiliário.

Assim, essa obsolescência compulsória programada sob interesses exógenos e o caráter predatório da industrialização (Furtado, 1972 *apud* Maricato, 2001) alimentaram um quadro de intensas desigualdades sociais

e degradação das condições de vida. Principalmente, ao se considerar o padrão de urbanização que se instala sob interesses de um capitalismo que intensifica as possibilidades de racionalização do processo produtivo e a subsunção do trabalho aos movimentos do capital mundializado.

Por outro lado, como sujeitos coletivos dotados de capacidade de resistir e projetar seus interesses, os movimentos de trabalhadores com vistas a reivindicações específicas de melhorias urbanas foram cruciais em termos de enfrentamento da questão urbana, derivada das contradições da produção capitalista frente às necessidades da reprodução da força de trabalho (Moisés et al., 1985).

É importante registrar a movimentação sociopolítica de 1963 que “apontava para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado” (Netto, 1991, p. 23). O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), apresentado em 1963 pelo governo federal, aludia a um amplo programa de reformas democráticas e nacionais, com vistas a atuar nos problemas estruturais do país. Entre as reformas, destaca-se particularmente a reforma urbana que, elaborada sob orientação de urbanistas do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), visava “à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento dos aglomerados urbanos e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias”, conforme texto legal. O Plano Trienal não foi aprovado pelo Congresso.

Destaca-se também o papel da igreja católica na mobilização popular por melhorias urbanas, principalmente nas regiões mais pobres das cidades, já desde os anos 1960, além da presença de organizações populares, profissionais militantes, mobilizados pela questão urbana. Discutindo sobre o uso do solo urbano, questionando o decréscimo da população no campo, principalmente pelas requisições capitalistas nas cidades, os bispos reunidos na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) mostraram preocupação com a situação de injustiça. “Apelamos a todos os cristãos e pessoas de boa vontade a fim de que a cidade não seja mais o palco de tanta miséria e sofrimento, mas o lugar privilegiado para

o encontro de pessoas e famílias na paz, na justiça e na fraternidade” (1982, p. 16).

O estado ditatorial que se instala pós-1964, cujas linhas mestras concretizam a “modernização conservadora”, tem os principais elementos para sua consecução destacados por Netto (1991, pp. 31-32).

benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis (...) internacionalização e territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais. (Netto, 1991, pp. 31-32)

Essa precarização crescente tornou-se o cenário propício para, ao final da década de 1970, fazer ressurgir o debate da valorização política da questão urbana. Segundo Bonduki (2017), a vitalidade social e política dos anos 1980 estrutura formas de organização dos movimentos sociais em torno da luta pela terra e pela moradia digna, diante do agravamento das condições de vida, do desemprego e da queda na remuneração salarial, ocorridos ao final do governo ditatorial militar-empresarial. As lutas e enfrentamentos se traduziram na consolidação de direitos sociais, avanços em relação à democracia e à cidadania, ainda que sob os limites legais e institucionais, à exemplo do direito à habitação (idem, p. 81).

O autor aponta que a Constituição Federal de 1988 buscou enfrentar a histórica desigualdade sem enfrentamentos com a elite econômica, posição corroborada por Boschetti ao registrar que “o governo, aliado

às forças políticas mais conservadoras, formou um bloco congregando parlamentares de centro-direita. Esse bloco, conhecido como “Centrão”, assumiu a expressa postura de votar contra os dispositivos que não corresponderem aos interesses do governo e das forças de direita” (Boschetti, 2006, p. 168), em particular as resultantes de iniciativas populares.

Bonduki (2017) faz referência à base da política urbana: direito à terra e à habitação digna, universalização do saneamento básico, transporte público como prioridade e a defesa da gestão democrática da cidade. Cita uma análise do jurista Nelson Saule Jr., frente ao resultado dos acordos realizados para aprovação da Constituição Federal, ainda que não se negue os avanços institucionais na área urbana, seja na Constituição Federal de 1988, seja na regulamentação do capítulo da política urbana, com o Estatuto da Cidade, em 2001.

A proposta vencedora do bloco conservador de parlamentares denominado “Centrão”, na Assembleia Nacional Constituinte de condicionar (...) a aplicação dos instrumentos destinados a conferir uma função social à propriedade urbana à existência de uma lei federal e de um plano diretor, continua a produzir efeitos favoráveis para os interesses dos agentes responsáveis pela especulação imobiliária e efeitos negativos para a promoção de uma reforma urbana nas cidades. (Bonduki, 2017, p. 109)

Dada essa direção analítica que, sob um certo rigor conceitual e metódico, pretendeu escapar de descrições empíricas e buscou recorrer a autores que vêm contribuindo com o debate da moradia, de forma a subsidiar o trabalho social na política de habitação, sobretudo na relação com a cidade e com a terra, tem-se na afirmativa de Maricato, de que “a exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da ‘cidade oficial’” (Maricato, 2011, p. 122), a chave para entender o direito à moradia como direito à cidade e também como a cidade se produz como campo de luta de interesses diversos.

Segundo Carlos (2011), a cidade é uma produção social e histórica e, como forma de espaço produção humana, relaciona-se com o processo de produção e reprodução das relações sociais. Segundo a autora,

A produção do espaço situa-se num ponto da história da humanidade quando o trabalho, a sua divisão e a organização do grupo, foi suficiente para transformar a natureza em produto humano, desdobrando-se no curso do desenvolvimento social como resultado do trabalho social global. (Carlos, 2011, p. 98)

Ou seja, o solo urbano torna-se também atividade do trabalho, isto é, as cidades se constroem sobre três fatores clássicos: terra, trabalho e capital. Principalmente terra urbanizada e formas de financiamento, que são, contraditoriamente, dois grandes obstáculos à constituição das cidades. As cidades competem para atrair investimentos e tecnologias, mas são também criação de novas necessidades.

A definição do uso da cidade está diretamente relacionada com o processo de valorização do espaço. E, na atualidade, em tempos de capitalismo tardio, a urbanização torna-se negócio, campo de realização do capital financeiro, o que também demanda outra relação com o Estado, no estabelecimento de normas e políticas urbanas que criam as condições necessárias para o uso do espaço urbano. As cidades, como formas fenomenais das relações sociais capitalistas, se transformam “pelas ações anárquicas do crescimento capitalista tardio” (Gottdiener, 1997, p. 266). O espaço do habitar aparece como secundário, segundo Carlos (2011).

Sob essa matriz analítica, emergem as relações de poder e de propriedade que orientam a organização e o crescimento das cidades no mundo capitalista. E, assim como o crescimento traz custos e benefícios, também traz a apropriação privada da riqueza e distribui de modo desigual os lucros do desenvolvimento (Gottdiener, 1997).

Porque, afirma Carlos (2011), os avanços tecnológicos, as novas racionalidades que alavancam o desenvolvimento da divisão social e espacial do trabalho constroem o espaço como instrumento indispensável do

crescimento econômico. O espaço é produzido como mercadoria, são as cidades-empresas da atualidade, e é nessa conjuntura que temos que repor o trabalho social na política de habitação no seu contexto histórico e político. Afinal, “o que se vende quando se coloca à venda uma cidade?”, pergunta Vainer (2011, p. 78).

Os reflexos da crise imobiliária americana, iniciada em julho de 2007, foram sentidos no Brasil, com uma queda no preço das ações das empresas brasileiras de construção civil e na produtividade do mercado financeiro, o que impulsionou mudanças na organização da vida social e política e nos processos de trabalho. É interessante registrar a ação estatal para evitar paralisias no setor da construção civil, ao investir em mudanças no mercado imobiliário, na implementação de uma política de habitação que privilegiava as propostas construtivas do mercado e as grandes obras, incentivando políticas creditícias, apostando no endividamento da classe trabalhadora.

O país cumpriu, portanto, o que Harvey pontuou ao desenvolver análises sobre as crises do capital como imposição de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista, apontando elementos de como o capitalismo é capaz de criar oportunidades e expandir a demanda efetiva com vistas à renovação da acumulação.

A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do século XX), e a organização do consumo, para que se torne “racional” em relação ao processo de acumulação por exemplo, a demanda da classe trabalhadora por boa moradia talvez seja cooptada por um programa público de habitação, que serve para estabilizar a economia e para aumentar a demanda por materiais de construção de determinado tipo. (Harvey, 2005, p. 48)

Ao final da segunda década do século XXI, essas contradições aprofundam a pauperização da classe trabalhadora e, portanto, a reprodução

das desigualdades expressas nas cidades. Cabe registrar que o Brasil apresenta crescimento das cidades, com quase 85% da população nas áreas urbanas, grande parte habitando áreas segregadas, haja vista o déficit habitacional superior a 7 milhões de moradias. Segundo Maricato (2003),

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

CENA 2 | Convocações e contradições do trabalho social na política de habitação

O trabalho social nas políticas urbanas, em particular na política de habitação, precisa ser compreendido nessa chave dos elementos estruturantes da constituição das cidades brasileiras e de suas dinâmicas locais e regionais, na qual a disputa pela terra, a produção social do espaço e as impossibilidades de inserção e acesso à cidade são centrais para o avanço do capital. Os resultados das políticas urbanas e de habitação implementadas no Brasil configuraram cidades marcadas pela precariedade e desigualdade, atendendo aos interesses da industrialização e da circulação do capital em detrimento das necessidades sociais dos trabalhadores e moradores dos bairros periféricos.

No entanto, a disputa pela cidade e pelo direito de viver e morar com dignidade atravessa diferentes períodos históricos, explicitando os interesses

do capital e as necessidades sociais da população que se organiza em movimentos sociais, associações e coletivos que tensionam a política pública e o Estado, ocupam espaços e constroem alternativas de morar e de viver nas cidades. As resistências, insurgências, indignação e rebeliões eclodem com o avanço do neoliberalismo e a precarização das condições de vida nas cidades e apontam caminhos possíveis e alternativos (Harvey, 2014).

Nessa embocadura, o trabalho social na habitação é também um campo de disputa de projetos, concepções e recursos no cotidiano das gestões públicas e dos programas habitacionais, permeado pelas contradições presentes na sociedade e nas políticas públicas, pressionado pelos diferentes interesses dos atores envolvidos nos processos de implementação da política urbana e de habitação. A tensão entre os interesses do mercado da construção civil e imobiliário e o direito à moradia, defendido pelos movimentos de moradia, ou ainda entre interesses das diferentes gestões públicas e mesmo eleitorais e o direito à cidade e acesso à moradia digna têm permeado e atravessado os projetos e equipes de trabalho social, exigindo posicionamentos e estratégias.

As perguntas que pairam no cotidiano do trabalho profissional revelam as ambiguidades e contradições. O que se espera do trabalho social? Quais são as expectativas dos diversos atores na política pública? Quais são as convocações e requisições do trabalho profissional?

A trajetória do trabalho social na política de habitação responde às particularidades da formação sócio-histórica brasileira, seja no contexto das diferentes políticas e programas, seja pelo tamanho dos municípios, em especial aqueles de médio e grande porte ou metrópoles. Mas, paralelamente a esses fatores (políticas específicas e porte das cidades), o trabalho social é permeado por concepções e convocações conservadoras que, historicamente, foram se conformando na sociedade brasileira, que desqualificam a habitação popular e o papel do trabalho social, assim como em outras políticas sociais.

Na perspectiva conservadora, a habitação popular e o trabalho social são um campo de ação que, em alguns momentos, expressa-se como “ajuda

aos mais pobres ou carentes” e, em outros momentos, como “controle, repressão e disciplinamento das camadas populares”.

Seu caráter ideológico e político conservador se aprofunda com as transformações mundiais do capitalismo, em particular com o neoliberalismo, a financeirização das cidades, as privatizações e a desresponsabilização estatal, que, no caso brasileiro, após o golpe mediático-parlamentar de 2016, que levou ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, tem intensificado a perda de direitos e retrocessos nas políticas sociais, que vêm por sua vez ameaçando a democracia e as conquistas das últimas três décadas.

Uma outra concepção do trabalho social, contraposta a esta, comprometida com a defesa dos direitos sociais do acesso à moradia e à cidade, mesmo em tempos de governo ditatorial, foi sendo construída pelos profissionais, com hegemonia dos assistentes sociais que atuavam nos programas do Banco Nacional de Habitação (BNH), nas Companhias Estaduais de Habitação (Cohab), e especialmente nas secretarias municipais das capitais responsáveis pela implementação de programas e projetos. Soma-se a essa inserção, a atuação direta com movimentos de moradia através de ONGs, assessorias técnicas ou mesmo da militância política.

Portanto, o reconhecimento do trabalho social enquanto componente da política nacional de habitação, a partir da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, obrigatório em programas e projetos destinados à população de menor renda e financiável com recursos públicos federais, é fruto desse processo de disputa e de construção de uma concepção afinada com o direito à cidade e a moradia digna. Passa a se afirmar que a habitação não se restringe a oferta ou construção de casas e linhas de financiamento, mas ao conjunto de serviços urbanos e a inclusão da participação dos moradores no processo, no qual o trabalho social tem papel chave na mediação, propulsão da participação e organização autônoma da população. Assim, a provisão de moradias, a urbanização e a regularização fundiária são programas que passam a contar com a obrigatoriedade do trabalho social, como também os programas de saneamento.

Reconhecendo esses avanços, é necessário também desvelar as fragilidades constitutivas desse processo. Um primeiro aspecto a destacar é a baixa capacidade institucional das prefeituras que, por motivos diversos, não estruturaram secretarias de habitação e não proveram um quadro técnico de profissionais estáveis que implementassem programas habitacionais nos diferentes territórios das cidades. A capacidade institucional e organizacional afirma-se como elemento chave para a garantia de efetividade e continuidade dos programas e ações, que não podem se limitar ao mérito profissional ou a iniciativas e habilidades individuais. Nesse aspecto, inclui-se o planejamento, a gestão, recursos humanos e financeiros, estruturas organizacionais, normatizações e processos administrativos, mecanismos de transparência, comunicação e participação, instrumentos de intersectorialidade e ação conjunta entre as diversas políticas públicas.

Um segundo aspecto, relacionado com o primeiro, refere-se à ausência de um programa de formação permanente e continuado para o trabalho social, que incluía as dimensões políticas, metodológicas e técnico-operativas. A capacitação das equipes e de seus profissionais é condição para a atuação qualificada, crítica e competente, em consonância com os princípios e diretrizes da política urbana e de habitação.

Breve retrospectiva do trabalho social na política de habitação⁵

Conforme referências pontuadas na primeira parte do texto, que trazem aspectos históricos e políticos da urbanização brasileira, principalmente em termos de pensar as relações entre necessidades e respostas

⁵ Parte do texto a seguir foi anteriormente publicado no livro *Estado Brasileiro, Direitos Constitucionais e os desafios da proteção social no século XXI*, organizado por Marinalva de Sousa Conserva, Jolinda de Moraes Alves e Emanuel Luiz pereira da Silva, em 2018, pela Editora do CCTA; A União. Compõe pesquisas e reflexões que as autoras têm desenvolvido com vistas a apreender as relações constituídas pelo trabalho social na política de habitação, considerando que a organização espacial e os sujeitos que a produzem estão referidos necessariamente aos processos do sistema social capitalista.

das políticas de habitação, as experiências de trabalho social nas esferas municipais, estaduais e federal ocorreram no Brasil de maneira distinta e heterogênea, atendendo às dinâmicas locais, ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro e ao modelo de industrialização, com particularidades em cada cidade e região do país, inclusive por estratificar as cidades por classe e raça.

A habitação, para a população de baixa renda, pode ser reconhecida na trajetória de políticas públicas, de maneira geral, por algumas intervenções: a) ações ou atendimentos emergenciais para áreas de risco, situações de insalubridade e de precariedade nas condições de vida, com forte característica de ações pontuais ou sem soluções definitivas; b) remoções e remanejamentos “forçados” ou “voluntários” para outras áreas ou moradias; c) construção de conjuntos habitacionais, casas-em-briões, ou outras formas de moradia semelhantes; d) melhorias e urbanização de favelas.

Até a Constituição Federal de 1988, a política de habitação não era atribuição municipal, mas de responsabilidade estadual e federal, o que reforçava a concepção de ajuda aos mais pobres ao nível local, além de atendimentos individualizados e imediatistas com o objetivo de minimizar condições precárias de moradia, ou mesmo como uma moeda de troca e submissão política nos períodos eleitorais.

Do ponto de vista da esfera federal, apesar da presença de ações sociais pontuais e isoladas nos períodos de industrialização e urbanização brasileira, ressalta-se que é a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, com o golpe civil-militar, que o trabalho social foi associado aos programas de habitação de interesse social, em particular, por meio do atendimento de grupos de mutuários, de média e baixa renda, dos projetos e programas das companhias municipais e estaduais de habitação (Cohab) e das Cooperativas Habitacionais.

Paz e Taboada (2010) apontam que, na primeira fase do BNH, o foco do trabalho social foi a seleção dos futuros moradores, deixando uma forte marca administrativa e de controle da demanda por moradia e da

inadimplência. Mas apontam que um legado importante do período BNH para a concepção do trabalho social foi a experiência nos conjuntos e cooperativas habitacionais implantados pelos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop), a partir dos anos 1970, quando a centralidade estava na participação e organização coletiva dos mutuários e na discussão dos direitos e deveres do cidadão.

Apesar das limitações e fragilidades do BNH, que pouco ou quase nada investiu em programas voltados à população de menor renda, o trabalho social realizado nos conjuntos e cooperativas habitacionais alicerçou as bases teóricas e metodológicas do que viria a ser o trabalho social defendido a partir dos anos 1980. Cabe destacar a presença de profissionais do Serviço Social nas equipes do BNH e Inocoop, que trouxeram para o trabalho desenvolvido a discussão crítica do movimento de reconceitualização da profissão⁶, pautando conceitos como classes e movimentos sociais, sob a influência do marxismo e o compromisso ético-político com a organização e as lutas sociais.

As avaliações apontam que programas como os do BNH e Inocoop não tiveram resultados significativos e pouco impactaram a dinâmica urbana das cidades brasileiras, mas, no contexto político de retomada das lutas sociais e sindicais por melhores condições de vida e contra a ditadura, na segunda metade dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, favoreceram a organização e o surgimento de movimentos de moradia. Em outras palavras, o trabalho social, desenvolvido nos programas habitacionais, junto aos movimentos de favelas, ocupações e mutirões, priorizou a participação, mobilização, organização coletiva e a socialização de informações, constituindo-se como importante aliado com as organizações e lutas populares.

⁶ De acordo com Iamamoto o Movimento de Reconceitualização “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (Iamamoto, 2010, p. 205).

Com a Constituição Federal de 1988, estados e municípios passam a ter o papel de promotores de programas habitacionais, mas desprovidos de uma política nacional com diretrizes e financiamento. Nesse momento, o trabalho social, sob o comando da Caixa Econômica Federal, restringiu-se à execução dos programas e projetos herdados do BNH.

Os anos 1990 chegam intensificando processos de reestruturação produtiva e do Estado, de redução dos gastos sociais e de investimentos em infraestrutura, de restrição do poder do trabalho à luz da programática neoliberal, impulsionando o desmonte das políticas de habitação e das equipes de trabalho social em diversas prefeituras. As privatizações e a transferência de responsabilidades estatais para o setor privado implantaram a terceirização como um modelo de gestão perverso, no qual o projeto, a obra, o trabalho social, a fiscalização, o gerenciamento de todas as ações passam a ser contratados por meio de processos licitatórios. As consequências desse modelo de gestão foi uma fragilização dos órgãos estatais na sua competência de controle estratégico das políticas, como agente regulador das relações que se estabelecem na sociedade.

Na esfera federal, na gestão Itamar Franco, foi criado o Programa Habitar Brasil BID (1994), no qual o trabalho social é previsto como contrapartida de estados e municípios, ou seja, sem financiamento federal. Já na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999, o Programa Habitar Brasil BID (HBB) incluiu, nos custos do empreendimento a ser contratado, recursos para o desenvolvimento do trabalho social. A experiência de execução de projetos integrados e integrais (intervenções físicas e sociais concomitantes), adquirida com a contratação e o desenvolvimento do Programa HBB, a partir de 1999, reforçou a necessidade de desenvolver o trabalho social; demonstrou a eficácia de projetos integrados, em comparação com o modelo de trabalho anterior, em que essa integração não era exigida (Paz & Taboada, 2010).

De 2003 a 2005, o Ministério das Cidades estruturou suas políticas, aprovando no Conselho das Cidades, em 2004, a Política Nacional de Habitação (PNH), que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de

Interesse Social (SNHIS), criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituiu o seu Conselho Gestor. Foram importantes avanços institucionais, que colocaram no centro da política a população de baixa renda, o enfrentamento ao déficit habitacional e a promoção da moradia como direito, por meio da aplicação de recursos orçamentários para subsídios, bandeira histórica de luta dos movimentos de moradia. No contexto desses novos marcos regulatórios, a exigência do trabalho social é estendida para os Programas de Saneamento Ambiental Integrado e de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007.

Todavia, em 2009, tendo como horizonte mais amplo impactar a economia por meio da indústria da construção civil, com vistas a criar oportunidades para a acumulação do capital e atender a interesses do mercado, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi anunciado com o objetivo de ampliar o mercado habitacional para o atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos. E, nesse cenário do PAC e do MCMV, o trabalho social passa a ter novos desafios com a contratação de grandes obras, projetos habitacionais e infraestrutura.

As referências normativas para orientar o trabalho social a ser desenvolvido não deram conta da nova realidade, pois não foram redefinidos conceitos, metodologia e estratégias para intervir em grandes projetos habitacionais e intervenções urbanas, ao contrário do que ocorria no HBB, um programa para áreas menores e para um universo restrito de famílias.

Estudos e pesquisas da Rede Cidade e Moradia⁷ apontaram os principais pontos críticos do programa, sua interferência nas cidades, na dinâmica territorial e na vida das famílias beneficiárias. As cidades brasileiras, em particular aquelas das regiões metropolitanas, precarizadas do ponto de vista de serviços urbanos e sociais, não alavancaram

⁷ A Rede Cidade e Moradia foi constituída no âmbito do Edital MCTI/CNPq/MCIDADES n° 11/2012, com equipes de seis universidades públicas, uma universidade particular e duas organizações não governamentais, que construíram uma metodologia comum de avaliação dos projetos da primeira fase do MCMV em seis estados. Os resultados foram publicados em 2015, no livro *Minha Casa... E a Minha Cidade?* da editora Letra Capital.

processos de planejamento urbano e de investimentos das outras áreas com os projetos do MCMV, que desconsiderou as estratégias propostas pelo Plano Nacional de Habitação (Brasil, 2009) nas diferentes alternativas de processos construtivos e atendimento à demanda. A produção de habitação se dava com uma única alternativa: apartamentos ou unidades isoladas em condomínio, quase integralmente (cerca de 98%) sob o protagonismo do setor privado, e com o comparecimento do fundo público na geração e captação da renda fundiária (Maricato, 2015).

E, quando se analisa as normativas que orientam o trabalho social, observa-se mudanças significativas de direção. De uma reedição dos normativos do HBB, focalizando a participação cidadã, organização dos grupos existentes, gestão democrática dos recursos implantados, transparência das informações e intersectorialidade das políticas públicas, sob os eixos da mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda, ainda que considerados insuficientes frente a realidade social, há um redirecionamento do trabalho social para favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos, perdendo sua dimensão de processo, reduzindo-o a um produto que deve responder às exigências do mercado.

Desde início de 2019, no contexto do governo de direita do presidente Jair Messias Bolsonaro, alicerçado no liberalismo e conservadorismo, observa-se o desmonte dos direitos e das políticas sociais, que no caso da política habitacional se inicia com a extinção do Conselho Nacional das Cidades e a paralização de obras e financiamento. O déficit habitacional brasileiro de 8 milhões de moradias tende a crescer, porque os últimos tempos primam por ausência de políticas e de recursos para a implementação de projetos habitacionais. O que se vive são os despejos violentos de famílias de trabalhadores de áreas designadas como ilegais, porque as relações de dominação política e econômica reinam sobre o espaço de produção e reprodução da vida cotidiana, que está submetido às relações de propriedade que figuram no âmago do capitalismo (Gottdiener, 1997).

Epílogo

O desenvolvimento do trabalho social, como um componente da política de habitação, exige dos/as profissionais partir do conhecimento que tem sido acumulado nas esferas histórica, política e social, para entender as formas assumidas pelo capitalismo tardio e periférico na produção das cidades, dialogando também com a fundamentação teórico-conceitual da profissão.

Portanto, refletir sobre o trabalho social na política de habitação, suas convocações e contradições, impõe considerar as intensas transformações da sociedade de classes no âmbito do trabalho, do Estado e das políticas sociais, solo fértil para a emergência de projetos sociais distintos e para a construção de projetos profissionais também diversos, porque indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade.

De fato, nestes alucinados dias do capitalismo, parafraseando Carcanholo (2011), de crise civilizatória e sanitária⁸, o exercício do trabalho social na política de habitação enfrenta um conjunto de desafios frente à racionalidade burocrática da sociabilidade do capital. É particularmente importante considerar, no contexto atual, os fenômenos políticos, econômicos e sociais que emergem frente às transformações societárias e às novas configurações do mundo do trabalho, dadas pelo desemprego estrutural em escala global, pelas tecnologias poupadoras da força de trabalho e pela fragilização da organização política da classe trabalhadora.

Há algo ainda a ser dito acerca das consequências ideológicas destes tempos de mudanças profundas alimentadas pela programática neoliberal

⁸ A pandemia do coronavírus — Covid 19 tem sido enfrentada com orientações dos órgãos de saúde para permanecer em isolamento social, em casa. Até agosto de 2020, morreram mais de 120 mil pessoas, infectadas por esse vírus altamente mortal. Todavia, a desigualdade social brasileira está expressa também nas demandas de trabalhadores, mais de 40% informalizados, que são obrigados a sair do isolamento social porque não podem deixar de trabalhar, tendo em vista a sobrevivência sua e de sua família. E, mais perverso ainda, há um número significativo de pessoas e famílias em situação de rua, que não têm acesso a água para lavar as mãos e não têm casa para ficar.

e que reverbera no trabalho profissional. O discurso catastrófico sobre a insegurança incentiva a repressão aos jovens de bairros periféricos, aos desempregados, aos sem-teto, às pessoas em situação de rua, aos trabalhadores do sexo e migrantes, produzindo um aumento absurdo da população atrás das grades. Registra-se que não foi tanto a criminalidade que mudou, mas a visão que a sociedade brasileira, alimentada por um discurso moralizante, passou a ter sobre as populações despossuídas. O enfrentamento da pauperização e das desigualdades, nas suas respostas emergenciais e pragmáticas, tem características de controle das massas, punitivista e violadora de direitos. São ideologias racistas e securitárias, que alimentam no cotidiano institucional tendências de crescimento do individualismo, respostas acríticas a demandas de produção de informações sobre a população com quem os profissionais trabalham.

O ataque às políticas sociais, à política de habitação, se faz por meio de um Estado que não apresenta propostas, que não busca referências em um arcabouço legal e técnico para fazer valer os direitos sociais. O modelo de desenvolvimento econômico excludente do Estado brasileiro aprofunda a desigualdade social e privilegia a concentração da renda, da terra e da riqueza, exerce a função de defensor da vontade dos grupos dominantes, utilizando-se de diversos mecanismos de desmobilização das lutas sociais.

A questão crítica é que o Estatuto da Cidade, Lei no. 10.257, de 2001, que “restringe e limita o direito de propriedade, subordinando-o ao ‘bem coletivo’ e ao ‘interesse geral’” (Maricato, 2011, p. 189) e tem como princípios básicos o planejamento participativo e a função social da propriedade, referida à participação dos sujeitos, de influir nas decisões e na utilização de um determinado bem, está subsumido aos interesses do capital.

Os meios de comunicação, aliados a esses interesses, tornam públicas essas vontades, articulando ações que desvirtuam o ideário dos movimentos sociais e limitam a veiculação de suas reivindicações e de sua existência organizada, alimentando as brutalidades das respostas do

Estado. A violência, mascarada pelo discurso da segurança pública, se impõe mesmo em situações limites da vida humana, como no caso dos despejos e deslocamentos forçados, que continuam a ocorrer, mesmo em tempos de pandemia. São formas de opressão e de dominação que se manifestam por meio de diferentes estratégias, que, além de criminalizarem, estigmatizam, restringem e reprimem as ações dos movimentos sociais.

Nessa conjuntura de ascensão do conservadorismo, ao nível mundial e no Brasil, expresso no patriarcado, na apropriação da riqueza, no racismo estrutural, na submissão da mulher, na apropriação da natureza, no progresso da técnica como poupadora da força de trabalho, do colonialismo (Tomazine, 2016), os trabalhadores sociais devem fazer ressoar essas tensões na particularidade do seu exercício na política de habitação, devem se posicionar publicamente no campo da resistência política, aliados aos movimentos sociais na defesa dos direitos, da participação política e da solidariedade de classe, retomando os princípios do trabalho social, com manifestações contundentes na cena pública.

É na perspectiva da resistência que afirmamos o trabalho social como um processo de trabalho em territórios, centrado na participação, nos direitos sociais e na organização coletiva.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. V. 4, no. 7. Jul-Dez, 2009.

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6ª. Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- BONDUKI, Nabil (org.) *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. São Paulo: CAU/SP; Casa da Cidade, 2017.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. Brasília: LetrasLivres; Editora UnB, 2006.
- BRASIL, Ministério das Cidades. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília, 2009.
- BRASIL, *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*,
- CARCANHOLO, Reinaldo (org.). *Capital: essência e aparência*. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências*. Tradução Rosa M. Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Solo Urbano e Ação Pastoral*, 1982
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico profissional no Serviço Social Brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade no. 120*. São Paulo: Editora Cortez, out./dez. 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços socio ocupacionais do assistente social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEANDRO, Gabriela. Direito à cidade e questões raciais. *Coletiva Dossiê 24*, fev-mai, 2019.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados* 17, 2003.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6ª. Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2011.
- MARX, Karl. *A origem do capital* (A acumulação primitiva). Tradução Walter S. Maia. São Paulo: Global Editora, 1979.
- MOISÉS, José Álvaro (et al.). *Cidade, povo e poder*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MOTA, Ana Elizabete; TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, A. (org.) *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade* no. 120. São Paulo: Editora Cortez, out./dez. 2014.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- PAZ, Rosângela O. D.; TABOADA, Kleyd Junqueira. *Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social*. Ministério das Cidades. Curso à Distância, 2010.
- RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. SP: Cortez, 2018.

- RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria V. (orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. SP: Cortez, 2018.
- RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade no. 107*. São Paulo: Editora Cortez, jul./set. 2011.
- TOMAZINE, Eduardo. A produção da cidade capitalista, problemas urbanos e ondas conservadoras. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (org) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2016.
- VAINER, Carlos . Pátria, empresa e mercadoria. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2011.
- WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Espaço urbano, vida cotidiana e a dimensão pedagógica da práxis

ISABEL CRISTINA DA COSTA CARDOSO

A escrita desse texto parte de uma inquietação teórico-metodológica e política nascida das atividades acadêmicas e de luta pela defesa da moradia como direito social e humano. De uma forma sintética, ela se expressa através do questionamento à perspectiva analítica que subordina o conhecimento da vida cotidiana da classe trabalhadora e das suas práticas socioespaciais nos territórios de vida, onde se enraízam a moradia e a relação desta com a cidade, do conhecimento da dinâmica da produção e reprodução social do espaço a partir das esferas material e simbólica das ações do Estado e do capital. Tal foco da análise tem levado a um tipo de compreensão da questão da moradia e da relação contraditória entre habitar e habitat e aos processos de apropriação e dominação do espaço (Lefebvre, 1973, 2008) que esvazia o sentido do movimento dialético das contradições tanto da práxis — através da valorização da dimensão de repetição — quanto do conceito de reprodução como totalidade fechada — encerrada nos horizontes de regulação capitalista do Estado e da burguesia.

Assim, o texto parte das contribuições de Henri Lefebvre, Ana Clara Torres Ribeiro, José de Souza Martins, Miguel Arroyo e Paulo Freire e propõe uma “cena comum” de debate e interlocução: analisar a dinâmica da produção social do espaço da cidade capitalista e suas contradições históricas e contemporâneas na formação social brasileira, atribuindo centralidade à vida cotidiana, nos territórios de vida flagrados a partir do lugar da moradia, e à dimensão pedagógica da práxis dos sujeitos no sentido

emancipador das relações sociais. Interessa, assim, articular dialeticamente as dimensões trinitárias da práxis (repetição, mimesis e criação); do espaço (a triplicidade do espaço percebido-concebido-vivido); as relações contraditórias entre vida cotidiana e cotidianidade; as diferentes escalas macro e micro da análise e do espaço social (ordem próxima-ordem distante; global-local-lugar); e flagrar possibilidades de práxis emancipadora, nas suas dimensões pedagógicas críticas e criadoras, nascidas do movimento das contradições, nos territórios onde se processam as dinâmicas da vida cotidiana. Pretende-se, assim, oferecer um campo de problematização teórica e política que não privilegie apenas ou coloque sempre em evidência as práticas de dominação, reproduzindo uma concepção de totalidade fechada e sistêmica da vida social, que nega o devir histórico como construção humana aberto à possibilidade de novas sínteses históricas das relações sociais. A partir desse campo teórico e político, o texto visa contribuir com a formação e o exercício profissional do assistente social para a compreensão relacional e crítica da produção social do espaço e, em particular, do conceito de território, que não se reduz à dimensão normativa ou administrativa das formas de fragmentação e classificação do real e da vida social por parte do Estado e das políticas sociais. Pretende-se também contribuir para a reflexão acerca da importância do conhecimento sobre a dimensão conceitual e prático-sensível da vida cotidiana dos homens e mulheres simples da classe trabalhadora, para a formação profissional em Serviço Social, bem como da construção de estratégias formativas de aproximação e vinculação a essa dimensão da vida social, partindo-se dos territórios de vida, notadamente os da moradia.

Da paisagem urbana à vida cotidiana e ao espaço como totalidade

Partindo do tempo presente, no plano da vida cotidiana é possível observar a paisagem de uma grande cidade como o Rio de Janeiro e afirmar que a moradia constitui uma das formas mais imediatas de flagrar cenas de desigualdade já institucionalizadas, desde longa data, e que se atualizam

no tempo presente. Assim, ao “flanar” pela cidade, o olhar observa favelas que crescem ou se consolidam, outras que se iniciam, grande parte delas situada em encostas de morros e também em áreas próximas a corpos hídricos, tendo em comum a característica de estarem majoritariamente situadas em áreas consideradas não edificáveis. Ao se caminhar por antigas áreas centrais ou próximas ao centro antigo da cidade, mantendo o olhar atento, pode-se ver antigos e novos cortiços e casas de cômodo à despeito da invisibilidade que recobre essas tradicionais formas de moradia na cidade. Da mesma forma, estão presentes ocupações de prédios, na maior parte públicos, organizadas por movimentos sociais de luta pela moradia. Não muito longe desses mesmos territórios é também possível observar, em bairros de maior renda social da Zona Sul e de parte da Zona Norte, ruas fechadas com cancelas, condomínios fechados de diferentes tamanhos e tipologias, em sua grande maioria cercados de grades e câmaras de vigilância. Entre esses diferentes territórios, é possível ver outras formas de suprir a necessidade da moradia, de forma provisória, sazonal ou mesmo permanente, que comungam da condição de maior precariedade, como a moradia nas ruas da cidade e a moradia improvisada com materiais rústicos e precários embaixo dos viadutos. Ao se afastar das áreas mais centrais, indo em direção às regiões mais suburbanas, encontram-se, ainda, muitas casas, pequenos prédios multifamiliares, na parte baixa dos bairros. Já na parte alta, nos morros, estão as favelas que compõem a vida nesses bairros do subúrbio fortemente estruturados pelas atividades comerciais e de serviços que fazem da rua um espaço da vida cotidiana. Quanto mais nosso olhar se afasta dos bairros centrais, dos subúrbios da Zona Norte e dos bairros situados na Zona Sul, e se aproxima da Zona Oeste da cidade, eixo da expansão urbana da moradia tanto de segmentos populares quanto de média e alta rendas, mais o Rio de Janeiro revela outras formas de moradia predominantes. Mas, nessa parte do território, o olhar passa também a identificar a maior presença de áreas verdes, inclusive de formas agrárias de uso e ocupação da terra, não obstante inexistir zoneamento rural

oficial na cidade, revelando o distanciamento entre as formas do planejamento do Estado e a vida cotidiana nos territórios usados. E, quanto mais se adentra nos bairros da Zona Oeste da cidade, mais a paisagem das formas de moradia fica polarizada. Surgem grandes condomínios fechados, voltados para segmentos sociais de classe média e alta renda, e seus estilos de vida autosssegreda e baseados nos deslocamentos de carro para qualquer atividade, desde a mais cotidiana. Nesses bairros, os pedestres, quase sempre trabalhadores em seus fluxos de deslocamento pendular pela cidade (moradia-trabalho-moradia), ocupam lugar marginal diante das grandes avenidas, através das quais ora se dispersam, ora se adensam *shopping centers* variados, hipermercados, centros empresariais e grandes terrenos particulares, sem qualquer edificação, formando vazios urbanos à espera de ações públicas que valorizem a localização do terreno e elevem o preço da terra. Aqui, a rua ocupa basicamente o lugar de passagem, território inóspito e perigoso à sociabilidade da vida cotidiana. Contudo, em outros bairros da Zona Oeste, próximos, onde vivem vários segmentos da classe trabalhadora, há desde favelas de tamanhos e tempos de consolidação variados, ruas residenciais onde predominam casas unifamiliares, muitas com quintais, conjuntos habitacionais de diferentes temporalidades, tamanhos e tipologias características da história da política habitacional, antigos e novos loteamentos (regulares, irregulares e clandestinos) de casas autoconstruídas, muitos em territórios ainda rarefeitos de infraestrutura urbana e social, denotando características de menor urbanidade.

Nesse breve “flanar” pela cidade, que buscou observar algumas formas de moradia, foi possível reter o que está presente de forma mais fenomenica nessas experiências. Agora, a questão que se coloca é: como fazer a passagem da morfologia urbana aos usos sociais da cidade, às relações sociais que produzem e reproduzem a cidade, valorizando a vida cotidiana ao invés de subestimá-la ou retirá-la de nosso campo de observação e reflexão? Para tanto, é necessário ir além do que enxergamos como paisagem urbana, como morfologia do espaço da cidade para buscar

compreender o que Milton Santos (2004) chama teórica e metodologicamente de forma-conteúdo do espaço. Deste pressuposto nasce sua proposta de conceber o espaço como forma-conteúdo, como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ou seja, o espaço é o conjunto das formas que se acumulam ao longo da história e que expressam diferentes tempos e relações entre o homem e a natureza. Sob esse registro, temos o espaço como paisagem. Porém o espaço não é apenas a paisagem, mas também a vida que a anima, logo, o espaço é o conjunto das relações sociais que o constitui e atribui sentido e materialidade à sua paisagem. Tais relações sociais estão fundamentadas historicamente, na sociedade capitalista, sobre conflitos que se expressam como contradições no espaço e do espaço. Assim, antes de serem sinônimos, paisagem e espaço definem os termos dialéticos da forma-conteúdo.

Em sua interpretação das cidades, Bernard Lepetit (2001) propõe uma “hermenêutica urbana” que não dissocie as formas e seus conteúdos — muito próximo do raciocínio de Milton Santos. Para tanto, propõe priorizar uma perspectiva teórica e investigativa que, ao articular a morfologia urbana aos usos sociais do espaço, considere a cidade como categoria da prática social. Trata-se de articular o que estava separado, ou seja, analisar as práticas sociais, as características dos territórios e as transformações operadas em ambos os elementos. É partindo desta definição que o autor irá novamente se aproximar das reflexões de Milton Santos.

Dissociar os estudos sobre a urbanidade e as pesquisas sobre a morfologia urbana acarreta a perda da questão urbana em sua especificidade. A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergir, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas. A complexidade é imensa. **A cidade é feita de cruzamentos.** O difícil, para compreender a mudança urbana, é percorrer juntas as duas vias que conduzem a ela, em vez de privilegiar uma ou outra. (Lepetit, 2001, pp. 141-142, grifos nossos)

É interessante observar que esta preocupação de análise transversal e indissociável entre a forma e o conteúdo do espaço também está presente em Lefebvre através do conceito de práxis e sua relação com a dimensão prático-sensível da vida. Orientado pelo sentido da práxis, Lefebvre compreende que a cidade e o urbano formam uma relação dialética entre uma dupla morfologia: a prático-sensível ou material; e a social. Da mesma forma, distingue, reunindo dialeticamente, uma prática espacial e o âmbito teórico-conceitual da problemática do espaço.

Há nas nossas sociedades uma “problemática” do espaço — conceitual, teórica —, e uma prática, observável empiricamente. Esta “problemática”, para empregar a linguagem da filosofia, compõe-se de interrogações sobre o espaço mental e social, sobre suas conexões, sua ligação com a natureza e a lógica etc. A prática espacial, constatável, na Arquitetura, no “Urbanismo” (para empregar a linguagem oficial), no ordenamento efetivo dos percursos e dos lugares, na vida cotidiana, ou seja, na realidade urbana, distingue-se da problemática, mas não pode evidentemente dela se separar. (...) a interrogação a respeito do espaço, tomada por fora da prática e sobre o plano de um “puro” saber que se imagina “produtivo”, esta interrogação, ainda filosofante pode, ela também, degenerar. Em que? Em consideração sobre o espaço intelectual, sobre “a escritura” como espaço espiritual de um povo, como espaço mental de uma época etc. A prova do espaço não pode se separar de outra prova: aquela do corpo (da relação do conhecimento teórico com o corpo, fundamento da prática). (Lefebvre, 2015, pp. 442-443)

A partir dessa relação, Lefebvre analisa também diferentes elementos da problemática do espaço e da prática espacial, como os dois níveis da ordem social: a ordem distante (ou remota) e a ordem próxima. A cidade congrega, reúne dialeticamente a dinâmica tempo-espacial das estruturas sociais de dominação através da ordem distante. Mas tais estruturas se fazem realidade prático-sensível na vida social, na dinâmica da vida cotidiana, através da ordem próxima, que se move pelas necessidades

do dia a dia, pela luta dos homens e mulheres simples da vida cotidiana por apropriação do espaço, a partir da significação e representação do seu valor de uso, e que vivem as formas de controle e subordinação da lógica do valor de uso à lógica do valor de troca da mercadoria invadindo progressivamente as atividades, os lugares e os tempos da vida cotidiana e pressionando para a sua redução à cotidianidade.

Ao analisar as passagens, as porosidades e as articulações entre ambas as ordens, Lefebvre afirma ser necessário descrever e conhecer como esses movimentos dialéticos se operam no plano concreto da vida dos sujeitos, produzindo substituições, reciprocidades, superposições, dominações. O que significa dizer que a ordem próxima e a ordem distante devem ser analisadas a partir de um lugar de conflito produzido pelo choque entre as contradições que cada uma movimenta, e das sínteses produzidas no tempo e no espaço concretos. Contudo, tal dinâmica não é autoevidente, nem passível de compreensão pela simples imersão na vida cotidiana. Exige mediações. Não há nenhum automatismo na passagem e articulação desses níveis.

A ordem próxima é a única que se afirma sensivelmente, brutalmente, trivialmente, consolidando-se como ordem: institui-se. É a vida quotidiana com a sua repartição e disposição do tempo (família, trabalho, tempos livres). É esta a evidência. A ordem longínqua? Aparece ruidosamente, é o mundo do mercado e a lógica do dinheiro, mas não surge como ordem. A ordem transparece através da linguagem e menos através de uma metalinguagem: a retórica da publicidade e da propaganda, os comentários do mundo do mercado e da hierarquia do dinheiro. As pessoas prendem-se solidamente à ordem próxima, agarram-se a ela, dedicam-se-lhe. Quanto à ordem remota, falam dela, ouvem falar dela, têm informações sobre ela. Está fora de alcance, de apreensão, de prisão. Nem o cidadão nem o consumidor podem efetuar a passagem do micro, da ordem próxima à ordem longínqua. Só o conhecimento se pode encarregar disso, não sem dificuldades. (Lefebvre, 1968, pp. 94-95)

Pode-se destacar dessa reflexão que as mediações do conhecimento operam no sentido de buscar articular dialeticamente as diferentes escalas da ordem social (próxima e distante) e que cada uma delas só pode ser compreendida a partir da relação que produz do encontro com a outra em um dado lugar, num determinado tempo histórico. Portanto, não obstante o tensionamento constante das contradições, é na imagem do encontro entre a vida cotidiana e as práticas e ideologias de dominação, e não da supressão de uma dessas ordens, que a teoria da produção social do espaço deve orientar o seu foco. Tal pressuposto é tão fundamental para Lefebvre que gera desdobramentos metodológicos para a sua proposta de análise da triplicidade do espaço, como será visto.

Como dito anteriormente, é necessária a mediação do pensamento abstrato, pois, no plano do vivido, o espaço se apresenta de forma dissociada por sofrer os processos contraditórios¹ de fragmentação e desarticulação, causados pela sua subordinação à lei do valor. De forma concomitante e intensificando esse processo de dissociação/fragmentação do espaço, encontra-se o disciplinamento e a normalização burocrática e autoritária da vida cotidiana, transformada em cotidianidade. Mas interessa destacar um campo metodológico mais específico da análise, para onde convergem essas contradições, e que Lefebvre denomina de triplicidade dos momentos ou dimensões do espaço social, a saber “A triplicidade: percebido-concebido-vivido (espacialmente: prática do espaço — representação do espaço — espaços de representação)” (Lefebvre, 2006, p. 41). A partir desse campo metodológico de compreensão, Lefebvre ergue, mais uma vez, a vida cotidiana ao centro de sua análise da produção social do espaço e da re-produção das relações sociais de produção.

¹ As contradições do espaço se manifestam, para Lefebvre, sob diferentes práticas espaciais, como a fragmentação, a generalização do poder da propriedade privada do solo, a razão técnica/burocrática do Estado sobre a normalização do espaço social, a difusão das práticas de segregação socioespacial, que negam/anulam as potências criadoras do fenômeno urbano como a centralidade, a simultaneidade do encontro entre diferenças produtoras do espaço (espaço abstrato instrumental em oposição ao espaço social diferencial).

Em uma de suas obras principais, dedicada ao tema da produção do espaço, Lefebvre assim se expressa ao definir a referida triplicidade que só pode ser compreendida na articulação dialética entre as diferentes dimensões:

- a. A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço. O que é a prática espacial no neocapitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida 'privada', dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. (...)
- b. As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas 'retalhadores' e 'agenciadores' (...) É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retomar) para um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente;
- c. Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto espaço dos 'habitantes', dos 'usadores' (...) Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (Lefebvre, 2006, p. 35)

A fim de aprofundar um pouco mais sua concepção do espaço vivido/ espaços de representação, destaca-se a sua afirmação.

Os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais à coerência, não mais que à coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. Os etnólogos, os antropólogos, os psicanalistas estudam, sabendo ou não, esses espaços de representação, frequentemente esquecendo de confrontá-los com as representações do espaço que coexistem, conciliando-se ou neles interferindo, negligenciando ainda mais a prática espacial. Os cientistas aí reconhecem isoladamente o que lhes interessa: lembranças da infância, sonhos, imagens e símbolos uterinos (ninhos, corredores, labirintos). O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber diversas qualificações: o direcional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado. (idem, p. 42)

O que se pretende enfatizar é a indissociabilidade da dimensão ou momento do vivido na análise e na prática espacial. Tal pressuposto acompanha a centralidade tanto da vida cotidiana quanto do espaço urbano para a concepção lefebvriana de re-produção das relações sociais de produção². Afinal, como adverte Lefebvre, “as relações de produção, características da sociedade capitalista carecem elas mesmas de ser reproduzidas” (Lefebvre, 1973, p. 109). Para o autor, a vida cotidiana e o urbano são níveis de complexidade contemporâneos para realização da reprodução na/da sociedade capitalista.

² Foge aos objetivos do texto fazer uma análise mais aprofundada sobre o pensamento de Henri Lefebvre e suas contribuições tanto para a tradição marxista quanto para a análise contemporânea da realidade social. A esse respeito, indica-se a leitura de outro texto de minha autoria: (Cardoso, 2016).

o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (Lefebvre, 2008, pp. 47-48)

Ainda segundo o autor, assim como a tradição marxista foi capaz de construir e desenvolver a crítica da economia política, torna-se necessário fazer a crítica da vida cotidiana³ a partir da compreensão da transformação da relação obra-liberdade — só possível através da dimensão criadora da práxis, que também compõe a vida cotidiana —, em contradição obra-instituição, redução característica da modernidade capitalista e da sua invenção da cotidianidade normalizadora do cotidiano e da práxis social.

³ E que não se confunda crítica da vida cotidiana com o inventário da vida cotidiana em diferentes épocas. Sobre isso, Lefebvre faz a crítica e estabelece a diferença. “A pesquisa assim posta em prática se distingue daquelas que constituem o objeto de uma coleção bem conhecida: a vida cotidiana em diferentes épocas. (...) A coleção consagrada à vida cotidiana embaralha e confunde os conceitos por não separar especificidade do cotidiano após a generalização da economia mercantil e monetária, assim que o capitalismo se instaurou no século XIX. Então e assim cresceu a prosa do mundo, invadiu tudo, os textos, o que se escreve, os objetos como os escritos, chegando a expulsar a poesia para longe” (Lefebvre, 1991, p. 36). Por isso, para Lefebvre, a instauração da vida cotidiana a partir desse momento e notadamente a partir do século XX, após a segunda guerra e a produção em massa de mercadorias, irá se caracterizar pela ausência do estilo, pela nostalgia do estilo e até a sua recreação, mas como simulacro, como cópia. Pois, se esvai a capacidade dos objetos, as formas, as funções, as estruturas das coisas se diferem conforme os lugares e as classes sociais. O que predominará será o repetitivo e não o estilo, ou a artificialização de “estilos” induzidos pela lógica da mercadoria, vendáveis e capazes de redução à “prosa” da mercadoria (idem).

O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa a mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formula os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação. Essa análise crítica seria estudo das opressões, dos determinismos parciais. Ela visa a virar pelo avesso esse mundo em que os determinismos e as opressões passam por racionais (...) Tornar patentes as virtualidades do cotidiano não é restabelecer os direitos de apropriação, esse traço característico da atividade criadora, pela qual o que vem da natureza e da necessidade se transforma em obra, em um 'bem' para e pela atividade humana, em liberdade? (Lefebvre, 1991, p. 30)

Para Lefebvre, a produção e a reprodução da cotidianidade só pode avançar à medida que busque incidir sobre a práxis no sentido da sua redução à dimensão da repetição. E aqui, torna-se oportuna a definição da práxis para Lefebvre.

A noção de práxis pressupõe a reabilitação do sensível e a restituição, a que já nos referimos, do prático-sensível. O sensível, como bem o compreendeu Fierbach, é o fundamento de todo o conhecimento, porque é o fundamento do ser. Não apenas é rico de significado, como também é ação. (...) Fonte de inesgotável riqueza a ser conquistada, o prático-sensível nos conduz à práxis. Ela possibilita incessantes revelações, bastando abrir os olhos para que se perceba a amplitude da práxis nesta obra humana que vai até as paisagens, às cidades, aos objetos de uso corrente, como os objetos raros (obras de arte). A unidade do sensível e do intelecto, da natureza e da cultura se nos oferece de todos os lados. Nossos sentidos tornam-se teóricos, como diz Marx, e o imediato revela as mediações que envolve. O sensível nos conduz à noção de práxis e esta descortina a riqueza do sensível. (Lefebvre, 1979, p. 30)

Ao discorrer sobre a relação conflituosa homem/natureza para analisar o conceito de práxis, Lefebvre chega, então, ao que denomina o duplo fundamento da práxis, “o sensível, de um lado, e, do outro, a atividade criadora, estimulada pela necessidade que ela transforma”. Nessa mesma direção, também chega à concepção ampliada da práxis, na relação com a poíesis⁴. “Com efeito, a práxis é, antes de tudo, ato; relação dialética entre a natureza e o homem, as coisas e a consciência (que não se tem o direito de separar, como fazem os filósofos, que os substantivam isoladamente)” (idem, pp. 34-35).

Ao analisar um dos esquemas mais difundido sobre os níveis da práxis, a relação base ou estrutura/superestrutura, Lefebvre conclui que ele negligencia a atividade humana, “a relação viva (e dupla) entre os homens e as obras. (...) Em duas palavras, eles desgastam e decompõem a noção de práxis” (Lefebvre, 1979, pp. 39-40). Assim, propõe outro esquema, para análise da práxis, também em níveis, que julga mais fiel à inspiração de Marx. Tal proposta lefebvriana sobre a triplicidade dialética da práxis guarda estreita relação com a triplicidade do espaço percebido (prática espacial), da representação do espaço concebido e das representações do espaço vivido, e lança proveitosas contribuições para a análise acerca das contradições entre vida cotidiana e sua redução à cotidianidade pela modernidade capitalista.

⁴ Segundo Lefebvre: “Devemos distinguir as atividades que se consagram à matéria daquelas que se ocupam dos seres humanos (...). Designamos os dois grupos de atividades pelos termos poíesis e práxis. A poíesis dá forma humana ao sensível; compreende as relações com a natureza, os trabalhos agrícolas, artesanais, artísticos e, de modo geral, a apropriação da natureza por parte do homem social em torno dele e dentro dele mesmo. A práxis compreende as relações entre os seres humanos, praticamente o comércio, as atividades diretivas, as funções estatais, na medida em que se vão constituindo. Em sentido amplo, a práxis envolve a poíesis; em sentido restrito ela se limita, determinando-se, designando apenas os pragmata, tarefas delimitadas entre seus membros e a sociedade” (Lefebvre, 1979, p. 34).

A práxis existe em três níveis: o repetitivo e o inovador nos dois polos e, entre os dois, o mimético. A práxis repetitiva recomeça os mesmos gestos, os mesmos atos em ciclos determinados. A práxis mimética segue modelos; pode suceder que, imitando, ela chegue a criar, mas sem saber como nem por quê; mais frequentemente ela imita sem criar. Quanto à práxis inventiva e criadora, ela atinge seu nível mais elevado na atividade revolucionária. Esta atividade pode ser exercida tão bem no campo do conhecimento e da cultura (a ideologia), como no da ação política. Contudo, a ação política concentra e condensa todas as mudanças parciais em um fenômeno total: a revolução que transforma o modo de produção, as relações de produção, as ideias e as instituições, a maneira de viver. A práxis revolucionária introduz descontinuidades no processo global sócio-histórico. (idem, p. 40)

A compreensão do nível criador da práxis só se torna possível porque o autor, ao se opor à ideia de equivalência entre determinação e determinismo, retoma a análise da práxis a partir do devir histórico, entendendo a realidade histórica enquanto totalidade aberta. É a partir desse lugar, que é teórico e prático-político, que Lefebvre irá formular também sua concepção utópica de resíduo, como expressão da síntese criadora da práxis, do movimento dialético do possível-impossível, como síntese nascida das contradições entre o formal (instituição) — sistematização que tende a ser sistêmica normalizadora e tecnocrática do real — e o substancial (obra) — crítica radical que se opõe tanto ao formalismo quanto ao niilismo e que se manifesta na forma de resíduos que, “uma vez descobertos, só reaparecem transformados, libertos das formas que os reduzem” (Lefebvre, 1968, p. 142).

Ao contrário de uma dualidade entre obra-instituição, formal-substancial, Lefebvre quer colocar em evidência as contradições que movem a vida cotidiana e a realidade social e também defender a importância sociológica do conceito de instituição. Nesse sentido, “o conceito de obra não se basta a si próprio. Aponta para um outro conceito, o de instituição” (Lefebvre, 1967, p. 143). Em outra passagem da obra *Contra os*

Tecnocratas, Lefebvre, ao refletir sobre a relação obra-instituição, relaciona a obra ao aspecto criador de uma atividade produtora e a instituição ao seu lado cristalizado, “fixado pela correspondente instituição. A terminologia acentua a unidade entre esses dois aspectos, o que ocasiona o esquecimento sempre possível” (idem, p. 147). Por isso, defenderá a necessária e constante crítica das instituições. Em um momento sócio-histórico do capitalismo, a partir notadamente da transição dos anos 60 aos anos 70 do século XX — que Lefebvre conceitua como neocapitalismo, e que reproduz as relações sociais de produção através do desenvolvimento da sociedade burocrática do consumo dirigido —, a vida cotidiana é pressionada para o seu encapsulamento pela programação da cotidianidade e a redução da práxis aos seus níveis repetitivo-mimético. As instituições exercem peso significativo para a regulação e controle, na busca de sistematização coerente, ordeira e integrada à sociedade burocrática do consumo dirigido. Tal processo reproduz a dupla ilusão do imediato no cotidiano, que se expressa através “da transparência e da evidência (‘é assim’) e a da realidade substancial (‘não pode ser diferente’)” (Lefebvre, 1991, p. 198).

De acordo com o autor, ao perguntar como se torna possível a sociedade capitalista pretender se constituir e se representar como um sistema coerente e do fim da história, fechado nele mesmo, ele responde: “Como? Mascarando suas contradições, aí incluídas as do próprio espaço, esse caráter ao mesmo tempo global e pulverizado, conjunto e disjunto. (...) Essa sociedade (...) não é sistema. Ela se esforça para isso, reunindo a coação e o emprego das representações” (Lefebvre, 2008, pp. 56-57).

A saída contra a busca do encapsulamento, do fechamento da totalidade? A resposta é a práxis e suas sínteses criadoras que não permitem a realidade social se fechar de forma sistêmica. São as sínteses criadoras da práxis, muitas vezes provisórias, instáveis, que expressam e materializam o vir-a-ser da história, e que, nesse sentido, se colocam como irredutíveis à cotidianidade e à modernidade capitalista. Nos termos de Lefebvre, a tarefa da práxis é a conquista da cotidianidade, pela crítica radical (pensamento e ação) da vida cotidiana.

(...) a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a Modernidade. Se o círculo não consegue se fechar, não é por falta de vontade nem de inteligência estratégica: é porque alguma coisa de irredutível se opõe. (...) Para quebrar o círculo vicioso e infernal, para impedir que se feche, é necessária nada menos que a conquista da cotidianidade, por uma série de ações — investimentos, assaltos, transformações — que também devem ser conduzidos de acordo com uma estratégia. (Lefebvre, 1991, p. 82)

A abertura do vir-a-ser, que expressa o movimento histórico do real enquanto totalidade aberta, é indicada por Lefebvre na vida urbana ou sociedade urbana, na reivindicação do direito à cidade como práxis da utopia, virtualidade em vias de nascimento, para restituição da obra, da apropriação, do valor de uso, da festa, do espaço diferencial. Chega-se, assim, à crítica da vida cotidiana e ao fenômeno urbano partindo-se das contradições do tempo presente, saturando-as, produzindo os resíduos como forças desestruturantes.

O conhecimento da vida cotidiana, como ensina Lefebvre (1991), é uma chave interpretativa importante para a compreensão da dinâmica de produção social do espaço, posto que o cotidiano é constitutivo e constituinte dos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas enquanto totalidade social. Logo, é no plano da vida cotidiana que as classes sociais vivem e experienciam desigualmente a cidade, os fluxos globais da divisão socioespacial do trabalho, da acumulação e da dominação capitalistas, dos conflitos decorrentes deste processo e constroem formas individuais e coletivas de enfrentamento da própria desigualdade. É do encontro entre estas práticas que se exercem em diferentes escalas no território que a vida urbana se processa e os sujeitos constroem experiências e representam o sentido de pertencimento às classes sociais e seus modos de vida.

Assim, voltando-se à cena inaugural do texto, ao se “flanar” pela cidade, pode-se concluir que os objetos materiais que formam a paisagem, como

as diferentes formas de moradia, não possuem vida própria. Torna-se necessário articular a questão da moradia aos usos dos territórios através das práticas espaciais, à crítica da vida cotidiana e ao espaço como totalidade, enriquecendo a análise com os conteúdos que animam e movimentam essas formas urbanas da cidade e suas contradições. Da mesma forma, a ação crítica transformadora sobre a cotidianidade, que inclui também as práticas da moradia, exige agir e intervir sobre o tempo-espaço da cidade, onde as relações sociais se materializam e se empiricizam, nas diferentes escalas dos territórios, incluindo os corpos dos sujeitos que constituem a primeira e mais imediata experiência relacional do espaço. Portanto, é necessário corporificar aquela cena trazendo os sujeitos que a constituem na sua diversidade e desigualdade de raça, classe e gênero. Ou seja, pensar e praticar a partir dos territórios do cotidiano e com as mulheres e homens simples da vida cotidiana.

Fechado esse primeiro segmento da análise, interessa, agora, refletir sobre as dimensões pedagógicas para a construção dessa práxis urbana, sobre qual é o lugar atribuído ao conhecimento de senso comum no cotidiano e na história, como nos ensina e provoca Martins (2000), e sob quais mediações o Serviço Social pode ser inserido nessa reflexão.

Diálogos com a dimensão pedagógica da práxis

No ano de 2019, o grupo de estudos sobre espaço urbano vida cotidiana e Serviço Social (UrbanoSS)⁵ propôs a realização de uma série de quatro encontros de estudo, a partir do seminário A produção social do espaço urbano e a interseccionalidade das relações sociais de raça, gênero e classe⁶. O conjunto desses encontros e a perspectiva analítica da interseccionalidade produziram questionamentos importantes na minha própria perspectiva de pesquisadora e professora que se debruça teórica e praticamente sobre o campo da problemática urbana e das práticas espaciais, notadamente a contribuição dos pensamentos e práticas feministas e antirracistas. Quero ressaltar, aqui, o impacto pedagógico, em particular, provocado pela leitura do texto “Dança de sentidos: na busca de alguns gestos”, de Ribeiro (2010). Tal sentimento foi possível, pois encontrou solo já fertilizado tanto pelas ações extensionistas, desenvolvidas junto às lutas pela defesa do direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro, quanto pela retomada das leituras e estudos em educação popular, tendo em vista a pesquisa do pós-doutorado iniciado em 2016.

Assim, quero “chamar para a conversa” desse texto as contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro (2010), com o objetivo de iniciar algumas reflexões sobre a dimensão pedagógica da práxis da vida cotidiana e sua

⁵ O UrbanoSS é um grupo de estudos que está sob minha coordenação e da professora Daniele Brandt e conta com a participação de estudantes da graduação e da pós-graduação em Serviço Social da Uerj. Sua origem, em 2016, foi motivada pela criação de um espaço comum para orientação coletiva dos alunos da pós-graduação e da graduação sob minha orientação, a partir de temas e problemáticas de estudo sobre o urbano. Através da construção dessa forma coletiva e dialógica de estudo, tem sido difundido e compartilhado, dentre outros conteúdos, o pensamento lefebvriano no processo de formação acadêmica. Nesse sentido, o UrbanoSS já conta com produções de monografias de graduação, teses e dissertações que propõem, de forma diversificada, o diálogo dos seus objetos de estudo com a obra e o pensamento de Lefebvre, bem como com a teoria social e geográfica crítica sobre a produção social do espaço.

⁶ As professoras convidadas para contribuir nos estudos do seminário foram: Ana Paula Procópio (FSS/Uerj), Carla Cristina Almeida (FFS/Uerj), Rossana B. Tavares (EAU/UFF) e Tatiana Dahmer (ESS/UFF).

gramática da existência. A partir de ideias centrais de algumas de suas obras, o texto estenderá o convite ao diálogo com José de Souza Martins (2000), Miguel Arroyo (2014) e Paulo Freire (2011, 2014) e retomará pontos alinhavados na primeira parte do texto. Pretende-se, assim, com esse último segmento do capítulo, contribuir para a formulação de um campo de questões que, de forma mediada, considero relevante para as dimensões do trabalho e da formação em Serviço Social.

Ribeiro (2010) constrói cuidadosamente uma linguagem-imagem, a partir de uma cena que se desdobra, dando ritmo ao texto. A cena coloca em movimento a figura do “analista urbano” nos cinco tempos de construção, desenvolvimento e apagamento de um círculo riscado na terra “para apresentação de arranjos de ideias que, apoiados na reflexão dos jogos sociais, resistssem à racionalidade dominante” (idem, p. 37). Junto com os movimentos, o analista/estudioso é confrontado com três tangentes que tensionam o círculo, com perguntas e inquietações que pretendem confrontar o que Ribeiro identifica como “racionalidade dominante” nos estudos urbanos. Mas qual racionalidade Ribeiro pretende confrontar? Nas suas palavras,

A reflexão da cidade capitalista introduz, com insistência, o tema da alienação. Um estado descolado ou falso da consciência decorrente da força das ideologias, do artificialismo da experiência urbana, do utilitarismo e da imposição de orientações culturais correspondentes, de forma sistemática, aos interesses dominantes. É a partir dessa reflexão da experiência urbana que hoje o pensamento crítico, de maneira por vezes automática, denuncia o aumento do consumismo, do individualismo e da competitividade sem regras e nem limites. (...) Sem me opor aos termos mais amplos dessa reflexão, relacionados ao exame da evolução recente do capitalismo e baseados em gritantes evidências, gostaria de dizer que a temática da alienação, como mote isolado da leitura das condições urbanas de vida, traz o risco do julgamento precipitado e, até certo ponto, arrogante da

experiência social. Esse risco manifesta-se, de forma mais incisiva, quando não são deixadas portas abertas para a possibilidade de que o comportamento classificado como alienado esconda uma acomodação consciente, e apenas tática, a valores dominantes ou, ainda, estratégias de ajuste a situações consideradas insuperáveis num determinado tempo e lugar. Dessa maneira, a ênfase na alienação pode transformar-se no indesejável sustento de interpretações da vida urbana que apenas reiteram a eficácia dos mecanismos de dominação. (idem, p. 26)

Dessa forma, Ribeiro identifica algumas tendências que materializam a narrativa dessa racionalidade hegemônica: 1) acento excessivo nos mecanismos de dominação de corpos dóceis; 2) não reconhecimento do senso comum como conhecimento na/da vida cotidiana; 3) abordagem desesperançada do pensamento que se pretende crítico; 4) abandono da tentativa de construção de uma perspectiva dialógica do conhecimento aberta aos “muitos outros” da vida cotidiana; 4) transformação do estudioso/analista urbano em “rigoroso juiz teórico da experiência urbana” (idem, p. 29), levando ao encapsulamento do arcabouço teórico e dos procedimentos metodológicos, pela perda de proximidade com “a ação espontânea, os encontros e a viração” (ibidem) da vida cotidiana, em uma espécie de “caixa de ferramentas multiuso” (ibidem); 5) perda da sensibilidade para observação, descrição e compreensão dos jogos sociais, muitas vezes inseguros e movediços, da vida cotidiana que constroem “acordos tácitos e pactos circunstanciais em situações adversas” (Ribeiro, 2010, p. 30); 6) dificuldade de valorizar a variação e a articulação dialética entre as escalas macro e micro da vida urbana, levando ao predomínio do que é macro/estrutural e à perda da capacidade de compreensão das passagens e porosidades entre o que é global, estruturante e o que é micro e insignificante, no plano do cotidiano e do lugar. É no movimento das passagens e das articulações — e não na anulação de uma dessas dimensões e escalas da práxis e do espaço urbano — que se criam as ações que interrompem a cotidianidade.

Ainda sobre as reflexões de Ribeiro, interessa destacar a ideia de três tangentes à imagem dos círculos riscados na terra, que expressam perguntas e questionamentos às tendências da referida racionalidade. Particularmente, pretende-se destacar algumas dessas perguntas pela convergência que possuem com as inquietações que motivaram a escrita de nosso texto, explicitadas inicialmente. Assim, Ribeiro pergunta: “De quem é a alienação?” (Ribeiro, 2010, p. 29); “Permaneço, nos estudos urbanos, anseios (irrefletidos) por uma consciência pura, limpa, despoluída?” (ibidem); “Quando e onde acontece a ruptura da reprodução sistêmica do cotidiano?” (Ribeiro, 2010, p. 32); “Como acontece, atualmente, a tensão entre visibilidade e invisibilidade?” (idem, p. 37).

Partindo desses questionamentos, Ribeiro nos ajuda a aprofundar a centralidade da vida cotidiana para os processos investigativos e formativos sobre as práticas socioespaciais e a transformação da vida urbana, assim como nos coloca diante dos riscos abertos para a produção do conhecimento e para a intervenção na realidade urbana quando nos afastamos das dinâmicas de copresença da vida cotidiana e dos territórios onde suas dinâmicas acontecem, ou quando os avistamos apenas à distância e do alto, a partir das instituições onde atuamos, como a universidade e as políticas sociais. Distanciamos-nos, assim, da capacidade de “reconhecer brechas, fraturas e passagens deixadas sem tratamento, pela instalação da última versão da cidade capitalista” (idem, p. 28). E, de igual forma, afastamos-nos

da cumplicidade e da empatia que viabilizam a vivacidade, a sagacidade e a dança dos corpos que conquistam a co-presença e a superação do anonimato em meio às frágeis (e também brutais) circunstâncias criadas pela acumulação urbana. Conquista e superação, vivenciadas no cotidiano e em espaços adversos, que criam instáveis territorialidades, onde deveriam imperar, unicamente, os resultados de políticas urbanas excludentes e a materialidade que destila evidentes intuitos de apartação social. (...) Sem o contato com essas ações — cuja apreensão exige a valorização

do instante, de códigos grupais e de linguagens corporais — o pensamento crítico abandona experiências que enlaçam energias sociais e preenchem o cotidiano confeccionando tecido urbano novo. (ibidem)

As reflexões de Martins sobre a vida cotidiana também podem ser aqui chamadas ao diálogo, especialmente a sua defesa de trazer o cotidiano para o campo da reflexão científica sobre o “fazer história”. Assim, no centro da cena também está “o homem comum fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida” (Martins, 2000, p. 12). Tal visão é contraposta por Martins à redução equivocada da vida cotidiana à vida privada e, mais especificamente, aos espaços da casa e da intimidade — que desconsidera, inclusive, as incompletudes da modernidade capitalista no Brasil e, em especial, as imensas porosidades entre as demarcações do que é público e privado. Da mesma forma, o autor recusa a visão que identifica a vida cotidiana como representação de um refúgio para o desencanto dos céticos em relação à vida, mas também não poupa de críticas a concepção que, reivindicando a dialética, defende que “só a conversão consciente ao projeto da revolução pode revolucionar a vida” (idem, p. 57).

Martins, inspirado em Lefebvre, formula uma compreensão da vida cotidiana, na direção das reflexões aqui elaboradas, que se articula à reprodução das relações sociais, à dimensão criadora e não só repetitiva da práxis e à dialética do possível-impossível representada através do conceito lefebvriano dos resíduos, quando se coloca a possibilidade de interrupção da cotidianidade.

A reprodução social, lembrou Lefebvre mais de uma vez, é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada das contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações — não há repetição do velho

sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo. É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História — o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instala as condições de transformação do impossível em possível. Heller disse que só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. (...) Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser mais manipulada. (...) é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar voz à História. (Martins, 2010, pp. 63-64)

Na convergência das reflexões de Ribeiro e Martins pode-se flagrar a preocupação com a construção de um conhecimento que se contraponha à produção social do esquecimento e da invisibilidade dos sujeitos comuns da vida cotidiana, que recuse a subordinação do cotidiano à produção social de anônimos (Ribeiro, 2001) e que, nesse sentido, não produza um olhar externo descontextualizado que alisa e apaga o outro, as contradições no e do espaço e nas relações sociais.

Pensamos, por exemplo, na necessária crítica à invisibilização das formas de opressão de gênero e raça pelas análises urbanas das práticas socioespaciais e pelas práticas profissionais que atuam diretamente sobre a regulação da vida nos territórios, especialmente nos territórios

da moradia. Torna-se, assim, importante a construção de processos de investigação, formação e intervenção profissionais que sejam capazes de analisar de forma interseccional⁷ as relações sociais que produzem o espaço e a vida cotidiana e de construir de forma coletiva e dialógica repertórios de ação comprometidos com a não reprodução de práticas opressoras nos territórios de vida. Contudo, assim como o espaço não é mero “pano de fundo” do real, a interseccionalidade também não é mero campo temático a partir do qual se posicionam relações de gênero, raça e classe no espaço, mas sim uma perspectiva analítica de compreensão dos processos de produção e reprodução das relações sociais, das práticas espaciais, das contradições no e do espaço e na relação entre cotidianidade e vida cotidiana.

A história de Carolina de Jesus, contada por ela através de seus diários, transformados em livro, ao narrar a sua história e a de seus filhos na favela do Canindé, antes da remoção de seus moradores para a construção da Marginal Tietê, em meados dos anos 1960, descreve também a vida cotidiana de muitas mulheres negras da “maloca”, como também era chamada a favela, que tiveram suas trajetórias biográficas atravessadas pelas temporalidades das transformações desiguais e violentas da cidade capitalista, defendidas sob o registro do progresso contra a necessária remoção do atraso, a favela e seus moradores. Catar papel nas ruas da cidade; pegar água na bica da favela; deixar os filhos dentro de casa enquanto sai para trabalhar na rua; passar por invisível em alguns territórios da cidade e estabelecer redes de contatos da sobrevivência em outros, a exemplo do que Certeau (2014) poderia chamar de modalidades da ação ou formalidades das práticas que criam táticas transformadoras das incertezas em saberes práticos astutos da sobrevivência; trabalhar para ter um pouco, às vezes, muito pouco ou nada do que comer naquele dia; lavar roupa “pra fora”;

⁷ Para a compreensão do conceito de interseccionalidade, partimos da contribuição do pensamento feminista, notadamente de Patrícia Hill Collins (2019), Carla Akotirene (2019) e Cecília Sardenberg (2015).

receber uma vez ou outra alguma doação de igreja ou obra assistencial; andar sobre terra batida; morar em barracão de madeira e olhar o sol e a chuva entre suas frestas; são todas cenas do cotidiano de uma mulher negra e pobre vistas a partir da cotidianidade. Mas, além disso, são também cenas que só puderam ser visadas e lidas porque, ao romper o silêncio da naturalização das desigualdades e opressões, essa mulher negra inscreveu, na história, a possibilidade de interrupção da cotidianidade através da reflexão, da indignação e da criação contidas na escrita dos diários, transformados tardiamente em literatura, como ato que resiste ao anonimato social de uma vida desigual, precária e opressora.

Chega-se, assim, à última questão, para fechar as reflexões, que ficará mais nos apontamentos do que na capacidade de aprofundamento — merecendo fundamentação e problematização futuras. Trata-se da contribuição de Miguel Arroyo (2014) acerca da sua reflexão da relação entre pedagogias da subalternização e pedagogia emancipadora da produção do viver.

As chamadas pedagogias da subalternização, segundo Arroyo, caracterizam a história das formas de dominação na formação brasileira, desde as origens da colonização aos dias de hoje, e pressupõe a elaboração e o exercício de uma práxis da violência e da desumanização. Isso faz com que o autor se refira a essas pedagogias também como pedagogias da des-humanização. No dizer de Arroyo (2014, pp. 74-75),

Essas pedagogias de des-humanização, não obstante, têm sido as mais eficazes porque brutais e sacrificiais. (...) adquirem força pedagógica porque colados a formas brutais de subversão material da vida cotidiana pela sua standardização, pela perda de formas de sociodiversidade coladas às especificidades das formas de fazer a vida. (...) Quando a cotidianidade do viver é subvertida se subvertem identidades, memórias, culturas, saberes porque se subvertem as ações, experiências coletivas e as relações sociais que as informam e dão significado. Um padrão de poder/saber/destruição das bases do viver tão específico e tão persistente em todas as empreitadas colonizadoras e incorporado na pedagogia capitalista.

Para Arroyo, as referidas pedagogias da subalternização e sua práxis de violência e desumanização operam sobre a produção desigual do uso e da ocupação do espaço, reproduzindo e não desatando o chamado “nó da terra”, que se vê cativa da lógica da mercadoria, dos processos desiguais e violentos de valorização e acumulação capitalista e de seus discursos e projetos de desenvolvimento em nome do progresso. Se a terra é cativa e subordinada à instituição da propriedade privada e ao valor de troca, os modos de vida a elas associados também os são, se subalternizam ou até se exterminam. Como afirma Arroyo, “só nos tornamos visíveis, existentes em espaços, territórios, terra. Desterritorializar esses coletivos sociais para torná-los inexistentes, invisíveis foi e continua a ser a empreitada político-pedagógica mais perversa em nossa sociedade. Mais antipedagógica” (idem, p. 76).

Contudo, como observa o autor, os sujeitos que sofrem os processos de subalternização também elaboram suas pedagogias de resistência de luta contra a destruição material e simbólica do viver e questionam o lugar da subalternidade e da des-humanização a partir de seus territórios, identidades e lugares da vida cotidiana, mediados por processos culturais e políticos de formação humana mais ampla. Reivindicam serem agentes de formação dos seus próprios processos, inventores também de pedagogias populares enraizadas em coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero e camponeses que, ao questionarem o lugar da subalternidade, ressignificam os princípios de direito, igualdade, cidadania, humanidade a partir de horizontes de lutas e de libertação/emancipação (Arroyo, 2014). Seguindo o ensinamento de Paulo Freire (2014), inspirador do pensamento de Arroyo, pode-se dizer que a reivindicação do lugar de criação e invenção de pedagogias populares expressa um “saber de experiência feito” que se põe a caminho para superá-lo e não ficar nele (Arroyo, 2014, p. 98), assim como aponta para a relação entre “situações-limite” e o “inédito-viável”, enquanto dimensão utópica, criadora da práxis. As situações-limite são históricas e só ocorrem a partir da relação homem-mundo, através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que

ocorrem situações-limite. Como ensina Freire, situações-limite exigem atos-limite que somente o homem pode exercer através da práxis como dimensão histórica de transformação humana da realidade, de transformação de si e, simultaneamente, de criação da história e da cultura.

Pode-se concluir afirmando que a crítica da produção social do espaço e da vida cotidiana importa para a compreensão da vida social como totalidade e para o fortalecimento da dimensão contraditória e aberta da práxis à criação dos resíduos que interrompem a cotidianidade e das lutas por apropriação dos territórios como obra coletiva. E, por último, lançar um desafio às práticas e saberes profissionais do Serviço Social, na sua dimensão pedagógica crítica: a necessidade de se estar nos e se relacionar com os territórios de vida para reconhecer, trabalhar, valorizar e aprender de forma dialógica⁸ com as pedagogias populares da produção do viver, nos termos de Arroyo, e com a pedagogia crítica da esperança, a exemplo dos ensinamentos de Paulo Freire, que nos estimulam a refletir e agir dialogicamente no reconhecimento e na construção do “inédito viável”.

⁸ A dimensão dialógica é estruturante do pensamento de Paulo Freire e particularmente da pedagogia do oprimido. Por partir da relação entre ação-reflexão, Freire afirma que “não há palavra verdadeira que não seja práxis”. E, por isso, a palavra que não se compromete com tal dimensão da práxis é chamada de “palavra oca”, ao passo que a que enfatiza apenas a ação se converte em “ativismo”. Para Freire (2011, p. 109), “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” e encerra um compromisso com a práxis transformadora. Assim, o diálogo é entendido como exigência existencial de compromisso com o mundo. Por isso, para Freire, sujeitos dialógicos são sujeitos comprometidos com o mundo, e, assim, a palavra não pode se tornar um privilégio, nem o conhecimento uma espécie de conteúdo a ser depositado ou transmitido por alguém privilegiado por possuí-lo, em alguém desprovido de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos. Outras pedagogias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- CARDOSO, Isabel C. C. *Produção do espaço, vida cotidiana e fenômeno urbano: contribuições do pensamento de Henri Lefebvre à tradição marxista e à formação profissional do Serviço Social*. In: XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2016,
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- COLLINS, Patrícia H. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. O mundial e o planetário. *Revista Cidades*. São Paulo: vol. 12, nº 21, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª éd. Paris, Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início de 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf . Acesso em 12 de agosto de 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

- LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. *Contra os tecnocratas*. Lisboa: Moraes Editores, 1968.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo, Edusp, 2001.
- MARTINS, José de S. *A sociabilidade do homem simples*. Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; LOURENÇO, Alice. Discurso tentativo sobre o anonimato. *Sociedade e. Estado*. [online]. vol.16, n.1-2, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a06.pdf>. Acesso em 15 de março de 2015.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITO, Fabiana D. e JACQUES, Paola B. *Corpocidade*. Debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.
- SARDENBERG, Cecília M. B. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidade na dinâmica das relações sociais. *Mediações*. Londrina: V. 20, nº 2, pp. 56-96, jul./dez. 2015.

Questão ambiental e o direito à cidade: tecendo mediações entre o campo da ecologia política e o serviço social¹

SUENYA SANTOS

Introdução

Adentramos 2020 tomados por um conjunto de fenômenos naturais avassaladores, agravando e tornando mais evidentes as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais, que são de ordem histórico-estrutural. Não obstante, se ficarmos presos a tais fenômenos, sem traçar as mediações necessárias com a materialidade do tempo presente, corremos o risco do senso comum nos atrair para explicações apocalípticas², negando a ciência e a luta política que a envolve. Destarte, na atualidade encontramos uma série de elementos oriundos da questão

¹ O convite para a elaboração desse artigo foi aceito como um desafio que expressa um esforço que vem sendo construído no âmbito do Grupo Temático de Pesquisa Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social da ABEPSS, na perspectiva de contribuir para uma análise articulada dessas dimensões da questão social na totalidade da vida social. Como se trata da proposição de um debate introdutório entre o Serviço Social, ecologia política e questão urbana, ao longo do texto convido os/as leitores/as a outras leituras para aprofundamento acerca da temática. Registra-se que o artigo foi elaborado em meio à chegada e à disseminação da pandemia do coronavírus no país, configurando um verdadeiro genocídio em função das ações de governo que aviltam as populações mais empobrecidas, o que tornou esse processo de elaboração ainda mais desafiador.

² A palavra apocalipse tem origem grega e significa tirar o véu do obscuro, ou seja, revelar. No sentido bíblico, o livro Apocalipse de João sobre o juízo final trouxe previsões sobre tragédias naturais e sofrimento humano, que acabaram sendo secularizadas pela religião judaico-cristã. Com o domínio da Igreja Católica na Idade Média, tornou-se senso comum associar apocalipse à hecatombe, à ideia de fim do mundo.

ambiental que nos convocam a uma reflexão crítica para transcender o senso comum. Nesta perspectiva, recorremos ao método dialético, ancorado no materialismo e na historicidade, para nos auxiliar na compreensão das questões agrária, urbana e ambiental como integrantes de uma totalidade dialética que expressa um desenvolvimento particular do capitalismo.

Na entrada do século XXI, a incidência de fenômenos naturais que parecem anunciar o fim do mundo, somados a doenças advindas de uma produção agropecuária que destrói o meio ambiente, se intensificaram. Apenas em 2020, ocorreram grandes incêndios, inundações, ondas de calor, pandemia do coronavírus, dentre outros fenômenos³. Contudo, não se trata de uma novidade, pois há algumas décadas, a ciência, notadamente o campo da ecologia política, acompanha e anuncia que viveremos uma intensificação de pandemias, furacões, tsunamis, degelos, ondas de calor, aumento de períodos de estiagem, inundações severas etc. Ou seja, as mudanças climáticas, fruto do aquecimento global, se tornarão cada vez mais presentes na vida social. Nesse contexto, nosso desafio no presente artigo é pensar a questão ambiental e o direito à cidade, suscitando um debate que supere o obscurantismo e o negacionismo no que se refere ao aquecimento global e às mudanças climáticas e seus efeitos sociais, que incidem de forma bastante desigual entre classes sociais, grupos étnico-raciais, gêneros e sexos.

Nosso objetivo é buscar compreender e relacionar a questão ambiental, notadamente como expressão da crise ecológica, ambiental e civilizatória na qual estamos imersos/as, e o direito à cidade nessa fase mais recente do desenvolvimento econômico na particularidade brasileira. Não temos a pretensão de traçar mediações com o conjunto da diversidade regional em nosso país, mas de buscar tendências que acompanham o

³ Desde o início do ano tivemos grandes incêndios na Austrália, no Brasil (Pantanal, Cerrado, Amazônia), nos EUA (Califórnia, Oregon, Washington), fortes inundações no Brasil (em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) e ondas de calor de grandes proporções em regiões frias (Antártica, Groelândia, Sibéria)

desenvolvimento particular do capitalismo globalizado em suas expressões urbanas, rurais e ambientais.

No capitalismo mundializado, a questão ambiental é central para a civilização que, indubitavelmente, depende do planeta para produzir e reproduzir-se econômica, política, cultural e socialmente. Em “Tudo pode mudar” (*Tout peut changer*, 2015), Naomi Klein aborda sobre o negacionismo do aquecimento global pela direita estadunidense, com amparo científico custeado por empresas capitalistas. Cabe registrar que, para a permanência da acumulação capitalista, a ideia de infinitude dos bens naturais e de avanço da apropriação privada dos mesmos é essencial. Não por acaso, os grandes setores do agronegócio, da indústria farmacêutica, da mineração e petróleo, têm seus próprios centros de pesquisa. Nesse cenário, é preciso disputar a ciência, defendendo o investimento público em educação, pois esse campo também é atravessado pela luta de classes e por um conjunto de opressões de origem eurocêntrica. Dessa forma, convocamos as universidades públicas ao adensamento da produção de conhecimento a partir da realidade e suas lutas sociais, confrontando a economia política e todo seu aparato ideológico que coloca o lucro acima da vida. O Serviço Social brasileiro construiu uma história, ao longo dos últimos 40 anos, de compromisso com uma perspectiva de práxis emancipatória, devendo permanecer avançando numa formação profissional atenta aos desafios da realidade social que possa se desdobrar num trabalho profissional coerente com o projeto ético-político profissional.

Ecologia política nos marcos do neoliberalismo

O campo de conhecimento da ecologia política nasce em concomitância com a crise estrutural do capital no final dos anos 60. Num primeiro momento, surge da crítica ao produtivismo, ao consumismo e seus efeitos ambientais. Contudo, rapidamente passa a ser incorporado ao ideário

do próprio processo da acumulação de capital, por meio das conferências da ONU sobre meio ambiente e das Conferências das Partes, que pactuam ações para a redução do aquecimento global⁴. Desde então, os termos “ecologia”, “natureza”, “meio ambiente”, “questão ambiental”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, dentre outros, passam a fazer parte de forma crescente da sociabilidade mundial. Mas o que essas terminologias escondem?

Na perspectiva de buscarmos a essência, indo além do que a aparência desses termos denotam, provocamos o Serviço Social brasileiro a mergulhar de forma permanente nos estudos sobre ‘ecologia política’ para colaborar na construção de um processo emancipatório que não ignore, nem tampouco subestime, a destruição ambiental promovida pela forma capitalista de produzir e se reproduzir e seus riscos para a humanidade. Em síntese, ecologia política congrega uma série de conhecimentos, metodologias e práticas sobre as relações de poder no que diz respeito à intervenção humana no meio ambiente, colocando no centro das relações produtivas e sociais a dialética entre a humanidade e a natureza. Dessa forma, o campo da ecologia política vem pautando a questão ambiental, dando ênfase ao modo de produção industrial na sua fase mais recente hegemonizada pelo capital financeiro, como origem da crise ambiental e civilizatória na qual estamos inseridos/as. A partir desta *démarche*, defendemos que o campo da esquerda precisa superar o negacionismo quanto ao aquecimento global. Escapa desse artigo um aprofundamento sobre a temática, contudo tomamos como referência os estudos que fazem uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo no século XX, sobretudo no pós-II Guerra Mundial, o aquecimento global e, consequentemente, a intensificação de alterações climáticas que atingem o mundo

⁴ Para aproximação com a historicidade do campo da ecologia política, conferir: Santos, Suenya. Para a crítica da ecologia política. In *Revista Universidade e Sociedade*, 60. ANDES-SN, 2017. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/676edb965130e08df9dfd63efe095891_1548264721.pdf.

de forma bastante desigual⁵. Ou seja, por trás da palavra “ecologia” ou qualquer outra que nos remeta à relação entre humanidade e natureza, se esconde um processo bastante intenso de desigualdade oriundo do modo de produção capitalista.

No enfrentamento ao imperialismo financeiro que reina nessa entrada no século XXI, há questões estruturantes particularizando o desenvolvimento do capitalismo que aprofunda e se beneficia de desigualdades não apenas de classe, mas de raça/etnia, gênero/sexo e ecológicas. Esse arcabouço de desigualdades precisa ser desvendado e trazido à tona no sentido de pensar um horizonte emancipatório, que supere opressões históricas e estruturais. Nos termos de Keucheyan,

Se, como disse Marx, o capital é uma “relação social”, essa relação integra à sua lógica a “natureza” ou o “meio ambiente”. Em síntese, a interseção entre a classe, a raça e o gênero, deve ser completada por uma quarta dimensão, que a complexifica ao mesmo tempo em que se complexifica pelas outras três: a natureza. (2014, pp. 41-42, tradução livre)

Desde sua origem, esse sistema lucra a partir da apropriação privada dos meios de produção, expropriando a natureza e explorando trabalhadores. Antes mesmo da consolidação de relações produtivas capitalistas, já havia a renda da terra, que foi herdada e aprimorada no processo de acumulação de capital. Nessa transição econômica, agregou-se a ideia

⁵ Como uma introdução à temática sugerimos as reflexões de Michael Löwy, em especial *Écosocialisme — l’alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et Une Nuits, 2011. E, para aprofundamento, sugerimos Marques, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3ª edição revisada. Campinas: Editora Unicamp, 2018. O autor traz, em uma passagem: “Dado que em 2016 as emissões de GEE [Gases Efeito Estufa] foram de 53,4 bilhões de toneladas e que elas continuam a aumentar, as projeções do IPCC [Intergovernmental Panel on Climate Change] e do Met Office coincidem em sugerir que a meta do Acordo de Paris será cruzada em finais do próximo decênio, o que é, de resto, consistente com a projeção de Michael Mann de que atingiremos os fatídicos 2°C em meados dos anos 2030” (p. 676). Ou seja, a previsão para 2050 foi antecipada para 2030, nos desafiando a intensificar as lutas políticas em defesa da vida.

de que os bens naturais seriam uma fonte de riqueza inesgotável. Um marco histórico e estrutural desse processo foi a acumulação primitiva, que cria as condições para uma nova forma de produzir e se reproduzir. Ainda que esse processo seja bastante amplo, com diversas ações concomitantes⁶, aqui queremos dar destaque ao cercamento de terras que apartou o homem do seu principal meio de produção, a terra, tornando-o livre para ser explorado pelo sistema em germinação. Chesnais e Serfati nos chamam a atenção, assim como um conjunto de autores/as, para o fato de que a acumulação primitiva permanece se renovando até a atualidade a partir da expropriação de territórios e direitos das populações tradicionais:

Marx colocou o processo de expropriação do campesinato no cerne dos mecanismos de acumulação primitiva. Mas, esse processo nunca deixou de existir e prossegue até nossos dias, e não é atribuível somente às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), por mais que seja necessário incriminá-las. É no núcleo das relações de produção e de dominação que ele se situa. (Chesnais & Serfati, 2003, p. 52)

Dessa forma, o processo de expropriação de terras abre caminho para um conjunto de técnicas desenvolvidas com o intuito de acelerar o processo de extração de bens naturais, a partir da exploração da força de trabalho, em diferentes escalas pelo mundo, a depender do nível de organização dos trabalhadores. Com o adensamento dessa organização, na fase de hegemonia do capitalismo monopolista, o Estado assume o papel de mediador central na relação entre capital e trabalho para responder às expressões da questão social.

Sobretudo a partir do capitalismo monopolista, cujo espraiamento se deu fortemente ancorado no papel do Estado, administrando funções

⁶ Conferir: Marx, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. *O capital* — crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas).

políticas e econômicas, se desenvolveu uma dinâmica imperialista do capital sobre um conjunto de nações, estimulando a intensificação da produção e do consumo de mercadorias. Por outro lado, o produtivismo também se fez presente nas Repúblicas Socialistas Soviéticas, com uma aposta intensa na industrialização e degradação ambiental como forma de competir com a produção e o comércio capitalista em escala internacional.

Por caminhos diferentes, o produtivismo avançou no pós-II Guerra Mundial, no cenário da guerra fria. No mundo capitalista ocidental, a experiência do *Welfare State* em parte da Europa torna-se uma referência internacional para a luta dos trabalhadores. Assim, os direitos sociais se tornaram moeda de troca para alavancar o desenvolvimento do capitalismo a partir do reconhecimento de demandas históricas dos trabalhadores por meio da criação de um conjunto de políticas trabalhistas e sociais. No mundo socialista oriental, a socialização dos meios de produção e a economia planificada se tornaram pilares para um produtivismo com sérios efeitos culturais e ambientais⁷.

Num cenário de crise do capital instalada entre os anos 1960/1970, somado ao esgotamento do socialismo real nas Repúblicas Soviéticas e à queda do muro de Berlim em 1989, a sociabilidade capitalista prevaleceu reivindicando para si o fim da história, como se fosse o grau máximo civilizatório. De fato, foi uma vitória ideológica incontestável, pois o desenvolvimento do capitalismo passou a ser aceitável e justificável não apenas sem ampliação dos direitos trabalhistas e sociais, mas com a perda dos direitos conquistados. Torna-se um fato consumado que a experiência do *Welfare State* se restringiu a uma região muito pequena do continente europeu e vem sendo dirimida de sua força ao longo da crise estrutural do capital.

⁷ Cabe registrar que a experiência stalinista rompeu com a perspectiva emancipatória defendida por Marx e Engels.

Assim, o neoliberalismo, a partir da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002)⁸ que se instala a partir dos anos 1970 e se aprofunda a partir de 2008, passa a ser uma orientação política que conduz a uma nova fase de acumulação de capital hegemônica pelo setor financeiro da burguesia. A pauta neoliberal altera os rumos da produção para a recuperação da taxa de lucratividade, flexibilizando as relações trabalhistas, privatizando serviços e empresas públicas e reduzindo direitos sociais como condição para empréstimos dos organismos financeiros internacionais para as nações. O resultado, sobretudo nos países do hemisfério Sul, conhecemos bem, e o período da pandemia do coronavírus apenas escancara um processo de décadas de crescimento acintoso de desigualdades.

Se os direitos sociais no mundo ocidental e a estatização dos meios de produção nas experiências socialistas alavancaram a economia por meio da industrialização, outro pilar elementar foi a disputa tecnológica e bélica na geopolítica internacional. Houve um forte investimento em tecnologias, inovando formas de exploração de bens naturais que são fonte de energia para a produção de mercadorias, a exemplo da mineração, exploração de petróleo, gás, água. Ademais, se avançou também na produção de comida, não necessariamente alimento, mas de *commodities* de interesse do agronegócio. Esse processo se caracteriza pela apropriação/ roubo/ pilhagem não apenas de territórios, mas de saberes e culturas milenares. Não por acaso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) aprovou a patente de organismos vivos em 1994. O objetivo foi de promover mutações genéticas de “melhoramento” de sementes para tornar a produção agrícola dominada por tecnologias desenvolvidas por grandes corporações, tirando a autonomia produtiva e cultural da mão de agricultores do mundo inteiro. A ironia desse processo é a alegação de que é preciso aumentar a produção agrícola no mundo para acabar

⁸ Grosso modo, Mészáros (2002) compreende que o capitalismo se encontra em uma crise estrutural, e não cíclica, que só se aprofunda, colocando a humanidade em risco, tendo em vista seu acúmulo expansionista, destrutivo e incontrolável. Mediante essa análise, o autor defende a recuperação da ofensiva socialista, pois não há como superar a ruptura sociometabólica promovida pelo modo de produção capitalista, sem superação do próprio sistema.

com a fome. Não obstante, essa insiste em permanecer como resultado desse mesmo processo de expropriação de terras, saberes, direitos.

Assim, o imperialismo do século XXI revela cada vez mais sua face predatória, com a miséria humana e a destruição ambiental sendo o outro lado da moeda do ganho financeiro e sua sanha pela mercantilização crescente da vida. Sob a cartilha neoliberal, Estados se endividam para sustentar o capitalismo e pagam com perda avançada de autonomia e de soberania política, de direitos, de territórios, de bens naturais, de riqueza, de vida, o que as populações que vivem e trabalham na cidade, no campo e nas florestas conhecem bem. Esse processo se traduz em convivência cotidiana com desemprego, empregos precarizados (com o fenômeno mais recente da uberização), violência, doenças físicas e mentais, fome, dentre outras expressões. Fome não apenas de alimento saudável, mas de direitos, como acesso à terra, à renda, à saúde, à educação, à moradia digna com abrigo seguro, ao meio ambiente, à cultura etc. Fome de um horizonte emancipatório. Ao fim e ao cabo, a mercantilização da vida se torna um grande motor no processo de acumulação no capitalismo, avançando sobre territórios, serviços, bens naturais, direitos, organismos vivos, vida humana. A esse respeito, Chesnais e Serfati nos recordam:

É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob dominação imperialista. Também é impossível dissociar as formas econômicas da dominação e da violência de suas formas políticas e militares. (Chesnais & Serfati, 2003, pp. 43-44)

Com o avanço do neoliberalismo, não só a ampliação dos direitos da classe trabalhadora está obstaculizada, como vivemos um retrocesso avassalador com a perda de direitos duramente conquistados. Essa combinação de superexploração da força de trabalho e degradação ambiental indica os desafios que temos no tempo presente, com os quais o Serviço Social colabora com uma reflexão aprofundada na formação profissional

possibilitando um exercício profissional mais coerente com as demandas sociais. Contudo, precisamos avançar no aprofundamento de determinados elementos estruturais dessa fase do capital para adensar nossa contribuição, colaborando com a ressignificação dos sentidos do trabalho e da vida para além da sociabilidade que vigora.

Assim, é fundamental uma apropriação crítica do debate sobre aquecimento global, dialogando com o campo interdisciplinar da ecologia política. Um modo de produção assentado em combustível fóssil, em desperdício de água, no “direito de poluir”, em mercantilização permanente da vida precisa de uma mudança radical sob pena de colocar em risco a vida de frações cada vez maiores das populações mais expostas aos efeitos das desigualdades na crise civilizatória atual, como mulheres, indígenas, negros, migrantes pobres, população em situação de rua, população lgbtqi+. Portanto, é preciso romper com essa visão que despreza, ignora e, mesmo, nega que nossa existência só é possível em relação à natureza como nosso meio ambiente, nossa fonte de vida.

Em função do aquecimento global, a economia e o conjunto da reprodução da vida tornam-se ameaçados. Nós, humanos, só existimos em relação à natureza, onde se assenta a ontologia do ser social. A humanidade se desenvolve pela relação com a natureza e com outros humanos, transformando-a e transformando a si mesmos. Destarte, não se trata aqui de defender uma relação romantizada com a natureza, mas de compreender que a partir da industrialização voltada para a produção de mercadorias, há uma ruptura progressiva no sociometabolismo (Mészáros, 2002). Portanto, com o desmatamento e desflorestamento permanentes para produção de capital, na escala avassaladora em que nos encontramos no século XXI, os humanos estão cada vez mais suscetíveis a novos vírus e bactérias, em função do aumento de rupturas sociometabólicas irreversíveis em termos de recomposição do meio ambiente necessário para a sobrevivência de tantas espécies, inclusive a humana. Nesse cenário, o risco do aumento de pandemias se torna inevitável ao considerarmos: a circulação mundial de mercadorias em função do comércio internacional; a migração da força de trabalho em busca da sobrevivência; o turismo de massa.

Um outro elemento importante para o adensamento de nossa análise é o aumento do custo da produção no contexto das mudanças climáticas. Nesse processo, merecem destaque o aumento da incidência de fenômenos naturais; de crimes ambientais; e de pandemias. Aumento de períodos de estiagem, inundações, terremotos, furacões, incêndios, dentre outros fenômenos naturais, têm se tornado recorrentes. Ademais, os “acidentes”, na linguagem liberal, na verdade crimes ambientais que violam direitos, têm sido a tônica de atividades que têm uma relação mais direta com a expropriação dos bens naturais, a exemplo de ruptura de barragens, vazamento de óleo, explosões químicas e nucleares, contaminação por agrotóxicos do ar, solo, água, fauna, flora, humanos e riscos de outros adoecimentos por alimentos transgênicos. Não menos importante, temos o aumento de epidemias e pandemias em função da drástica redução das barreiras naturais para o avanço de atividades econômicas do capitalismo. Por consequência, esse conjunto de fenômenos, que expõe a crise ambiental, econômica e sanitária, torna a própria produção bastante custosa, alimentando o endividamento do Estado e a socialização dos custos com os trabalhadores, retirando direitos históricos. Nesse contexto, Keucheyan (2014) nos chama atenção sobre a intrínseca relação entre crise fiscal do Estado, a crise financeira e a crise ecológica. Segundo o autor, a financeirização é uma reação do capitalismo mediante a crise ecológica, numa tentativa de “proteger” o capital das consequências da mudança climática. Um outro elemento é a guerra.

Por causa do crescimento das desigualdades que ela suscita, a crise ecológica induz conflitos armados de um tipo novo. Ela suscita evoluções nas modalidades de violência coletiva, que inauguram uma nova era da história da guerra. Além de financeirizar, a crise ecológica se militariza. Os militares estão a propósito conscientes desta evolução. Há alguns anos, eles incluem em verdade as consequências da mudança climática em suas análises estratégicas (...) (Keucheyan, 2014, p. 135, tradução livre)

Obscurecendo os reais interesses das frações da burguesia capitalista mediante a crise ambiental e civilizatória, o debate sobre sustentabilidade que se institucionalizou internacionalmente através dos fóruns ONU, como já expomos, é capturado na atualidade pelo “capitalismo verde”⁹. Dito de outro modo, a questão ambiental é instrumentalizada de forma político-ideológica, econômica e jurídica para avançar sobre a financeirização dos bens naturais. Dessa forma, sob o argumento de uma produção sustentável, se garante o “direito” de apropriação dos territórios com potencialidade de exploração no processo de acumulação de capital, o “direito” de poluir, a exemplo do mercado de carbono e, conseqüentemente, temos como resultado o aquecimento global, as mudanças climáticas e o conjunto de efeitos socioambientais que crescem em marcha acelerada, afetando a população mundial de forma desigual.

Cabe aqui uma reflexão: qual a relação desse debate com a questão urbana? A partir dessa introdução ao debate crítico sobre ecologia política, traremos algumas reflexões sobre seus efeitos nos espaços urbanos.

Conflitos socioambientais nos espaços urbanos: direito à cidade?

Partimos da compreensão de que os espaços campo/cidade/natureza fazem parte de uma totalidade dialética que expressa relações sociais contraditórias no desenvolvimento do capitalismo, configurando as questões agrária, urbana e ambiental. Ao analisar o processo de industrialização do país, Oliveira (2011) propôs uma superação do dualismo presente em parte da literatura que dominava a cena acadêmica nos idos dos anos 1970 que, grosso modo, interpretava que havia uma dicotomia entre campo como sinônimo de atraso e cidade como sinônimo

⁹ Uma importante reflexão sobre esse debate foi realizada por: Tanuro, Daniel. *L'impossible capitalisme vert*. Paris: Éditions La Découverte, 2012.

de modernidade. Acertadamente, ao se apropriar do método materialista dialético, o autor indica que, na verdade, houve uma integração dialética, caracterizando um desenvolvimento particular em que a reforma agrária não se conformou em condição para o desenvolvimento industrial. Ao contrário, a acumulação primitiva favoreceu a migração da mão-de-obra para o processo de industrialização a partir da superexploração da força de trabalho no campo e na cidade. Assim, desde a Lei de Terras de 1850, que institucionaliza a terra como propriedade privada passível de obtenção de renda¹⁰, foi aberto um caminho que desenhou a questão social no país com fortes desigualdades de classe, raça/etnia e gênero/sexo. Não nos compete aqui retomar esse rico debate¹¹, mas, a partir dele, destacar que o processo de espoliação (Harvey, 2014), que adensa a acumulação primitiva no contexto da hegemonia do capital financeiro, tem como marcos importantes os fortes aportes de financiamento público à Revolução Verde e ao Agronegócio, que vem provocando diversos conflitos socioambientais nos espaços campo/cidade/florestas, complexificando as questões agrária, urbana e ambiental.

Dessa forma, a expropriação de territórios rurais por grandes empreendimentos capitalistas, como mineradoras, hidrelétricas, atividades agropecuárias, a partir de uma economia dependente, promoveu uma acelerada urbanização ao longo do século XX no Brasil, sobretudo no

¹⁰ A exemplo desse processo: “Pesquisas acuradas demonstram como desde o século XIX, diga-se de passagem, a partir da Lei de Terras de 1850, muitos foram os interesses que se articularam no sentido de fazer pela via da propriedade territorial, formação de riqueza manipulando informações e estabelecendo territórios de domínio no espaço urbano (COE, Paulo, 1984 *apud* Seabra, Odette, 2011, p. 144). No campo do Serviço Social, temos uma contribuição valorosa que nos permite compreender que o urbano, o agrário e o ambiental integram uma totalidade. Cf. Cardoso, Isabel. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In Santana, J.V. (org.). *Habitação e Serviço Social*. Campinas: Papel Social, 2018.

¹¹ Na tese defendida em 2016, intitulada “Desenvolvimento, emancipação e campesinato: a luta dos movimentos camponeses em face dos projetos de desenvolvimento no território fluminense no início do século XXI”, fiz uma revisão apresentada no segundo capítulo sobre os autores que trabalham essa temática. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3733358.

sudeste do país, renovando permanentemente a acumulação primitiva, avançando nos processos de espoliação. Na era do imperialismo do século XXI, com a mundialização da economia ancorada nas orientações políticas neoliberais, a urbanização nos oferece a dimensão da ebulição cultural, social e política em curso dado o agravamento da crise econômica. Nesse contexto, há o aprofundamento de um conjunto de desigualdades que têm rosto, cor, gênero, sexo, religiosidade, territórios¹². Nas Américas, do Norte, Central e do Sul, indígenas, negras e negros, latinas e latinos, ou seja, os de origem mestiça sem tinta europeia são o alvo privilegiado dessas desigualdades. Não por acaso, são as chamadas “classes perigosas”. Chesnais e Serfati buscam sintetizar essa pressão nas megalópoles:

As exigências das políticas das organizações internacionais impedem a implementação das medidas de urgência visando evitar a multiplicação da penúria e das epidemias. A Administração americana, única potência global, está perfeitamente consciente do que está em questão. As concentrações de população são consideradas como uma ameaça direta à segurança nacional pelos peritos americanos da defesa, porque privadas de qualquer esperança de encontrar um trabalho, reduzidas a uma situação de extrema aflição, elas arriscam verter em movimentos insurrecionais. (Chesnais & Serfati, 2003, p. 73)

¹² Num contexto em que o termo território foi capturado pelo neoliberalismo, simplificando seu significado para o uso instrumental na implementação de políticas sociais, cabe registrar a perspectiva de Milton Santos que, ao contrário, o compreende no bojo de relações sociais, refletindo conflitos entre classes sociais e disputas por poder: “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam... A globalização revaloriza os lugares e os lugares — de acordo com o que podem oferecer às empresas — potencializam a globalização na forma em que está aí, privilegiando a competitividade. Entre o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social” (Santos, Milton. 2000, pp. 22-23).

Destarte, o espaço urbano, sobretudo em regiões metropolitanas, é o espelho das desigualdades, evidenciando a falsa dicotomia entre o campo (e agregamos a floresta) /arcaico e a cidade/moderna, plena de direitos. Ao contrário, o que se assiste na atualidade é o recrudescimento da perda de direitos aprofundando o empobrecimento nas cidades, tendo como marcas expressivas a violência, a fome, o adoecimento, a precarização extrema da vida.

Para analisar o direito à cidade no Brasil no contexto atual é preciso buscar compreender como chegamos a um governo tão atroz no que diz respeito aos direitos trabalhistas, sociais, humanos, ambientais, culturais. Antes de chegarmos a um governo protofascista que diariamente nos bombardeia com retirada de direitos e disseminação de ódio, é preciso recuperarmos o legado do governo anterior.

Os governos petistas, a partir de composições fisiológicas para que o projeto democrático e popular chegasse ao poder central do Estado, ousaram ao mesmo tempo aumentar a renda dos trabalhadores, que tiveram o consumo agregado, com a manutenção do enriquecimento de setores da burguesia. Dessa forma, não se alterou a estrutura da organização do trabalho pautada pela mundialização do capital em aliança com a política de orientação neoliberal. Nesse período houve o fortalecimento de amplos setores da burguesia como o capital bancário, o agronegócio, a construção civil. Como consequência, somado às pressões internacionais, as pressões internas mobilizadas pelas forças conservadoras colocaram um prazo de validade para a política de conciliação que teve fim com o golpe do PMDB, representado pela figura do Michel Temer, vice-presidente, em 2016.

Ao longo desses governos foi sendo forjado um ódio de classe para que se tornasse aceitáveis as contrarreformas que retiram direitos sociais, atacando frontalmente a Constituição de 1988. Dessa forma, tanto os governos Temer, quanto Bolsonaro, aceleraram e aprofundaram tais ataques. O fato novo é o caráter neofascista do neoliberalismo que cresce no mundo todo e tem tido uma expressão escancarada no Brasil,

se tornando mais evidente no período da pandemia do coronavírus com o genocídio em marcha. O governo aposta na irracionalidade ideológica, a exemplo da negação da ciência, e no fundamentalismo religioso, para disseminar a barbarização da vida social. Nesse cenário, o Estado é o próprio violador de direitos sociais, encarcerando e exterminando a juventude negra, aumentando os despejos nas cidades¹³, aumentando a reintegração de posse em assentamentos rurais e a devastação florestal¹⁴. Assim, a indústria das “fake news”, com base dentro do próprio palácio do planalto, se torna um potente desagregador social, com um bombardeio de notícias falsas a cada instante que despolitiza a economia, tirando o foco dos velozes desmontes das políticas sociais e ambientais em curso.

Não obstante, a questão ambiental está no centro da economia na atualidade. Nossos bens naturais estão sofrendo um processo de assalto devastador, com grilagem de terras e desflorestamento para suprir interesses da mineração e agronegócio¹⁵. Ademais temos a proposta de privatização do saneamento básico por meio do PL 4162/2019¹⁶. Outrossim,

¹³ Segundo reportagem de Carta Capital, durante a pandemia mais de 4 mil ações de despejo foram protocoladas em São Paulo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/mais-de-4-mil-acoas-de-despejos-foram-protocoladas-durante-a-pandemia-em-sp/>, acesso em 11/08/2020.

¹⁴ Sem qualquer constrangimento numa reunião interministerial com o presidente na República em 22 de abril de 2020, que só veio a público após mandato do Superior Tribunal Federal, o ministro do meio ambiente afirma que há que se aproveitar a tranquilidade do contexto da pandemia do coronavírus, quando o país já tinha mais de 40 mil casos e quase 3 mil mortos (dados oficiais), que se deveria “passar a boiada”, referindo-se a flexibilizar a legislação ambiental para favorecer os interesses do agronegócio.

¹⁵ Segundo reportagem de El País: “No início de junho, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais constatou que, entre agosto de 2018 e julho de 2019 foram desmatados 10.129 km² de floresta — a área equivale a quase nove vezes o município do Rio de Janeiro. É o maior índice desde 2008. O número representa um aumento de 34,4% do desmatamento na Amazônia, em comparação com o período entre agosto de 2017 e julho de 2018. Agora, em 2020, o desmatamento segue em alta e o período de seca e consequente temporada de incêndios amazônicos ainda nem começou”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-25/desmatamento-so-b-bolsonaro-afasta-investidores-e-ameaca-acordo-mercotel-uniao-europeia.html#?sma=news-letter_brasil_diaria20200626. Acesso em 29/06/2020.

¹⁶ O projeto foi aprovado em 24 de junho de 2020 pelo senado federal com 65 votos favoráveis e 13 contrários, aguardando sanção da presidência da República.

na perspectiva de privatização da água¹⁷, tramita o PL 495/17 que objetiva a criação do mercado de água em bacias hidrográficas, proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Cabe registrar que cerca de metade da população brasileira não tem acesso a tratamento de esgoto e mais de 10% não têm acesso à água tratada, conforme a pandemia escancarou. Ou seja, o país segue com forte contribuição ao aquecimento global, desertificando seus biomas, gerando mudanças climáticas, a exemplo do aumento da estiagem e, conseqüentemente, da diminuição do acesso à água potável.

Inequivocamente, a questão ambiental adensa a pauta política pela reforma urbana. A partir do acúmulo de movimentos populares nas décadas de 1950, 1960 e 1970, nos anos 1980 se articula um movimento social pela reforma urbana que congrega uma série de movimentos populares, entidades profissionais, ONGs, universidades e centros de pesquisa que centralizam a pauta urbana no ‘direito à cidade’, pautando o cumprimento da função social da propriedade. Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, a pauta da reforma urbana ganha status de política nacional. O conselho nacional é criado e a luta política pauta o financiamento para política de habitação, o direito ao transporte público com qualidade e redução de tarifas, o direito ao saneamento ambiental, à participação popular e controle social, à política de segurança pública orientada pelos direitos humanos¹⁸.

¹⁷ Na América do Sul conhecemos bem o discurso da privatização para aumentar o acesso, a qualidade e o preço dos serviços. Na prática, ocorre o inverso. E quando se trata de bem natural elementar para a vida, a situação se torna mais grave. Não por acaso, a população boliviana confrontou violentamente uma grande empresa que se retirou do país em 2000. O episódio ficou conhecido internacionalmente como a Guerra da Água, anunciando o motivo das próximas guerras. Para aprofundamento do debate sobre o direito à água, recomendamos: Gomes, Gustavo F. *Conflitos socioambientais e o direito à água*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

¹⁸ Cf. Santos Jr., Orlando.A. *O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade*. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

Portanto, é nos marcos do direito à cidade que o Serviço Social vem contribuindo com a questão urbana, seja através da educação popular junto a movimentos sociais, seja através da política urbana. A partir do acúmulo profissional, o CFESS publicou o caderno “Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão” (2016). Indubitavelmente, trata-se de uma referência inescapável aos profissionais que apostam no avanço do projeto ético-político profissional, sobretudo numa conjuntura tão desafiadora. Além de apresentar um debate conceitual e resgatar a contribuição profissional para a política urbana, o documento é propositivo, indicando ações de caráter socioeducativo; de caráter organizativo e de mobilização popular; de assessoria, supervisão e formação; de planejamento, gestão e coordenação. Na perspectiva de dialogar com o desafio posto pelo artigo, destacamos o avanço profissional expresso nesse documento ao incluir como ação socioeducativa: “promover reflexões críticas sobre as formas de classificação e nomeação do que se considera impacto socioambiental decorrente de intervenções públicas e/ou privadas no espaço urbano e/ou rural” (CFESS, p. 48).

A incorporação dessa pauta é essencial pois reflete o reconhecimento da totalidade dialética entre questão social e questão ambiental, conforme Silva afirma:

Para o Serviço Social, faz-se cada vez mais premente desenvolver esforços no sentido de apreender a questão ambiental como totalidade historicamente determinada, bem como na natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, tendo em vista que parcela crescente de seus profissionais vem sendo interpelada, cotidianamente, a intervir nas refrações da destrutividade ambiental, assim como o são nas manifestações da “questão social”. (Silva, 2012, pp. 17-18)

Dessa forma, as reflexões críticas tendem a se desdobrar em uma prática profissional mais enriquecida pela própria complexidade da realidade vigente, o que torna o trabalho profissional mais desafiador e

intensificado também, pois as condições de trabalho se tornam brutalmente precarizadas no neoliberalismo. Em síntese, a conjuntura atual escancara que a estrutura sob a qual se ancora a sociabilidade capitalista tem como pilar uma economia política que se assenta na dominação de classe, e opressões étnico-raciais e patriarcais.

À guisa de conclusão

Até a publicação desse livro, muitos outros fenômenos ligados ao aquecimento global estarão em pleno curso, afetando a vida nos espaços urbanos, rurais e nas florestas. Nossa intenção, nesse artigo, foi de contribuir para uma reflexão crítica sobre a questão ecológica e ambiental na atualidade e o direito à cidade, tendo em vista que o conjunto de conflitos socioambientais em espaços urbanos possuem outra escala de complexidade. Temos ainda um longo caminho para que, no âmbito da formação e do exercício profissional, possamos construir diálogos e interlocuções cada vez mais sólidas entre as questões agrária, urbana e ambiental e os demais temas que integram a realidade social e, portanto, são pertinentes à produção de conhecimento no Serviço Social. Essa construção passa, necessariamente, pelo diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, a exemplo da geografia, da arquitetura e urbanismo, da ecologia, da agroecologia, saúde pública etc. Conhecimento este que estará mais rico e potente de força emancipatória se for construído a partir da educação popular.

O Serviço Social brasileiro avançou bastante nos últimos anos. Não obstante, nossa tarefa é continuar avançando na produção de conhecimento crítico a partir do próprio movimento da realidade, que nos convoca permanentemente a refletir com profundidade sobre os fenômenos sociais de forma a construir uma práxis emancipatória. Como consequência, teremos a potência de buscar criar fissuras nesse sistema, por meio do trabalho social, colaborando com a abertura de brechas

históricas, pois um outro mundo nascerá das ruínas do atual. Posto que um mundo em que a miséria, barbárie e a destruição ambiental, como contraface do lucro, são naturalizadas é insustentável a longo prazo. A fome, e o trabalho extremamente intensificado e precarizado em função do desemprego estrutural¹⁹ se espriam cada vez mais sob novas roupagens, a exemplo do trabalho remoto, aprofundando opressões étnico-raciais e patriarcais. Sobre as ruínas do país, Brum traz uma importante reflexão:

Para encontrar as palavras é preciso escutar os insurgentes. Para refundar o Brasil é preciso perceber que as periferias são o centro. Que o Rio não é Ipanema, mas a Maré. Que nossa capital não é Brasília, mas Altamira. Que nosso coração não é São Paulo, mas a Amazônia. (Brum, 2019, pp. 113-114)

O nível dramático de pobreza e miséria em que nos encontramos, e que tende a se aprofundar, indica que as lutas com potencial maior de transformação precisam ouvir o clamor das periferias, do campo, das florestas, para além da luta sindical e político-partidária. Nesse cenário, a luta de classes se torna muito mais complexa, pois cidade não é só finanças, indústria, serviços, campo não é só agronegócio, floresta não é apenas natureza. A degradação ambiental e a precarização do trabalho estão em todos os espaços²⁰. Tais espaços são dinâmicos, com interações de diferentes atividades econômicas e, mais que isso, são territórios políticos, culturais, profundamente diversos, cujo aprofundamento da desigualdade na fase atual do desenvolvimento do capital expressa que estamos num mundo em ruínas, sendo necessário trazer a periferia urbana, o campesinato, os quilombolas, os indígenas para a centralidade das lutas.

¹⁹ Antunes afirma: “antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019” (Antunes, Ricardo. 2020, p. 7).

²⁰ Indicamos como exemplo o trabalho análogo à escravidão, que não está apenas no campo e florestas, mas no espaço urbano.

Nesse cenário, a cidade se torna muito mais complexa com uma pauta bem mais adensada do que quando começou a luta nacional por moradia e outras pautas urbanas nos anos 1980. Hoje, mais do que ontem, é preciso dar visibilidade às desigualdades que se somam às de classe, como as opressões advindas do racismo e do patriarcado, e que atravessam a questão ambiental.

A partir desse pressuposto, indicamos algumas indagações reflexivas sobre o Serviço Social no sentido de contribuir com as ações socioeducativas junto a organizações e movimentos populares na luta pelo direito à cidade: como falar em moradia sem valorizar os espaços comunitários e a participação popular nas decisões sobre a construção com materiais ecológicos, de saneamento básico e tratamento de resíduos?; como falar do acesso ao transporte público sem considerar os assédios que as mulheres sofrem?; como falar em direitos trabalhistas desconsiderando que as mulheres estão muito mais sobrecarregadas e ganham menos, sobretudo as negras²¹?; como falar em acesso à saúde pública sem articular com acesso à água e saneamento?; como falar em segurança pública sem considerar o extermínio da juventude negra e o campo dos direitos humanos?; como falar em limpeza urbana sem conhecer a política de tratamento de resíduos e o debate crítico sobre reciclagem?; como falar em acesso a alimentos saudáveis se não há renda para todos/as e sem pautar a atualidade da reforma agrária?; como falar em consumo consciente com uma publicidade que coloca as crianças como alvo?; como falar em direito dos consumidores se as empresas são raramente punidas pelo desrespeito permanente aos mesmos?; como atuar em conflitos socioambientais desconsiderando que o Estado tem sido agente de expulsão de famílias de seus territórios para garantir a expansão do capital?; como

²¹ Davis & Klein (2020): “O racismo é uma questão feminista. A falta de moradia é uma questão feminista. A abolição das prisões é uma questão feminista. Devemos levar em consideração também o fato de que muitas pessoas no centro desta crise, na linha de frente, são mulheres. Mulheres de todas as origens raciais e étnicas, mulheres pobres, mulheres trans — especialmente nos países do sul do mundo” (Posição 222, ebook).

falar em situações de calamidade pública, em educação ambiental, sem compreender a crise ambiental sob a égide do capitalismo, que é muito além de mudança de hábitos individuais? Esse conjunto de questões em aberto expressa a interconexão entre cidade, campo e floresta, indicando que o Serviço Social, na construção do direito à cidade, precisa se apropriar de temáticas como segurança alimentar e nutricional, educação ambiental, bioconstrução, agricultura urbana, racismo, feminismo, suas respectivas pautas políticas e os desdobramentos dessas lutas em políticas sociais²².

Destarte, contribuiremos com uma outra perspectiva de cidade, de campo, de floresta, pois é preciso construir um novo mundo que supere as ruínas do presente, que rompa com sociometabolismo destrutivo, assentado no tripé: capital, trabalho assalariado e Estado. Essa ruptura passa pela superação do capitalismo, do patriarcado, do racismo, da intolerância religiosa, da intolerância contra a população lgbtqi+. No atual momento histórico, os conflitos socioambientais têm a potencialidade de congregar o conjunto das lutas sociais.

Nessa perspectiva, Naomi Klein (2015) defende que as mudanças climáticas podem se tornar um eixo que reúna todos os movimentos sociais na defesa de uma produção sustentável, com distribuição de riqueza e defesa da vida. A autora postula uma mudança na concepção do que é espaço público, cidadania, bens comuns. Ademais, defende a renda universal²³ como um instrumento que irá impactar a necessidade de empregos direta ou indiretamente ligados a uma produção predatória, e construir um senso da coletividade que tenha a humanidade como

²² Cabe destacar que o campo interdisciplinar da agroecologia no Brasil vem se propondo a articular essa militância, conhecimentos e práticas.

²³ Federici, Silvia (2019) recupera uma longa e polêmica trajetória dos movimentos feministas em torno da luta pela remuneração do trabalho reprodutivo, tendo em vista sua invisibilidade e superexploração. Nesse sentido, a luta pela renda básica universal pode cumprir esse papel devendo integrar a pauta feminista e o Serviço Social deve atentar para a importância dessa luta na atualidade, contribuindo para agregar potência emancipatória nessa política.

centralidade, mas uma humanidade que faz parte do meio ambiente. Enfim, “tudo pode mudar” a partir da luta dos movimentos sociais. Ou seja, a outra face do desenvolvimento no capitalismo é a luta política, particularizando as expressões da questão social conforme a estrutura e formação histórica e socioeconômica de cada país.

Em síntese, o Serviço Social pode contribuir com a politização da questão ambiental, afirmando a defesa da vida, dos recursos naturais como um bem comum indispensável à vida humana e de outras espécies. Se o meio ambiente é a base da vida, todos precisam ter direito ao seu uso de maneira a conservar a biodiversidade, construindo uma nova sociabilidade e, portanto, uma nova forma de produzir e viver que tenha como centralidade a coletividade e o bem comum.

Esse processo mais amplo de luta implica na construção de um outro projeto de cidade. As cidades precisam plantar. O campo precisa de tecnologia que se conecte com a sabedoria ancestral e popular. A floresta precisa estar de pé, produzindo água, alimentos, medicina, cultura, sabedoria. Esse conjunto, em aberto, de mudanças pautadas por lutas coletivas é o que pode dar freio ao aquecimento global e à marcha acelerada de mudanças climáticas cujos efeitos “apocalípticos” são cada vez mais visíveis. Destarte, estar, viver, trabalhar, reproduzir-se nas cidades, cada vez mais implica em romper com a alienação produtiva e social e olhar para a própria cidade, o campo e a floresta a partir de uma totalidade dialética.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. Série Pandemia Capital. São Paulo: Boitempo, 2020. Ebook.

- BENITES, Afonso. Desmatamento sob Bolsonaro afasta investidores a ameaça acordo Mercosul — União Européia. *El País*, 25/06/2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-25/desmatamento-sob-bolsonaro-afasta-investidores-e-ameaca-acordo-merc-sul-uniao-europeia.html#?sma=newsletter_brasil_dia-ria20200626. Acesso em 9 de setembro de 2020.
- BRUM, Eliane. *Brasil construtor de ruínas*. Um olhar sobre o Brasil de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2019. Ebook.
- CARDOSO, Isabel. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In SANTANA, Joana V. (org.). *Habitação e Serviço Social*. Campinas: Papel Social, 2018.
- CFESS. *Atuação de assistentes sociais na política urbana — subsídios para reflexão*. Brasília: CFESS, 2016.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Revista Crítica Marxista*, n. 16. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- CRUZ, Suenya Santos. *Desenvolvimento, emancipação e campesinato: a luta dos movimentos camponeses em face dos projetos de desenvolvimento no território fluminense no início do século XXI*. Pós-graduação em Serviço Social. ESS/UFRJ. Tese, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3733358.
- DAVIS, Angela; KLEIN, Noemi. *Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia*. Série Pandemia capital. São Paulo: Boitempo, 2020. Ebook.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

- GOMES, Gustavo F. *Conflitos socioambientais e o direito à água*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- KEUCHEYAN, Razmig. *La nature est un champ de bataille*. Paris: Éditions La Découverte, 2014.
- KLEIN, Naomi. *Tout peut changer — capitalismo et changement climatique*. Actes Sud/Lux, 2016.
- LÖWY, Michael. *Écosocialisme — l'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et Une Nuits, 2011.
- MARQUES FILHO, Luiz C. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3ª ed. Revista. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2018.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In:_____. *O capital — crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas).
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital — rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Unicamp/Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista — O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 3ª reimpressão, 2011.
- POTTI, Alexandre. *Mais de 4 mil ações de despejo foram protocoladas durante a pandemia em São Paulo*. *Carta Capital*, 13/08/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/mais-de-4-mil-acoes-de-despejos-foram-protocoladas-durante-a-pandemia-em-sp/>. Acesso em 9 de setembro de 2020.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade — entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS JR., Orlando. A. *O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade*. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

- SANTOS, Suenya. Para a crítica da ecologia política. In *Revista Universidade e Sociedade*, 60. ANDES-SN, 2017. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/676edb965130e08df9df-d63efe095891_1548264721.pdf
- SILVA, Maria das Graças. Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI. In: ARAÚJO, Nailsa M. S.; SANTOS, Josiane. S.; SILVA, Maria das Graças (orgs.). *Educação ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente*. São Cristóvão: Ed. UFS, 2012, p. 15-34.
- SEABRA, Odette C. L. Relação cidade campo: as metamorfoses da cidade. In SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José. (orgs.) *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- TANURO, Daniel. *L'impossible capitalisme vert*. Paris: Éditions La Découverte, 2012.

Moradia, mulheres e trabalho social: desigualdades e resistências no acesso ao direito à cidade

MÉRCIA ALVES

*“Nenhum feminismo deseja uma sociedade sem homens,
mas sim uma sociedade sem patriarcas.”*

[HELEIETH SAFFIOTI]

Introdução

O presente artigo tem por objetivo contribuir com a análise da política nacional urbana, com o viés da política habitacional, e de forma particular para responder como o espaço urbano, enquanto dimensão da expressão da produção capitalista do espaço, reproduz desigualdades e segregações a partir da perspectiva interseccional de classe, raça e gênero.

Portanto, nossa incursão terá como premissa as contribuições do campo do direito à cidade, histórico-crítica e do feminismo materialista para compreendermos que a questão urbana revela, a partir da adoção de um modelo de desenvolvimento ancorado no sistema capitalista-patriarcal-racista, processos de desigualdades que são de ordem econômica, social, política e cultural, profundamente conectados com as formas segregatórias de vivências territoriais, assentadas numa divisão sexual e racial do trabalho consolidada pelo sistema de acumulação do capital.

Interessa-nos neste artigo dar visibilidade e provocar reflexões a partir da perspectiva feminista, apontando que as mulheres vivenciam de forma diferenciada e violenta o cotidiano das cidades. Muitas vezes negadas ou naturalizadas no campo da análise. Mas, essa experiência cotidiana das mulheres na vivência no território apresenta muitas nuances na sua inserção na vida produtiva e na reprodução social que, em razão da obrigatoriedade do trabalho doméstico e de cuidados, expressos na desigual divisão sexual do trabalho, as coloca numa vivência nas cidades, bairros e comunidades marcada por violações e violências que se confrontam com a perspectiva do direito à cidade.

É a cidade vista como o não lugar para nós mulheres, corroborada pela perspectiva patriarcal que normatiza a segmentação e a separação entre o público e o privado, o mundo da rua e o mundo da casa, a política e o doméstico, como dimensões dicotômicas e estanques, onde a vivência de um cabe aos homens e outro ao confinamento das mulheres. E as cidades como espaços físico-material-simbólicos acabam por reproduzir essa versão apartada dos lugares sociais e políticos que “caberiam” a presença ou não das mulheres, negros/as, pobres e população homoafetiva.

Vivemos tempos de crise metabólica do capital¹ ou, nos termos de Ricardo Antunes (2020a), de capital pandêmico, pela imbricação entre a crise estrutural e sanitária, e por acentuar as desigualdades e impactos nas classes que vivem do trabalho. A crise econômica sistêmica é agravada pela crise sanitária mundial em razão do Covid-19, o que traz profundas inflexões sobre as condições de vida da classe trabalhadora. E, de forma particular, sobre a vida das mulheres pobres e negras, em sua maioria inseridas em condições precárias, na informalidade, em situação de desproteção social e alijadas do acesso aos serviços e políticas sociais urbanas (moradia, saneamento, transporte, creche, saúde, dentre outros). A situação é agravada por um contexto de política de

¹ Expressão analisada por István Mészáros, em: MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. Para o autor, segundo as análises de Antunes (2020b), demonstra toda engrenagem e mecanismo destrutivo do sistema do capital.

austeridade fiscal com a aprovação da emenda constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos, e coloca sob risco a perspectiva do direito à cidade.

E, como nos aponta Antunes (2020b) e Harvey (2020) esse contexto de crise acentua e torna mais visíveis as desigualdades sociais e territoriais, impactando de forma diferenciada a classe trabalhadora, num contexto de desemprego estrutural e de desestruturação do sistema de proteção social (previdência, trabalhista, saúde, assistência social), revelando que a crise pandêmica tem inúmeros impactos territoriais, nas periferias urbanas e sobre a população pobre, negra e de mulheres, que figuram como as maiores vítimas do Covid-19.

Como nos aponta Ricardo Antunes (2020b), neste cenário, a “letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em isolamento, não terão recursos mínimos para sobreviver”. (ANTUNES, 2020b, p. 184). É, portanto, nesta impossibilidade real de seguir as orientações de isolamento que os diferentes impactos na vida da população revelam que a ideia de que a crise sanitária do Covid-19 atinge a todos e todas de forma indistinta é um mito.

Essa dimensão é corroborada nas análises do geógrafo marxista David Harvey (2020, p. 21), quando aponta que

[...] hoje as diferenças de classe e os efeitos e impactos sociais contam uma história diferente. Os impactos econômicos e sociais são filtrados através de discriminações “costumeiras” que estão evidentes em todos os lugares. Para começar, a força de trabalho que se espera que cuide dos números crescentes de doentes é tipicamente altamente sexista, racializada e etnizada na maioria das partes do mundo.

É, portanto, nesta conjuntura distópica que presenciamos o aumento das desigualdades, das condições de miséria e pobreza, da intensificação

das opressões de classe, gênero/sexualidade e racial, agudizadas pelo crescimento de um campo conservador, fundamentalista de base neopentecostal, que aliado ao paradigma ultraliberal destrói toda referência institucional e legal assentadas nos direitos, dentre elas os princípios coletivos do direito à cidade. E, de forma particular, investe numa ofensiva de normatização e eliminação de corpos políticos marcados pelo gênero, raça e vivência sexual.

Mulheres, divisão sexual do trabalho e direito à cidade

Analisar as políticas urbanas e, em especial, a de moradia, no contexto atual permeada por uma crise econômica, ideopolítica, cultural e sanitária, a partir de uma perspectiva feminista, é um desafio. Primeiro, por ser uma conjuntura de total destituição dos sujeitos no seu lugar na história, da perspectiva dos direitos e da democracia participativa e de uma ofensiva crescente conservadora de cunho fundamentalista religioso sob várias dimensões do cotidiano.

É um contexto caótico, desmobilizador, desestruturador, que nos insta a pensar sobre a cultura política organizativa e estratégias de resistência. É uma fase de expansão de desvalorização do trabalho para assegurar a taxa de lucro via processos de expropriação e barbárie da vida social, que se efetiva por meio de uma veloz intensificação da exploração e precarização da classe que vive do trabalho, em escala mundial. Esses retrocessos vêm expressos nos meios predatórios de extração das riquezas naturais; na crise ambiental; nas crises migratórias por questões econômicas, políticas e religiosas; no empobrecimento da classe trabalhadora diante do desemprego estrutural, que em cifras atuais no Brasil já aponta cerca de 12.428 milhões de trabalhadores/as², segundo

² IBGE, divulgado em julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/17/desemprego-diante-da-pandemia-volta-a-ter-alta-apos-leve-queda-aponta-ibge.gh.html>. Acesso em julho de 2020.

dados do IBGE. Essa situação, agravada pelo contexto da pandemia do Coronavírus, atinge de sobremaneira as mulheres, já que compõem cerca de 51% da ocupação no mercado de trabalho³ como população economicamente ativa. Somado a isso, um cenário político de perdas de direitos e reformas trabalhista e previdenciária que contribuem para contratações flexíveis, jornadas intermitentes e crescimento da informalidade em vários campos produtivos, o que atingirá as futuras gerações.

Observando o contexto de crescimento conservador sedimentado há décadas no Brasil, pode-se dizer que este toma forma mais acentuada no pós-2016, com o golpe parlamentar, institucional, judicial e midiático que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, e que semeou as condições políticas para eleger o conservador Jair Messias Bolsonaro como mandatário do cargo da Presidência da República, representante de setores da política ultraliberal. E, com a crise sanitária que coloca o Brasil no epicentro da pandemia no contexto regional latino-americano, vemos na perspectiva genocida e na ação necropolítica deste Estado o impacto da omissão deliberada sobre as periferias urbanas e, por conseguinte, sobre a população pobre, negra e moradora destes territórios.

Mas, é preciso compreender que, mesmo com os limites da institucionalidade democrática, do ponto de vista da cultura política da luta por direitos, a política urbana teve seu período de auge na história política brasileira nos anos 2000, resultado da luta do movimento em defesa da reforma urbana desde os anos 1960 e que se materializa a passos lentos e largos pós-constituição de 1988. Alçando a condição de uma política de estado e de governo pós-2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve vários avanços institucionais e legais com a criação do Ministério das Cidades e Conselho Nacional com vistas a integração dos entes federativos para efetivação de uma política nacional de

³ A taxa de desemprego entre as mulheres foi de 14,5% no primeiro trimestre de 2020; 39,4% superior à taxa de desocupação dos homens. Fonte: IBGE/Pnad. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/agencia-estado/2020/05/15/taxa-de-desemprego-das-mulheres-e-394-superior-a-dos-homens-diz-ibge.htm#:~:text=Taxa%20de>. Acesso em julho de 2020.

desenvolvimento urbano, mesmo considerando as dificuldades e limites técnicos-políticos para sua concretização.

A aprovação de um marco referencial, com princípios e diretrizes, no âmbito da política setorial urbana — Terra Urbanizada, Saneamento Ambiental, Habitação e Mobilidade Urbana, de forma articulada e interdependente, foi um avanço. É inegável a guinada e o status que a política urbana assume na primeira gestão do Governo Lula, não só como política, mas também na dotação orçamentária. Essa memória da luta urbana é fundamental para entendermos os limites e potencialidades nos 13 anos de governo petista sob a gestão de Lula-Dilma, como também todo o seu desmonte nos governos posteriores de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. No entanto, pelos limites e objetivos deste texto, não podemos traçar seus pontos e contrapontos. No entanto, com certeza os artigos desta coletânea abordarão em diferentes nuances.

A atuação institucional da gestão Bolsonaro no primeiro ano de governo já tomou medidas de desmonte das políticas sociais, dentre elas no campo urbano, com a destituição do Ministério das Cidades e sua localização administrativa no Ministério de Desenvolvimento Regional, e a extinção do Conselho Nacional das Cidades por meio do decreto 9.759/2019, assim como outros órgãos colegiados, demonstrando sua aversão a qualquer espaço de controle social e publicizando por meio das redes sociais que é preciso acabar com o as experiências petistas, sendo os conselhos traços dessa gestão.

Como nos aponta o Dossiê do Fórum Nacional de Reforma Urbana — FNRU (Júnior, 2020), a inflexão conservadora vem apresentando forte impacto na perspectiva democrática no âmbito da política urbana, expresso na ação deste governo na dissolução da estrutura institucional que dava sustentação a uma perspectiva de política urbana centrada na gestão democrática das cidades; na função social da cidade e da propriedade; na cooperação administrativa e financeira entre os entes federativos e na participação social.

No campo da política de moradia, as tendências apontam para um

[...] amplo desmonte da política habitacional, possivelmente retornando-se a um padrão de intervenção pública extremamente limitada, dependente do setor privado e com a habitação de interesse social fora da agenda prioritária de governo. Desta forma, temos à frente um período de agravamento das condições precárias de moradia e vulnerabilidade socioambiental, com maior cerceamento ao direito à moradia adequada. Seguimos ainda para uma drástica redução dos espaços institucionais de participação popular, colocando-se como desafio a busca por soluções inovadoras e resistentes de articulação social. (Júnior, 2020, p. 27).

Esse cenário de crise econômica e política, como acompanhamos no cotidiano e também em termos de análise, vem contribuindo para a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, desemprego, miséria e pobreza, violência doméstica, falta de acesso aos serviços de infraestrutura urbana e saúde, dentre outros elementos que complexificam o contexto da questão social urbana. Portanto, falar da dimensão de gênero e raça inter-relacionadas às dimensões do real significa compreendermos que o direito à cidade como concepção, princípio e prática é algo muito distante da vida cotidiana da população trabalhadora, homens, mulheres, negros/as, dentre outros.

Para ampliar nossa análise sobre a questão urbana e relações sociais de sexo/gênero e raça, as entendemos como questão de um mesmo processo que gera antagonismos e contradições. E também que essas desigualdades entre homens e mulheres são fruto de uma convivência social mediada pela economia, política e cultura, que se concretiza num espaço social-territorial. Tomamos como referência as análises de Heleieth Saffioti (2004), quando afirma que o debate da igualdade e da diferença são dimensões deste processo e não polos antagônicos e aponta que o sujeito firmado em gênero é múltiplo. Portanto, “[...] o sujeito constituído em gênero o é também em classe social em raça/etnia. Assim, em vez de ser

unificado [por similitudes], é múltiplo [dessemelhanças], sendo mais contraditório que dividido” (Saffioti, 2004, p. 54).

Não podemos analisar as múltiplas expressões da questão urbana desconectadas, desarticuladas das vivências territoriais por homens e mulheres, negros e brancos, jovens e idosos, gays, lésbicas e transexuais, em suas múltiplas desigualdades no cotidiano da vida urbana. Seja pela inserção na vida produtiva; no trajeto complexo ou linear da mobilidade para mulheres e homens, como requisições da dinâmica produtiva e da reprodução social; nos espaços públicos de lazer e cultura; no confinamento nos territórios por questões econômicas, pelo racismo e pelo sexismo. A composição dessas desigualdades são diversas e revelam a concretude de uma cidade que é expressão de um modelo econômico desigual e combinado que segrega⁴ populações e pessoas do real acesso ao que consideramos como direito à cidade no sentido largo.

É importante registrar os limites desse debate quanto à incorporação do tema, conceito, da igualdade de gênero e racial como dimensões estruturantes no processo de análise sobre a constituição das cidades. O direito à cidade está na maioria das vezes descorporificado da presença dos sujeitos no espaço territorial, de compreender que para uma efetiva igualdade no acesso à cidade é necessário considerar as desigualdades e diferenças na vivência nos territórios.

Compreendemos o ‘direito à cidade’ como um direito coletivo, ou seja, nesta acepção entende-se que esse se efetiva em articulação com um conjunto de direitos que estão no campo da política urbana, e suas inter-relações com outros no campo dos direitos sociais (trabalho, educação, saúde). Estes elementos são vistos numa perspectiva de integralidade e universalidade da política e de acesso aos direitos sociais; e também como luta estratégica dos movimentos sociais urbanos na construção de um novo padrão civilizatório, da qual faz parte a luta pelo direito à cidade, um dever-ser.

⁴ Segregação aqui entendida como conceito que se relaciona com a reprodução das desigualdades sociais e interseccionais.

Direito à cidade, nas reflexões do David Harvey (2013), é entendido como expressão da luta coletiva, para atender e dialogar com as necessidades coletivas, e, por isso, é constitutivo de uma movimentação política que se contrapõe à perspectiva capitalista e neoliberal. Em tempos atuais, é uma disputa constante de sentidos, porque a luta pelo direito à cidade é esforço coletivo para construir um novo patamar civilizatório, onde a questão urbana e as lutas dos sujeitos sociais, em especial das mulheres, sejam visíveis nas cidades.

Para enfrentar as desigualdades de gênero no âmbito do processo de elaboração das diretrizes das políticas urbanas e também para ampliar o olhar sobre as cidades sob a perspectiva das diversidades e desigualdades territoriais, de gênero e raciais, é importante registrar a contribuição do Fórum Nacional de Reforma Urbana, com o protagonismo das mulheres, na elaboração da plataforma feminista da reforma urbana e pelo direito à cidade, que foi um instrumento significativo para pautar o debate no conselho e conferência das cidades, para colocar no centro do debate as desigualdades de gênero nas cidades e, de forma particular, sua ausência nas diretrizes das políticas urbanas — moradia, saneamento, mobilidade, terra — em curso na primeira década do século XXI⁵.

Neste aspecto, é importante registrar que nós mulheres vivenciamos, para além das formas de opressão de gênero, outros sistemas de dominação, como o racismo que resulta na invisibilidade das mulheres negras nos sistemas de poder. As mulheres negras constituem a maioria na sociedade brasileira e sempre estiveram nas lutas políticas por melhorias dos serviços urbanos, nas lideranças comunitárias e lutas nos bairros, e trazem para a cena política as demandas específicas de ser mulher negra, pobre, moradora da periferia, morros e alagados das cidades, dando visibilidade aos limites na vivência do direito à cidade no cotidiano.

E essa conjuntura de capital pandêmico (Antunes, 2020a) aponta para uma agudização das formas de opressão, num contexto de reatualização

⁵ Para aprofundar a leitura sobre as lutas das mulheres nas cidades, ver: Silva, 2014.

do conservadorismo que toma proporções, visíveis na dinâmica cotidiana e amparadas na ação estatal, com a militarização nos territórios, sob a prerrogativa da proteção e da necessidade de garantir segurança patrimonial, a propriedade privada. Mas, que ao final reforçam uma ordem calcada no medo, no fantasma do possível suspeito, no ódio ao diferente, promovendo situações de verdadeira barbárie social, apresentadas em números com o crescimento da letalidade policial, da violência urbana, do feminicídio, do genocídio da juventude e da população negra e de crimes cotidianos de lesbotransfobia nas cidades e periferias urbanas.

Esse cenário esgarça as desigualdades, tira dos escombros algo já vivido pelas populações que cotidianamente são vítimas do racismo e do sexismo. Essa relação se complexifica quando as mulheres pobres, negras e moradoras das periferias urbanas têm como elemento impeditivo e contraditório a constituição histórica de um espaço urbano que se ergue em consonância com a lógica da sociedade capitalista patriarcal e racista, que afirma o lugar público, da rua, como o espaço masculino, e o doméstico como restrito à vida das mulheres. Mas, os últimos dados demonstram que as mulheres compõem a maioria da classe trabalhadora e são moradoras de áreas urbanas (52% da população moradora das áreas urbanas é composta por mulheres, sendo 11 milhões destas chefes de família, das quais 52,6% são negras)⁶.

Uma dimensão a ser tratada em nossas reflexões é que a organização do espaço da cidade e do urbano, como modo de vida, não incorpora na sua dimensão físico-territorial a vida das mulheres. A configuração da cidade em sua dinâmica espacial é retrato da conformação dos padrões e relações sociais que acabam por reproduzir e reforçar o “lugar” da mulher na sociedade, como estrito ao ambiente doméstico e às tarefas impostas de cuidados, acentuando a dicotomia entre público e privado na vivência desse urbano.

⁶ Raseam, 2014 — Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. E: IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

E, para ampliarmos nossa análise sobre essas contradições, recorreremos às contribuições de Silvia Federici (2017)⁷ quando nos aponta, a partir de uma análise histórica e materialista, que essa configuração advém da nova sociabilidade capitalista que se constitui e redefine as relações de trabalho no processo de transição do feudalismo ao sistema de capital. E, também, define a esfera da reprodução social como mecanismo orgânico para acumulação e reprodução deste sistema assentado na propriedade privada, na exploração do trabalho e na apropriação da produção social.

Portanto, Federici, em o “Calibã e a bruxa” (2017), nos dá inúmeras chaves de leitura para compreendermos a desvalorização do trabalho das mulheres, na esfera da produção e reprodução social no novo modo de acumulação do capital. E nos aponta que essa negação da mulher como sujeito político se efetiva na dimensão do público e privado. É esse novo modo de vida social, decorrido da expropriação das terras, do cercamento, da redefinição das relações de trabalho e do estranhamento do produto do trabalho por homens e mulheres, que coloca as mulheres numa condição subalterna. Disto resultou processos de inúmeras violências, como o sequestro da propriedade comunal como modus de vida coletivo, onde a mulher tinha um papel central; no disciplinamento dos corpos das mulheres a partir da negação do seu poder medicinal e autonomia reprodutiva, limitando, porém, sua atuação à esfera reprodutiva social e biológica.

⁷ Em o “Calibã e a Bruxa — Mulheres, corpo e acumulação primitiva”, Federici (2017), faz uma análise sobre o processo de caça às bruxas, numa verdadeira ação de extermínio das mulheres durante os séculos XV a XVII, na Europa e na América Latina, como decorrente da colonização, para colocar em curso uma nova racionalidade que reestrutura a vida social e sexual dentro dos parâmetros da acumulação capitalista. Para isso, o trabalho das mulheres é invisibilizado no espaço público, subordina-se à lógica do valor trabalho e salarial masculino; reduz-se sua participação na vida social, que deveria estar circunscrita ao universo familiar, assegurando a permanência da propriedade privada, e subjugando-a ao poder do pai, marido e filhos. Portanto, nesta nova divisão internacional, social e sexual do trabalho, cabe às mulheres, por meio do trabalho reprodutivo, social e biológico, assegurando a reprodução da força de trabalho, mercadoria fundamental para o capitalismo.

Nas análises de Federici (2017), esta foi uma das derrotas históricas das mulheres, pela subjugação de seus corpos e tempo a uma nova ordem capitalista e patriarcal. A autora afirma que

[...] as relações de poder desiguais entre mulheres e homens existiam antes mesmo do advento do capitalismo, assim como uma divisão sexual discriminatória, não foge a esta avaliação. Isso porque, na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns. Enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado. (Federici, 2017, p. 192)

Somado à desvalorização do trabalho das mulheres, à negação do acesso das mulheres aos bens comuns (terra, casa, plantação), sua expulsão de postos de trabalho assalariados, sob a prerrogativa de concorrer, na nova vida social mercantilizada do capital, com a força de trabalho masculina, as mulheres também tiveram

[...] perda social de poder [que] expressou-se também por meio de uma nova diferenciação sexual do espaço. [...] as mulheres foram expulsas não apenas de muitos trabalhos assalariados, como também das ruas, onde uma mulher desacompanhada corria o risco de ser ridicularizada ou atacada sexualmente. (Davis, 1998. *apud*, Federici, 2017, p. 200).

Essa análise histórico-social situada nos ajuda a compreender as expressões das desigualdades de gênero e as configurações da divisão sexual do trabalho no cenário contemporâneo, como também compreender que o direito à cidade e à moradia apresenta múltiplos sentidos no cotidiano das mulheres, pela sua inserção na esfera produtiva e também pelas responsabilidades e obrigações com a reprodução social, trabalho doméstico e de cuidados.

As reflexões acima nos dão base para compreender os elementos que estruturam a divisão sexual e racial do trabalho, que também tem uma base material sócio-histórica no patriarcado e se afirma numa construção social e formação de ideologias centradas nos tradicionais papéis de gênero, reproduzindo a desvalorização do trabalho das mulheres e a centralidade deste como restrito ao ambiente doméstico e, portanto, reiterando a sujeição e disciplinamento das mulheres, com fins de assegurar a reprodução social da força de trabalho, consoante com os interesses da sociabilidade capitalista.

Recorremos às contribuições da professora Raquel Rolnik (2009), ao analisar a perspectiva de gênero no direito à moradia adequada. Ela aponta que

[...] os obstáculos que se interpõe para o efetivo cumprimento do direito à moradia que afeta de forma diferente e desproporcional as mulheres, inclusive a violência contra a mulher, normas sociais e culturais discriminatórias, discriminação múltiplas, a falta de capacidade de pagamento e até mesmo a privatização dos estoques públicos de moradia. (Rolnik, 2009)

Como refletido pela autora e também reafirmada no depoimento de inúmeras mulheres, a dupla jornada, a inserção no mercado informal de trabalho, a subordinação aos homens em partilhas de bens em caso de herança e a insegurança no espaço urbano sem infraestrutura adequada têm nos colocado de forma vulnerável nos espaços das cidades. A questão que se coloca é que a vivência desigual entre homens e mulheres vem se colocando como uma questão social, pauta de uma ação pública do Estado, e que, portanto, é necessário um olhar para a efetivação de políticas que atendam às demandas das mulheres numa perspectiva de construção da sua autonomia política e financeira. (Silva, 2014).

Considerando as obrigatoriedades destinadas às mulheres para cumprir com as exigências de um padrão da cultura patriarcal — que afirma que o lugar da mulher está restrito ao ambiente privado e ao homem o lugar

público, o mundo da política — nota-se que a ocupação socioespacial também segue esses padrões. Assim, as políticas urbanas — habitação, transporte e mobilidade urbana, saneamento ambiental e solo urbano — passam a ser também configuradas a partir da lógica masculina, do homem branco heterossexual que está no espaço público definindo a conformação do ambiente das cidades como tal.

O que se reivindica neste debate é que as mulheres sejam os sujeitos ativos de suas lutas políticas. Hoje, a questão da moradia adequada vem se revelando o objeto de disputas e muitas inquietações, devido às dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acessarem os planos de financiamento e os investimentos no campo habitacional. E mesmo para que aqueles programas destinados às mulheres possam de fato atender as chefes de famílias e em condições de pobreza, que configuram como parte do déficit habitacional em escala nacional (Silva, 2014).

É preciso entender que, para as mulheres da classe trabalhadora, a casa não é um bem para acumulação de capital, é uma necessidade essencial para sobrevivência. A moradia tem um alto custo para a classe trabalhadora, que em razão do baixo valor salarial o pagamento do aluguel representa um peso no orçamento. É o espaço físico que revela vivências e convivências comunitárias, proporciona segurança e abrigo para si e família. É uma luta de gerações acessar o direito à moradia adequada que, pelo número crescente do déficit habitacional quantitativo (7,78 milhões de moradias⁸), as ações governamentais pontuais-focalizadas nunca conseguiram enfrentar.

Um dos elementos bastante contraditórios nesse processo é que nós mulheres somos a maioria na condução dos processos organizativos, na mobilização e articulação política para reivindicação de direitos e responsáveis pelo orçamento familiar, já que a maioria dos lares brasileiros são

⁸ Dados da Fundação Getúlio Vargas — FGV. Rede Brasil Atual, janeiro 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/01/deficit-habitacional-bate-recorde-e-movimento-de-moradia-ve-futuro-com-preocupacao/>. Acesso em abril de 2019.

chefiados por mulheres. Mas, o que se observa é que os espaços de poder, a condução política destas organizações, é realizada em sua maioria por homens, numa lógica androcêntrica de se viver esses espaços. E, como a prática é critério de verdade, talvez devêssemos olhar para este elemento e compreender as inúmeras interdições postas às mulheres e as dificuldades para se efetivar uma política afirmativa para as mesmas, inclusive no cumprimento legal das medidas que assegurem acesso ao direito à moradia e titularidade da terra e do imóvel.

Assim, as desigualdades na vivência da cidade entre homens e mulheres se expressa de diferentes formas, sendo uma bastante visível e naturalizada socialmente, que diz respeito à participação nos espaços de poder e na titularidade da posse em nome das mulheres. Historicamente, esta é creditada ao homem como provedor, cabendo a este a titularidade do imóvel, da terra, a vantagem de ser o dono e proprietário de bens e mercadorias. Em alguns países, esse tema ainda é um limitador para as mulheres, e no Brasil, só nos últimos dez anos, esse tema ganhou a agenda pública, buscando através do marco legal assegurar a titularidade da posse da terra às mulheres (Lei 11.977/09) e na produção de habitação, com o Programa Minha Casa, Minha Vida II (Lei 12423/2011). Mas ambos tiveram limites para sua efetividade em âmbito local, por ainda enfrentar os empecilhos na compreensão da política afirmativa para as mulheres pelos entes governamentais e cartorários.

Essas dificuldades no acesso à moradia, seja por questão econômica, seja por não compreender que a mulher, numa relação de companheirismo, também exerce o mesmo direito que o homem no acesso e direito ao bem, é reflexo das questões aludidas acima, que invisibilizam a condução da mulher como sujeito político e autônomo. A organização social baseada numa lógica patriarcal, que infantiliza as mulheres e as coloca num lugar de subordinação à imagem masculina na família, revela sua conexão com a divisão sexual do trabalho, que é uma expressão da dominação das relações sociais de sexo.

Nestes termos, os antagonismos e tensões que se revelam no cotidiano da vida das mulheres revelam, como nos apontam as autoras Ávila e Ferreira (2014), que os impactos dessas desigualdades que decorrem da divisão sexual do trabalho constituem em expressões da questão urbana. Sendo a divisão sexual do trabalho

[...] um elemento estruturante também das desigualdades vivenciadas no espaço urbano: as mulheres percorrem grandes distâncias para chegar ao trabalho remunerado, ou se inserirem no trabalho mais precário para evitar tais distâncias. [...] São também as mulheres que percorrem espaços das cidades em outras tarefas da reprodução social como levar os filhos para serviços de saúde, às creches. (Ávila & Ferreira, 2014, p. 45)

Portanto, o conceito de divisão sexual do trabalho e cidades nos dá subsídios para compreender os antagonismos e contradições das relações sociais de sexo que se configuram no espaço material e simbólico das cidades. É preciso analisar e refletir que essa cidade, estrutura socioespacial, também revela os antagonismos e as relações de dominação dos homens sobre as mulheres que se apresentam no mundo do trabalho, na esfera pública e privada, e que a cidade é o cenário pulsante e propulsor dessas desigualdades e normatizações que reproduzem violências e segregações na vivência do espaço das cidades.

Notas conclusivas

A reflexão sobre mulheres, cidades e moradia, numa perspectiva dos direitos e da afirmação do sujeito na história, é desafiante e apaixonante. Porque a vida é movimento, e as mulheres a seu tempo marcaram de tinta vários momentos da nossa história social, ocupando as cidades com luta e resistência. Mas, o patriarcado, a lógica androcêntrica que sustenta o mundo ocidental e oriental, as tornaram invisíveis, transformaram suas

presenças em revoluções e lutas, nas descobertas científicas, na literatura e na política como coadjuvantes. E muito dessa movimentação ocorreu e ocorre em praças, ruas, espaços públicos, porém avessos à presença das mulheres. Os tempos mudaram, a roda gira e o feminismo como uma corrente de pensamento e uma práxis política produziu um giro político e epistemológico dando centralidade e visibilidade para este sujeito político na história e no cotidiano.

É impensável pensarmos a cidade de forma abstrata, descorporificada, desistoricizada, não situada. As mulheres e, em especial, as assistentes sociais, em sua maioria inserida no trabalho social no âmbito da política urbana, lidam com as expressões múltiplas, diversas e desiguais da questão social urbana. E, pelo compromisso político com a efetividade do projeto ético-político da profissão, que se baseia na perspectiva da garantia dos direitos, no fortalecimento da ação do sujeito e no respeito às diversidades, têm no espaço urbano, que concentra mais de 85% da população, um ambiente rico para o exercício profissional, mas também desafiante, pois, como demonstramos, é um ambiente de destituição da cultura dos direitos em prol da mercantilização da vida.

Pensar as cidades e a perspectiva intersseccional de classe, raça e gênero traz outro desafio teórico e metodológico, que é perceber os entrecruzamentos dessas dimensões para compreender que a vivência no território é heterogênea, desigual e diversa entre as mulheres. Compreender também que o real a cada momento nos aponta que são vivências em condições precárias e marcadas por violências sexistas que geram medo, insegurança e resistências num espaço que não é sinônimo de liberdades, mas de opressões que produzem confinamentos domésticos e nos territórios, fazendo com que parte destas não conheçam a vida urbana (econômica, política, cultural) das suas cidades.

Por fim, as reflexões postas aqui nos auxiliam na compreensão de suas múltiplas expressões no território que se constitui de forma segregada em razão de uma desigualdade econômica, política, cultural e de inflexões do racismo e do sexismo no cotidiano da vida das mulheres.

Sem essa visão alargada, teremos dificuldades de compreender as reais implicações e impactos deste sistema de dominação, exploração e subjugação na vida das mulheres e suas interdições na vivência do direito à cidade no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020a, pp. 7-17.
- ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: Tostes, Anjuli; Melo, Hugo (Org.). *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. 1ª edição. Bauru: canal 6, 2020b, pp. 181-188.
- ÁVILA, Betânia & FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA E FERREIRA (Orgs). *Trabalho remunerado e Trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS Corpo Instituto Feminista para a democracia; Instituto Patrícia Galvão. Recife: SOS Corpo, 2014, pp. 13-49.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: Mike, Davis [et. al.]. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, pp. 13-23.

- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 25-32.
- JÚNIOR, Alves dos Santos; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi & JÚNIOR, Nelson Saule (Orgs). *Dossiê do desmonte da Política Urbana Federal nos Governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades: Violações de Direitos Humanos e os Riscos de Construção de Cidades Intolerantes, Excludentes, Injustas e Antidemocráticas*. Ippur/ Rio de Janeiro, 2020.
- ROLNIK, Raquel. *Direito à Moradia*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1034:catid=28&Itemid=23. 2009. Acesso em agosto de 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth. Conceituando o gênero. In: *Gênero e Educação*. Coordenadora Especial da Mulher / Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Prefeitura de São Paulo, 2004, pp. 53- 60.
- SILVA, Mércia Maria Alves da. *Mulheres e direito à cidade: dilemas para igualdade de gênero no âmbito da política pública de habitação*. Monografia do Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, vinculado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia na cidade do capital

RENATA GONÇALVES

DEIVISON FAUSTINO

Neste artigo, apresentamos algumas indagações acerca da desigualdade social, racial e de gênero que a pandemia do novo coronavírus não permite mais escamotear. Nosso propósito é compreender as origens deste abismo social no Brasil, isto é, em que medida esta recém-situação se atrela à característica particular da formação social brasileira engendrada a partir, e em função, do colonialismo e de suas relações sociais de produção pautadas pela escravidão e pela violência patriarcal. Seguimos algumas pistas deixadas por Frantz Fanon para examinarmos a estreita relação entre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que não mediu esforços para manter uma matriz econômica colonial ao mesmo tempo em que assegurou a existência tanto do racismo antinegro e anti-indígena, como também preservou a violência patriarcal, especialmente contra as mulheres negras. Estas relações que se atualizam, impactam de um novo modo o cotidiano de trabalho dos/as profissionais do Serviço Social no campo da política habitacional.

A terceira semana do mês de maio de 2020 marcou a ruptura da barreira, mais que simbólica, de mais de mil mortes¹ diárias causadas

¹ Nos dias 19, 21, 22 de maio de 2020, os registros de óbitos foram 1.175, 1.188 e 1.001 respectivamente. Nos demais dias, semanas, meses os índices permaneceram acima ou muito perto de mil mortes pela Covid-19.

pelo novo coronavírus. Em 30 agosto de 2020² chegamos a mais de 120.896 (cento e vinte mil e oitocentos e noventa e seis) mortes e somamos cerca de 3.862.116 (três milhões, oitocentos e sessenta e duas mil, cento e dezesseis) pessoas infectadas³. É o segundo país no mundo com o maior número de casos confirmados da doença, ultrapassando a Rússia e ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Sem a testagem em massa e com o alto índice de subnotificações, estima-se que este número possa ser onze vezes maior⁴.

No país tropical, “abençoado por Deus”, a Covid-19 escancarou a profunda desigualdade na dinâmica das relações sociais. Aqui, o vírus chegou primeiro nas classes mais abastadas, às quais logo foi garantido um tratamento *vip-gourmet* nos chiques ambientes hospitalares, assegurados por seus pomposos planos de saúde. Enquanto o paciente zero se curava em famoso e caro hospital de São Paulo, vinha a óbito no Rio de Janeiro a primeira vítima da doença: uma empregada doméstica negra⁵ contagiada pela patroa branca, moradora do Alto Leblon — o bairro com o metro quadrado mais valorizado da cidade carioca. Esta, como o paciente paulistano, voltava da Itália (à época o epicentro da pandemia), mas não dispensou a trabalhadora doméstica e não respeitou a quarentena enquanto aguardava o resultado do teste para a Covid-19. A morte da trabalhadora, que não havia visitado a Europa, não deixou dúvidas quanto ao laudo da patroa.

Desde então, assistimos à proliferação do contágio no país. À exceção das vítimas idosas (com maior número de óbitos nesta faixa etária), alardeava-se ser o vírus profundamente democrático. Especialistas em epidemiologia advertiam que a Covid não tem preferência por grupo social

² Momento em que finalizamos este artigo.

³ Uol (2020).

⁴ A este respeito, consultar entrevista de Domingos Alves da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (Barrucho, 2020).

⁵ Ver importante reportagem de Mariana Simões (2020).

algum, contagia burgueses/as e proletários/as, é indiferente ao quesito raça/cor, não estabelece uma hierarquia de gênero e tampouco de orientação sexual a seus/suas hospedeiros/as. Porém, aqui no Brasil, a democracia está — e sempre esteve — profundamente arranhada.

A partir de março de 2020, período em que explodiu a pandemia no Brasil, o coronavírus se espalhou para as periferias mais precarizadas, em especial nas grandes cidades. Os efeitos têm sido os piores possíveis: são milhões de pessoas infectadas a uma velocidade sem precedentes. O número crescente de óbitos reconhecidos pelo Ministério da Saúde causa perplexidade: no dia 13 de maio, eram 13.149 mortos pela Covid-19 no país; hoje, dia 30 de agosto, este número chegou a mais de 120.000 vidas ceifadas pelo coronavírus⁶.

O aumento da pandemia nas camadas mais pauperizadas veio acompanhado de um “rejuvenescimento” do perfil das pessoas atingidas pelo vírus. O que, por sua vez, tem uma estreita relação com a própria composição populacional brasileira. Diferentemente dos países europeus, o Brasil tem uma população mais jovem. Porém, embora os jovens estejam distribuídos em todas as classes sociais, a maioria das vítimas jovens não se encontra nos bairros burgueses das cidades. Ao contrário, as pesquisas demonstram que a juventude vítima do coronavírus mora nas favelas, nas comunidades, nos bairros precarizados, com os piores indicadores econômicos (falta moradia adequada, acesso à rede pública de saúde, nutrientes adequados para a alimentação e, em geral, suas relações de trabalho são regidas, sobretudo, pela subcontratação, bicos etc.).

Considerando o quesito raça/cor, os dados sobre o perfil das vítimas da Covid-19 mostram que, entre pretos e pardos, a porcentagem de mortos passou de 32,8% para 54,8%⁷ no curto período de 10 de abril a 18 de maio. Este número aumenta ainda mais quando examinamos as

⁶ As informações são diariamente atualizadas pelo Ministério da Saúde em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>.

⁷ Consultar, a este respeito, Haje e Seabra (2020).

mortes por outras síndromes respiratórias, conforme registros em cartórios. Entre os pardos, as mortes por essas doenças aumentaram 72,8%, entre pretos a elevação foi de 70,2% e, entre os brancos, o aumento foi de 24,5%. As pesquisas realizadas em maio pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio demonstraram que as chances de um paciente preto ou pardo e analfabeto morrer em decorrência da Covid-19 no país são 3,8 vezes maiores do que de um paciente branco e com nível superior (Simões, 2020). Na cidade de São Paulo, jovens trabalhadores/as desempregados/as ou que precisam trabalhar fora de casa são os/as mais infectados/as pelo novo coronavírus. Enquanto brancos/as têm 8,1% de chances de se infectarem na cidade, as estatísticas revelam que os riscos são maiores para pretos/as e pardos/as, cujas probabilidades de contraírem a Covid-19 sobem para 14,8% (Sobrinho, 2020). Outro dado revelador: pessoas brancas também são maioria entre as que puderam ser internadas, mas minoria entre as mortas (Sandes, 2020). Retrato de um Brasil em preto e branco que guarda estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo dependente, de via colonial, com relações sociais de produção ancoradas na escravidão e na violência patriarcal.

Colonialismo e ‘condenados’ do Brasil

A pandemia de coronavírus apenas escancarou a enorme ferida jamais cicatrizada das relações desiguais no país, desde um projeto de nação que deixou de fora uma imensa franja do proletariado, sobretudo a massa de trabalhadores/as negros/as. Do início do trabalho livre aos dias atuais, o Estado pretendeu consolidar o capitalismo brasileiro tentando sistematicamente se desvencilhar daquela parte que considerou gangrenada: os/as negros/as. A consolidação do capitalismo no Brasil guarda características econômicas e sociais particulares que o diferem do caminho adotado pelos países ‘capitalistas clássicos’, como é o caso da França e da Inglaterra. Na via brasileira, não houve espaço para a relativa universalização dos

direitos civis, políticos e sociais, como foi pensada, mesmo que abstratamente, por aqueles países, como pressuposto para a consolidação da sociedade burguesa sob a antiga ordem social estamental. Por isso, como lembra Fanon,

Os estados europeus fizeram a sua unidade nacional num momento em que as burguesias nacionais tinham concentrado em suas mãos a maior parte das riquezas. Comerciantes e artesãos, funcionários e banqueiros monopolizavam, no quadro nacional, as finanças, o comércio e as ciências. A burguesia representava a classe mais dinâmica, mais próspera. Sua ascensão ao poder lhe permitia lançar-se em operações decisivas: industrialização, desenvolvimento das comunicações e, logo, procura de mercados para “além-mar”. (Fanon, 2010, p. 116)

É verdade que as desigualdades estruturais que compõem o capitalismo, mesmo nesses países, impediam que as anunciadas liberdades e a igualdade fossem alcançadas substancialmente. Ainda assim, como dizia Fanon, foram “o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos” em territórios externos à Europa que permitiram que a exploração de classes fosse acompanhada por estratégias de controle e coesão, o que pressupõe, no mínimo, o reconhecimento da humanidade e o relativo “bem-estar” dos explorados (Fanon, 2010, pp. 116-117). Por isso, o martinicano afirma inequivocamente que a Europa é, “literalmente a criação do Terceiro Mundo. As riquezas que a sufocam são as que foram roubadas aos povos subdesenvolvidos” (Fanon, 2010, p. 122).

Se o caminho para a consolidação do capitalismo brasileiro se distancia daquele adotado pela França e pela Inglaterra, ele se difere também das experiências de desenvolvimento industrial tardio do capitalismo, como são os casos da Alemanha, Itália, Japão, Portugal, dentre outros. No Brasil não aconteceu esta chamada ‘via prussiana’, em que o fechamento político autoritário, em seu apelo ultranacionalista e chauvinista, impõe restrições sistemáticas de liberdades individuais e adesão teórica e

filosófica ao irracionalismo, que levou aquelas sociedades, sob a competição financeira-monopolista do imperialismo, ao fascismo e ao nazismo, no início do século XX⁸. O processo de agressiva competição externa e autoritarismo interno daquelas formações sociais, diferentemente do Brasil, resultou em tamanha acumulação de capitais que lhes permitiram disputar, de forma mais ou menos bem sucedida, a liderança política e econômica da corrida capitalista na Europa ou, pelo menos, o alcance de elevado desenvolvimento econômico interno que não se dissolveu nem mesmo após as derrotas das primeira e segunda grandes guerras.

Em um caminho distinto, a característica particular da formação social brasileira é o fato de ter sido engendrada a partir, e em função, do colonialismo (Chasin, 2019) e de suas relações sociais de produção pautadas pela escravidão racializada (Moura, 1994). É a partir da colonização portuguesa — e não de necessidades internas de acumulação — que o Brasil se insere na dinâmica capitalista moderna, mas, por conta disso, o faz primeiramente de maneira subordinada a interesses exógenos e, sobretudo, pautado por relações de produção, conformação social e dinâmica interna da luta de classes adequadas a esses fins (Moura, 1994). É notável aqui o quanto a descrição de Fanon a respeito das burguesias colonizadas se aproxima daquela diagnosticada pelos sociólogos, economistas e historiadores brasileiros (Fernandes, 1975; Moura, 1994; Prado Jr., 2000). O martinicano é categórico ao dizer que a “burguesia dos países subdesenvolvidos é uma burguesia sem espírito” (Fanon, 2010, p. 207). Segundo o autor,

⁸ Veio do próprio Karl Marx a busca pela apreensão das particularidades do desenvolvimento do capitalismo em cada país. Textos como “Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel” (1843-4), “Sobre A questão judaica” (1843-4), “A ideologia alemã” (1845-6) e alguns artigos da “Nova Gazeta Renana” (de fins dos anos 1840) buscam apreender as particularidades do capitalismo alemão, visto por ele como retardatário em relação aos casos clássicos (Silva, 2020).

Não são nem o seu poder econômico, nem o dinamismo dos seus quadros, nem a envergadura das suas concepções que lhe garantem a qualidade de burguesia. [...] Se o poder lhe deixar o tempo e as possibilidades, essa burguesia conseguirá constituir para si um pequeno “pé-de-meia”, que reforçará a sua dominação. Mas ela se revelará sempre incapaz de dar origem a uma autêntica sociedade burguesa, com todas as consequências e indústrias que isso supõe. (ibidem)

Embora a experiência colonial, que deu origem ao capitalismo dependente no Brasil, tenha sido engendrada a partir da expansão do capital mercantilista nas Américas, enquanto a experiência narrada por Fanon trata do colonialismo imperialista no continente africano, ambas se aproximam pelo caráter retardatário de suas economias, pela fragilidade democrática e, sobretudo, pela subordinação econômica, política e cultural⁹ às economias centrais capitalistas. A primeira experiência foi levada a cabo, inicialmente, em um momento em que o capitalismo ainda não estava plenamente desenvolvido (a partir do séc. XVI). A segunda, por sua vez, se deu a partir da expansão imperialista do capital financeiro-monopolista sobre o continente africano, no final do século XIX, quando as colônias americanas já haviam levado a cabo os seus processos de independência. O próprio Fanon reconhece essa diferença:

O capitalismo, no seu período de progresso, via nas colônias uma fonte de matérias-primas que manufaturadas podiam ser despejadas no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação de capital, ela chega hoje a modificar sua concepção da rentabilidade de um negócio. As colônias se tornaram um mercado. A população colonial uma clientela que compra. (Fanon, 2010, pp. 82-83)

⁹ Mantida em ambas as experiências após as independências.

O processo socioeconômico brasileiro, de matriz econômica colonial, no entanto, foi possibilitado pela existência do racismo antinegro e anti-indígena¹⁰. A eugenia, uma das vertentes do chamado racismo científico, vigorou hegemonicamente no país até a década de 1940 (Góes, 2018). A tese “Sobre os mestiços no Brasil”, defendida por Batista de Lacerda no Primeiro Congresso Universal das Raças, em 1911, não deixa dúvidas a este respeito. O diretor do Museu Nacional garantia que “após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América” (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 242). Longe de afirmar que o racismo é uma particularidade das economias capitalistas periféricas, trata-se de reconhecer a sua gênese e função peculiar em uma sociabilidade onde “o novo paga sempre um alto tributo ao velho”¹¹, isto é, uma modernização que “condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinâmismos coloniais” (Fernandes, 1975, p. 13).

Escravidão colonial, violência patriarcal e a formação de uma burguesia débil

É nesta mesma formação social brasileira que se encontram características autoritárias próprias à família patriarcal que se consolidou durante o regime escravista-colonial, assegurando a autoridade do “pai-senhor”,

¹⁰ Neste artigo não há espaço para comentar as consequências desse processo para os povos originários no Brasil. Cabe observar, no entanto, que a violência contra essas populações segue se expressando através de uma lógica de genocídio, que tem ganhado dimensões sem precedentes com a chegada da pandemia aos territórios e comunidades indígenas. Ver, a este respeito, G1 PA (2020).

¹¹ Mesmo reconhecendo as diferenças, a referida frase formulada por Marx com relação à Alemanha, foi retomada pelo filósofo José Chasin (2019) para descrever as particularidades brasileiras.

o patriarca branco e proprietário, que detinha o controle ‘quase’ absoluto¹² sobre a vida e a morte dos escravizados/as, com o objetivo de garantir a máxima produção, o que implicava aumentar a exploração da força de trabalho escrava, feminina ou masculina, indistintamente. Nesta dinâmica patriarcal-colonial, enquanto às mulheres brancas era imposto o casamento para garantir a prole do senhor, às mulheres negras eram destinados inúmeros abusos sexuais e outros maus-tratos bárbaros. De acordo com os interesses do patriarca e senhor, as mulheres negras eram tratadas como os homens negros escravizados, eram força de trabalho escrava, trabalhavam e recebiam os mesmos castigos que eles. Todavia, por serem do sexo feminino, eram também sexualmente exploradas. O ventre gerador, considerado a parte mais produtiva da propriedade escrava, levava os senhores de escravos a considerarem as mulheres negras não apenas como força de trabalho a ser empregada na produção, mas também a reconhecerem em seus corpos uma potência produtiva capaz de ampliar seu patrimônio. Este olhar patriarcal buscava retirar das mulheres negras o estatuto de humanidade, ao mesmo tempo em que imputava a elas a responsabilidade sobre sua própria condição de subalternidade.

Condição bastante distinta do romantismo que Gilberto Freyre (2003) atribuiu à violação dos corpos das mulheres negras escravizadas. Jamais houve harmonia entre a casa-grande e a senzala! Do topo do poder patriarcal escravocrata não poderia haver consentimento, exceto sob o primado de relações marcadas pela imposição e violência. As análises ‘gilbertofreyreanas’ contribuíram para propagar o mito da democracia racial, ideologia responsável por difundir a ideia de que no Brasil a escravidão foi branda, a convivência entre os povos foi pacífica e que isso continuou no pós-abolição, onde não se originou um conflito ou um “problema negro”, como se reconhecia existir em outros países. Para Freyre, todo brasileiro, “em tudo que é expressão sincera de vida” (Freyre, 2003, p. 367), traz “a marca da influência negra” (ibidem):

¹² Isto não significa que os/as negros/as estavam reduzidos/as a coisas, sem subjetividade alguma. Ao contrário, a historiografia crítica tem demonstrado diferentes dimensões das experiências dos/as escravizados/as reconhecendo-os como sujeitos históricos e destacando suas constantes lutas contra a escravidão.

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. (ibidem)

Além do fato de que “todo brasileiro” a quem o autor se refere é branco, sua “expressão sincera de vida” atribui às mulheres negras uma posição de extrema subalternidade. Nas lavouras, nas cozinhas, nas camas etc. e sempre na condição de subservientes. Enquanto fêmeas, seus corpos eram violentados para extrair o leite para amamentar seus futuros opressores e para “aliviar as taras sexuais dos sinhôs” (Carneiro & Santos, 1985, p. 42).

Angela Davis, ao examinar o caso estadunidense, explica que a “postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (Davis, 2016, p. 19).

Enquanto fêmeas, estavam sexualmente à disposição dos senhores quando necessário, em especial por causa do fim do comércio mundial de escravos foram utilizadas como “reprodutoras” para expandir a força de trabalho escrava. Nesta condição, foram reduzidas a “animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar” (Davis, 2016, p. 19), dificultando a constituição de laços familiares frente às constantes separações originadas pelas vendas de companheiros/as e filhos/as¹³.

¹³ Davis chama a atenção para o fato de que, mesmo nestas circunstâncias opressoras, as mulheres extraíam “de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão” (2016, p. 24).

As conjunturas do tráfico internacional também interferiram na constituição das famílias escravizadas no Brasil. A historiografia nacional apresenta um importante debate a este respeito (Rocha, 2009, p. 48). De um lado, encontramos autores/as que consideram que a dinâmica de comercialização ilegal de escravos não impediu a formação de famílias estáveis, possibilitando vínculos parentais entre os sujeitos, levando à consolidação do próprio regime escravista na medida em que funcionavam como estabilizadoras da ordem vigente; de outro, pesquisadores/as que enfatizam que as relações entre a casa-grande e a senzala eram instáveis e conflituosas. Nos dois campos interpretativos, o que está em evidência é a dinâmica patriarcal, que extrapola o âmbito das relações pessoais e assume cada vez mais um caráter estruturante da sociedade, com ramificações até os dias de hoje.

A conexão umbilical entre a escravidão e o desenvolvimento interno do capitalismo no Brasil resultou, por um lado, quando observamos o período posterior à escravidão, no engendramento de uma burguesia que não foi “capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou a fez de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo” (Chasin, 1989, p. 128) e, por outro lado, na conseguinte culpabilização racial dos “segmentos não-brancos oprimidos e discriminados, e do negro, em particular” (Moura, 1988, p. 65), pela “inferioridade social, econômica e cultural” (ibidem)¹⁴ que essa postura subordinada (colonial) resultou.

Com efeito, o Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão deste segmento na economia do capital. Ironia das ironias, finalmente “libertos/as” e aptos/as a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam

¹⁴ Ver, no mesmo sentido, os trabalhos de Azevedo (1987); Seyferthe (2002); Mattos (2016) e Oliveira (2019).

sequer compor o exército industrial de reserva, a não ser, parafraseando Jacob Gorender (1990), como ‘reserva da reserva’ do operariado em formação. Num país cujo destino era ser branco e capitalista, trabalhadores/as negros/as foram exorcizados/as da comunidade nacional e viram-se às margens de direitos sociais básicos. Mais que isso, a pouca disposição do capital em atender às demandas geradas por sua própria dinâmica predadora e o crescente racismo transformaram trabalhadores/as negros/as, sobretudo os homens, em um perigo à ordem burguesa (Gonçalves, 2018). Quanto às mulheres negras, a pulsante dinâmica capitalista brasileira as conduziu de volta à casa-grande ascendendo à nova categoria de mucamas: as empregadas domésticas.

A composição de uma classe dominante frágil, congenitamente dependente do capital externo e pouco aberta às necessidades reais da população em geral, e o manejo do racismo, como possibilidade ideológica de transferir a responsabilidade das consequências dessas escolhas para as próprias vítimas, se atualizam constantemente.

O contexto de pandemia tem exposto a mentalidade escravista da classe dominante brasileira. Recentemente na Bahia, uma empregadora foi condenada na Justiça do Trabalho por manter uma empregada doméstica — negra, é preciso destacar — trabalhando por mais de 35 anos sem receber remuneração (G1 BA, 2020). No Alto de Pinheiros, bairro aburguesado da cidade de São Paulo, uma empregada doméstica — negra, é necessário insistir — de 61 anos foi resgatada pelo Ministério Público do Trabalho e pela Polícia Civil do município vivendo em um depósito em condições degradantes e análogas à escravidão (Correa, 2020). Outra empregada doméstica — negra, a insistência persiste — viu o filho de cinco anos, que estava sob os cuidados da patroa, morrer enquanto era obrigada a cuidar dos cachorros da empregadora. No país da ideologia da cordialidade, mantêm-se quase intactas as relações entre casa-grande e senzala. A pandemia de coronavírus não impede que milhões de trabalhadoras domésticas continuem se amontoando nos ônibus para irem servir à cordial gente branca. E voltamos ao início deste artigo: alguém

se lembra que a primeira vítima fatal da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica? E o fato de ser uma mulher negra não é meramente um detalhe.

Fruto do racismo anti-negro, permaneceu uma organização racial da sociedade que determina os lugares socialmente ocupados por negros, sejam homens ou mulheres. Em geral, tratam-se das ocupações mais precarizadas e, portanto, de menor prestígio, de mais baixos salários. Lélia Gonzalez, em seu clássico artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, enfatiza que o racismo constitui a “neurose da cultura brasileira” e “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (González, 1980, p. 224). A autora constata que há uma divisão sexual do trabalho, mas também que existe uma ‘divisão racial do trabalho’, não sendo possível analisar o caso brasileiro sem somar à divisão sexual a divisão racial, constantemente camuflada sob o manto do mito da democracia racial. Na divisão racial do trabalho, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (Gonzalez, 1980, p. 233). E indaga: “Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em ‘lidar com o público’? Ou seja, em atividades onde não podem ser vistas? Por que os anúncios de emprego falam tanto em ‘boa aparência?’”¹⁵ (ibidem).

Para González, a divisão racial extrapola as relações de trabalho e abrange todas as áreas da vida social. Isto fica evidente quando se examina os espaços sistematicamente reservados à população negra: pouco acesso à educação, condições precárias de moradia e vagas nos empregos mais precários. Tudo se organiza como se cada grupo ocupasse um “lugar natural” que lhe é reservado:

¹⁵ O quesito “boa aparência” é “um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário” (Carneiro, 2003, p. 121).

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (González, 1980, pp. 232- 233).

A autora torna evidente a existência de uma divisão racial do trabalho na sociedade, que reserva lugares socialmente distintos (sobretudo mais precários) aos trabalhadores e às trabalhadoras negras/os. Trata-se da constante atualização da dinâmica jamais encerrada entre a casa-grande e a senzala e, mais uma vez, o que está em jogo é a permanência das velhas relações coloniais, patriarcais e racistas.

A via colonial (e antidemocrática) da burguesia brasileira

José Chasin, ao diferenciar a experiência societária germânica, em sua busca por autonomia econômica, da brasileira em sua dependência congênita, afirma:

as burguesias que se objetivaram pela Via Colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a um regime político

democrático-liberal, de outro lado, a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela *Via Colonial* tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos polos hegemônicos das economias centrais. (Chasin, 1989, pp. 128-129)

Essa “via colonial de entificação do capitalismo” é marcada — mesmo nos casos em que o velho colonialismo fora superado pela nova universalização da contradição capital-trabalho como eixo da luta de classes, após a abolição da escravidão — por uma descolonização “oscilante e superficial” (Fernandes, 1975, p. 13) que não é capaz nem de absorver as necessidades e demandas das classes subalternas, nem de se colocar autonomamente na disputa econômica internacional (Chasin, 1982). Nela, a evolução nacional e o progresso social são excludentes (Chasin, 1989), e os privilegiados “não abrem mão de nenhuma partícula de privilégios e brandem, por qualquer coisa, as armas brancas de degola e suas bandeiras ‘sagradas’ que põem a propriedade e a iniciativa privadas acima de sua religião, de sua pátria e de sua família” (Fernandes, 1986, pp. 74-75).

A burguesia que emerge na via colonial é antidemocrática, como foi a prussiana, mas, diferentemente desta, é incapaz, por iniciativa e força própria, de romper com a subordinação ao imperialismo (Rago, 2010). Essa subserviência, embora tenha adquirido feições próprias em cada momento histórico, foi sempre a marca das classes dominantes e do Estado brasileiro diante do capital internacional, mas encontrou dimensões sem precedentes na postura do atual governo diante dos interesses estadunidenses. O vergonhoso incidente, em Dallas, no Texas, em que o presidente Bolsonaro bateu continência à bandeira dos Estados Unidos¹⁶

¹⁶ O incidente ocorreu nos primeiros meses de mandato do Presidente, em um momento em que ele recebia o prêmio de personalidade do ano, oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Dalas. Ver Ernesto (2020).

foi apenas o prelúdio de uma série de escolhas comerciais, políticas e científicas que chegaram a colocar em risco os interesses de alguns setores econômicos nacionais.

Essa subserviência política, econômica e ideológica explica o fato de o governo Bolsonaro ter optado por seguir a retórica de Donald Trump de desprezar a capacidade destrutiva do vírus SarsCov2 ou afirmar que se tratava apenas de uma estratégia chinesa para exportar o comunismo, via Organização Mundial da Saúde. Mas, a relação de dependência que lhe fundamenta remete à origem do Estado brasileiro. A história do Brasil é marcada, desde o início, por “transições transadas” (Fernandes, 2014, p. 127), isto é, conciliações pelo alto, entre o moderno e o arcaico: fomos inseridos na economia capitalista — e o próprio país passou a existir enquanto tal — a partir da colonização portuguesa via escravidão, violência patriarcal e genocídio indígena, e não por necessidades internas de acumulação.

Deixa-se de ser colônia para se constituir em império independente, a partir de 1822, sendo que o poder continuou nas mesmas mãos e sem romper com a escravidão. A ausência de uma revolução, de baixo para cima, que provocasse o fim do escravismo resultou em uma abolição sem reparações, e, um ano depois, o regime republicano substituiu o imperial a partir de um golpe militar. Depois disso, deu-se a oscilação burguesa entre os “diversos graus de bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia” (Chasin, 1982, p. 11).

Em todos esses períodos, as demandas populares foram sempre negligenciadas ou secundarizadas pelas classes dominantes e os seus representantes políticos no Estado. Como lembram Fanon (2010), Marine (2000) e Mészáros (2002), a democracia e, posteriormente, o *Welfare State* nos centros capitalistas foram garantidos através da superexploração da força de trabalho na periferia. Esse processo teve, no Brasil, o racismo como um grande sustentáculo que representou, a seu termo, tanto a naturalização das relações sociais quanto a culpabilização das próprias vítimas pelos resultados de escolhas que lhes eram alheias.

Com o advento da crise estrutural do capital no final do século XX (Mészáros, 2002) e as novas configurações produtivas e sociais dela advinda, o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho foi reconfigurado sem grandes rupturas com os seus traços constitutivos. Assim, o encerramento da via colonial de entificação do capitalismo representou, justamente, a sua consolidação (Sobrinho, 2019)¹⁷. Assistiu-se, embora com nuances e diferenças em cada governo, à consolidação da inserção subordinada do país por meio da interiorização da mundialização (via ampliação do IED), especialização do país na produção de *commodities* e liberação do sistema financeiro. Tudo isso, a partir da manutenção, sempre intocada, da superexploração da força de trabalho, no plano econômico produtivo, e do racismo, nos planos político, ideológico e social. Assim, a violência colonial, expressa em *Les damnés de la terre*, seguiu expressando-se através de uma ordem social extremamente desigual.

Mantê-la implicou, para a classe dominante, criar uma polícia forte e uma justiça severa com vistas a conter o que ela denominou como os “maus instintos” dos/as trabalhadores/as egressos/as das senzalas. Encurralados/as nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituíram as primeiras aglomerações de favelas e permaneceram na grande franja de marginalizados/as criada pelo modo de produção capitalista. Também não é obra do acaso se são estes/as os descartáveis pela Covid-19. As péssimas condições de moradia são a ponta do *iceberg* do tratamento vil que o Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, deu a estes/as trabalhadores/as.

¹⁷ Não se pode ignorar, no entanto, a importância de uma série de conquistas institucionais e absorção de demandas populares por ampliação da democracia formal, após o fim oficial da ditadura e instituição da Constituinte, em 1988 (Santos, 2018), assim como a participação do movimento negro neste processo, bem como na Reforma Sanitária e antimanicomial. Ainda assim, é a esse período que Florestan Fernandes nomeia como “transição transada”, uma vez que se operou as forças políticas de tal maneira, que o poder político e econômico permaneceu nas mesmas mãos. A Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concedeu anistia aos militares torturadores e gestores da ditadura, permitiu que esses continuassem em seus cargos sem nenhuma sansão social ou estigmatização.

Neste contexto de precarização, os/as profissionais do Serviço Social no campo da política habitacional são chamados/as a fazer o enfrentamento das velhas expressões da questão social em meio ao novo modo de aniquilamento da vida dos/as trabalhadores/as, sobretudo os/as negros/as, que são deixados/as para morrerem nas periferias brasileiras. A ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro possibilitou “a politização do trabalho social e o amadurecimento para atuar de forma coletiva na área habitacional, contribuir com a organização e a participação dos movimentos sociais e construir propostas emancipatórias” (Paz & Diniz, 2018, p. 311). Sem abrir mão da luta pela preservação de direitos conquistados e a efetivação das políticas sociais, urbanas e habitacionais, no atual momento de pandemia, garantir as vidas negras nestes territórios precarizados e desolados pela Covid-19 é a melhor forma de resistência e de consolidação de um projeto emancipatório.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Célia. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARRUCHO, Luis. Brasil: o novo epicentro da pandemia de coronavírus? *BBC-News Brasil*, 20 mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52732620>. Acesso em 22 de maio de 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, n. 17 (49), São Paulo, 2003.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. *Mulher Negra*. São Paulo: Nobel, 1985.

CHASIN, José. As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras: o fascismo e o integralismo. *Verinotio — Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, p. 131-165, 2019.

CHASIN, José. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*, n. 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989.

CHASIN, José. “¿Hasta Cuando?” A propósito das eleições de novembro. *Verinotio — Espaço de Interlocução em Ciências Humanas*, pp. 1-36, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/1982/10/hasta.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2020.

CORREA, Suzana. Idosa é resgatada de situação análoga à escravidão em bairro nobre de SP. *O Globo*, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/idosa-resgatada-de-situacao-analoga-escravidao-em-bairro-nobre-de-sp-24502097>. Acesso em 20 de julho de 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERNESTO, Marcelo. Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA, erra bordão e diz que esquerda comanda universidades e imprensa. *Estado de Minas*. 16 mai. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna_politica,1054365/bolsonaro-critica-manifestacoes-e-diz-que-esquerda-toma-conta-de-unive.shtml. Acesso em 20 de julho 2020.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

G1 BA. Empregadora é condenada por manter mulher em trabalho doméstico análogo à escravidão por 35 anos na Bahia. 10 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/10/empregadora-e-condenada-por-manter-domestica-em-trabalho-analogo-a-escravidao-por-35-anos-na-bahia.ghtml>. Acesso em 15 de julho de 2020.

G1 PA. ‘Covid-19 traz riscos de genocídio indígena’, alerta MPF, que quer que Funai adote medidas urgentes. 27 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/04/27/covid-19-traz-riscos-de-genocidio-indigena-alerta-mpf-que-quer-que-funai-adote-medidas-urgentes.ghtml>. Acesso em 01 de julho de 2020.

GÓES, Weber Lopes. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: LiverArs, 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, pp. 514-522, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1980.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

HAFE, Lara; SEABRA, Roberto. Projeto determina inclusão da cor nos dados de pessoa contaminada por Covid-19. *Agência Câmara de Notícias*, 20 mai. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/662974-projeto-determina-inclusao-da-cor-nos-dados-de-pessoa-contaminada-por-covid-19/>. Acesso em 20 de maio de 2020.

- MARINI, Ruy Mauro. *Processo e tendências da globalização capitalista. Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MATTOS, Alice Lopes. *Racismo e xenofobia no Brasil: análise dos instrumentos jurídicos de proteção ao imigrante negro*. Monografia. Universidade Federal de Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2796>. Acesso em 01 de julho de 2020.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVEIRA, Leila Maria. *Imigrantes, xenofobia e racismo: uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22442>. Acesso em 01 de julho de 2020.
- PAZ, Rosângela; DINIZ, Tânia. O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do Serviço Social. In: CONSERVA, Marinalva; ALVES, Jolinda; SILVA, Emanuel (orgs.). *Estado brasileiro, direitos constitucionais e desafios da proteção social no século XXI*. João Pessoa: Editora do CCTA; A União, 2018.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RAGO, Antônio. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. *Verinotio revista on-line de educação e ciências humanas*, n. 11, pp. 71-86, 2010.
- ROCHA, Solange P. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco individual*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SANDES, Arthur. Pretos e pardos já são maioria entre as vítimas que morreram por covid-19. *Notícias UOL*, 20 mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/negros-e-pardos-ja-sao-maioria-entre-as-vitimas-fatais-por-covid-19.htm> Acesso em 20 de maio de 2020.

SANTOS, Natália Neris. *A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SCHWARCZ, Lilia. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pp. 225-242, 2011.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, pp. 117-149, 2002.

SILVA, Vladimir Luiz. A particularidade da constituição do capitalismo alemão em Marx: algumas passagens dos anos 1840. *Verinotio — Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 26, n. 1, pp. 353-84, 2020.

SIMÕES, Eduardo. Mortes de pretos e pardos crescem mais que de brancos durante pandemia, mostram dados de cartórios. *Uol Notícias*, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/07/13/mortes-de-pretos-e-pardos-crescem-mais-que-de-brancos-durante-pandemia-mostram-dados-de-cartorios.htm>. Acesso em 20 de julho 2020.

SIMÕES, Mariana. 1ª vítima do coronavírus no Rio era doméstica e foi contaminada no Leblon. *Exame*, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/1a-vitima-do-coronavirus-no-rio-era-domestica-e-foi-contaminada-no-leblon/>. Acesso em 19 de maio de 2020.

SOBRINHO, Maria Gorete. A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital. *Verinotio — Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. Rio das Ostras, v. 25, n. 2, p. 40, 63, 2019.

UOL. Coronavírus: Brasil registra 398 mortes em 24h e chega a 120.896 óbitos. *Notícias Uol*, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/30/coronavirus-mortes-e-casos-30-de-agosto-de-2020.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

Indígenas e quilombolas no ensino superior: o trabalho social no combate ao racismo institucional e no fortalecimento das lutas em defesa do território

SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA
MARIA DO SOCORRO RAYOL AMORAS

Introdução

A dinâmica econômica imposta pela acumulação capitalista tem encontrado, nas regiões do planeta ricas em recursos/bens naturais, condições extremamente favoráveis à sua expansão: minérios, petróleo, água, biodiversidade, madeira e terras que, no discurso do capital e do Estado, aparecem como livres e disponíveis à exploração. Contudo, longe de serem “terras sem homens”, tais regiões exploradas apresentam a existência de ‘terras tradicionalmente ocupadas’ por povos tradicionais¹, o que tem gerado intensos conflitos e lutas em defesa do território.

Os conflitos instalam-se pela concepção diferenciada da natureza (do ambiente), a expropriação de terras, os cercamentos impeditivos do acesso aos recursos naturais, criminalização de lideranças sociais, de ameaças, da instalação de grandes obras de infraestrutura e os efeitos indesejados das atividades extrativas e industriais no solo, na água, no ar, nos sistemas vivos e relacionais dos grupos sociais.

¹ Adota-se neste artigo a proposta de Little sobre povos tradicionais como “um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais aqui analisados mostram na atualidade. O conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes na diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil” (Little, 2004, pp. 33-34).

No enfrentamento a esses conflitos se viu crescer, desde a década de 1980, as estratégias de resistência e mobilização política dos povos tradicionais na defesa de seus territórios. Almeida (2015) nos chama atenção para uma recorrência da expressão ‘terras tradicionalmente ocupadas’ nas pautas reivindicatórias dos movimentos sociais. Segundo o autor, tal referência constante é “reveladora de como cada unidade social tem consciência das suas fronteiras. Isto pode indicar não apenas um aumento da percepção que os agentes sociais têm de seus direitos territoriais, mas também elementos de uma autoconsciência cultural” (Almeida, 2015, p. 28).

Um dos elementos da “autoconsciência cultural”, de que nos fala Almeida, encontra-se expresso na luta em defesa das políticas de cotas para o ingresso no ensino superior. Ao longo dos anos, especialmente a partir da segunda década do século XXI, o ensino superior no Brasil passou por transformações significativas com as reformas educacionais e a implementação das ações afirmativas propostas pelo Estado, provocando mudanças nas Instituições de Ensino Superior (IES), bem como um amplo debate político junto à sociedade brasileira.

O sistema de reserva de vagas foi garantido pela Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), mais conhecida como “Lei de Cotas”. A partir de então, a reserva prevê 50% (cinquenta por cento) das matrículas em universidades federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por curso e turno, a alunos oriundos, integralmente, do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos e que possuam uma renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita. Nessa mesma proporção, aplica-se a lei a pretos, pardos e indígenas.

O tema das cotas para afrodescendentes e outras minorias, no ingresso ao ensino superior, tem sido pauta de muitas discussões e embates na sociedade e no meio acadêmico, destacando-se questões como: a institucionalidade das cotas; a incompatibilidade entre cotas e mérito acadêmico; a baixa qualificação da formação no ensino médio dos alunos

cotistas, que compromete a qualidade do nível acadêmico das IES; as possibilidades e capacidades dos alunos cotistas de permanecerem nas IES e concluírem seus cursos, dentre outras.

As condições para a permanência de indígenas e quilombolas no ensino superior não é uma pauta prioritária para a maioria das universidades brasileiras. Contudo, esses discentes possuem a sua organização estudantil universitária e, por meio dela, expõem com muita veemência questões relativas às inúmeras dificuldades que enfrentam para permanecer na universidade e concluir com êxito seus cursos, de modo que possam retornar às suas comunidades e aldeias e fortalecer a luta pela terra tradicionalmente ocupada. A universidade, nesse sentido, tem sido também vislumbrada por essas/es discentes como um importante espaço político para a construção de estratégias que possam fortalecer as conquistas pelo território e o direito de nele viver de modo autônomo, sem ameaças e tutelas.

O posicionamento da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará — Apyeufpa e dos Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Pará — ADQ, nos fóruns de debate realizados junto à comunidade universitária, enfatiza o enfrentamento cotidiano contra o racismo, a discriminação, o preconceito e o epistemicídio², que se expressa para além dos muros da universidade. São opressões que muito comprometem a autoestima, a aprendizagem significativa e satisfatória no processo educativo e no cotidiano da luta permanente em defesa do território tradicionalmente ocupado.

² Epistemicídio, aqui, está sendo compreendido conforme Santos e Meneses (2009, p. 183): “O mundo é um complexo mosaico multicultural. Todavia, ao longo da modernidade, a produção do conhecimento científico foi configurada por um único modelo epistemológico, como se o mundo fosse monocultural, que descontextualizou o conhecimento e impediu a emergência de outras formas de saber não redutíveis a esse paradigma. Assistiu-se, assim, a uma espécie de epistemicídio, ou seja, à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas”.

Com o objetivo de contribuir para a superação dessas dificuldades, levando em consideração as demandas e expectativas desses discentes, o Núcleo Docente Estruturante — NDE, da Faculdade de Serviço Social — Fass, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas — Icsa, da Universidade Federal do Pará — Ufpa, executa, desde 2017, o Projeto IQ-Conhecimento e Resistência. Neste artigo, enfatizamos as ações extensionistas executadas no âmbito do projeto destinadas à superação das dificuldades dos discentes indígenas e quilombolas em seus respectivos cursos de graduação e aquelas voltadas à assessoria da Comunidade Quilombola de Abacatal na defesa de seu território tradicionalmente ocupado.

Raça, racismo, racismo institucional e política afirmativa

Os estudos de Munanga (2003) mostram que o conceito de raça tem origem na ciência natural ocidental e foi usado pela primeira vez na Zoologia e na Botânica para classificar espécies animais e vegetais. No medievo, o conceito é acionado para designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que tem um ancestral comum e que, devido a isso, possuem algumas características físicas em comum. O sentido moderno de raça foi cunhado na França, em 1684, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente diferenciados.

Nos séculos XVI e XVII, o conceito de raça é empregado nas relações de classe, isto é, para hierarquizar a franca nobreza, de origem germânica, em oposição aos gauleses plebeus, população local. Os francos se consideravam como dotados de sangue “puro”, pelo qual justificavam a superioridade das suas habilidades especiais e aptidões naturais perante os gauleses; argumento esse que tomavam para convalidar o domínio sobre essa população e, assim, legitimar a escravidão.

Nesse sentido, ainda para Munanga (2003), o conceito de raça “pura”, com origem na Zoologia e na Botânica, fica a serviço da discriminação de classe e étnica, que opera a partir da naturalização das diferenças para

sujeitar e dominar aqueles considerados inferiores, ou seja, aqueles vistos sem humanidade ou bestas (recém-descobertos ameríndios, negros, melanésios, etc.), os considerados desprovidos de racionalidade, isto é, das habilidades e aptidões naturais dos brancos europeus nobres e cristãos.

Compreende-se, desse modo, que a raça, como constructo sociológico gestado pelo projeto societário europeu nas Américas, promove a “divisão racial do trabalho”, estruturando as relações de poder que naturalizam a subalternização da população não branca, como problematizou Chadarevian (2011) em seus estudos sobre desigualdades raciais no mercado de trabalho. Gonçalves, por sua vez, enfatiza que não se pode discutir sobre a questão social sem tratar da questão racial. Para a autora, “questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos nos dias atuais” (Gonçalves, 2018, p. 7). Afirmar, ainda, que o “modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que esta se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital” (ibidem). Sendo necessário, também, superar a questão racial, assim como a questão social, para suprimir a ordem burguesa do capital e seguir no processo de emancipação humana.

O conceito de racismo, segundo Munanga (2003), trafega com diversas interpretações desde 1920 e não se expressa do mesmo modo nas Américas. Neste trabalho, o racismo é compreendido como relações que se organizam a partir dessa narrativa hegemônica de raça para inferiorizar diferenças e, então, tratá-las como desigualdades: “visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (Munanga, 2003, p. 8).

Essas percepções erguem barreiras que impedem a visibilidade dos corpos não hegemônicos, sendo, assim, plasticidades discriminatórias estruturadas no âmbito das instituições que configuram o racismo institucional ou sistêmico, como define Werneck: “um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes,

tanto no que se refere a formas de governança quanto de *accountability*” (Werneck, 2018, p. 17).

Dessa maneira, se esse processo, por um lado, promove a exclusão seletiva dos grupos racialmente subalternizados — indígenas, negras/os, ciganas/os da realidade da América Latina, brasileira, da diáspora africana que vivenciam contextos diferenciados de intervenção do sistema/mundo —, por outro lado, mantém os privilégios dos grupos dominantes — homens, héteros, brancos, ricos, cristãos e, numa escala abaixo, mulheres héteros, brancas, ricas e cristãs.

Nesse sentido, a superexploração econômica sustenta-se na historicidade de um sistema patriarcal racializado, como reflete Gonçalves, para qual “a luta contra a opressão racial é indissociável da luta de classes e, ao mesmo tempo, esta não pode triunfar sem aquela” (Gonçalves, 2018, p. 7).

Essa assertiva nos convida a refletir acerca de como homens brancos e mulheres brancas e homens negros e mulheres negras vivenciam a classe. As exclusões se expressam nas práticas de organização da sociedade e do funcionamento de suas instituições, por meio das tecnologias de acesso à informação; do conteúdo informacional selecionado; do tipo de linguagem exigido; da delimitação do tempo e do espaço; dos documentos (regulamentos, regimentos, normativas, regras etc.); da arquitetura e mobília dos prédios; dos conhecimentos considerados legítimos; dos ritos; das crenças; do destino dos orçamentos; da forma de devolução do saber produzido à sociedade, no caso de instituições responsáveis pela promoção da ciência.

O racismo institucional, portanto, é um mecanismo estruturado dessas narrativas que, no caso do Brasil, é revelador do modo como o Estado promove o racismo na sua relação com a sociedade ao camuflar as suas configurações escravocratas, orquestradas pela ideia de mestiçagem pensada a partir do mito da democracia racial. Assim sendo, o racismo estrutura as relações desiguais de poder como expressões das contradições sociais de um sistema econômico excludente.

Para Werneck, o racismo institucional ou sistêmico “opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas — atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial” (Werneck, 2018, p. 17), acionada pelo preconceito, pela discriminação e pela desigualdade étnico-racial.

Nos anos de 1980, o movimento negro no Brasil amplia suas frentes de luta junto aos movimentos pela redemocratização do país e amplia a divulgação dos dados alarmantes sobre a discriminação e a desigualdade racial, bem como sobre as diferenças exorbitantes nas condições de vida entre negros e brancos. São diferenças de tratamento e de oportunidades no mercado de trabalho, no acesso à educação, à saúde, à moradia, isto é, negros estavam, em sua maioria, em contextos de vulnerabilidade social, muito reveladores da estrutura escravocrata institucionalizada na sociedade brasileira.

Nos anos seguintes, a luta contra o racismo ganha maior visibilidade na esfera política com o Projeto de Lei Nº 1.332/1983 (Brasil, 1983), elaborado pelo então deputado federal e ativista negro Abdias do Nascimento (1914-2011). De cunho compensatório, o projeto visava à implementação do princípio da isonomia social do negro em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira. Ante ao cenário político, Abdias não conseguiu aprová-lo, contudo, a recusa conduziu o movimento a novas propostas de inserção da população negra na educação e no mercado de trabalho.

A partir dessa década, a democratização do acesso à educação passa a ser vista pelos movimentos sociais de educação popular como uma importante ferramenta de inclusão social, apontando as cotas como compensação dessas desvantagens. Na década de 1990, várias Instituições de Ensino Superior (IES) adotaram a reserva de vagas ou sistema de bonificação com o objetivo de possibilitar o acesso de um corpo discente mais diverso e representativo do contexto regional ou nacional.

Assim, em 2012, foi promulgada a Lei Federal Nº 12.711 (Brasil, 2012), que orienta todas as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) à adoção de cotas sociais e raciais, de forma paulatina ou não, como critério de ingresso de discentes. Esse processo surge, ao mesmo tempo que o de expansão do ensino público federal, visando alcançar esse perfil mais diverso dos discentes das Ifes.

Contudo, são necessárias pesquisas que apresentem dados qualificados sobre a permanência desses discentes, para que o acesso às oportunidades acadêmicas e à qualidade do percurso formativo possam ser avaliados, tal como discute Santos (2009) na pesquisa “Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa”. Dessa maneira, juntamo-nos à autora, neste trabalho, para discutir a ‘permanência’ de estudantes indígenas e quilombolas na Universidade Federal do Pará, compreendendo-a como:

Permanência é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológico (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um. [...] assim, sendo, permanência é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação. Permanecer é estar em ser continuum no fluxo do tempo (trans)formado pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras. (Santos, 2009, p. 68)

A permanência, assim compreendida, instiga Edimar Kaingang, discente indígena, cotista, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará — Ufpa, durante o Seminário de Educação Superior Intercultural, promovido em 2018 pelo Projeto IQ. Refletindo sobre a questão, o discente comenta que:

[...] a permanência desses alunos também é prejudicada pela dificuldade de “adaptação” no tempo e no espaço da cidade e da universidade, pela distância das aldeias e famílias, pelas dificuldades financeiras (aluguel, transporte, alimentação, materiais didáticos, entre outros), pelas dificuldades pedagógicas e pelo preconceito, discriminação e racismo. (Edimar Kaingang, discente indígena)

Nesse sentido, para assim ser formativa e transformadora, a permanência precisa de condições materiais e simbólicas dignas de acompanhamento à formação desses discentes dentro da universidade, como tutorias, espaços democráticos de diálogos interativos (intercultural), projetos pedagógicos comprometidos com a diversidade de saberes e a superação do racismo institucional, para que a formação acadêmica seja possibilitada com qualidade e equidade, como vêm discutindo Beltrão e Cunha (2011) e Lima (2012, 2018). Assim como, também, condições para a necessária adaptação às inadequadas habitações a que têm acesso e ao cotidiano da cidade.

A permanência com qualidade e equidade requer projetos pedagógicos que valorizem epistemes diversas, contudo, a experiência extensionista tem mostrado que, apesar de essa ser uma ação estruturante, não é suficiente, pois o êxito na aprendizagem também depende do modo como vivenciam a cidade e as condições de moradia. Nesse sentido, as ações de formação também visam contribuir com as lutas dessas/es discentes contra o racismo e a discriminação que sofrem nos seus processos de adaptação ao cotidiano da cidade e às habitações inadequadas nos bairros periféricos de Belém-PA, assim como com as organizações de ações estratégicas na defesa de seu território tradicionalmente ocupado.

Desafios e dificuldades de indígenas e quilombolas para a permanência na educação superior

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas e quilombolas têm sido por eles relatadas em espaços de eventos públicos, assim como também objeto de pesquisas. No ano de 2017, a Fass organizou o “VI Colóquio de Serviço Social, Interculturalidade e Educação: o desafio da política de cotas para indígenas e quilombolas”. As questões levantadas se voltaram às dificuldades que enfrentam para acessar, permanecer e concluir com êxito o ensino superior, mesmo havendo um processo seletivo especial e políticas de assistência estudantil. As discussões evidenciaram essas dificuldades e colocaram no centro do debate o processo histórico de exclusão dos direitos que esses agentes sofrem. Para esses discentes, o acesso torna-se difícil porque há uma disputa grande de vagas, principalmente nos cursos mais concorridos, como Direito e Medicina.

Os cursos com maior concorrência são os mais elitizados, por isso a discriminação e o racismo são mais frequentes por parte de professores, de técnicos e de alunos que não concordam com a política de cotas. Durante o “VI Colóquio de Serviço Social”, Queila, discente quilombola do curso de Direito, observou que: “é como se nós estivéssemos ocupando as vagas deles, por isso muitos se mostram contrários às bolsas e benefícios que recebemos, porque consideram um privilégio”.

Outras questões apontam para o medo de se autoidentificar em sala de aula para não sofrerem discriminação de alunos e professores, pois é comum terem suas capacidades intelectivas questionadas. Chamaram atenção, ainda, para os casos de professores das disciplinas consideradas “difíceis”, que, no início do curso, já informam que têm poucas chances de conseguirem aprovação. Esses professores alegam que isso se deve ao fato de possuírem dificuldades com o português (sendo esta a segunda língua de grande parte dos grupos étnicos) e de apresentarem pouco conhecimento de cálculo, de leitura, de escrita e de interpretação de textos.

Para esses discentes, as matrizes curriculares dos cursos e as metodologias de ensino e avaliação não reconhecem a possibilidade de diálogo entre os seus saberes e os produzidos na academia, isto é, de valorização de suas epistemologias e tecnologias na produção dos conhecimentos. Desse modo, contribuem para a reprodução de práticas docentes preconceituosas, discriminatórias e racistas. Nos estudos de Costa e Costa (2018) e Maciel e Silva (2019), mais de 50% dos entrevistados informaram terem sido reprovados em uma ou mais disciplinas ministradas no curso, parte dos motivos é a dificuldade com os conteúdos e, principalmente, com a discriminação sofrida em sala de aula por parte de docentes e discentes.

Maciel e Silva (2019) identificaram, ainda, os principais desafios enfrentados no percurso acadêmico, entre eles: interpretação de texto, dificuldade financeira, distância da família, trabalhos em grupos, educação básica, reprovações, relações com discentes não indígenas e não quilombolas, cálculos, comunicação, deslocamento, adaptação, separação da aldeia e preocupação com os filhos.

Em decorrência disso, as metodologias e conteúdos selecionados impedem os seus protagonismos em sala de aula, razão pela qual muitos se sentem incapazes de concluir a graduação, tornando a desistência, assim, inevitável. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos naturalizam o racismo institucional e erguem barreiras que impedem a permanência de indígenas e quilombolas com qualidade e equidade na Universidade, tal como observado durante o “VI Colóquio de Serviço Social” pela discente indígena Jomara Tembê:

[...] não é fácil se matricular diversas vezes numa disciplina e nunca conseguir a aprovação, porque o professor diz que aquele conhecimento é muito difícil para aquele aluno; não é fácil sentir a exclusão na sala de aula por parte dos colegas de turma quando não somos chamados para trabalhos em grupo porque duvidam das nossas capacidades. Ouvi de uma professora que era melhor

não haver a identificação identitária na sala de aula para evitar a discriminação, como se isso fizesse o racista deixar de ser racista. Como eu, uma indígena, vou me esconder em uma sala de aula se uso as pinturas corporais? Então existe imposição para que esses alunos entrem e saiam invisíveis da universidade. Somos visíveis apenas como objeto de pesquisa dos professores. (Jomara Tembê, discente indígena)

No estudo de Costa e Costa (2018), ao serem indagados se já sofreram algum tipo de discriminação, os alunos indígenas e quilombolas responderam positivamente, afirmando ser comum a realização de tais práticas por parte de professores, técnicos e outros alunos nas instâncias da Ufpa. São práticas como: comentários inadequados sobre os cabelos crespos, a forma de falar e se expressar, a capacidade intelectual, a cor. Em alguns casos, a discriminação é expressa, também, pela exclusão nos grupos de trabalho — alguns alunos ficam isolados na turma etc. Muito raramente presenciam um professor reconhecer e valorizar os seus saberes no desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas, ou mesmo colocar em debate as ameaças históricas à existência dos seus territórios.

Alguns estudos na área apontam que as barreiras enfrentadas por esses alunos indígenas e quilombolas para entrarem e se manterem ativos dentro de qualquer curso, em qualquer universidade, transcendem a linha do tempo, estendendo-se para além do acesso à instituição de ensino superior, como esses alunos têm se mantido no decurso dos seus estudos no que concerne à desistência ou permanência. As cotas, portanto, colocaram às vistas o racismo e sua reprodução no âmbito acadêmico, acionada pelas estratégias e mecanismos de exclusão, silenciamentos e apagamentos dos corpos, dos campos cosmológicos e das lutas históricas desses povos.

AS DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO ÀS HABITAÇÕES E AO COTIDIANO DA METRÓPOLE

A permanência dos indígenas e quilombolas no ensino superior também passa pela sua adaptação ou não às condições de moradia e ao cotidiano na cidade. Na pesquisa realizada por Maciel e Silva (2019) apenas 9% dos respondentes são da Região Metropolitana de Belém — RMB, os demais são oriundos do interior do estado; vale observar que os estudantes indígenas vêm diretamente de suas aldeias localizadas em áreas de florestas nos estados do Pará e do Amazonas. Para estes, a adaptação é bem mais difícil.

Outro dado interessante da pesquisa realizada por Maciel e Silva (2019) refere-se ao vínculo com seus locais de origem. O levantamento indicou que 78% dos respondentes mantêm residência em suas comunidades e aldeias, sendo comum se deslocarem até elas pelo menos uma vez durante o recesso acadêmico. Aquelas localizadas nos municípios mais próximos são frequentadas aos finais de semana. E, as mais distantes, apenas durante as férias ou no final do curso.

Ao chegarem à cidade, sede do campus universitário, é comum a moradia coletiva entre os estudantes da mesma comunidade ou aldeia, assim podem compartilhar também o pagamento do aluguel e alimentação. Muitos se instalam em casas de parentes que já estão na cidade, contudo, em grande parte delas já coabitam mais de duas famílias. A maioria dessas casas é do tipo *kitchenette*³, está localizada nos bairros periféricos de Belém, às margens das ruas e com edificações comprometidas. Devido à falta de segurança, em decorrência do alto índice de violência, as portas e janelas são gradeadas. Uma arquitetura que em muito se diferencia das suas moradias nativas. E, ainda, como agravante, enfrentam as dificuldades com as péssimas condições do abastecimento de água.

³ A maioria desse tipo de moradia nas periferias comporta apenas um quarto com banheiro e uma pequena área para cozinha, ou um quarto com banheiro externo e coletivo, não possuem quintais e nem área frontal.

É comum as alunas indígenas e quilombolas levarem com elas seus filhos pequenos para a cidade durante o período letivo, principalmente aqueles que ainda são amamentados no seio e os que ainda requerem os cuidados dos primeiros anos de vida. Mas, isso também pode se dever ao fato de não terem com quem os deixar. Nesses casos, as dificuldades redobram, porque a partilha do pequeno espaço entre adultos e crianças torna-se mais difícil. Não raro, as crianças adoecem devido às precárias condições de moradia e à falta de um espaço para brincar.

Pelo projeto de extensão, acompanhamos o caso de uma aluna indígena que foi denunciada na justiça por uma vizinha por ter deixado seus filhos pequenos brincarem numa área que ela havia se apropriado para fazer um jardim. As crianças subiam nas árvores, corriam por cima da grama, entre as plantas e terminaram por danificá-las. Para os indígenas e quilombolas, é muito difícil viver nesses espaços onde não há área para o lazer e as brincadeiras e que não sejam coletivas e compartilhadas.

Uma política de permanência para indígenas e quilombolas na universidade não pode desconsiderar as condições de moradia desses estudantes na cidade e suas dificuldades de adaptação. Isso implica olhar com mais sensibilidade para os contextos culturais desses alunos, suas compreensões sobre o que seja a moradia, ou seja, o modo como lidam com o espaço habitado. Desse modo, a política afirmativa de cotas, que visa ao acesso e à permanência com qualidade e equidade, como discutimos anteriormente, não pode deixar de incorporar tal aspecto como elemento importante para a aprendizagem e a conclusão com êxito desses alunos.

Ações interventivas para permanência de estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior e no fortalecimento da luta em defesa de seu território

A Ufpa vem adotando uma postura bastante ativa na promoção das ações afirmativas, tendo implementado um conjunto de ações nessa direção, desde o ano de 2005. Após a Lei Federal Nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), a Ufpa procedeu a alterações nas regras de seus processos seletivos. Além da adoção do ingresso pelas cotas, regulamentada pela Legislação Federal, a Ufpa adotou, desde o ano de 2009, o processo diferenciado para o ingresso de indígenas e quilombolas, regulamentados pelas resoluções Nº 3.869, de 22 de junho de 2009 ([Ufpa], 2009), e Nº 4.309, de 27 de agosto de 2012 ([Ufpa], 2012), que estabelecem o sistema de reserva de vagas para estudantes indígenas e quilombolas, respectivamente, em todos os cursos de graduações da Ufpa.

Tal procedimento permitiu a ampliação gradativa do quantitativo do ingresso de indígenas e quilombolas nos cursos da Ufpa, conforme dados do Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos — Ciac, apresentados na tabela 1.

TABELA 1 | QUANTITATIVO DE DISCENTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS INGRESSANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPA | 2010-2018

DISCENTE	ANOS									TOTAL
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
INDÍGENA	53	21	28	35	24	41	37	45	69	353
QUILOMBOLA	-	-	-	41	105	205	222	297	334	1.204

FONTE: CENTRO DE REGISTROS E INDICADORES ACADÊMICOS – CIAC/UFPA, 2018.

O cotidiano desses estudantes na Ufpa é atravessado pelas dificuldades de adaptação à vida na metrópole e à rotina universitária, acompanhado das exigências da produção científica. Tais dificuldades aprofundam-se com a discriminação, o preconceito, o racismo e o racismo institucional. A superação dessas dificuldades, para essas/es discentes, é fundamental para que consigam cumprir o compromisso com o fortalecimento das conquistas das suas comunidades e da luta permanente pelo direito de viver em suas terras com autonomia.

Em 2016, o curso de Serviço Social da Ufpa, por meio do Núcleo Docente Estruturante — NDE e do Conselho da Faculdade, começou a colocar na sua pauta de discussão as demandas dos discentes indígenas e quilombolas referentes às suas dificuldades de permanência e de conclusão com êxito do curso. Para atender à reivindicação dos discentes, o NDE propôs, no ano de 2017, através de edital de extensão, o projeto “Ações interventivas para a permanência com qualidade e equidade de indígenas e quilombolas, discentes do curso de serviço social da UFPA”⁴. No ano de 2018, ante a esses inúmeros desafios, postos à permanência de indígenas e quilombolas na universidade, o projeto expandiu suas ações para todos os cursos do Icsa, atendendo ainda discentes dos demais cursos de graduação da Ufpa⁵. A partir dessas novas demandas, o projeto organizou-se em 4 (quatro) eixos de atuação:

⁴ Projeto esse que foi nomeado pelos discentes de IQ — Conhecimento e Resistência. Sua execução vem sendo assumida por meio da parceria dos Grupos de Estudos “INTERFACES — gênero, geração, raça e etnia em contextos amazônicos” e “GESTERRA — Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia”, ambos da Faculdade de Serviço Social/ Ufpa.

⁵ A equipe do projeto conta com trinta (30) pessoas: quatro docentes (04); dois (02) discentes do PPGSS; duas (02) recém-graduados; (22) discentes de graduação, dos quais cinco alunos contam com bolsas de extensão; outros membros da equipe participam voluntariamente.

I. EIXO DE APOIO ACADÊMICO: destinado ao apoio às atividades pedagógicas dos discentes, visando garantir a aprendizagem significativa e a autonomia intelectual. O apoio é desenvolvido diariamente por monitores voluntários, que são graduandos do 5º ao 9º semestres e pós-graduandos, vinculados ao Icsa e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — IFCH;

II. EIXO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: destinado à orientação ao acesso aos serviços e auxílios ofertados pela política de assistência estudantil da Ufpa Segue as orientações do Programa Nacional de Assistência Estudantil — Pnae, o qual, por meio do Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), institui que as universidades federais desenvolvam ferramentas para minimizar a evasão estudantil no ensino superior. Dessa maneira, a execução deste eixo prevê o atendimento individualizado por monitores do curso de Serviço Social, bem como a realização de oficinas ministradas por Assistentes Sociais da Superintendência de Assistência Estudantil — Saest da Ufpa;

III. EIXO DE FORMAÇÃO: destina-se à promoção de atividades formativas sobre as seguintes temáticas: educação intercultural, discriminação, preconceito étnico-racial, racismo e racismo institucional. Tem como objetivo contribuir com as reflexões de uma universidade menos meritocrática, elitista e racista. Para isso, promove seminários, rodas de conversa, exibição mensal de filmes, que acontece sempre em espaços de grande fluxo de alunos e professores, como halls entre blocos de aula e próximos ao restaurante universitário;

IV. EIXO DE ASSESSORIA: é destinado a prestar assessoria às associações das comunidades dos discentes indígenas e quilombolas, sobretudo nas suas demandas quanto à garantia do território tradicionalmente ocupado. O eixo compreende que os territórios dos povos e comunidades tradicionais são alvos constantes de empreendimentos que colocam em risco suas territorialidades. Nesse sentido, conflitos são tensionados pelo interesse do capital em apropriar-se dos bens comuns desses povos, visando a sua acumulação e expansão.

No Eixo Assessoria, as ações extensionistas, desenvolvidas em conjunto com os estudantes da Comunidade Quilombola de Abacatal, localizada na Região Metropolitana de Belém — RMB, têm possibilitado desenvolver metodologias de trabalho técnico-social que articulam os conhecimentos dos estudantes e ações estratégicas na defesa do território.

TRABALHO TÉCNICO-SOCIAL NA COMUNIDADE DO ABACATAL: UMA EXPERIÊNCIA EM CURSO

As ações de assessoramento à comunidade Quilombola de Abacatal, realizadas no período de 2018 a 2019, estiveram voltadas às estratégias coletivas em defesa do território e ao apoio na organização político-administrativa da Associação de Moradores e Produtores de Abacatal e Aurá — Ampqua. O trabalho técnico teve como diretriz norteadora o envolvimento dos estudantes quilombolas nas ações a serem implementadas. Isso implicou, inicialmente, em identificar que ação estaria na prioridade da Ampqua.

Na ação de mobilização, etapa inicial do trabalho, foi apresentado como prioridade o tombamento do “Caminho das Pedras” (local dentro do território quilombola símbolo de identidade na comunidade). Na segunda etapa, foram acionados os organismos oficiais (Ipham e Secult) para esclarecimentos e capacitação sobre o processo de tombamento, resultando na organização de uma equipe de trabalho constituída pelos estudantes universitários, professores da escola da comunidade e membros diretoria da Ampqua. Na etapa seguinte, foram realizadas três reuniões amplas com as famílias na Comunidade do Abacatal.

Com as orientações e esclarecimentos dos organismos oficiais, foi iniciada a organização da elaboração de documentação para solicitação do tombamento, momento em que os estudantes participaram de um planejamento técnico com definição das atribuições e responsabilidades de cada um: levantamento da produção bibliográfica e audiovisual sobre

a Comunidade de Abacatal; elaboração da carta/ofício; organização do acervo documental e mobilização; e organização da assembleia geral para aprovação do documento a ser encaminhado aos órgãos oficiais. Os estudantes foram acompanhados e orientados pelos graduandos de serviço social que cursavam as atividades de estágio supervisionado obrigatório no Projeto IQ.

Durante a execução do conjunto dessas ações, o projeto foi compreendendo a importância da política das cotas para a luta pelo território dos povos tradicionais. Uma luta que tem sido agenciada também pelo protagonismo das juventudes desses territórios que acessam a universidade. Na maioria das comunidades, como na Comunidade Quilombola de Abacatal, a escolha do curso é discutida coletivamente, analisam a necessidade do profissional, a vocação e a possibilidade de contribuir com a resolução de problemas que requerem profissionais especializados e que estão longe de seus alcances, como: Direito, Engenharia Ambiental e Florestal, Agronomia, Geoprocessamento, Serviço Social, Medicina, Enfermagem, Administração e outros.

A entrada na universidade dessas/es jovens têm possibilitado ressignificar o lugar da geração mais nova na luta pelo território nessas comunidades, principalmente nas comunidades quilombolas muito próximas aos espaços de sociabilidades das cidades acessados pelos jovens periféricos.

Considerações finais

Além das dificuldades financeiras e das barreiras ocasionadas pela educação básica precária que receberam, que podem ser minimizadas pela política de assistência estudantil, os estudantes indígenas e quilombolas da Ufpa enfrentam outras dificuldades de permanência, como o preconceito, a discriminação, o racismo institucional e o epistemicídio. Juntam-se a essas dificuldades as péssimas condições de moradia desses alunos na cidade e a intensidade do cotidiano urbano. São processos que

desencadeiam diversas formas de exclusão, provocam a baixa autoestima e os adoecimentos, levando-os à desistência do curso ou à conclusão com pouca qualidade.

A academia ainda é um lugar de reprodução de estruturas excluídas e de posturas discriminatórias. Nesse sentido, o Projeto IQ tem buscado, junto à comunidade acadêmica, refletir acerca da perspectiva da educação intercultural, aquela que possibilita a convivência de sujeitos e de sociedades plurais, de culturas múltiplas, isto é, que proporciona o diálogo e a interação mútua entre as culturas. A intenção é alcançar a educação intercultural no ensino superior como uma estratégia de intervenção, ação e processo permanente de mediação e negociação entre culturas e saberes, em condições de respeito, legitimidade, simetria, equidade e igualdade.

A naturalização do racismo e do racismo institucional, portanto, é evidente no processo formativo dos discentes indígenas e quilombolas. Os séculos de exclusão desses povos no sistema de ensino público — fruto de um projeto de colonização avassalador que se atualiza no tempo — encerram esses grupos no lugar da inferioridade e da subalternidade. A baixa qualidade da educação básica, a não garantia dos conteúdos da diversidade cultural e das relações étnico-raciais nas matrizes curriculares, como orientam as diretrizes nacionais da educação, reproduzem projetos pedagógicos monoculturais e eurocêtricos.

A implantação da política de ação afirmativa, voltada ao ingresso ou acesso ao ensino superior público, foi um grande avanço, sendo uma importante conquista para a continuidade de suas lutas pelo território tradicionalmente ocupado. Assim, aos quilombolas e indígenas universitários, a apropriação das discussões sobre o racismo e seus impactos nos territórios tradicionais, por meio do diálogo que estabelecem entre o movimento estudantil, os movimentos sociais e os projetos acadêmicos engajados, tem conduzido essas/es jovens a se tornarem lideranças políticas nas suas comunidades. Isso tem possibilitado a participação ativa nos enfrentamentos ao Estado e na criação de estratégias de preservação

da terra e do repertório ancestral como patrimônio histórico e cultural. Muitos dessas/es discentes passaram a assumir a presidência e coordenações das associações comunitárias, a acompanhar as lideranças mais velhas nas denúncias de ameaças ao território junto aos órgãos públicos e a envolver a juventude nas lutas pela valorização e respeito às suas identidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2º edição. Manaus: PNCSA — UFAM, 2008.
- BELTRÃO, Jane Felipe; CUNHA, Mainá Jailson Sampaio. “Resposta à diversidade: políticas afirmativas para povos tradicionais, a experiência da Universidade Federal do Pará”. *Espaço Ameríndio*, v. 5, n. 3, p. 10-38, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/21822>. Acesso em 01 de abril de 2019.
- BRASIL. Projeto de Lei Nº 1.332, de 14 de junho de 1983. Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação da isonomia social do negro [...]. 1983. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>. Acesso em 30 de março de 2019.

BRASIL. Decreto Lei 7.234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 01 de abril de 2019.

BRASIL. Lei Federal nº. 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 11 de outubro de 2018.

CHADAREVIAN, Pedro. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 2 (122), pp. 283-304, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/07.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2019.

COSTA, Josiane do Socorro Carvalho; COSTA, Layza Amanda Silva da. *Política de Ação Afirmativa no Ensino Superior: uma reflexão sobre a permanência dos discentes indígenas no curso de Serviço Social da UFPA. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social*. Belém: FASS/UFPA, 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. In *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, pp. 514-522, set./dez. 2018.

GRÜMBERG, George. Las experiencias con una maestria en Antropologia social en un contexto multiétnico y con una amplia participación indígena: MAS de URACCAN, Bilwi, Región Autónomas del Atlántico Norte (RAAN), Nicaragua. *Revista TELLUS*, ano 5, n. 8/9, pp. 73-78, 2005.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. A educação superior de indígenas no Brasil contemporâneo: reflexões sobre as ações do Projeto Trilhas de Conhecimentos. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, pp. 169-193, 2012.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, n. 50, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832018000100377. Acesso em 03 de abril de 2019.

MACIEL, Alaci de Souza; SILVA, Derick Luan Ferro da. *Política afirmativa e permanência acadêmica no ensino superior: um levantamento das dificuldades dos estudantes indígenas e quilombolas do instituto de ciências sociais aplicadas — ICSA/UFPA. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social*. Belém: FASS/UFPA, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 01 de abril de 2019.

SANTOS, Dyane Brito Reis. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. Tese de Doutorado em Educação. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/944.pdf>. Acesso em 11 de março de 2018.

[UFPA]. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução N°. 3.361/2005. Estabelece normas para o acesso de estudantes egressos da escola pública, contemplando cota para negros, aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. 2005a Disponível em: http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2005/Microsoft%20Word%20-%203361%20COTAS.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2018.

[UFPA]. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 3.869/2009. Aprova a reserva de vagas a indígenas nos cursos de graduação da UFPA. 2009. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/Microsoft%20Word%20-%203869.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2018.

[UFPA]. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 4.309/2012. Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos quilombolas. 2012. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/consepe/downloads/resolucoes/consepe/2012/4309%20PS%20Quilombolas.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2018.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. Rio de Janeiro: Geledes, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

Remoções de famílias em intervenções urbanas e direito à cidade: convocação para o trabalho social em tempo de destruição de direitos

NURIA PARDILLOS VIEIRA

LÚCIA ÁGATA

*Será que o espantoso ritmo e a escala da urbanização nos últimos 100 anos contribuíram para o bem-estar humano?*¹

Morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva e interdependente: dependemos da organização e regulação de um conjunto de fluxos que abrangem o acesso aos itens mais elementares e indispensáveis à nossa sobrevivência, como saneamento básico (fornecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), alimentos, abrigo, vestimentas. A forma como se organiza a produção e reprodução da vida nas cidades pressupõe o trabalho combinado de muitos trabalhadores e trabalhadoras.

Essas observações triviais expressam o fato de que as cidades são um produto do trabalho coletivo; porém, são de fato local de realização do bem-estar coletivo?

Nas sociedades onde predomina a lógica do capital ou “lógica do mercado”, especialmente em países da periferia do sistema mundializado, a resposta a essa indagação é negativa, pois os investimentos

¹ Harvey, David. O Direito à Cidade. *Revista Piauí*, julho de 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/#>. Acesso em 18 de julho de 2020.

movem-se em primeiro plano pela compulsiva busca de valorização do capital, que implica num processo constante de criação de novas necessidades, consumo e descarte, com reforço de relações sociais que promovem segregação e desigualdade social. O movimento incessante de investimento de capital objetiva gerar mais capital excedente, para ser novamente reinvestido e gerar ainda mais excedente; e é esse circuito frenético e interminável que precisa ser posto em questão logo de saída.

A busca por esferas rentáveis tanto para a produção como absorção do excedente de capital pressiona para que a própria cidade — a terra com alguns atributos naturais presentes, como vegetação, relevo, e o espaço urbano construído, incluindo a própria moradia — seja considerada por vários segmentos do capital como um grande negócio.

Na primeira parte deste texto, destacamos pontos que expressam a disputa pela cidade. Procuramos refletir como o projeto de cidade como negócio coloca em cheque o próprio direito à cidade e à moradia digna. Trataremos das frentes de resistência de trabalhadores e trabalhadoras organizados/as que, em contraposição a esse projeto, defendem o direito não só ao usufruto da cidade, mas o direito de transformá-la e modificá-la de fato como cidade mais justa.

Na segunda parte, trataremos mais especificamente de um efeito perverso da cidade como negócio: a expulsão de trabalhadores e trabalhadoras mais vulneráveis de seus locais de moradia, precários e sem direito de posse garantido, o que aprofunda o movimento de “transitoriedade permanente”², ou seja, de contínuo deslocamento forçado de famílias a cada ocupação precária. Trataremos da teia complexa de impactos sociais que remoções e despejos provocam na vida das famílias atingidas, expressões de um processo brutal de violação de direitos humanos e de aprofundamento das desigualdades.

² Nos apoiamos na terminologia sugerida por Rolnik (2015) que apoia a produção do Observatório das Remoções, projeto interdisciplinar do LabHab (FAUUSP) e LabJuta (UFABC). Conferir em <http://www.labcidade.fau.usp.br/observatorio-de-remocoess/>.

Na terceira parte, discutiremos os desafios postos para profissionais de Serviço Social, convocados a participar dessas intervenções e tendo como horizonte a defesa rigorosa dos direitos humanos e da participação social.

A cidade como negócio e a cidade para viver com qualidade: projetos em disputa

Há uma disputa basilar pela cidade que envolve segmentos do capital e do trabalho. Trabalhadores e trabalhadoras compreendem a cidade e a moradia pelo que ela representa em termos de valor de uso, ou seja, pelas possibilidades que oferecem para reprodução da sua vida, tanto em termos materiais como simbólicos. O espaço da cidade é condição básica e indispensável para seu viver, e o custo de viver na cidade — percorrer grandes distâncias entre casa e trabalho, conviver com infraestruturas precárias, alto valor de aluguel ou a total impossibilidade de arcar com essa despesa — define o padrão e, portanto, a qualidade do ambiente de vida do/a trabalhador/a.

Acessar e manter uma moradia é condição essencial para viver de maneira digna no ambiente urbano. Moradia pode oferecer abrigo e segurança, mesmo quando precária. Sem endereço fixo, o/a trabalhador/a passa por enormes constrangimentos inclusive para empregar-se nas poucas oportunidades de emprego que oferecem segurança de vínculo (empregos formais). E, em uma sociedade que requer tecnologia como forma de inserção — sejam as mídias tradicionais como rádio e TV, seja a mídia eletrônica, que pressupõe acesso à internet comercial —, com a ausência de moradia se acresce mais uma camada de serviços aos quais os segmentos de mais baixa renda têm enorme dificuldade de usufruir.

De outro lado, capital imobiliário, incorporadores, empreiteiras e capital comercial — e cada um desses cada vez mais vinculados com o capital financeiro — se organizam para potencializar os ganhos sobre a terra e os espaços urbanos.

Esses segmentos importam-se com a cidade e os atributos relacionados à qualidade de vida apenas na medida em que podem tornar-se mercadorias; é seu valor de troca que importa, por serem a terra e o espaço urbano mercadorias especiais, capazes de oferecer inúmeras possibilidades para um fluxo contínuo de rendas, advindas tanto dos serviços-mercadorias instalados em determinada localidade, como dos ativos financeiros (inclusive crédito), criados a partir dos negócios instalados. As cidades se inserem, portanto, também nos circuitos de valorização fictícia do capital.

Lembra-nos a afirmação de Harvey de que, na geopolítica do capitalismo, a redefinição quanto a alocação dos capitais excedentes, a reorganização da divisão interregional e internacional do trabalho e, portanto, a reorganização de toda a dinâmica político-econômica mundial cobrou tanto de governos centrais como dos governos das cidades³ que fossem mais “inovadores e empreendedores (com foco no desenvolvimento econômico), com disposição para explorar todos os tipos de possibilidades para minorar sua calamitosa situação e, assim, assegurar (supostamente) um futuro melhor para suas populações” (Harvey, 2005, p. 166).

As cidades, lideradas por governos locais impulsionados pelo ideário da “cidade empreendedora” — ou seja, aquela que se posiciona na busca constante por inovações e pelo “aprimoramento” do ambiente dos negócios⁴, desburocratização de processos e atenção constante às oportunidades econômicas — passam a competir fortemente entre si, ofertando inúmeras vantagens para os investimentos privados; porém, as tais ofertas acabaram por assumir formatos muito semelhantes, como por

³ Harvey faz questão de destacar que há uma diferença fundamental entre “governo urbano” — identificado com as ações das esferas públicas de administração da cidade, ou poder público, executivo e legislativo — e “governança”, que é de fato uma coalizão de forças mais ampla, em que governo e administração desempenham apenas papel de facilitador e coordenador (Harvey, 2005, p. 171). O poder de organizar o espaço (a governança sobre o espaço) depende de um conjunto complexo de forças e dos agentes sociais em disputa.

⁴ Conferir como exemplo o material disponibilizado pelo Sebrae. Disponível em: <http://cidade-empreendedora.ms.sebrae.com.br/>

exemplo pacotes substanciais de ajuda e assistência (subsídios, renúncias fiscais, disponibilização de terrenos públicos), oportunidades de investimentos que aliam inovação cultural e melhoria física ou requalificação do ambiente urbano e de espaços degradados, com foco na rentabilidade das transformações. O instrumento amplamente utilizado para tal foram as Parcerias Público Privadas (PPP).

Como nos lembram Nascimento et al. (2018), as parcerias público-privadas foram intensamente difundidas e estimuladas pelas organizações internacionais e multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, e tinham como sustentáculo a ideia de que, se os Estados não possuíam capacidade de investimento, deveriam atrair a iniciativa privada para participar, pois, além de recursos, essa possuía ‘capacidade de gestão eficiente’ dos mesmos. Entretanto, nas PPP relacionadas aos projetos urbanos — tanto PPP habitacionais como Operações Urbanas — não ocorre a antecipação de investimentos privados; ao contrário, é o investimento público que acaba sendo usado como forma de “alavancar” a própria parceria. Segue a isso um conjunto de garantias de retorno financeiro, afiançadas pelo poder público, que acabam por compartilhar ou transferir os riscos do investimento privado para o próprio poder público.

Em São Paulo, as parcerias público-privadas⁵ voltadas para transformações urbanas começaram a ser utilizadas a partir da década de 1990, especialmente por meio do instrumento da Operação Urbana⁶. Mais recentemente, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, aprovado em 2014, definiu uma série de Operações na Macroárea de Estruturação Urbana Metropolitana, faixa do território considerada estratégica para o fluxo de produção e consumo entre as cidades da região e registrou a necessidade de readequação das Operações em curso às diretrizes do novo plano.

⁵ Regulamentadas pela Lei Federal no. 11079/2004.

⁶ Incorporada em 2001 ao Estatuto da Cidade.

Como apontado anteriormente (Vieira, 2018), a remodelação de áreas degradadas, acompanhada da intensificação do uso do solo permitido nas Operações Urbanas, acrescenta atributos de valor ao território, os quais acabam sendo apropriados privadamente pelos próprios segmentos do capital. Além disso, como apontam estudos de Fix (2001) e Montandon (2007) ao tratar das Operações Urbanas Água Espreada e Faria Lima, as mesmas geraram conjuntos de remoções violentas, conjugadas a importantes processos de gentrificação daqueles territórios (Ribeiro, 2018).

A gentrificação acaba gerando uma segunda onda de expulsão de moradores que, num primeiro momento, puderam permanecer no local. As melhorias territoriais atraem setores mais abastados e investimentos privados em produtos para o perfil desse consumidor. Moradores que viviam no local antes da alteração no padrão de consumo — padarias, mercados e lojas com produtos mais caros, mas também a venda dos imóveis residenciais e valores majorados de aluguéis — não conseguem se manter no mesmo território depois da requalificação.

A valorização territorial tem gerado ganhos para capitais especulativos, em um grau muito mais intenso do que os já conhecidos processos de especulação imobiliária, que envolviam proprietários individuais ou espólios familiares. Na atualidade, principalmente incorporadoras e fundos de investimento adquirem por preços muito baixos terrenos vazios, subutilizados ou com imóveis degradados; os mantêm na sua “carteira de investimentos”, aguardando valorização, que virá com a implantação de serviços públicos primários (saneamento básico, iluminação pública, abertura de avenidas, ampliação dos modais de transporte etc.) ou com a chegada de processos de requalificação urbana e alterações na legislação de uso e ocupação do solo, ambos comandados pelo poder público, executivo e legislativo. Lembra-nos Rolnik:

É na diferença entre o que é pago para os ocupantes para liberar a terra especulativa de seu rendimento futuro, que reside a base do sucesso dessa forma de urbanismo especulativo. A maior desvalorização possível na aquisição de terras é, portanto, um elemento central de seu sucesso. (Rolnik, 2015, p. 228)

No mesmo sentido, a autora afirma que “assentamentos autoproduzidos funcionam como reserva de terra, mobilizada a custo zero no momento de necessidade de constituição de uma nova frente fundiária para o complexo imobiliário financeiro” (idem, p. 230).

Essa observação da autora aponta a gravidade da lógica baseada na rentabilidade, quando consideradas as populações que ocupam, de forma precária e sem segurança na posse, áreas que podem vir a se tornar interessantes para os negócios do mercado.

HABITAÇÃO COMO MERCADORIA

A parceria público-privada está presente também na construção de empreendimentos habitacionais de interesse social e mercado popular, a exemplo da PPP Habitacional — PPP Casa da Família, onde o setor privado foi chamado a construir empreendimentos habitacionais, infraestrutura pública, empreendimentos não residenciais privados, equipamentos públicos e é responsável pela oferta de serviços públicos, pré e pós-ocupação, incluindo o trabalho social.

Nos editais municipais, as empresas construtoras recebem a concessão da gestão condominial por um prazo de 20 anos e a exploração de pontos comerciais no térreo dos edifícios, essa última é prorrogável por mais 10 anos e inclui a realização de remoções de famílias que ocupam parte dos locais onde os empreendimentos serão construídos.

Para Ungaretti et al. (2020), o formato da PPP intensifica ameaças de remoções na região do projeto, pois o modelo não reconhece que as famílias removidas não se enquadram nas faixas de renda dos imóveis ofertados, nem possuem condições de obter crédito, o que acaba por acarretar a substituição das atuais famílias moradoras por outras de renda mais alta, com expulsão das primeiras sem oferecimento de alternativa habitacional.

Pereira e Paladeti identificam que já partir da década de 1990 se observou um processo

lento, porém persistente, de introdução de mudanças regulatórias e institucionais, **de caráter incremental**, voltadas para a promoção do aprofundamento de uma lógica de mercado no setor habitacional, assim como a implementação de políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso à casa própria com base em mecanismos (...) de mercado. (Pereira & Paladeti, 2018, p. 880, grifos nossos)

Esse movimento que trata a cidade como negócio e moradia como mercadoria tem profundas implicações urbanas e impactos dolorosos para os/as trabalhadores/as; não ocorreu, no entanto, sem forte resistência de parte da sociedade, organizada em movimentos de luta por moradia e entidades de defesa de direitos. As frentes de luta e contraposição foram inúmeras, com foco na ‘desmercantilização’ da habitação e sua assimilação como direito social. Gostaríamos de destacar nesse texto duas delas: a luta em torno da construção do marco regulatório de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor da Cidade de São Paulo, e as estratégias de ocupação organizada de imóveis abandonados em áreas ricas em infraestrutura urbana.

RESISTÊNCIA POPULAR: A CIDADE PARA SE VIVER

A legislação urbana é uma importante frente de disputa pela cidade. A luta pela reforma urbana⁷ garantiu a incorporação dos artigos 182 e 183 na Constituição de 1988, só efetivamente regulamentado 13 anos depois pelo Estatuto da Cidade. O estatuto trouxe uma série de dispositivos

⁷ A incorporação dos artigos de política urbana na constituição foi resultado de ampla articulação, que reuniu movimentos de moradia, de luta por transporte e saneamento; associações profissionais — de engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, advogados —, entidades acadêmicas, sindicais, ONGs; integrantes dos setores progressistas e combativos da Igreja Católica; bem como servidores públicos (Maricato, 2011) e constitui o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), um fórum de discussão que procurava unificar as pautas, até então fragmentadas, relacionadas ao direito à cidade, ainda não formulado nesses termos.

para garantia da função social da propriedade e regularização fundiária inclusiva, demarcação de Zeis, concessão de uso para fins de moradia etc. Definia a exigência para que municípios elaborassem seus planos diretores e pudessem incorporar tais dispositivos nessa legislação.

Em São Paulo, a discussão do Plano Diretor de 2014 foi palco da disputa entre concepções distintas sobre que tipo de cidade seria impulsionada por aquela legislação. A proposta disseminada pelo governo era de construir um grande pacto entre segmentos com visões muito distintas e interesses contrastantes. Cabe registrar, no entanto, que os movimentos sociais tiveram que travar um forte embate com o governo para manter a demarcação das Zeis (Zonas especiais de Interesse Social)⁸ no plano.

Naquela legislação, além de conseguir manter a demarcação das Zeis, os movimentos de moradia e a rede de entidades sociais de apoio às lutas populares conseguiram ampliar o desenho do mecanismo para aplicação da função social da propriedade⁹, incorporar a cota de solidariedade¹⁰ e a definição de percentuais específicos dos recursos do Fundurb¹¹ para provisão de terras, o elemento mais sensível da produção habitacional de interesse social. Esses instrumentos foram defendidos como uma forma de redistribuição da valorização imobiliária provocada pela implantação de grandes empreendimentos e pelas obras públicas de reestruturação urbana.

⁸ As Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) são uma forma de garantir reserva de terra para construção de HIS. Como trataremos mais adiante, também tornaram-se instrumento de defesa em relação à expulsão de famílias impactadas pela implantação de infraestrutura urbana e projetos de urbanização.

⁹ Prazos relacionados à notificação, aplicação de IPTU progressivo no tempo e desapropriação de imóveis que não cumprissem a função social.

¹⁰ A cota de solidariedade é um mecanismo que prevê que todo empreendimento maior que 20.000 m² deve doar o correspondente a 10% de sua área construída para produção de HIS ou aquisição de terreno.

¹¹ A utilização de recursos do Fundurb para aquisição de terras é fundamental para a implementação de projetos de provisão habitacional, uma vez que o preço da terra urbana em espaços com boa infraestrutura e localização central tendem a impactar substancialmente na composição do investimento.

Entretanto, para autores como Rosa et al. (2018), os planos diretores elaborados após a promulgação do Estatuto da Cidade reproduziram os elementos ambíguos e contraditórios presentes nesse marco regulatório — que pretendia a conciliação desses interesses — ao incorporar instrumentos apoiados na lógica de atração dos investimentos privados, do “desenvolvimento urbano baseado na rentabilidade” (idem, p. 84), e mecanismos que pretendiam se contrapor a essa lógica. Como já referido, no processo de elaboração do Plano Diretor de São Paulo, a defesa do governo foi justamente a de composição de um grande pacto¹² em que esses interesses conflitantes estariam equacionados.

Para os autores, dada a correlação de forças nas cidades brasileiras, prevalece a implementação seletiva de alguns instrumentos e a captura de outros pelos agentes corporativos do mercado imobiliário e financeiro¹³; do ponto de vista dos mesmos, as conquistas da luta popular, envolvidas por um aparato regulatório mais amplo que o próprio plano — como a lei das PPP, as leis que permitem a desestatização e terceirização de serviços e políticas etc. —, acabam representando apenas pequenas compensações ou medidas que reduzem danos, mas não impactam na alteração da lógica.

¹² O “pacto” foi quebrado imediatamente após uma nova gestão assumir o governo municipal, com a apresentação de projetos de lei com revisões a importantes aspectos do plano, inclusive relacionadas às Zeis.

¹³ Nesse sentido, por exemplo, os mecanismos para notificação e cumprimento da função social da propriedade têm como finalidade a liberação de imóveis para o uso, inibindo a retenção especulativa. Se sua aplicação não estiver articulada com o instrumento de Zeis, não promoverá necessariamente a disponibilização de áreas para provisão de HIS (Denaldi et al., 2017). Relatórios disponibilizados pela SMDU/SP indicam que apenas parte dos imóveis notificados entre 2014 e 2019 para edificação compulsória estavam localizadas em áreas de Zeis 2, 3 e 5 — do total de 1.565 notificados, apenas 571. A título de exemplo, na região da Sé, dos 705 imóveis notificados até 2019, apenas 148 estavam localizados em Zeis; além disso, os registros não evidenciam quais desses imóveis localizam-se em Zeis 2, 3 ou 5, essa última de especial interesse para o mercado, já que prevê a possibilidade de atendimento maior para faixa de renda de mercado popular. Quanto à cota de solidariedade, a mesma pode ser aplicada na forma que for mais conveniente para os agentes do mercado, por exemplo, como recolhimento em dinheiro do correspondente em unidades, na conta do Fundurb, ao invés de produção propriamente dita de HIS, no território bem valorizado onde está localizado o referido empreendimento.

Os autores, no entanto, destacam a importância da demarcação das Zeis como tendo sido um mecanismo fundamental na defesa de populações que ocupam assentamentos precarizados — pensões, cortiços, favelas e edifícios anteriormente abandonados —, especialmente nas ameaças de remoções em grandes projetos de reestruturação urbana, já que as remoções ocorridas nessas zonas, em tese, deveriam ser acompanhadas de previsão de atendimento definitivo aos moradores atingidos. O grave momento em que direitos estão sendo retirados e espaços de diálogo com o poder público cada vez mais se restringem tem colocado também essa condição em cheque.

AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS ABANDONADOS

Além da incidência na pauta da política de uso e ocupação do solo, na defesa da manutenção e ampliação das Zeis e da luta pelo controle social sobre a destinação do recurso público advindo da cota de solidariedade e outorga onerosa, os setores populares organizados têm pressionado pela urbanização e regularização fundiária de ocupações consolidadas, muitas delas em regiões periféricas, mas também em áreas centrais; uma parte desses movimentos tem apresentado propostas concretas de formas mais democráticas para produção habitacional defendendo a autogestão como método, ainda que essa não seja uma proposta que unifique tais movimentos. Porém, há consenso tanto na reivindicação dos espaços de participação social para defesa das pautas populares como na ampliação de estratégias para disputar o direito de morar em áreas centrais.

Nesse sentido, vale lembrar que a história de urbanização da cidade conjugou décadas de ocupação das regiões periféricas pelos segmentos de mais baixa renda, expulsos de áreas bem localizadas em função do valor da terra, aumento do valor do aluguel e crise econômica, com períodos de massificação das ocupações de áreas públicas remanescentes de ações de abertura de grandes avenidas ou, ainda, próximas

a córregos, encostas dos morros e áreas ambientalmente frágeis, pelas quais o mercado imobiliário não tinha interesse imediato.

Na década de 1980, os movimentos organizados de luta por moradia ganham visibilidade e trazem para a pauta propostas e experiências de construção coletiva por autogestão, reivindicam financiamento coletivo para compra de terrenos e construção, mas essas foram viabilizadas em áreas onde o preço da terra era menor, ou seja, nas periferias.

No início da década de 1990, a partir da mobilização de moradores de cortiços — explorados pelas altas taxas de água, luz, ameaçados cotidianamente por proprietários e intermediários e vivenciado péssimas condições de habitabilidade nessas moradias coletivas —, a luta pela moradia digna no centro da cidade começa a ganhar corpo. No final da década de 1990, a mobilização se intensifica e amplia os segmentos de trabalhadores/as envolvidos/as; é quando ocorrem as primeiras ocupações organizadas em edifícios abandonados. Essas ocupações vão se tornando alternativa política de pressão para constituição de políticas públicas inclusivas de habitação popular naqueles territórios, acompanhadas da reivindicação por financiamento para reforma, aquisição de unidades e composição de parque público de locação social.

A forte defesa da função social da propriedade inspira a leitura do direito à moradia e à cidade. Exemplo desse processo de luta dos movimentos organizados foi a conquista, em meados de 2010, de um financiamento através do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, da reforma de imóveis no centro da cidade, envolvendo famílias com renda de até R\$ 1.800,00.

O impacto simbólico dessas ocupações é gigantesco. Em contraste com os interesses de capitais imobiliários e financeiros, bem como contrapondo-se ao forte patrimonialismo da sociedade brasileira, essas ações exigem uma complexa organização dos agentes envolvidos, capaz de deslocar o foco da esfera privada da resolução individual da necessidade de morar para a esfera coletiva; e, como pontua Trindade, têm sido capazes de confrontar valores, discursos e códigos hegemônicos da

sociedade, propondo novos projetos e olhares sobre a cidade (Trindade, 2017, p. 167).

Apesar dos avanços conquistados no Plano Diretor da Cidade, da crescente organização e atuação dos movimentos organizados, não resta dúvida de que as cidades continuam em disputa, gerando graus diversos de violência em processos de desocupação de imóveis: ações truculentas da Guarda Civil Metropolitana (GCM), apoiadas pela Polícia Militar, e o não oferecimento de alternativas adequadas aos desalojados são as que mais se repetem, como trataremos a seguir.

Transitoriedade permanente e impacto das remoções

Os processos de remoção de moradias em assentamentos precários, bem como desalojamento de famílias de edifícios ocupados, ocasionados por obra pública ou reintegração de posse, têm se aprofundado nas últimas décadas.

Reunindo reflexões sobre as várias experiências que presenciou como relatora especial da ONU para o Direito a Moradia Adequada, Rolnik destaca que a constituição de zonas indeterminadas entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado constroem situações de transitoriedade permanente, ou seja, situações onde determinados espaços operam como territórios de reserva de terras, transitórios, passíveis de serem capturados no momento adequado aos interesses econômicos pelos agentes do mercado (Rolnik, 2015, p. 174).

Podemos concluir que, quando expulsas dessas “zonas indeterminadas”, famílias sem propriedade ou segurança da posse, sem possibilidade de acessar a moradia pelas regras do mercado e sem atendimento habitacional pelo poder público acabam por transitar pela cidade, se deslocando de um local considerado irregular a outro. Exemplo desse processo foi captado no estudo recente realizado pelo LabCidades — Laboratório Espaço

Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo¹⁴, que identificou no território da Nova Luz — uma região de forte pressão do mercado no sentido de torná-la um polo de expansão do capital imobiliário e seus produtos, como centros culturais, condomínios residenciais de classe média, torres corporativas etc. — um número significativo de famílias que, sob constante ameaça de desocupação, transitam de uma quadra a outra, conforme o andamento do processo de reestruturação.

Ser expulso do seu local de moradia como local de abrigo, ainda que precário, tende a ser uma situação em que o conflito é indissociável da saída forçada. Entretanto, a forma como a política pública lida com essa situação pode tornar mais grave a vulnerabilidade dessas famílias e contribuir para violações de direitos humanos.

Em trabalho anterior (Vieira, 2015), relacionamos um conjunto de impactos no cotidiano dos moradores, resultado desses processos de remoção e denunciados pelos trabalhadores organizados em movimentos sociais e pelos trabalhadores sociais requisitados a operá-los — nesse último caso, uma significativa maioria de profissionais de Serviço Social. Presentes em reiteradas situações, formam uma teia complexa de impactos que, não considerados, reforçam processos de segregação e desigualdade social.

- Perda de emprego — pela dificuldade de locomoção entre a nova moradia e o emprego atual ou perda de renda, quando esta era gerada por atividade produtiva desenvolvida no local de moradia, como um pequeno comércio informal ou prestação de serviço (salão de cabeleireiro, bar, mercearia etc.).
- Mudança para locais em condições piores do que as vivenciadas anteriormente à remoção — isso ocorre inclusive em situações que

¹⁴ Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

a família recebe auxílio a título de aluguel social, pois o valor baixo não permite acessar moradias em condições adequadas. Cômodos insalubres, com acréscimo de despesas de água, luz e aumento das despesas com transporte, conjugadas com restrições de locatários quanto a crianças, são frequentemente as únicas opções de locação no mercado. Nos novos locais de moradia, famílias enfrentam ainda discriminação, advinda do fato de ter sido morador de uma área de favela, ou ter uma família muito extensa, ou com muitas crianças.

- Perda do ano letivo escolar e até abandono da escola, no caso de crianças, adolescentes ou adultos estudantes, pela dificuldade de encontrar vaga próxima à nova moradia a tempo de retomar os estudos.
- Incidência de doenças como surtos nervosos, problemas cardíacos, depressão e outras, em função da instabilidade criada pela indefinição da alternativa habitacional, provisória ou definitiva, ou pela pressão recebida para sair do local ou ainda sujeição a atos violentos diretos cometidos por agentes do Estado (polícia e agentes públicos)¹⁵.
- Perda das relações de solidariedade, que fornecem sustentação a muitas famílias, inclusive emocional, estruturadas na vizinhança.
- Perda de alternativas de lazer anteriormente organizadas.

Romeiro e Frota destacam a existência de um certo “padrão” na forma como se realizam essas ações, com a utilização de estratégias de divisão da comunidade e enfraquecimento da ação coletiva, exemplificadas nas “negociações” individualizadas para a saída das famílias (Ribeiro & Frota, 2014, p. 171). A esse padrão acrescenta-se a demolição das moradias das famílias que vão aceitando a saída, sem retirada do entulho correspondente àquela demolição, deixando os moradores ainda mais

¹⁵ Pesquisa de Romeiro e Frota (2014) registra inúmeros depoimentos de moradores que atribuem casos de depressão e até casos de falecimento por ataque cardíaco à forma como os mesmos foram tratados por equipes de cadastramento; os depoimentos relatam a angústia decorrente da necessidade de mudar de locais de moradia consolidados, em função das obras do Rodoanel em São Paulo.

expostos a transmissão de zoonoses, dengue e outras doenças. Como em várias ocupações, as construções encontram-se escoradas umas nas outras, a demolição pontual pode desestabilizar a moradia contígua, o que acaba se tornando também uma estratégia de pressão para a saída das famílias. A esse padrão violento, agregam-se ações intimidatórias por parte de agentes do poder público, como a ameaça àquelas famílias que se recusam a sair ou a retirada forçada sem nenhuma alternativa para abrigamento provisório.

Mesmo em intervenções onde há alternativas de atendimento, as mesmas não dialogam com o conjunto de necessidades e expectativas das famílias atingidas. Em São Paulo, a prefeitura trabalha com programa de atendimento provisório, o aluguel social, desde 2004, tendo sido alterado em 2009. Dados do LabCidade¹⁶ demonstram o crescimento do número de famílias inseridas no Auxílio Aluguel: o benefício pecuniário de apoio ao aluguel para famílias removidas no município se tornou rotina e estratégia para o município tratar de diferentes situações que envolvem remoção e, independente da gestão, vem crescendo exponencialmente desde sua implantação.

Pertencem a esse contingente de famílias — 30.000 (trinta mil), segundo apurado em 2016 — as vítimas de remoções realizadas por obra pública — urbanização de favela, obras do PAC — por risco ou em situação de vulnerabilidade social. Normatizado pela portaria 131/15 — Sehab e alterado pela portaria 68/19 — Sehab.G, somente têm atendimento definitivo assegurado aquelas famílias removidas em decorrência de obra pública. Evidencia-se em tal normatização a tentativa de eximir o poder público do compromisso com qualquer atendimento definitivo para grande parte das famílias atendidas pelo Auxílio Aluguel, que são, via de regra, computadas em termos numéricos, mas para as quais não é oferecida qualquer rede de proteção que contribua para a melhoria da sua condição.

¹⁶ Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/como-funciona-o-auxilio-aluguel-em-sao-paulo/>. Acessad em 30 de agosto de 2020.

Importante reforçar que dados analisados pelo já referido LabCidades apontam que, em agosto de 2018, 63% das famílias estavam há mais de cinco anos no Auxílio Aluguel, saltando para 72% em 2019. Sem a produção de alternativas habitacionais que equacionem essa demanda, a elaboração de critérios que restringem os atendimentos definitivos parece uma estratégia para manter artificialmente estáveis os números relacionados à necessidade de novas unidades. Nesse cenário, torna-se primordial e urgente o monitoramento pela sociedade da quantificação e do reenquadramento dos casos — tanto os já computados como os novos —, como forma de evitar a perversidade envolvida na criação de critérios de enquadramento que não assegurem atendimento definitivo às famílias removidas.

Convocação e desafios para o trabalho social

Nesse cenário de disputa pela cidade, que tem gerado enormes impactos em termos de desalojamento de famílias, profissionais de Serviço Social são requisitados para mediação de conflitos, convencimento das famílias para aceitação da saída e para desempenho de tarefas pontuais, como o cadastro de emergência ou a distribuição de itens de assistência também emergenciais.

Um primeiro desafio colocado refere-se à importância do suporte de políticas sociais para combate ao aprofundamento da situação de vulnerabilidade das famílias atingidas. Nesse sentido, estamos em um momento crítico, em que a conjuntura complexa de retirada de direitos, processos de privatização das políticas públicas e reorganização do Estado pela imposição da lógica gerencial — vastamente representada nos processos de controle de produtividade, impostos pelos processos de terceirização do trabalho social — modifica a forma e o conteúdo do trabalho de assistentes sociais, tornando-o fragmentado, com foco no controle quantificado das atividades realizadas mais do que na qualidade e processualidade

das intervenções. Ampliam-se os mecanismos de controle institucional sobre cada uma das tarefas executadas e criam-se restrições e constrangimentos ao exercício da relativa autonomia que possui o profissional para condução do seu trabalho, no mesmo movimento em que as políticas sociais também se fragmentam e se tornam cada vez mais focalizadas, dificultando a própria articulação intersetorial.

Nesse sentido, reconhecida a moradia como um direito humano fundamental, cuja violação tende a gerar outras sérias violações e ampliar a vulnerabilidade das famílias atingidas, a remoção ou desalojamento de famílias de seu local de moradia, via de regra, deveria prever a inclusão imediata dos atingidos nas políticas habitacionais e, nesse contexto, oferecer o trabalho social como conjunto de ações articuladas, abrangendo esclarecimento às famílias sobre os motivos da remoção, orientação quanto a mudança e realocação, os prazos para se processar as mudanças, garantias de atendimento definitivo e todo o suporte relacionado à articulação com as demais políticas, em especial, com as políticas de assistência, educação e saúde.

Dessa forma, a necessidade de realização da obra não deve definir prazos que se sobreponham ao tempo de trabalho necessário para o equacionamento do atendimento às famílias.

A reivindicação de que processos de remoção e desalojamento fossem precedidos da elaboração e do compromisso de execução de um plano de reassentamento das famílias não é novidade. Foi objeto de ampla mobilização dos segmentos organizados da sociedade, incluindo o conjunto Cfess/ Cress¹⁷ e conseguiu ser aprovado como portaria para disciplinar as intervenções ocorridas no âmbito das obras do governo federal a partir de 2013. Nos anos seguintes, ainda que limitada, tal regulamentação tornou-se referência para pressão dos movimentos sociais em relação aos governos locais.

¹⁷ Registros a respeito do embate que essa discussão gerou em nível nacional podem ser consultados em Vieira (2015).

O Plano de Reassentamento deveria representar um compromisso do poder público local com o atendimento provisório imediato e com a provisão de alternativas diversas para atendimento às várias necessidades habitacionais das famílias atingidas, com inserção das mesmas nas políticas habitacionais do município.

Além disso, o Plano deveria estabelecer prazos que permitissem a realização de um trabalho social consistente e de qualidade. Com esse compromisso do poder público municipal é possível que o profissional realize o mapeamento das situações concretas de todos os atingidos, articule serviços públicos do território, organizações não governamentais e lideranças, na perspectiva de constituir rede de apoio às famílias e organizar a assistência para a saída e transporte da mudança da família, assim como articulação com escolas para recepção das matrículas escolares de crianças e jovens transferidos e projeção de ações protetivas a grupos mais vulneráveis como idosos, crianças e deficientes.

Ao profissional de Serviço Social, no âmbito da sua autonomia, cabe reforçar o trabalho no território como forma de reestabelecer vínculos de respeito e incentivo à organização dos moradores; articular-se com os atores do território, reaproximando-se dos profissionais que desenvolvem as políticas de assistência, saúde e educação, buscando romper com o isolamento profissional; além disso, cabe também contribuir com seu conhecimento profissional para reformulação das políticas públicas e para o fortalecimento da resistência às ações arbitrárias.

O trabalho territorial exige ainda que os/as profissionais de Serviço Social aprimorem o seu conhecimento sobre a política urbana e participem de forma qualificada e coletiva da pressão pela implantação daqueles instrumentos que, potencialmente, podem servir para democratizar o uso da terra urbana.

Por fim, a cidade em disputa exige firme posicionamento das entidades representativas da categoria profissional de Serviço Social e suporte aos/às assistentes sociais para que, em aliança com os movimentos sociais, possam construir propostas alternativas para retomada das conquistas democráticas, entre as quais, o direito à moradia digna e à cidade.

REFERÊNCIAS

- DENALDI, R.; BRAJATO, D.; SOUZA, C. V. C.; FROTA, H. B. A aplicação do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC). *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, maio/ago., 9(2), pp. 172-186, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n2/2175-3369-urbe-2175-3369009002AO02.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2020.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- FIX, Mariana. *Parceiros da Exclusão*. Duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- MONTANDON, Daniel T. Estudo da Operação Urbana Faria Lima. In *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém do Pará, Brasil, 2007.
- NASCIMENTO, D.; ROMEIRO, P.; ROSA, S.; MOURA, R.; FRANZONI, J.; MENDONZA, P. O mecanismo de parceria público-privada como reforma do Estado. In: ROLNIK, R et al. (org.) *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte*, São Paulo: FAU/ USP, 2018. Disponível em: https://observasp.files.wordpress.com/2018/04/cidadestadocapital_virt_low.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2020.
- RIBEIRO, Tarcyla. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. *Revista Direito a Cidade*, vol. 10, nº 3. UERJ, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/31328/26004>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ROMEIRO, Paulo Somlany; FROTA, Henrique Botelho (org). *Megaprojetos de impacto Urbano e Ambiental: Violação de Direitos, Resistência e Possibilidades de Defesa de Comunidades Impactadas*. São Paulo: IBDU, 2015.
- ROSA, S. V.; PEQUENO, R.; NASSIF, T.; LAGE, M.; LIMA, P. Regulação para Desregulamentação: Novos e Velhos Instrumentos Urbanísticos. In ROLNIK, R. et al. (org) *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte*, São Paulo: FAU/ USP, 2018. Disponível em: https://observasp.files.wordpress.com/2018/04/cidadestadocapital_virt_low.pdf. Acessado em 15 de setembro de 2020.
- TRINDADE, T. A. O que significam as ocupações em áreas centrais. *Caderno CRH*, v 30 n° 79. Salvador, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v30n79/0103-4979-ccrh-30-79-0157.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2020.
- VIEIRA, Nuria Pardillos. *O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias: atualização de antigas requisições*. Tese (Doutorado em Serviço Social) PUC SP. São Paulo, 2015.
- UNGARETTI, D.; CASTRO, U. e SANTORO, P. *PPP Habitacional em São Paulo: nova concorrência e novas ameaças de remoção*, 17.03.2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/ppp-habitacional-em-sao-paulo-nova-concorrenca-e-novas-ameacas-de-remocao/>. Acesso em 01 de agosto de 2020.

Dimensão política da atuação dos assistentes sociais com movimentos de moradia na produção habitacional autogerida

CLEONICE DIAS DOS SANTOS HEIN

TUANE ROSSATTO

Breves reflexões acerca da dimensão política da profissão de Serviço Social

O debate sobre a dimensão política só é possível a partir da compreensão do Serviço Social como trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho e, ainda, de que a profissão cumpre uma função social na reprodução das relações sociais no capitalismo contemporâneo. Assim como não é possível quaisquer análises sobre atuação profissional sem considerar sua condição de assalariamento e todos os condicionantes e determinantes decorrentes desta.

Não se pretende aqui dar conta da complexidade do debate acerca da dimensão política da profissão, mas se considera uma discussão inacabada no seio profissional. Buscamos trazer à tona os elementos que se fazem mister para a análise da materialização e apreensão dos sujeitos da pesquisa a respeito da dimensão política contida no trabalho dos assistentes sociais. Não se trata de supervalorizar a dimensão política da profissão e incorrer no risco de adotar uma postura ‘militantista’, porém, tampouco se pode subjugá-la ao lugar longínquo das macroanálises, relegando a essa dimensão morada exclusiva nas análises estruturais. Consideramos a dimensão política enquanto dimensão ineliminável das atividades sociais, assim como do fazer profissional.

Logo, o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: o projeto político profissional. Detém, como dissera Iamamoto (1992) ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses das classes. (Braz & Teixeira, 2009, p. 2, grifo dos autores)

A transição da década de 1970 a 1980 e as lutas sociais por democracia impactaram o processo interno da profissão, de forte crítica ao conservadorismo, que se somou à influência do Movimento de Reconceitualização, que em muitos países latino-americanos constituiu uma base sólida para o rompimento com o Serviço Social tradicional e a vinculação dos compromissos da profissão aos da classe trabalhadora (Braz Teixeira, 2009).

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o reatamento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. (Netto, 2009, p. 11)

A forte influência da teoria marxista deu insumos para uma profunda crítica ao sistema econômico vigente, o que proporcionou a sintonia entre o projeto profissional e o de sociedade idealizado pela classe trabalhadora. Claramente, a sociedade estava em uma disputa de projetos, uma luta de classes, e uma parcela da categoria profissional estava vinculada às organizações, aos sindicatos e movimentos sociais. Identifica-se a consolidação de um projeto de profissão, que agora, consciente de seu papel na sociedade, rompe com a ideia de neutralidade e apoliticismo e localiza sua atuação no interior das relações de disputa de poder. Assim, manifesta-se a tomada de consciência da categoria acerca da existência da dimensão política da profissão. A profissão é direcionada por uma nova visão de mundo, elaborada pelo conjunto e pelas contradições dos

elementos que marcavam aquela conjuntura, e reflete seu arcabouço de valores e aspirações políticas em um projeto profissional que tem íntima vinculação com um projeto societário.

Marco histórico de um novo tempo de avanço da sociedade brasileira foi a Constituição Federal de 1988, fruto de lutas dos movimentos sociais, que buscavam democracia e a garantia de direitos. Neste contexto, e mediante aos avanços também das conquistas profissionais, o Serviço Social busca romper com o pensamento conservador na perspectiva de direitos.

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro detém nítida vinculação com o projeto de sociedade classista, crítico e democrático. Segundo Netto (2009), a determinação do Serviço Social pelas contradições de classe confere à prática profissional sua dimensão política, na qual reside um posicionamento hegemônico vinculado a um projeto societário transformador. A hegemonia desse projeto não lhe garante exclusividade, o que significa dizer que, no interior da categoria profissional, existem vários projetos em disputa.

A realidade se impõe. Assim, para uma análise que se aproxime do movimento real, devem ser considerados elementos que envolvam as ações profissionais; elementos históricos, conjunturais, culturais e econômicos, do espaço sócio-ocupacional, da política, profissão e, ainda, condições de vida e trabalho dos profissionais e do público atendido.

Referimo-nos à mediação da consciência individual (IASI, 2006) e coletiva do sujeito profissional, ao domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos, ao conhecimento das suas manifestações objetivas, bem como ao domínio institucional-legal das políticas e aos processos a elas relacionados, cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações (compatíveis com cada estágio de domínio do objeto e permeabilidade socioinstitucional) são uma exigência teórica e operativa. (Mota, 2017, p. 700)

Buscamos compreender a dimensão política da profissão do Serviço Social e a consideramos um imenso desafio à nossa capacidade de apreensão da realidade. A lógica formal, base sobre a qual fomos ensinados a pensar, formata nossa apreensão do real, pautada em fatos, em cronologias, em dualidades maniqueístas, e, para compreender os processos, necessariamente devemos fazer o esforço de apreensão do real, através da lógica dialética, que articula contradições, movimentos, forças, enfim, processos.

A necessidade de apreensão da dimensão política da profissão, expressa no fazer profissional, defendemos, se dá em virtude da possibilidade de qualificar a atuação dos assistentes sociais, contribuindo com os horizontes defendidos pela categoria a partir da criação de estratégia de intervenção que considere os entraves e as potências da profissão.

Habitação e movimento de moradia: a experiência da UMM-SP

No processo histórico de construção das cidades, o Brasil tem sido palco de lutas e disputas pela terra, pelo direito à cidade, por moradia digna, melhores condições da vida e trabalho. As cidades foram crescendo desordenadamente, sem planejamento ou acompanhamento de políticas públicas que atendessem à população de baixa renda.

O Estado apresenta respostas insuficientes para a população no que tange ao déficit habitacional, contribuindo ainda mais para o crescimento urbano desordenado nas cidades. É dos anos 70 e 80 do século XX, no contexto dos movimentos contra a ditadura e por redemocratização, a retomada das lutas por moradia, que têm como marco a conquista da Constituição de 1988 e a luta pela Reforma Urbana. Nesse período, surgem os movimentos locais e nacionais por moradia e também o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), principais organizações e articulações relacionadas à luta da questão urbana no Brasil. Desde então, os movimentos de moradia,

profissionais e acadêmicos, vêm lutando por uma política habitacional nas esferas municipal, estadual e nacional, com participação que garanta o acesso à moradia e a construção de cidades mais justas.

A necessidade de repensar essa configuração de cidades evidencia-se, por exemplo, quando observadas as condições de vida dos/as trabalhadores/as que estão isolados em bairros periféricos vivenciando diversos sacrifícios cotidianos, como o longo trajeto em transporte público ao se deslocarem do bairro onde vivem até o local de trabalho, além do precário acesso a serviços públicos.

A proposta de Reforma Urbana implica pensar a construção das cidades, com planos diretores e a reorganização do espaço urbano. Visa também o direito à cidade, prevendo a construção de moradia em espaços que não são utilizados na cidade, além de objetivar construir espaços sociais públicos (saúde, educação, cultura, lazer, transporte, trabalho etc.).

Marco de lutas por Reforma Urbana e moradia é o Estatuto das Cidades, de 2001, que, dentre os seus princípios, prevê a função social da propriedade. Em 2003, com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), acentua-se a mobilização em torno da Política Nacional de Habitação (PNH). É desse período a criação do Ministério das Cidades.

Em 2009, também com a proposta de estimular a economia brasileira e minimizar o déficit habitacional, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). É importante destacar que um dos avanços na luta pelo direito à moradia é o reconhecimento do trabalho social na PNH com financiamento público federal. O PMCMV apresenta contradições, uma vez que vem estimulando o mercado de imóveis, o que gera forte valorização imobiliária e o aumento do preço das terras.

Com isso, as famílias de baixa renda, já vítimas de um sistema perverso, continuam com dificuldade de acesso ao direito à moradia. Por outro lado, verificam-se pressões históricas dos movimentos populares, dentre os quais se incluem os de moradia. Nesse contexto, está a UMM-SP fundada em 1987, com o objetivo de lutar pelo direito à moradia, por Reforma Urbana e autogestão. Constitui-se como uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões,

ocupações e loteamentos e está organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e região central da cidade de São Paulo. Além das lutas, tem histórica atuação na construção Habitação de Interesse Social (HIS) em todo Brasil, em especial na cidade de São Paulo. Dentre os princípios da UMM-SP, destaca-se a preocupação em trabalhar com técnicos que compartilhem do mesmo ideal político, incluindo a luta pela Reforma Urbana e a construção de cidades mais igualitárias.

O movimento sempre defendeu o direito à moradia, à cidade e à participação popular nas políticas públicas, por meio da proposta autogestionária, e desde sua fundação mobiliza grupos e estimula o surgimento de novas lideranças pelo país. No âmbito nacional, as articulações da UMM-SP estendem-se também à União Nacional de Movimentos Populares (UNMP) e à Central dos Movimentos Populares (CMP), construindo uma articulação que hoje atinge 23 estados brasileiros. A UMM-SP contribuiu para a criação da UNMP, que se consolidou, em 1989, após a articulação dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais no processo de coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Lei 11.124/2005). Contribuiu também para a inclusão da modalidade Minha Casa Minha Vida — Entidades (MCMV-E), com vistas ao controle social na produção habitacional, por meio da autogestão.

A autogestão na produção habitacional é considerada não apenas no aspecto de construção de moradia e gestão de recursos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades sustentáveis e com melhor qualidade de vida. Considerando que, historicamente, no Brasil, há um esforço das elites em restringir o acesso às cidades, criminalizar as lutas dos movimentos sociais, a participação popular nas decisões e na construção de políticas públicas, com vistas a favorecer a classe dominante, é fundamental a presença de profissionais que contribuam para o rompimento dessa lógica desigual. É importante compreender a cidade como fruto dos processos de produção social, o que requer investimento nos métodos de participação e compromisso social para uma prática sólida.

O trabalho social desenvolvido pela UMM-SP no contexto do PMCMV-E: a contribuição do assistente social

A ideia de realizar o trabalho social em projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) não surgiu com o PMCMV-E, no entanto, para este trabalho, nos interessa, em particular, o trabalho social desenvolvido com a UMM-SP por meio do PMCMV-E.

Compreendemos o trabalho técnico social como um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que potencializem o fortalecimento da atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva da garantia de direitos e transformação social.

Na trajetória das políticas habitacionais, o trabalho social atendeu a requisições conservadoras que possibilitassem aceitação e adaptação das pessoas às formas de intervenção estatal, que sempre estiveram afinadas com os interesses da construção civil. As remoções da população de baixa renda das áreas centrais eram ações bastante utilizadas, contribuindo com a lógica de segregação das cidades.

De acordo com Paz e Taboada (2010), o trabalho técnico social realizado nos programas de HIS está presente na Política Nacional de Habitação e Saneamento desde o período do BNH, contando com a participação dos técnicos sociais na atuação com a habitação popular.

Desde os anos 1960, observa-se a presença da interdisciplinaridade na composição das equipes, restrita aos profissionais da área de humanas, incluindo especialmente sociólogos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. No entanto, é significativa a predominância dos profissionais da área de Serviço Social que trazem para esta atuação referências teórico metodológicas e compromissos ético-políticos, construídos pela profissão num movimento de luta contra as bases conservadoras e tradicionais da profissão. (Paz & Taboada, 2010, p. 46)

O trabalho social era mais voltado ao processo de seleção das famílias e, ao mesmo tempo, por ações com vistas a sanar pendências financeiras dos moradores em relação ao imóvel adquirido. Essa forma de limitar as ações do trabalho social e dos técnicos sociais, além de compor questões estruturais, culturais e afinadas com o mercado, também se utiliza do fato de que o técnico social é um trabalhador assalariado e, portanto, “é o momento em que o capital está decidindo sobre a vida dos trabalhadores, e o que lhe importa é apropriar-se do trabalho social” (Gomes, 2009, p. 11). Tanto os profissionais como também os representantes dos movimentos sociais opuseram-se a essa forma conservadora de pensar o trabalho social.

Considerando que a maioria dos trabalhadores sociais do período eram assistentes sociais, cabe destacar que essa categoria de profissionais, além de se opor ao modelo de ações emergenciais impostas pelo governo, buscou trabalhar com propostas na perspectiva da emancipação social. Os profissionais, com destaque aos assistentes sociais, embasados na perspectiva de uma prática emancipatória e partindo das diretrizes do direito à cidadania, passam a se articular com os movimentos sociais objetivando fortalecer as lutas e contribuir para a mudança social. Paz e Taboada salientam que, apesar desse período repressivo e da ausência de estímulos às atividades organizativas, as propostas e discussões acerca do trabalho social eram voltadas a ações que favoreciam o direito do trabalhador e viabilizassem sua autonomia (Paz & Taboada, 2010, p. 47).

O Código [de Ética] expressa o amadurecimento teórico-político do Serviço Social, representa a dimensão ética da profissão, define parâmetros para o exercício profissional, nas relações com usuários, outros profissionais, com a Justiça, com empregadores, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. [...] A intervenção dos assistentes sociais orienta-se para os processos emancipatórios, por meio de ações de cunho socioeducativo e organizativo e de prestação de serviços. (idem, p. 51)

Essa categoria de profissionais, além de sua própria trajetória de luta, contribui com assessoria aos movimentos sociais e participa, em conjunto com esses atores, na luta pela reforma urbana.

O trabalho social do PMCMV é normatizado pela Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014, que aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades e rege as atividades que devem ser desenvolvidas com as famílias. Nessa portaria, o trabalho social está definido como:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (Brasil, Ministério das Cidades, 2014, p. 5)

No caso do PMCMV-E, o próprio movimento contrata o profissional com a verba pública destinada a esse fim. O movimento pode contratar o profissional de forma direta ou indireta, através de assessorias, consultorias ou cooperativas. Uma nova relação se estabelece; novos interesses a serem atendidos estão colocados aos assistentes sociais que ocupam esse espaço, são novos desafios e possibilidades. Essa modalidade do programa não foi apenas uma concessão do Estado, mas uma luta dos movimentos, e representa menos de 3% da totalidade do PMCMV. Todavia, é uma experiência de inserção profissional que deve ser considerada.

O trabalho social contratado diretamente pelo movimento tem maior autonomia, mas não se pode perder de vista que não é um trabalho independente; o financiamento do Estado atrela o trabalho às normatizações.

No espaço de atuação com a UMM-SP em HIS, o assistente social tem contato direto com os movimentos de moradia e pode contribuir para o fortalecimento das ações de movimentos sociais.

Os desafios encontrados para o trabalho social e para os técnicos sociais são diversos, por isso, é fundamental que os profissionais, dentre outros elementos, sejam capazes de desmistificar as ideologias burguesas acerca de sua atuação e de seu papel para que possam alcançar maior protagonismo nos processos de elaboração de políticas públicas, na atuação com a população e para se opor, embasados no pensamento crítico, às ações planejadas sem a participação e contribuição dos técnicos sociais e da população envolvida.

É importante identificar-se com o trabalho nos movimentos de moradia e, conjuntamente, se opor a essa forma de planejamento que vem de “cima para baixo”, para não ser um mero complemento de ações emergenciais que desfavoreçam a população. Para Evaniza Rodrigues¹, os profissionais que atuam com a UMM-SP têm identidade de princípios.

Nós nunca contrataríamos um profissional, por mais qualificado e renomado que fosse que tivesse uma visão de mundo confrontante com a visão de mundo do movimento. Não faz sentido isso. Eu não vou contratar um advogado que defende o individualismo ao extremo e tal. Não. É uma identidade ideológica, uma identidade de princípios, mas no social isso fica muito mais claro. (Santos, 2016, p. 144)

Coloca-se para esse profissional o esforço de apreender as determinações do real, as mudanças conjunturais que impactam a vida cotidiana, é contínuo e sistemático, de natureza não só política, mas técnica, para qualificar a atuação profissional individual e agregar potência ao corpo coletivo, à profissão.

¹ Liderança, militante da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, da União Nacional de Moradia Popular e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 01.

Reflexões e narrativas dos sujeitos históricos: experiências singulares na interação com a UMM-SP

Para contribuir com as reflexões acerca da dimensão política do serviço social, apresentamos as narrativas de quatro assistentes sociais² que atuam com os movimentos da UMM-SP e as contribuições do trabalho social a partir de reflexões de 23³ lideranças que participam das atividades do trabalho social realizada pelas assistentes sociais que atuam com o movimento de moradia.

Ao buscar o entendimento dos profissionais entrevistados sobre a dimensão política da profissão, surgiram palavras-chave que expressam concepções: princípios, defesa, posicionamento e projeto. Em nossas entrevistas, aparece nitidamente a vinculação dos profissionais entrevistados a um projeto de sociedade alternativo ao vigente; um projeto que se coloca ao lado da classe trabalhadora na defesa de seus interesses.

Revela-se, em uma das falas das entrevistadas, a clareza da existência de uma dimensão política que independe da apreensão dos profissionais, mas que norteia a atuação, por meio de princípios e valores elegidos coletivamente e que se impõem ao profissional para serem defendidos; esses valores se traduzem nas ações profissionais em seus posicionamentos cotidianos.

Existe a possibilidade de não existir dimensão política? Não existe. E é isso, eu acho que é o conjunto de princípios que o profissional defende e na sua interação o profissional coloca em prática [...] a dimensão política, ela vai estar o tempo todo traduzida nas

² As entrevistas com as profissionais estão indicadas de forma anônima, assim, optamos por nomear os sujeitos da pesquisa com os seguintes indicadores: assistente social 1; assistente social 2; assistente social 3; e assistente social 4.

³ Dados coletados em junho de 2018, tendo como instrumento questionário com questões abertas e fechadas, aplicado a um grupo de 23 pessoas que participam do projeto Alexios Jafet de HIS com recursos do programa MCMV-E com obra em andamento no bairro do Jaraguá SP da UMM-SP.

suas ações, nas coisas que você vai defender no dia a dia daquela intervenção, e estamos falando de política pública, de concepção de direito, de concepção de visão de mundo. Não consigo ver. E tem gente que defende que não existe, que é possível ter uma neutralidade nessa atuação. Não. Você vai defender um modelo. [...] [**ASSISTENTE SOCIAL 1**]

O projeto ético-político aparece em algumas falas como norteador da dimensão político-profissional e devido ao seu alinhamento ao projeto do movimento de moradia em que os profissionais atuam, e ainda o alinhamento desses projetos a um plano maior, um projeto societário; esse conjunto de princípios parece se colocar como o balizador e norteador das ações profissionais.

O serviço social tem um compromisso de atuação, de defesa destes lugares. Acho que, para mim, ela está muito vinculada ao projeto do movimento, tipo estes cartazes de resistência ou de enfrentamento ou de encontrar alguma solução. É uma profissão que se coloca num lugar e defende: “Olha, meu projeto profissional tem que estar vinculado a este compromisso com a classe dos trabalhadores”. Acho que [a dimensão política] é neste sentido aí. [**ASSISTENTE SOCIAL 3**]

[...] eu acho que a dimensão política [...] é eu perceber como que eu enxergo essa profissão, é perceber como que eu consigo entender esse trabalho, o exercício profissional, o fazer cotidiano, o que me direciona, quais são as intencionalidades, o que eu deposito nesse trabalho, no que eu me apoio. Existe um apoio, existe uma base, existe um alicerce para isso, eu vou buscar isso tudo naquela bagagem lá, que eu fui acumulando durante a formação, durante a vida, nas experiências que eu tive, eu vou buscar no apoio teórico, eu vou buscar no apoio metodológico. Então, eu entendo dimensão política pela direção do próprio trabalho, quer dizer, existe um rumo, existe um norte, eu estou ali direcionada por uma questão mais ampla, por uma questão,

por um projeto que vai impor, que pressupõe mudanças, que pressupõe outros posicionamentos e outras formas de se relacionar. [**ASSISTENTE SOCIAL 4**]

A dimensão aparece na fala dos profissionais vinculada à defesa de uma classe, aos princípios que balizam o compromisso com uma classe, o compromisso com o projeto político da classe trabalhadora. Essa dimensão, constituída na visão dos profissionais, se coloca aqui como a balizadora de seus posicionamentos profissionais, de suas ações.

Na contramão da ideologia dominante, os profissionais assistentes sociais, em suas ações, colocam-se na defesa dos interesses dos trabalhadores. Ante aos dilemas da coletividade, preservaram sua capacidade de indignação, e fazendo frente à naturalização das barbáries buscam problematizar com as famílias e lideranças a origem dos valores reproduzidos e, principalmente, a quem servem esses valores.

Para o trabalho social com movimento social, na habitação de interesse social, é imprescindível a organização da população, a capacidade de, coletivamente, se posicionar perante os ataques à classe trabalhadora na defesa dos projetos que atendem aos trabalhadores; a busca pela ampliação e qualificação do atendimento às demandas do movimento. Identifica-se, na fala dos profissionais, o combate à reprodução dos valores que estão a serviço da ordem do capital, o combate às posturas individualistas, com vistas à reconstituição dos laços sociais, do sentimento de pertencimento e reconhecimento, da reconstrução da humanidade na busca pelo fortalecimento da luta e da garantia e ampliação de direitos.

[...] trabalho numa perspectiva de romper com a cultura do individualismo, de estimular o coletivo, [...] há pessoas que vão contrariar, vão dizer que não existe uma cultura individualista, que existe uma tentativa de acabar com o que se tem de coletivo. A cultura do individualismo é colocada tanto, todos os dias, que, eu diria, até os mais antigos já estão sendo influenciados, hoje em dia tudo é mesmo para você ficar distante de qualquer ser

humano, se isolar, até para não se organizar mesmo, a gente sabe disso [...] e aí eu brinco que meu pai antes enchia a laje com os vizinhos e hoje ele quer pôr uma máquina lá que ela faz isso em quarenta minutos! Então, não vai ter mais essa relação, então, acho que essa é uma das coisas que a gente precisa fazer, para fortalecer as relações [...] [**ASSISTENTE SOCIAL 2**]

O trabalho de contracultura impõe-se nas atividades dos assistentes sociais entrevistados; a necessidade de construir uma consciência coletiva a partir da desconstrução de valores e preconceitos provenientes do senso comum, mas que se instalam de forma arraigada na consciência individual, é um dos desafios apontados pelos profissionais.

Para a desconstrução desses valores, dessa cultura, da ideologia vigente, esses profissionais indicam dispor do conhecimento adquirido na formação acadêmica do Serviço Social, utilizando-se do método crítico de apreensão da realidade, que é colocado enquanto metodologia para o trabalho social desenvolvido com as famílias, compreendendo o poder que esse método carrega de estimular uma forma de pensar crítica que busca desvendar as relações ocultadas; busca as conexões e relações não aparentes. Quando questionados sobre os objetivos do trabalho social, todos os entrevistados se remeteram ao estímulo e exercício do pensamento crítico como forma de apreensão da realidade, como um instrumento potencializador da luta social, a partir da reconstrução dos nexos e relações entre os elementos do real vivido pelas famílias.

Então, o trabalho social, eu acho que ele potencializa, o objetivo dele é potencializar essa iniciativa, trazendo elementos que não estão no repertório do senso comum, dessas pessoas, não está no repertório do dia a dia, né, trazendo as informações, muitas vezes, que as pessoas não têm acesso, mas principalmente trazendo um olhar crítico, exercitando o olhar crítico, sobre o mundo, e o interessante é isso, não é só sobre moradia, não é só sobre política de habitação, é sobre o mundo, sobre onde você vive, o que que

acontece, ajudando a fazer relação[...] nem sempre as coisas são tão óbvias assim, então acho que é isso, ajudar as pessoas a fazer a relação do que acontece no seu entorno. [**ASSISTENTE SOCIAL 1**]

O estímulo ao pensamento crítico objetiva desenvolver a capacidade de apreensão da totalidade social, do movimento da realidade, das relações de poder, é a investida na apreensão da divisão de classes colocada na sociedade e da disputa constante entre elas. Reconstrói-se a identidade de classe das famílias, e revela-se, com alcance aumentado pela teoria crítica, o lugar de trabalhador e o lugar que o mundo destina aos trabalhadores, assim, vai se construindo o pertencimento a uma classe e o desejo de luta coletiva pela transformação dessas relações.

[...] a possibilidade de trabalhar as relações, trabalhar os grupos no sentido mais das relações humanas, desse pensamento que a gente vem tanto falando aí de tentar resgatar o que nos é tirado culturalmente. Resgatar a cultura de um pelo outro e não do individualismo, enfim, que a gente vem nessa disputa com o capital, tendo que trabalhar muito a questão do individualismo, então, eu penso nisso, e a gente acaba tendo um pouco esse papel, e até na formação política mesmo, porque, não dá para descolar. [**ASSISTENTE SOCIAL 2**]

Lideranças do UMM-SP revelam os reflexos do trabalho desenvolvido com as famílias, por meio de suas falas que demonstram a contribuição com uma mudança de postura no sentido da coletividade.

As pessoas estão mais próximas e amigas; por que estão um pouco mais unidos; todo fim de semana temos mais contato por causa das atividades estamos mais próximos; porque uns acreditam e outros não mas todos estamos juntos no mesmo objetivo; as relações, as abordagens estão mais fáceis; as famílias, após estarem convivendo, estão interagindo melhor; hoje vejo mudanças, tenho mais amigos. Os comportamentos das pessoas

mudaram; porque tanto o social ou convívio, fez as pessoas integrarem mais e soltar suas opiniões; no início havia uma distância entre as pessoas, hoje acho que estão mais juntos. (Depoimento das lideranças da UMM-SP, junho de 2018)

Apesar de todas as dificuldades colocadas na realização do trabalho social e em particular aos assistentes sociais que atuam com a UMM-SP, observa-se que o processo do trabalho social é compreendido pelas famílias para além da obra. De acordo com Erika⁴,

O trabalho social contribui quando passa conhecimentos sobre temas que são pouco abordados na atualidade, contribui quando coloca as famílias para trabalhar juntas em processos que vão além do mutirão, com trabalhos sobre cultura, política ou através de discussões que acontecem em grupos de trabalho [...] a técnica social na moradia está para desenvolver a consciência coletiva, aumentar a integração entre as famílias e desenvolver o sentimento de cooperação e a ideia de que juntos somos mais fortes e podemos muito mais. (Santos, 2016, p. 142)

A experiência em projetos de HIS na UMM-SP traz para a categoria profissional a oportunidade de materializar a proximidade com os movimentos sociais, não apenas de forma discursiva, ou em solidariedade, mas compartilhando o saber com os movimentos de moradia. Não restritamente para sua defesa, mas atuando na própria luta cotidiana do movimento social, encarando frente a frente os dilemas e as contradições desse espaço; rompendo com a visão romantizada do movimento social; e reconhecendo o espaço de resistência que ali se constrói apesar dos brutais ataques do capital às organizações populares.

⁴ Liderança da Associação por Habitação com Dignidade da UMM-SP, participante no projeto de HIS Alexios Jafet com recursos do programa MCMV-E que está em fase de obras. A liderança autorizou a divulgação de seu nome, em depoimento para a dissertação de Santos, 2016.

[...] nós somos muito privilegiados por poder atuar em coletivos, em instituições, o movimento é uma instituição que têm uma visão de mundo semelhante à nossa, diferente das pessoas que têm, né, um profissional concursado de um município que vê a política a cada quatro anos virar do avesso. Não que não é possível essa atuação, é, mas a sua atuação vai ter muito mais contradições, vai estar permeada o tempo todo de contradições e de enfrentamentos, do que a que a gente faz, a gente tem, assim, um privilégio de ter atuado nessa área, né, o privilégio não é econômico, obviamente, mas é um privilégio de poder fazer isso. [**ASSISTENTE SOCIAL 1**]

Nessa proximidade, a categoria profissional pode aprofundar o conhecimento acerca das transformações nos movimentos sociais brasileiros, nas últimas décadas; enriquecer os debates em torno dessas novas e velhas conformações, para contribuir de forma mais efetiva e concreta com a classe trabalhadora nos seus próprios espaços de organização. Assim como o capital, a dimensão política da profissão não é uma coisa, é um processo. Processo construído a partir das relações humanas, assim, sua apreensão dá-se na história, no movimento do real, na correlação das forças colocadas na sociedade e no lugar que a profissão ocupa em determinado tempo e espaço, em determinada conjuntura.

A compreensão da dimensão política da profissão é também a compreensão dos limites da profissão, tão necessários para não retornarmos a uma visão idealizada das possibilidades profissionais, mas, na mesma via da compreensão da dimensão política, é uma redescoberta articulada da força da atuação, tão necessária para manter viva a força na luta por manter os compromissos assumidos por essa profissão em relação à classe trabalhadora.

Notas conclusivas

Afirmamos que a compreensão da dimensão política em sua real potência precisa partir do estudo e da análise do real, do concreto, dos espaços sócio-ocupacionais, do cotidiano profissional, das complexas teias que conectam os espaços, os profissionais, as políticas, os trabalhadores, o capital. Ou seja, a compreensão das expressões das relações sociais colocadas em cada espaço sócio-ocupacional, em cada ação profissional.

A contradição colocada na sociedade também se expressa no trabalho social, pois ao mesmo tempo em que as ações podem (e devem) fortalecer o movimento de moradia, também atende aos interesses do capital. Nesta perspectiva, há diversas disputas colocadas no processo de lutas de classes, uma delas é o lugar e a contribuição do trabalho social.

Neste sentido, é importante para os trabalhadores sociais que atuam com os movimentos de moradia a clareza de que posturas e ações fortalecem um lado ou outro, para que se possam criar estratégias no sentido de contribuir com a luta da classe trabalhadora. Observa-se na trajetória dos programas habitacionais que, com todas as dificuldades e contradições que implica o programa MCMV-E, ainda é um avanço para a realização do trabalho social e resultado de longa luta dos movimentos de moradia, em especial da UMM-SP. É uma possibilidade para que os profissionais e o movimento mantenham atuação coletiva e sua resistência ao realizar um trabalho que se diferencia, mesmo dentro do programa, das ações que excluem as famílias dos processos.

Dessa forma, utilizam das possibilidades do programa para estimular as famílias do movimento a continuar lutando para a execução da política urbana na direção da maior equidade social. Ao mesmo tempo, sem permitir que os programas habitacionais, que atendem aos interesses de mercado, sejam desmobilizadores dessa luta.

Trazemos para o Serviço Social as contribuições da experiência profissional na UMM-SP em projetos de autogestão. O estudo revelou novas possibilidades colocadas para a ação profissional, a materialização da

proximidade com os movimentos sociais; a possibilidade de trabalho com o alinhamento de projetos, o que potencializa imensamente a materialização de nortes do projeto ético-político. Essas experiências não podem ser generalizadas para a profissão, dado suas particularidades e especificidades, mas merecem ter visibilidade, considerando serem experiências robustas em qualidade. Essas experiências não fazem frente ao déficit habitacional, mas servem como instrumento que fortalece o movimento e a classe trabalhadora, pois são espaços de resistência e luta em um contexto de avanço do conservadorismo, da criminalização dos movimentos sociais e do desmonte das políticas públicas habitacionais.

Por fim, defendemos que tanto as inserções profissionais aqui apresentadas como o debate aqui proposto ventilem para a categoria profissional novas reflexões acerca do trabalho profissional e da luta política.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades.* Brasília, 2014.
- BRAZ, Marcelo et al. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: Cefess/Abepss, 2009.
- GOMES, Fabio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. *Revista Sociologia Política*, v. 17, n. 32, Curitiba-PR, 2009.

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. et al. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico/metodológica*. 10. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2009.
- MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. *Serviço Social & Sociedade*, n. 128, pp. 30-52, São Paulo: Cortez, 2017.
- NETTO, João Paulo. A construção do projeto ético-político de Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Serviço Social e saúde*. São Paulo: Cortez, 2009.
- PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. et al. Conceitos básicos para intervenções habitacionais. In *Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social*. Curso à distância. Ministério das cidades, 2010.
- SANTOS, Cleonice Dias. *Trabalho social e movimentos de moradia: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2016.

Trabalho Social em Ocupações: vivências e possibilidades

CÍNTIA ALMEIDA FIDELIS

IVALOO GIORGE GUSMÃO

Introdução

O presente artigo busca promover breves reflexões sobre a prática profissional do Serviço Social em ocupações organizadas por movimentos de moradia. Para analisar a relação dos movimentos sociais a partir da construção, proposição e defesa de modelos alternativos de políticas públicas, buscamos abordar as determinações que cercam este debate sobre a atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas e as respostas construídas a partir do desenvolvimento do trabalho social, um dos espaços de atuação profissional e militante do assistente social. A violação constitutiva do direito à moradia na sociedade brasileira expressa a mais perversa face do avanço do capital sobre as cidades, aprofunda desigualdades provocando deslocamentos involuntários, resultando em graves processos de gentrificação. Contrapondo-se à lógica estabelecida e à negação ao acesso à moradia aos trabalhadores e trabalhadoras, os movimentos de moradia protagonizam a luta pelo acesso à moradia em áreas centrais, como ocorre nas ocupações do centro de São Paulo. Denunciam a não atuação (regulação) do Estado ocupando prédios vazios, abandonados, que não cumprem com a função social da propriedade. Ao mesmo tempo em que apresentamos as questões estruturais que cercam este debate, analisamos as questões que permeiam a relação entre Estado, movimento de moradia e o trabalho social, à luz do espaço de atuação profissional do assistente social.

Trabalho e moradia no centro de São Paulo

No primeiro dia do mês de maio do ano de 2018, Dia do Trabalhador, o Edifício Wilton Paes de Barros, localizado no Largo do Paissandú, centro histórico da cidade de São Paulo¹, tragicamente desaba. Ocupado por 140 famílias organizadas pelo Movimento Social de Luta por Moradia (MSLM), o desabamento revelou o cenário da disputa pelo direito à moradia presente nesse território: imóveis e edifícios vazios ocupados por trabalhadores que, quando organizados por movimentos sociais, reivindicam o comprimento da função social da propriedade.

O desabamento reabriu processos jurídicos antes arquivados, reiniciou e instalou investigações que tangenciam a criminalização dos movimentos sociais. No coração da grande metrópole, celebrada por sua modernidade globalizada, revitalizada, gentrificada e promotora de sociabilidades alternativas, ocorre o que Telles e Hirata (2010) chamaram de ‘mobilidades laterais’, percursos entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, ramificados nos meandros dos sentidos de lei, da justiça, da ordem (e seu inverso), que, em disputa, refazem a demarcação entre a lei e o extralegal, entre a justiça e a força, entre acordos pactuados e a violência, entre a ordem e seu avesso.

Logo após ao desabamento do Edifício Wilton Paes de Barros, um grupo composto por diversas secretarias municipais, movimentos, ministério público e universidades vistoriam os imóveis ocupados do centro de São Paulo. Rolnick, Gonsales e Comaru (2018) relatam que havia 51 imóveis ocupados, 35 de propriedade particular e 16 de propriedade pública. Essas ocupações estavam vinculadas a movimentos sociais em 57% dos casos, abrigavam 10.562 pessoas, majoritariamente portadoras de deficiências (86%), idosos (61%) e imigrantes (58%).

¹ Para esse artigo, os distritos do Cambuci, Liberdade, Sé, Bela Vista, República, Santa Cecília, Bom Retiro e Consolação são considerados como a região central da cidade, assim como adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

De outra forma, os estudos sobre segregação (Pasternak & Bogus, 2005) apontam que os territórios das metrópoles concentram, em diferentes regiões ou conjuntos de bairros, grupos sociais distintos que transformam os espaços da cidade. Da mesma forma, a formação das cidades que segrega a classe trabalhadora também é realizada por instrumentos, regras, intervenções e omissões na produção do espaço urbano.

A classe trabalhadora que busca o centro como local de moradia mora majoritariamente em cortiços desde o início da industrialização paulista. Casas tipo hotéis-cortiço, casas de cômodos, cortiços improvisados e cortiços-pátio em construções de má qualidade, excessivamente adensadas, sem ventilação e iluminação e com banheiros coletivos (Bonduki, 2013) foram locais de moradia da classe trabalhadora desde o início do século XIX. Nesse contexto, a intervenção pública e os primeiros desenhos de uma política urbana instituíram o controle sanitário e a ocupação do solo para conter epidemias.

Segundo o Plano Municipal de Habitação de São Paulo (2016), a região central ainda apresenta 80.389 domicílios encortiçados. Kohara (2013) aponta que os moradores desses domicílios pagam aluguéis altos e comprometem boa parte de suas rendas com essa despesa. Pesquisas também indicam (São Paulo, 2001; Silva, 2006) que o valor do aluguel em cortiços é o dobro do valor do metro quadrado do mercado das áreas formais da cidade. De qualquer forma, esse tipo de moradia é constituído por trabalhadores de baixa renda, informais, do setor de serviços, com baixa qualificação e baixa remuneração, que, segundo Kohara (2013), se relacionam intrinsecamente à informalidade contratual e à insegurança desse tipo de moradia. Entretanto, para a classe trabalhadora que busca o centro como moradia, a proximidade do trabalho, a mobilidade, o tempo de deslocamento e o acesso a serviços são mesmo mantidos em detrimento da qualidade e do custo da habitação.

De outra forma, a partir da década de 1980, ocorre o processo de esvaziamento imobiliário e populacional da região central. Empresas que, diante da formação de novas áreas de centralidade na cidade, deixaram

a região central e também imóveis e edifícios ociosos e vazios. Segundo Silva (2006), esses imóveis são edifícios sem garagem, de difícil acesso por veículos, sem ar condicionado central, com apartamentos grandes, mas com poucos banheiros, ou em localizações inadequadas para as faixas sociais que os ocupavam. Outro tipo de imóvel ocioso é o de antigos hotéis em edifícios de uso misto para comércio e residência que não atraem empresas ou moradores.

Mesmo com o esvaziamento, a região central concentra a maioria dos empregos da cidade se comparados a outras regiões (São Paulo, 2001). Amplamente servida por importantes estações de trem e metrô, terminais e linhas de ônibus e uma variedade importante de equipamentos públicos de saúde, cultura e lazer, morar nessa região oferece importantes vantagens que o modelo de desenvolvimento urbano excludente e periférico tenta recriar, mas apenas reproduz desigualdades.

Ocupar e resistir: estratégias e lutas pelo direito a moradia

A partir da década de 1990, os movimentos sociais passam a organizar lutas e reivindicações para transformar os edifícios ociosos do centro em moradias de habitação de interesse social. Segundo o Silva (2006), a primeira ocupação organizada nessa região foi no Casarão Santos Dumont, localizado no bairro de Campos Elíseos, organizada pelo movimento Fórum dos Cortiços, no ano de 1997. Segundo o mesmo relatório, entre os anos de 1997 e 2005, houve 44 ocupações de edifícios ociosos na área central. Essas ocupações foram organizadas pelo: Movimento por Moradia no Centro (MMC); Fórum de Cortiços; Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM); Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC); e Movimento dos Sem Teto da Região Central (MSTRC). Entre 2001 e 2006, foram realizadas 14 grandes ocupações envolvendo aproximadamente 6.000 famílias (Silva, 2006), sendo que, do total desses imóveis, quatro eram públicos (um de propriedade do INSS e três do

Governo do Estado), quinze de propriedade privada e outros sobre os quais não foi possível obter informações.

As ocupações organizadas por movimentos sociais também trouxeram o desafio da permanência das famílias nesses edifícios. Foi nesse sentido que os movimentos sociais buscaram apoio de assessorias técnicas para promover as mudanças necessárias nos edifícios e transformá-los em habitação de interesse social. As ocupações também estimularam e pressionaram o poder público e órgãos financiadores a desenhar novas modalidades de financiamento e de produção habitacional, bem como novos programas que respondessem às exigências da classe trabalhadora de morar perto do trabalho.

A partir de 2001, com o programa municipal Morar no Centro, tem início estudos de viabilidade desses edifícios para fins habitacionais. No ano de 2002, a Prefeitura Municipal de São Paulo acessa recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para dirigir esforços à recuperação do centro, incorpora o programa municipal Morar no Centro e define um Plano Diretor Estratégico que inclui instrumentos do Estatuto da Cidade (2001). É também nesse período que órgãos públicos municipais e estaduais voltam a ter sede administrativa na região central, e ocorre a recuperação de equipamentos de cultura e logradouros. Em relação aos programas habitacionais de interesse social na região central, verificamos a atuação na produção de unidades habitacionais desenvolvidas através de programas municipais como Funaps (1989), Morar no Centro e Locação Social (2001), programas estaduais realizados pela CDHU, como Programa de Atuação em Cortiços e Carta de Crédito (2002) e programas federais, como Programa de Arrendamento Residencial (2001) e Programa Minha Casa Minha Vida (2009).

As políticas sociais são relacionadas à configuração da questão social e são expressões das relações de produção e reprodução social do capitalismo (Behring, 2006). Nessa medida, as sociedades capitalistas organizam o Estado configurando as noções de direitos e proteção social através das políticas sociais. Mas, por outro lado, políticas sociais podem

ser construídas mediante a processos interacionais, processos esses que ocorrem através de diversas interações que os movimentos sociais realizam com o Estado, seja na participação em conselhos participativos ou na gestão da política pública ou através de seus repertórios de confronto.

De qualquer forma, há uma relação entre os movimentos sociais e o Estado, estabelecida principalmente após a redemocratização do país na década de 1980, que alterna em intensidade quando atores e canais de interação com os movimentos sociais são estabelecidos. A inserção dos movimentos sociais no processo de produção das políticas públicas, dentro e fora do Estado e as condições que favorecem ou limitam sua influência na modelagem das políticas permitem afirmar que os movimentos sociais importam para as políticas públicas e que as políticas públicas impactam no desenvolvimento dos movimentos (Abers, Silva & Tatagiba, 2018).

Lavalle (2020) define ocupações e ocupantes como atores sociais que carecem de terras, moradia ou espaços para satisfazer necessidades coletivas, que implicam em engajamento amplo, registro de resistência e efeitos de legitimação. Na prática política, se opõem à categoria de invasão e invasores e oferecem razões publicamente defensáveis em condições de escassez acentuada. Ocupar não é roubar, é tornar bens ociosos publicamente úteis. Ocupar faz parte do repertório e da performance política dos movimentos sociais. McAdam, Tarrow e Tilly (2009) afirmam que o confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. Reivindicações são feitas através de palavras de ordem, manifestos, confrontos e dependem da mobilização, criação de meios e capacidades para a interação coletiva. E será sobre mobilização, criação de meios e capacidades de interação coletiva que o trabalho social em ocupações irá atuar.

As ocupações são, antes de mais nada, territórios de vivência. Isso significa que aqueles prédios vazios, depósitos de entulhos, sem vida, sem função social, que acumulam dívidas e impostos são transformados

pelos sujeitos coletivos, trabalhadores e trabalhadoras que ocupam, por não ter outra alternativa. Desta forma, a vivência coletiva vai desenhando outros contornos, novos sentidos e significados para demandas que eram individuais e que, a partir do ato de ocupar, passam a ser coletivas. As ocupações não transformam só os espaços internos, interferem na dinâmica social do território, que por sua vez representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território (Koga, 2011).

Os espaços coletivos são espaços de vivência onde trabalhadores e trabalhadoras buscam a moradia definitiva, o reconhecimento do direito de morar, de existir, mas também buscam o acolhimento, passam a dividir as dificuldades, as dores, o peso de uma vida de violações sofridas, e também dividem as conquistas, as realizações. Ocupações são espaços de pertencimento.

Trabalho social em ocupações: uma pauta para a política urbana

A partir da década de 1980, os movimentos de moradia passam a identificar técnicos sociais como aliados de suas lutas e, num contexto mais amplo, nas lutas pela redemocratização do país (Paz & Taboada, 2010). Essa aproximação pode ser observada na atuação de assistentes sociais na Prefeitura Municipal de São Paulo, onde o atendimento individualizado realizado com as famílias removidas por obra pública, enchentes, desabamentos e incêndios tomam a perspectiva coletiva.

Nesse período, o trabalho social e o assistente social passaram a desenvolver atividades de apoio à organização coletiva, seja fomentando comissões de moradores por territórios, pautando novas demandas e novas lutas ou articulando as reivindicações aos movimentos sociais já consolidados. Esses profissionais abriram novos espaços de discussão e reivindicação a partir das necessidades concretas vivenciadas pelos trabalhadores e pelas condições de moradia nas periferias da cidade.

As discussões, realizadas no sentido de obter serviços públicos coletivos, possibilitam a perspectiva de organizar e articular lutas populares por diferentes regiões da cidade, por melhorias nas condições urbanas nas periferias, lutas pelo acesso à cidade — que, nesse contexto, crescia, se ampliava — que se articulam com as demandas dos movimentos sociais já organizados ou em fase de organização. É nesse sentido que ações como incentivar a organização de comissões de moradores para reivindicações de equipamentos públicos e apoiar movimentos de resistência e ocupação de áreas públicas e privadas faziam parte do escopo de atuação do trabalho social em habitação.

Na década de 1990, iniciativas para articular atores que realizam experiências em assessorias técnicas aos movimentos sociais passaram a ser realizadas. Com o desenvolvimento dos programas habitacionais e o crescimento das cidades, também se ampliava a complexidade dos projetos habitacionais para grupos associativos. As assessorias técnicas possibilitaram aos movimentos sociais o aprimoramento na produção da habitação e a gestão conjunta das necessidades diante das complexidades financeiras, jurídicas e construtivas dos empreendimentos. Nesse contexto, o trabalho social desenvolvido era para que os moradores, as associações e os movimentos sociais adquirissem novos aprendizados a partir das relações de autonomia frente ao Estado, mas mantendo a perspectiva de garantia e ampliação de direitos e cidadania. Fomentar a interpretação das relações da sociedade, identificar os instrumentos utilizados pelo Estado e contribuir para a elaboração e estruturação de políticas públicas de habitação que permitissem a participação de grupos organizados faziam parte do escopo de trabalho social. Havia uma intencionalidade no trabalho social desenvolvido na década de 1980 e no início da década de 1990: transformar a sociedade. Uma transformação que viria da classe trabalhadora e dos movimentos, que compondo uma realidade contraditória e oposta aos seus interesses de classe, elaboraria uma outra forma de organização comunitária (Gusmão, 2018).

O Programa Minha Casa Minha Vida — Entidades permitiu que os movimentos sociais viabilizassem empreendimentos habitacionais de interesse social inclusive no centro de São Paulo. E permitiu também que os movimentos sociais pensassem sobre a dimensão do trabalho social, desenvolvendo experiências de trabalho social através de contratações diretas de seus técnicos. Nesse contexto, notamos a necessidade de promover capacitações para a gestão coletiva, estimular a ampliação da participação das famílias, fortalecer comissões, incentivar a permanência, apoiar, mobilizar e preparar o processo de tomada de decisão. No contexto da gestão do empreendimento, promover espaços onde as decisões sejam menos concentradas, mais distribuídas e transparentes também são atribuições do trabalho social. Fortalecer processos e contribuir para o desenvolvimento de capacidades em tomadas de decisões é dividir e compartilhar responsabilidades em decisões estruturantes para o processo, impacta e produz resultados também nas políticas públicas.

Nesse processo, o fazer cotidiano do trabalho social possui dupla dimensão. De um lado, as determinações macrosociedadeiras, que estabelecem o cenário e as condições objetivas para o exercício da profissão, bem como seus limites e possibilidades. De outro lado, temos as respostas que podem ser construídas pelos sujeitos coletivos a partir da leitura e análise da realidade.

Estabelecemos como ponto de partida desta análise, os princípios fundamentais que orientam a profissão, destacando o compromisso dos assistentes sociais em contribuir com o aprofundamento da democracia, com a defesa e a ampliação dos direitos da classe trabalhadora, da justiça e da equidade social, da emancipação, em consonância com um projeto societário que supere as relações de exploração da atual ordem societária, o capitalismo. Deste modo, a contribuição do assistente social na construção do trabalho social assume significado fundamental na relação com os movimentos sociais, mais especificamente nas ocupações, por serem profissionais da intervenção direta e por atuarem nas contradições existentes, analisando o território vivido nas suas diversas expressões e

na relação com a sociedade. Trata-se de realizar uma leitura crítica da realidade local, permeada por dinâmicas estruturais multifacetadas, tendo como ponto de análise e prática as dimensões política, teórica e operativa da profissão.

É importante compreender de que lugar estamos falando. Mesmo atuando com o movimento de moradia, onde se espera um espaço democrático, plural, emancipador, ele não está deslocado ou fora da sociedade capitalista, onde nos confrontamos com a forte tendência à (des)coletivização, interferindo diretamente nas relações sociais. Trata-se de uma realidade complexa e um obstáculo permanente.

A atuação profissional junto aos movimentos de moradia pode ou não estar vinculada a um projeto ou intervenção específica, de provisão ou requalificação de imóvel. Ela também pode ser de assessoramento técnico direto nas ocupações. O que nos leva a pensar sobre os tempos, o lugar da ação e a correlação de forças deste campo, bem como nas disputas internas e externas e suas interações dentro e fora do movimento.

O trabalho social não é um simples somatório de atividades e procedimentos, negamos posturas assistencialistas e fiscalizadoras ou qualquer forma de atuação reducionista do significado do trabalho social, da ação coletiva. Afirmamos nosso compromisso ideopolítico com a classe trabalhadora, com a luta dos movimentos sociais e com o processo de emancipação dos sujeitos.

Nesse sentido, cabe refletir sobre a dimensão pedagógica do exercício profissional do assistente social. Numa perspectiva emancipatória, refletir sobre as ações voltadas para o rompimento de práticas identificadas com a cultura tuteladora da relação entre Estado e sociedade, contribuindo para o surgimento de uma nova prática social, como aponta Abreu (2011).

Atuamos no centro das contradições, terreno permeado de tensões e disputas, por isso, a primeira ação a ser estabelecida é de reconhecer o lugar de atuação, a forma de organização, num movimento de desvelar o que não está aparente. Neste fazer profissional é importante o reconhecimento profundo do lugar de atuação, não só para identificar as

interações, mas também para construir vínculos com os sujeitos envolvidos. Este processo é construído no cotidiano miúdo, no acompanhamento da rotina.

Os movimentos esperam que o trabalho social alinhe as necessidades/demandas com o contexto político e com os princípios do movimento, da luta e da militância. Ainda sobre o lugar de atuação, destacamos alguns pontos importantes para pensar a prática profissional na relação direta:

- Histórico e a trajetória construída pelo movimento;
- Existe uma organização interna, mesmo que não seja a ideal ou a esperada;
- Entendimento construído sobre o trabalho social;
- Expectativas e resultados sobre o trabalho social.

Muitas vezes, o que demanda mais esforço é desvelar e reconhecer as forças políticas presentes, as disputas internas e os interesses envolvidos. O trabalho social é estratégia coletiva que reúne um conjunto de instrumentos, técnicas e procedimentos contínuos, relacionais e permanentes, além de formar espaços de participação que vão se constituindo na medida em que há poder, que há força coletiva. Concordamos com Abreu (2011) que a atuação do assistente social nos processos de participação requer um avanço teórico-político substantivo em relação ao processo de participação como elemento estratégico na politização dos sujeitos coletivos.

Segundo Fidelis (2018), a ação coletiva requer direção política, vivências que agreguem significado à luta coletiva, tornando o espaço do movimento um lugar de acolhimento, de reflexão crítica sobre a realidade, sobre as desigualdades sociais, problematizando as determinações estruturais como causas não naturais, mas como resultado de um projeto societário que visa à exploração dos trabalhadores em detrimento da acumulação capitalista.

Outra dimensão importante que precisa ser destacada é a construção de identidade coletiva. Para Bogo (2010), as dinâmicas coletivas, o

processo de luta constroem unidade política e ganham forma em torno das reivindicações imediatas estabelecendo a identidade do movimento.

Desse modo, é preciso construir entendimento sobre o que é e o que se espera do trabalho social, definindo as competências e garantido autonomia na ação profissional sem descolar o trabalho social do movimento, tampouco utilizar o espaço do trabalho social como lugar de disputa, com posturas fiscalizadoras e disciplinadoras.

Nesse sentido, destacamos algumas notas sobre o lugar de atuação e o sentido do trabalho social:

O trabalho social atua nas situações concretas, nas contradições, nas lutas cotidianas para superação dessas contradições, fazendo tensionamento interno e externo.

Construir de forma compartilhada ações, procedimentos e instrumentos de apoio à organização comunitária e cotidiana das ocupações, bem como contribuir na construção do pacto coletivo mais conhecido como “regimento interno”.

Contribuir no entendimento sobre a necessidade e a importância das regras de convivência, limites bem definidos, critérios de participação, controle social, garantindo a tomada de decisão coletiva.

Contribuir nos encaminhamentos sobre implantação de melhorias, como, por exemplo, nos investimentos financeiros que muitas vezes exigem esforços coletivos com aplicação de contrapartidas financeiras.

O ato de ocupar significa o último recurso na luta, no embate pelo acesso à moradia. Este lugar é permeado por conflitos e tensionamentos, possui uma dinâmica particular e relações disciplinadoras. Muitas questões atravessam este lugar de atuação, entre elas, destacamos algumas: confronto direto, medo, preconceito, resistência e insegurança. Nesse sentido, o lugar da escuta atenta é fundamental para estabelecer um canal de comunicação e não reproduzir formas verticalizadas e rígidas dos espaços de vivências.

O trabalho social está inserindo na luta cotidiana, na luta pela subsistência, por moradia, pelo direito e acesso à cidade, mas sobretudo pela

autonomia dos sujeitos com o objetivo de construir mediações capazes de criar, a partir da partilha e do reconhecimento mútuo, laços de solidariedade e consciência coletiva do processo, reforçando a importância do protagonismo dos grupos organizados na gestão da vida comunitária, na produção da moradia, aplicando recursos e definindo a melhor forma de uso dos espaços coletivos e democráticos.

Há, portanto, uma direção apontada que pode nos levar à construção de estratégias e articulações de enfrentamento às contradições existentes, amenizar tensões e construir alternativas de enfrentamento à conjuntura alienadora e individualista, fortalecendo e preenchendo os espaços de atuação profissional com significados e sentidos, utilizando instrumentos que não são novos, mas que são suprimidos pela rotina burocratizada do trabalho e nas relações sociais.

A questão que fica como horizonte é refletir e pensar estratégias sobre a contribuição do trabalho social nessa reconfiguração política de destruição dos direitos, das políticas, dos espaços institucionais de representação.

Para Diniz e Paz (2018), o grande desafio do trabalho social é assegurar as condições de acesso às políticas, direitos e apropriação do espaço público de forma participativa. Assim, a dimensão estratégica do Trabalho Social em habitação de interesse social deve estar na articulação das lutas pela radicalização da democracia, na atuação junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora e na construção de um conjunto de ações de caráter socioeducativo, voltadas para a mobilização e organização dos sujeitos sociais. A participação deve ter elemento central, a construção e a afirmação da cidadania no âmbito local, com potencialidade de ampliação para as lutas mais gerais na sociedade (Diniz & Paz, 2018, p. 12).

Considerações finais

O presente artigo buscou compartilhar algumas reflexões a partir da prática profissional e dos estudos desenvolvidos a partir de pesquisas sobre o urbano, lutas coletivas, movimentos sociais e políticas públicas.

A dimensão do direito à cidade nos faz refletir sobre a forma que devemos perceber a questão da moradia e da luta pela terra, diz respeito a uma necessidade primária, trata-se de um direito humano que não deve ser comprometido pelo fato da necessidade de casa ou de um teto. Significa pensar a questão num sentido amplo, contemplando todas as necessidades e acessos para a reprodução da vida, isso inclui reconhecer o direito ao território vivido, aos espaços de vivência.

A negação da cidade, para Lefebvre (2001), tem conotação política, tem intencionalidade. Essa negação da cidade aos trabalhadores e trabalhadoras tem um objetivo, pois segregar tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispensar aqueles que poderiam contestar e agir. Nesse sentido, em resposta, a luta dos movimentos de moradia confronta essa negação, pauta a implementação de políticas públicas, reivindica o direito ao território, à moradia em áreas centrais, locais cercados de infraestrutura e acessos a serviços que oferecem melhor qualidade de vida e de oportunidades.

Deste modo, a contribuição do assistente social na construção do trabalho social assume um significado fundamental, porque desenvolve a capacidade de trabalhar as contradições existentes, analisando o território vivido nas suas relações com a sociedade. Trata-se de realizar uma leitura crítica da realidade local, permeada pelas dinâmicas estruturais, tendo como ponto de análise e prática as dimensões política, teórica e instrumental da profissão. É preciso entender a autogestão como um campo aberto de possibilidades, mas com pressupostos e princípios definidos que, em nosso entendimento, dialogam com os princípios defendidos pela profissão e com o compromisso ético-político assumido pelos assistentes sociais.

Entre as possibilidades deste campo de atuação profissional e militante, os espaços coletivos são instâncias de fortalecimento mútuo, de construção de força popular para o enfrentamento das diversas expressões da questão social.

Nossa contribuição pode estar também na elaboração de instrumentos, mecanismos e ferramentas pedagógicas que permitam, a partir do singular, do cotidiano, desvelar a complexidade social problematizando e construindo estratégias coletivas para consolidar direitos, espaços de vivência e avanços para a luta coletiva.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath Silva; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: Repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, 105: pp. 15-46, 2018.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4 ed. São Paulo: 2011.
- BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo: 2006.
- BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. São Paulo: 2010.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: 2013.

- DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. *O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do Serviço Social*. ENPSS: 2018.
- FIDELIS, Cíntia Almeida. *Autogestão na produção social da moradia: o protagonismo dos movimentos populares, entre tensões e afirmações*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2018.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social*. São Paulo: 2014.
- GUSMÃO, Ivaloo Gorge. *Trabalho social, autogestão e movimentos de moradia: resgate e reflexões da experiência dos anos 1980 na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2018.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, 2011.
- KOHARA, Luis. *As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano para o centro de São Paulo*. Pesquisa de pós-doutorado. Fapesp e FAU USP. São Paulo, 2013.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Engajamento e participação. *Nexo Políticas Públicas*. 27 de jul. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/glossario/Engajamento-e-participação>. Acesso em 15 de setembro de 2020.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- MC ADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Para mapear o confronto político*. Lua Nova, São Paulo, 76: pp. 11-48, 2009.
- PASTERNAK, Suzana; BOGUS, Lucia Maria Machado. *Continuidades e descontinuidades na cidade dos anéis*. Bahia: AMPUR, 2005.

- PAZ, Rosângela D. O.; TABOADA, Kleyd J. *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Ministério das Cidades, Brasília: 2010.
- ROLNIK, Raquel; GONSALES, Talita; COMARU, Francisco. *Ocupações estão em condições melhores do que prefeitura imaginava*. A cidade é nossa. 02 de ago. 2018. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/ocupacoes-estao-em-condicoes-melhores-do-que-prefeitura-imaginava/>.
- SÃO PAULO. Plano Municipal de Habitação de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016.
- SÃO PAULO. Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central. Relatório Final. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2001.
- SILVA, Helena Menna Barreto. *Observatório do uso do solo e da gestão fundiária do centro de São Paulo*. Relatório de Pesquisa. FAU USP. São Paulo, 2006.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, novembro 2010.

Precariedade habitacional no estado do Pará: subsídios para o trabalho do assistente social em tempos regressivos¹

JOANA VALENTE SANTANA

ANNA CAROLINA GOMES HOLANDA

ROVAINE RIBEIRO

GISELLE DE LOURDES BANGOIM SAKATAUSKAS

ROGÉRIO SANTANA MAUÉS²

Introdução

Na agenda do Serviço Social brasileiro, o tema do trabalho profissional do assistente social na política urbana e habitacional vem avançando gradativamente. As discussões desse tema pelos pesquisadores da área do Serviço Social nos grupos de estudo e pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e os debates desenvolvidos pelo GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) são expressões desse avanço.

Santana (2018a), ao investigar a presença do tema da questão urbana na produção acadêmica vinculada aos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Serviço Social no Brasil, no período de 2013 a 2017, verificou que: a) havia (no ano de 2018) 391 grupos de pesquisa na área do Serviço Social registrados na plataforma Lattes/CNPq e devidamente certificados; b)

¹ Este texto apresenta parte dos resultados do Projeto de Pesquisa “Acompanhamento da implementação da política habitacional em pequenos municípios no Estado do Pará”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-Cihab), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará. Os autores deste capítulo são pesquisadores vinculados a este grupo de pesquisa.

² Contribuíram para a sistematização dos dados levantados na pesquisa a assistente social Isabella Santos Correa e Thais da Silva Ribeiro (bolsista Pibic/CNPq).

desse total, 24 grupos abordaram o tema da questão urbana e habitacional, sendo que 50% desses grupos estão localizados na região Sudeste; c) dos 34 PPG da área Serviço Social, 12 programas ofertaram 17 disciplinas relacionadas ao referido tema, a grande maioria ofertada como eletiva, sendo que a Universidade Federal do Pará (Ufpa) ofertou o maior número de disciplinas; d) foram identificados nas bibliografias dessas 17 disciplinas os autores mais recomendados, dentre os quais estavam Milton Santos, David Harvey, Henri Lefebvre e Ermínia Maricato, sendo que, dentre eles, Maria de Fátima Cabral Marques Gomes era a única pesquisadora da área do Serviço Social.

O mesmo levantamento demonstrou que os discentes dos 34 PPG da área Serviço Social produziram 2.545 trabalhos de conclusão de curso no período de 2013 a 2017 e, desse total, “91 (3,6%) trabalhos discutem temas acerca da questão urbana e habitacional, sendo 75 trabalhos em nível de mestrado e 16 em nível de doutorado [...]” (idem, p. 229). Desses 91 trabalhos, 73 (80,2%) dão ênfase à questão habitacional, sendo que os PPG que mais produziram sobre o tema foram: o da Ufpa, com 11 trabalhos; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC Rio), com oito trabalhos cada uma; e a PUC São Paulo, com sete trabalhos. O levantamento identificou, ainda, que, desses 91 trabalhos produzidos, apenas 19 (21%) dão ênfase ao trabalho profissional do assistente social na política urbana e habitacional. O estudo de Santana (2018a) permite que se façam duas observações: a) na área do Serviço Social, a problemática da precariedade habitacional aparece pouco desenvolvida; e b) há uma carência de precisão conceitual sobre essa problemática na agenda governamental brasileira.

No caso particular do estado do Pará, por ocasião da elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (Plhis) — em cuja equipe de produção participou parte dos autores deste capítulo —, em parceria com a Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab-PA), foi possível observar como essa indefinição conceitual se reflete nos dados oficiais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tomando por base o conceito de aglomerados subnormais, reconhece a

existência de aglomerados em apenas 13 municípios do Pará. Por sua vez, os Plhis trabalharam com o conceito de assentamentos precários e revelaram a existência destes em, pelo menos, 54 municípios, demonstrando um desconhecimento da realidade do território paraense pelo governo federal. Os estudos realizados pelo GEP-Cihab/Ufpa vêm identificando que, na realidade paraense, o principal problema é a carência de infraestrutura, especialmente, o acesso à água e ao esgotamento sanitário³.

A partir dessas considerações, este texto apresenta uma sistematização dos dados sobre assentamentos precários identificados nos Plhis de 54 municípios do Pará, articulando com a questão do déficit e da carência de infraestrutura neste estado. O texto apresenta reflexões sobre a produção do Serviço Social nesse tema, bem como discute a questão conceitual sobre a precariedade habitacional e assentamentos precários no Brasil e na Amazônia.

Produção do conhecimento sobre precariedade habitacional no Brasil: a particularidade do Serviço Social

Para a análise que se segue, foi realizado um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de levantar, no interior dessa produção, a relevância do tema da precariedade habitacional para a área do Serviço Social⁴ (Quadro 1).

³ Ver a esse respeito: SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. (org.). *A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia*. 1. ed. Belém, PA: Edufpa, 2012; e SAKATAUKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V.; LEITAO, K. O. Precariedade habitacional em pequenos municípios paraenses. *O Social em Questão* (online), v. 21, pp. 23-44, 2018.

⁴ Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em 24 de abril de 2020. Foram buscados os termos: “precariedade habitacional”; “assentamentos precários”; “precariedade urbana”; “precarização habitacional”; “precariedade da moradia”; “precariedade da habitação”. Critérios de inclusão: todas as grandes áreas de conhecimento e todos os anos disponíveis na plataforma da Capes. Após esse levantamento, aplicou-se o filtro específico para a área de Serviço Social, com o período de todos os anos disponíveis na plataforma.

QUADRO 1 | PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PRECARIIDADE HABITACIONAL

PALAVRA-CHAVE⁵	NÚMERO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO IDENTIFICADOS (MESTRADO E DOUTORADO)	PRINCIPAIS ÁREAS DO CONHECIMENTO DE PRODUÇÃO DOS TRABALHOS	NÚMERO DE TRABALHOS IDENTIFICADOS NA ÁREA SERVIÇO SOCIAL	NÚMERO DE TRABALHOS ONDE APARECE A PALAVRA-CHAVE NO TÍTULO
Precariedade habitacional	5.166	Arquitetura e Urbanismo, Educação e Engenharia Civil	253	1
Assentamentos precários	3.828	Geografia, Arquitetura e Urbanismo	103	1
Precariedade urbana	32.150	Geografia e Arquitetura e Urbanismo	437	0
Precarização habitacional	5.551	Arquitetura e Urbanismo, Educação e Serviço Social	534	0

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES A PARTIR DO LEVANTAMENTO NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES, 2020.

Verificou-se no levantamento que o Serviço Social tem importante produção relativa ao tema em discussão, entretanto, com pouca centralidade, considerando que, do total de 1.327 trabalhos produzidos, em apenas dois trabalhos o termo de busca pesquisado aparece no título da produção.

Como complemento aos dados apresentados no Quadro 1, para efeito desta coletânea, foi realizada uma atualização de parte do levantamento realizado por Santana (2018a)⁶, especialmente sobre a produção discente

⁵ A “precariedade da moradia” e a “precariedade da habitação” aparecem em 8.380 trabalhos na área de Serviço Social. Pelo volume de trabalhos existentes na plataforma, não foi possível verificar esses termos nos títulos dos trabalhos.

⁶ Trabalho referido na introdução deste capítulo.

nos 34 PPG da área de Serviço Social, incluindo-se os trabalhos inseridos na Plataforma Sucupira relativos ao ano de 2018. Também foram verificados, a partir do levantamento nos títulos das teses e dissertações, quais trabalhos discutiram a questão da precariedade habitacional⁷.

O levantamento dos dados registrados na Plataforma Sucupira possibilitou identificar que, no período de 2013 a 2018, os discentes dos 34 PPG da área de Serviço Social produziram 3.128 trabalhos de conclusão, sendo que, desse total, 124 (101 dissertações de mestrado e 23 teses de doutorado) abordam o tema da questão urbana e habitacional, o que equivale a 4% do total de trabalhos produzidos em seis anos pela área do Serviço Social⁸. Desses 124 trabalhos de conclusão, 92 trabalhos (74%) discutem especificamente o tema da habitação, e somente 29 trabalhos (23%) articulam sua pesquisa ao trabalho profissional do assistente social. Os dados da atualização que inclui o ano 2018 seguem a tendência dos anos anteriores, identificada no estudo de Santana (2018a).

Especificamente sobre o tema relativo à ‘precariedade habitacional’, objeto de atenção desta reflexão, esta investigação evidenciou que, em seis anos de produção acadêmica (2013-2018), do total de 3.128 trabalhos

⁷ As etapas do levantamento de dados são as seguintes: Acesso à Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>), Coleta Capes, Dados do Envio, Calendário (Coleta de Informações, Instituição de Ensino Superior e Programa). São levantadas informações dos relatórios dos PPG, ano a ano (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018). Na lista de trabalhos de conclusão, foram pesquisadas, nos títulos, os seguintes termos: “espaço urbano”, “questão urbana”, “urbano”, “política urbana”, “urbanização”, “habitação”, “questão habitacional”, “política habitacional”, “cidade”, “moradia”, “território”. Para a escrita deste capítulo, foi realizada nova pesquisa incluindo os termos “precariedade”, “precaridade”, “precarização”.

⁸ Vale registrar que, dos 124 trabalhos que estudam a ‘temática da questão urbana e habitacional’, entre 2013 e 2018, os PPG que possuem o maior número de trabalhos produzidos são: Ufpa (15), PUC/SP (14), PUC Rio (12) e UFRJ (08).

produzidos pela área de Serviço Social, apenas dois trabalhos⁹ fazem referência, em seus títulos, ao tema da precariedade, sendo um sobre a precariedade habitacional e o outro sobre a precariedade urbana.

Essa breve investigação — tanto a realizada com periodicidade expandida no catálogo de teses e dissertações da Capes, quanto a realizada na Plataforma Sucupira —, referente ao período de 2013 a 2018, sugere que a temática da precariedade habitacional tem sido estudada de modo residual pela área de Serviço Social. Considerando que, segundo Santana, o “problema da habitação é uma das mais graves expressões da questão social no Brasil” (Santana, 2018b, p. 93) e que “[...] o déficit habitacional no Brasil, em 2010, alcançava 6,9 milhões de domicílios, enquanto a carência de infraestrutura girava em torno de 13 milhões” (idem, p. 99), parece fundamental que os pesquisadores da área do Serviço Social avancem nos estudos conceituais e nas pesquisas sobre a precariedade habitacional brasileira e que incorporem as particularidades regionais, como é o caso da região amazônica, onde se encontra o Pará.

Questão conceitual sobre a precariedade habitacional no Brasil e na Amazônia

A reflexão acerca da precariedade da moradia remete à discussão sobre assentamentos precários, áreas que ganham inúmeras denominações nas diversas regiões do país onde predomina o problema habitacional de forma concentrada, com aglomerados de moradias irregulares.

⁹ CORREA, Giselle de Lourdes Bangoim. *Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses: análise a partir dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social*. 2015. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2015; e CARPANELLI, Fernanda Galhardo. *Precariedade urbana e necessidades sociais: condições de vida e de moradia no Conjunto Residencial Flor Jasmim/Osasco (Programa Minha Casa Minha Vida)*. 2015. Dissertação (Mestrado) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

A Política Nacional de Habitação (PNH) adotou a denominação ‘assentamentos precários’ para indicar uma categoria que tem abrangência nacional de um conjunto de assentamentos urbanos que são inadequados e não oferecem condições de moradia digna para a população de baixa renda (Brasil, 2010). Os assentamentos precários possuem diversas tipologias e têm em comum algumas características, a saber: a) o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; b) a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações; c) a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, soluções para suas necessidades habitacionais (Brasil, 2010, p. 9).

A denominação ‘assentamentos precários’ também foi amplamente utilizada no estudo Assentamentos Precários no Brasil Urbano, onde foi definida a categoria “setor precário” para identificar favela e loteamento irregular. O método utilizado envolve técnicas estatísticas e de geoprocessamento para identificar, nos setores considerados não especiais, áreas com semelhanças aos setores especiais de aglomerados subnormais do IBGE (Brasil, 2010).

O IBGE conceitua aglomerado subnormal como um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.); carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais; ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia; e estando disposto de forma desordenada e densa. Tem como critérios para identificação dos aglomerados os seguintes: a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes — refletida por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e c) precariedade de serviços públicos essenciais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

O conceito de assentamentos precários foi ampliado a partir da criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a urbanização e integração urbana foram definidas como um dos componentes e eixo prioritário da PNH, aprovada em 2004, passando a englobar diversas tipologias habitacionais, tendo como características comuns a precariedade das condições de moradia e sua origem histórica. Dessa forma, compreende: cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda, conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público que se acham em situação de irregularidade ou de degradação (Brasil, 2009).

Dessa forma, os assentamentos precários devem ser vistos para além de um “problema” de déficit habitacional, uma vez que esse entendimento considera a construção de novas unidades como solução prioritária, alinhado a um pensamento de estratégia econômica (Bolaaffi, 1979). O tema envolve diversas áreas, inclusive acesso a urbanização e regularização fundiária. Essa questão tem relação com a compreensão do direito à moradia e direito à cidade, que vincula questões e serviços urbanos com melhoria das condições de vida da população.

Na realidade amazônica, compreender os assentamentos precários é uma tarefa difícil, pois há entraves para os estudos sobre essas realidades urbanas devido à falta de dados que alcancem a totalidade dessas áreas. Para além das insuficientes metodologias de mensuração e qualificação, tem-se o problema da capacidade institucional limitada.

A produção do espaço urbano na Amazônia é diretamente influenciada pelos cursos hídricos que margeiam e cortam as cidades, condicionam sua morfologia e trazem características culturais e econômicas (Penteado, 1973). A compreensão dos assentamentos precários no contexto amazônico está imbricada ao entendimento dessas particularidades físico-espaciais, infraestruturais e culturais à luz de uma leitura crítica da produção capitalista do espaço urbano e suas contradições na periferia global.

Tomando como exemplo a cidade de Belém do Pará, essas condições hidrológicas, juntamente com os baixos níveis topográficos, compõem um cenário de certos espaços de terra alagados ou alagáveis, condicionados

às variações dos níveis das águas. Essas características influenciaram na forma de ocupação dos espaços de Belém, onde a cidade “formal” foi produzida nas terras mais altas e secas e consumida por uma classe social com melhores condições econômicas, e a cidade “informal” foi ocupada e produzida pela população mais pobre, pessoas vindas do interior da Amazônia ou do Nordeste na busca por melhores condições de vida, absorvidas como mão-de-obra nas economias locais, que trouxeram consigo características culturais que refletem no seu modo de viver e construir suas moradias (Trindade Jr., 1997).

Um estudo sobre a caracterização de assentamentos precários no Brasil traz dados importantes sobre as Regiões Metropolitanas de Belém (RMB) e Manaus (Morais et al., 2016). Para o caso da RMB, foram utilizados dados oficiais sobre os assentamentos precários produzidos pelo CEM/Cebrap (Brasil, 2007), os aglomerados subnormais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010) e dados locais, como assentamentos precários (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará, 2010) e das áreas de ocupação irregular (Pará, 2007). E a classificação das tipologias levou em consideração as características morfológicas e de localização dos assentamentos na RMB. Foram classificadas quatro tipologias de assentamento precário: as baixadas (áreas alagadas ou alagáveis), ocupações e loteamentos irregulares, ocupações de conversão rural-urbano e assentamentos ribeirinhos (Pinheiro et al., 2016), totalizando um número de 294.420 domicílios em aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Belém com uma população estimada em 898.615 (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará, 2010).

As tipologias de assentamentos precários na RMB guardam estreita relação com a história da cidade. Enquanto as baixadas são a forma mais antiga de ocupação em assentamento precário no centro, as ocupações e loteamentos irregulares são a tipologia que se consolida na década de 1980 por meio de dois vetores principais, o Eixo de Icoaraci e o Eixo da BR 316, resultando em um processo de periferização e, posteriormente, metropolização da cidade (Trindade Jr., 1997).

Percebe-se nesse estudo da RMB que, mesmo se utilizando de dados oficiais nacionais e locais que possibilitaram uma melhor mensuração e localização dos assentamentos precários da região, permanecem fragilidades na qualificação dessa realidade urbana. Os dados se apresentam de forma genérica no espaço, não demonstrando as diversidades presentes nos territórios, sendo necessária maior aproximação nessas áreas para a compreensão da totalidade das necessidades e particularidades locais.

Assim, aprimorar a produção de dados sobre os assentamentos precários para auxiliar na compreensão das suas similitudes e particularidades, em escala local, regional e nacional, em caráter morfológico, físico e social da produção do habitat, pode se mostrar um importante instrumento para a formulação de políticas públicas, o assessoramento técnico e organização política dos movimentos sociais, que englobem para além de um caráter nacional, as especificidades das diversas formas de urbanização do país, como a ocorrida na região amazônica no Brasil.

Planos Locais de Habitação de Interesse Social e a precariedade habitacional em pequenos municípios paraenses

Os Planos Locais de Habitação de Interesse Social foram elaborados no contexto da redefinição da política urbana e habitacional, proposta pelo então recém-criado Ministério das Cidades, como parte da Política de Habitação de Interesse Social (HIS)¹⁰.

Os Plhis acompanharam a orientação do Plano Nacional (Brasil, 2009) e do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (Pará, 2009), tanto na formulação de seus objetivos e diretrizes (a partir dos conceitos e definições nos diagnósticos), quanto no levantamento e análise dos dados municipais, especificamente nos dados relativos aos assentamentos precários ou áreas precárias neles identificados.

Muito embora estes documentos tenham demonstrado elementos particulares da realidade urbano-regional, é importante destacar que, em razão dessa associação teórico-conceitual, os dados não demonstraram a totalidade da realidade socioespacial do estado do Pará. Ainda assim, foram importantes para chamar a atenção do distanciamento entre essa realidade e a formulação da política em âmbito regional, e a

¹⁰ Esta política foi desenvolvida no âmbito da promulgação da Lei Federal 11.124/05, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), destinando maior volume de recursos não onerosos para o enfrentamento das carências habitacionais da população de menor renda e condicionando o repasse de recursos federais à criação de fundos, conselhos e elaboração de 'planos de habitação de interesse social', nos estados e municípios, com o intuito de constituir instrumentos capazes de combater as necessidades habitacionais em todo o país. No Pará, foi promulgada a Lei Estadual 7.087/08, que criou o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (Sehis). No período de 2010 a 2013, por meio de parcerias entre a Ufpa, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase/Amazônia) e a Cohab-PA, foram elaborados os Plhis de 42 municípios do estado. Ressalte-se que o trabalho foi desenvolvido com oficinas de capacitação em polos (Belém, Santarém, Marabá e Altamira), bem como o acompanhamento nos municípios durante a coleta de dados e realização de audiências públicas para validação dos produtos (Ribeiro, 2015). Atualmente, está em vigor um termo de cooperação técnica para produção de conhecimento científico e, por esse motivo, a Cohab-PA disponibilizou o material de 54 Plhis elaborados pelos municípios com apoio dessa Companhia de Habitação, planos esses que serviram de base para o levantamento dos assentamentos precários apresentados neste capítulo.

necessidade de repensar os conceitos e características incorporados na política urbana brasileira. Dessa forma, considerando a necessidade de se evidenciar as particularidades habitacionais no estado do Pará no que diz respeito à precariedade habitacional constituinte da realidade socioespacial da região amazônica, a análise empreendida utiliza os dados oficiais relativos à precariedade habitacional (em virtude dos elementos teórico-conceituais) e, no caso dos Plhis, dados complementares levantados nos diagnósticos habitacionais desses municípios.

Os dados oficiais disponíveis que mais se aproximam da realidade da precariedade habitacional são os ‘aglomerados subnormais’ levantados pelo IBGE nos censos demográficos. No Censo 2000 (Brasil, 2007), no estado do Pará, foram identificados 130.951 domicílios em aglomerados subnormais localizados em Belém, Ananindeua e Marituba, cidades conurbadas da Região Metropolitana de Belém. Ao buscar aprofundar a compreensão dessa realidade, a pesquisa do CEM/Cebrab (Brasil, 2007), trabalhando ainda com dados do Censo 2000 — mas, adotando uma metodologia específica para identificar setores censitários que apresentavam características semelhantes ao conceito de ‘assentamentos precários’ —, identifica 210.501 domicílios em assentamentos precários no Pará, localizados nos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Castanhal, Marabá e Santarém, ampliando significativamente os números inicialmente registrados como aglomerados subnormais (60% a mais), bem como percebendo essa realidade em outros municípios do Pará (Tabela 1).

TABELA 1 | DOMICÍLIOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS E ESTIMATIVA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM MUNICÍPIOS DO PARÁ | 2000

REGIÃO	NOME DO MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS EM SETORES SUBNORMAIS (A)	DOMICÍLIOS EM SETORES PRECÁRIOS (B)	ESTIMATIVA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (A+B)	% DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS
RM BELÉM*	Ananindeua	22.153	18.760	40.913	44,34
	Belém	99.815	46.544	146.359	49,69
	Benevides	0	3.771	3.771	73,29
	Marituba	8.983	3.674	12.657	77,04
	Santa Bárbara do Pará	0	802	802	100,00
DEMAIS MUNICÍPIOS DO PARÁ	Castanhal (PA)	0	1.172	1.172	4,24
	Marabá (PA)	0	3.493	3.493	11,38
	Santarém (PA)	0	1.334	1.334	3,39
TOTAL		130.951	79.550	210.501	41,5

* Na realização do Censo 2000, a RMB era composta por esses cinco municípios. Em 2010, foi incorporado o município de Santa Izabel do Pará, e, em 2011, foi acrescido o município de Castanhal.

FONTE: ADAPTAÇÃO A PARTIR DE BRASIL (2007).

No Censo 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), a pesquisa no Pará identificou 13 municípios que apresentavam aglomerados subnormais, totalizando 324.596 domicílios nessas áreas, notando-se o expressivo aumento em dez anos (247%), quando comparado ao Censo 2000. Por outro lado, pode-se também questionar se parte desse aumento se refere à ampliação da pesquisa para outros municípios além da RMB, visto que, como dito anteriormente, a classificação de um setor censitário pelo IBGE como aglomerado subnormal depende de informações prestadas pelas prefeituras, e considerando a baixa capacidade

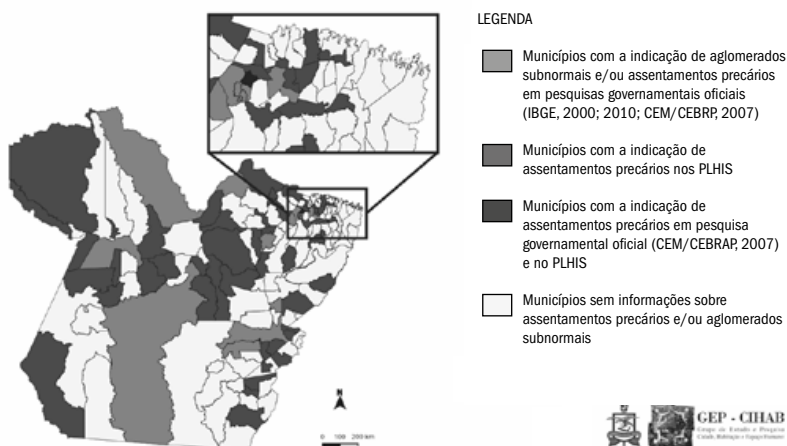
administrativa da grande maioria dos municípios paraenses (Brasil, 2012) é provável que se tenha um subdimensionamento da precariedade habitacional no Pará. O Quadro 2 e o Mapa 1 demonstram os municípios paraenses para os quais há informações sobre aglomerados subnormais e/ou assentamentos precários.

QUADRO 2 | DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS QUE APRESENTAM INFORMAÇÕES RELATIVAS A AGLOMERADOS SUBNORMAIS E/OU ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM MUNICÍPIOS PARAENSES

DOCUMENTO GOVERNAMENTAL	MUNICÍPIOS COM IDENTIFICAÇÃO DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS E/OU ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	QTD.
Censo 2000 (IBGE, 2000)	Ananindeua, Belém e Marituba	3
Ministério das Cidades (2007, com base no Censo 2000)	Ananindeua; Belém; Benevides; Marituba; Santa Bárbara do Pará; Castanhal; Marabá; e Santarém.	8
Censo 2010 (IBGE, 2010)	Afuá; Almeirim; Altamira; Ananindeua; Barcarena; Belém; Benevides; Cametá; Marabá; Marituba; Parauapebas; Santarém e Tucuruí.	13
PLHIS (Prefeituras Municipais, 2009 a 2015)	Anapu, Aurora do Pará, Aveiro, Baião, Belterra, Bujaru, Chaves, Curionópolis, Curuá, Eldorado dos Carajás, Faro, Gurupá, Igarapé- Açu, Jacareacanga, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Mãe do Rio, Maracanã, Medicilândia, Melgaço, Oeiras do Pará, Oriximiná, Ourém, Pacajá, Pau d’ Arco, Peixe Boi, Piçarra, Placas, Pontas de Pedras, Portel, Prainha, Primavera, Rio Maria, Rondon do Pará, Ruropólis, Santa Barbara do Pará, Santa Cruz do Arari, Santa Maria das Barreiras, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Domingos do Araguaia, São Francisco do Pará, São João do Araguaia, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Sapucaia, Senador José Porfírio, Soure, Tailândia, Terra Alta, Ulianópolis, Uruará, Vigia, Vitória do Xingu.	54

FONTE: ELABORADO PELO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIDADE, HABITAÇÃO E ESPAÇO HUMANO (GEP-CIHAB/UFPA), 2020, A PARTIR DOS DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS (IBGE, 2000/2010; BRASIL, 2007; E PLHIS).

MAPA 1 | MUNICÍPIOS PARAENSES COM INFORMAÇÕES RELATIVAS A AGLOMERADOS SUBNORMAIS E/OU ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS



FONTE: ELABORADO PELO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIDADE, HABITAÇÃO E ESPAÇO HUMANO (GEP-CIHAB/UFPa) E EDITADO POR ROGÉRIO MAUÉS, 2020, A PARTIR DOS DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS (IBGE, 2000/2010; BRASIL, 2007; E PLHIS).

Interessante observar o caso do município de Santa Bárbara do Pará sobre os dados do Censo 2000. Com a metodologia dos aglomerados subnormais, esse município não aparece na pesquisa do IBGE; no entanto, com a metodologia adotada na pesquisa dos assentamentos precários do CEM/Cebrap (Brasil, 2007), conforme Tabela 1, esse município paraense é o que demonstra a situação mais problemática, visto que apresenta 100% de domicílios existentes em assentamentos precários. Ainda assim, ressalta-se que Santa Bárbara do Pará é o único município dos 54 que elaboraram Plhis, identificaram assentamentos precários e que consta em pelo menos uma das pesquisas oficiais, como aparece destacado no Quadro 2.

Para efeito deste capítulo e visando avançar na compreensão da precariedade habitacional no Pará, foram levantadas e organizadas informações constantes nos 54 planos habitacionais sobre as áreas identificadas

como assentamentos precários. Trata-se de pequenos municípios paraenses, com população variando de 5.047 habitantes (Sapucaia) a 79.297 habitantes (Tailândia), dispersos nas diversas regiões do estado.

Para sistematização dos dados, foram agrupados por porte populacional, conforme a Tabela 2, que apresenta informações gerais dos municípios pesquisados, considerando dados oficiais de população, domicílios, déficit habitacional e carência de infraestrutura. Observando os dados proporcionais ao total de domicílios, verifica-se que a carência habitacional é maior na realidade dos 54 municípios estudados: enquanto o déficit habitacional no Brasil corresponde a 12% do total de domicílios, na Região Norte é de 21%; no Pará, 23%; e nos 54 municípios estudados alcança 29%. No que se refere à carência de infraestrutura, a situação é ainda mais crítica: no Brasil, alcança 40% do total de domicílios; 79% dos domicílios na região Norte; 82% dos domicílios no Pará; e 94% dos domicílios nos 54 municípios estudados, sinalizando para o alto grau de precariedade habitacional nessas localidades.

Nos 54 planos habitacionais estudados, a metodologia adotada pelos municípios identificava, no território municipal, as áreas de assentamentos precários e aplicava levantamento de campo por meio da equipe de funcionários do município. Apesar das possíveis críticas à consistência ou fidelidade dos dados, entende-se que estes são importantes indicativos para a aproximação da realidade de pequenos municípios do Pará e da Amazônia.

TABELA 2 | POPULAÇÃO, DOMICÍLIOS, DÉFICIT HABITACIONAL E CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA NO GRUPO DE MUNICÍPIOS PESQUISADOS, PARÁ, REGIÃO NORTE E BRASIL

GRUPO DE MUNICÍPIOS ORGANIZADOS POR PORTE POPUCIONAL (2010)	POPULAÇÃO TOTAL	DOMICÍLIOS TOTAIS	DÉFICIT HABITACIONAL		CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	
			TOTAL	%*	TOTAL	%*
Com população até 20 mil habitantes (22 municípios)	274.492	68.652	18.313	27%	65.523	95%
Acima de 20 até 50 mil habitantes (28 municípios)	874.564	200.749	53.758	27%	190.459	95%
Acima de 50 até 79,3 mil habitantes (4 municípios)	245.830	52.424	14.998	29%	47.026	90%
TOTAL (54 municípios)	1.394.886	321.825	87.069	27%	303.008	94%
PARÁ	7.581.051	1.858.732	423.437	23%	1.524.327	82%
REGIÃO NORTE	15.864.454	3.977.362	816.067	21%	3.135.610	79%
BRASIL	190.755.799	57.320.555	6.748.721	11,8	22.606.523	39,4

* Indicador total calculado em proporção ao total de domicílios.

FONTE: PARÁ (2014), A PARTIR DO CENSO 2010.

A Tabela 3 apresenta a sistematização dos dados extraídos dos 54 Plhis analisados, nos quais foram identificados 304 assentamentos precários, onde se localizam 87.385 domicílios. Os dados encontrados nos Plhis demonstram que, enquanto o Censo 2010 identificou no estado do Pará 248 aglomerados subnormais, nos 13 municípios com 324.596 domicílios, os dados registrados pelos municípios indicam a existência de mais 304 áreas com características similares (122% maior) em mais 54 municípios paraenses, e, ainda, 87.385 domicílios nesses assentamentos (25% a mais).

Dessa forma, o levantamento realizado nos Plhis¹¹ no estado do Pará é emblemático ao revelar áreas de assentamentos precários em 54 municípios paraenses, em evidente contraste com os dados oficiais dos Censos 2000 e 2010, nos quais nenhum desses 54 municípios figura como município que contém aglomerados subnormais em seu território.

Considerando que o Pará possui 144 municípios, o levantamento revela que 37% dos municípios desse estado contém áreas identificadas como assentamentos precários e que, provavelmente, esse número deve ser mais expressivo. Daí a importância da realização das pesquisas que evidenciam a realidade das condições de moradia dos demais municípios paraenses.

TABELA 3 | NÚMERO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS IDENTIFICADOS NOS PLHIS DE 54 MUNICÍPIOS PARAENSES

GRUPO DE MUNICÍPIOS ORGANIZADOS POR PORTE POPULACIONAL	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS NO GRUPO	NÚMERO DE ÁREAS IDENTIFICADAS COMO ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NOS PLHIS ANALISADOS	NÚMERO DE DOMICÍLIOS IDENTIFICADOS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NOS PLHIS ANALISADOS
Com população até 20 mil habitantes	22	101	25.189
Acima de 20 até 50 mil habitantes	28	168	41.321
Acima de 50 até 79,3 mil habitantes	4	35	20.875
TOTAL	54	304	87.385

FONTE: ELABORADO PELO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIDADE, HABITAÇÃO E ESPAÇO HUMANO (GEP-CIHAB/UFPa) A PARTIR DOS PLANOS LOCAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE 54 MUNICÍPIOS PARAENSES (NO PERÍODO DE 2009 A 2015), 2020.

¹¹ Elaborados pelas Prefeituras Municipais entre os anos de 2009 a 2015.

Assim, os dados apresentados (ainda que quantitativos) inferem que as diferenças conceituais e metodológicas na aplicação do levantamento acerca da precariedade habitacional tendem a subnotificar o problema habitacional no Pará e na Amazônia. Entretanto, os dados, como realidade aparente, escondem determinações históricas da realidade, a saber: a precariedade habitacional e suas particularidades regionais na Amazônia. O ponto de vista do aspecto qualitativo exige maior conhecimento de suas características físico-territoriais e socioculturais, que possam subsidiar os conceitos adotados em pesquisas oficiais, bem como dar suporte às formulações de políticas públicas e de reivindicações dos movimentos sociais pela moradia adequada.

Ao analisar os dados oficiais apresentados especialmente pelo IBGE e relacionando com aqueles dos Plhis aqui levantados, observamos que, ainda que sejam levados em consideração elementos teórico-conceituais e metodológicos amplamente reconhecidos pela política urbana e os estudos acadêmicos, nota-se um distanciamento da dimensão urbana quando consideramos a realidade dos municípios amazônicos e, desse modo, uma limitação para a execução dessa política em âmbito regional, em sua totalidade e especificamente naquilo que os dados demonstram como maior necessidade habitacional na região, qual seja, a precariedade habitacional.

Considerações finais

Os dados apresentados neste texto permitem que se façam algumas reflexões e inferências.

Parece importante que a área de Serviço Social continue a desenvolver estudos e pesquisas sobre a questão urbana e habitacional e, particularmente, sobre a questão da precariedade habitacional, contribuindo para o conhecimento sobre como moram os pobres nas cidades brasileiras, visto que se identificou pouca centralidade desse tema nos trabalhos de conclusão de curso em nível de pós-graduação.

A agenda de pesquisa do Serviço Social não pode prescindir da articulação com as áreas de Geografia e Arquitetura e Urbanismo — evidenciadas como áreas de força da pesquisa sobre o tema —, bem como com a área de Planejamento Urbano e Regional. Por sua vez, essas áreas têm muito a enriquecer com o Serviço Social, visto que os assistentes sociais têm contato direto com os moradores pobres, realizam estudo sobre a situação socioeconômica das famílias, visitam ‘residências precárias’ de norte a sul do país e têm a possibilidade de trazer à luz o que as pesquisas oficiais deixam obscuro e/ou invisível — mas que, em realidade, está inscrito na realidade brasileira: as condições sub-humanas em que vive a classe trabalhadora no país, este que, do ponto de vista das condições urbanas e habitacionais da grande maioria dos habitantes, é um “Brasil Precário”.

A crise sanitária decorrente da pandemia global do vírus Sars-CoV-2 é uma expressão da desigualdade de classe, racial e de gênero e vem demonstrando como as péssimas condições de moradia contribuem para o avanço dos casos de contaminação pelo vírus, acometendo um número expressivo de pessoas pobres que têm péssimo acesso ao serviço de água e esgotamento sanitário.

Dessa forma, em relação ao tema da precariedade habitacional, dada a dificuldade de mensuração dos dados pelos próprios limites dessa identificação em um país com uma expressiva extensão territorial, como é o caso do Brasil, e em decorrência da insuficiência de métodos de investigação que dialoguem com a diversidade de precariedade, especificamente das cidades da Amazônia, que têm alta visibilidade material e simbólica, parece importante que a construção dos indicadores sobre a precariedade habitacional articule dialeticamente as informações nacionais e as informações disponíveis nos estados e municípios. O desafio é construir uma base de dados confiáveis e comparáveis nacionalmente, que contenha as dimensões e características do universo dos assentamentos precários no Brasil. Por este motivo, faz-se necessário aprofundar

o conhecimento das desigualdades urbanas, assim como das particularidades de cada região, para que se possa obter informações precisas para ações voltadas à urbanização.

Dada a baixa capacidade administrativa dos municípios, as pesquisas nas instituições de ensino superior (relatórios de pesquisa, teses, dissertações, livros, artigos científicos, projetos de extensão etc.) podem ser um importante meio de levantamento de dados mais próximo da realidade local.

A aproximação com essa realidade local necessariamente deve valorizar os processos de participação social que incorporem os sujeitos que vivenciam as condições precárias de produção e reprodução social da vida. Nesse sentido, as experiências de elaboração dos Plhis, mesmo com limites metodológicos, podem conter aprendizados orientadores de futuras pesquisas, tais como: participação de universidades e de agentes locais na construção de mapas dos assentamentos precários; leitura do espaço por pessoas que vivenciam a realidade local; valorização da gestão democrática, incluindo as organizações dos movimentos sociais de moradia¹².

Por sua vez, as orientações conceituais e metodológicas devem considerar as particularidades regionais; no caso da região amazônica, sua diversidade urbano-regional, em suas dimensões física, territorial, socioeconômica e cultural¹³.

¹² Os Plhis, embora tenham tido limitações em sua elaboração e posterior implementação nos municípios paraenses, indicaram potencialidades no desenvolvimento dessa política na região amazônica, quais sejam: a) a exigência da 'participação popular' reforçou a importância e potência dos movimentos sociais e a luta pela reforma urbana; b) reacendeu a discussão em torno de 'instrumentos da política' urbana e agrária e criou bases para a consolidação de uma política sistemática de habitação de interesse social; e c) o exercício do planejamento e a definição de ações concretas para o enfrentamento da questão habitacional desenhadas a partir das especificidades locais e particularidades regionais (Malheiro, 2012 *apud* Ribeiro, 2015, p. 116).

¹³ Ver sobre esse assunto: SANTANA, J. V.; RIBEIRO, R.; HOLANDA, A. C. G. Questão ambiental e habitacional: particularidades dos assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém-PA. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de et al. (Org.). *Serviço Social, trabalho e sustentabilidade*. 1 ed. Manaus: Alexa Cultural; Ed. UFAM, 2019. pp. 167-185.

No momento atual, em que o mundo e a sociedade brasileira, em particular, vivenciam crises econômicas, políticas, sociais e ambientais agravadas fortemente pela política do governo ultraliberal e conservador de Jair Bolsonaro — no qual a ciência, em geral, e as ciências humanas e sociais aplicadas são atacadas, desqualificadas e perdem financiamentos — nos resta firmar princípios teóricos e éticos em defesa da classe trabalhadora, fortalecer a luta política e acreditar que, sendo a história movimento, temos um papel no presente e no futuro próximo no sentido de contribuir com a vida de quem vive sob o domínio da classe dominante e lutar contra todas as formas de opressão.

Diante da atual conjuntura de crise e regressão de direitos da classe trabalhadora, onde se incluem os profissionais de Serviço Social, as reflexões apontadas neste texto pretendem contribuir com a pesquisa, a formação e o trabalho profissional do assistente social, bem como para que se firmem princípios em defesa intransigente da democracia, das políticas públicas, para o fortalecimento das lutas anticapitalistas e para construção, mais do que necessária, de outra sociedade para além do capital.

REFERÊNCIAS

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

BRASIL. *Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social: Carta de Serviços*. Brasília: 2010. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/fundos/carta_servicos/Carta_FNHIS.pdf. Acesso em 19 de maio de 2020.

- BRASIL. Ministério das Cidades. *Capacidades Administrativas dos Municípios Brasileiros para a Política Habitacional*. Brasília: 2012.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social*. Brasília: MCidades, 2009.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Assentamentos precários no Brasil Urbano*. Brasília: CEM-Cebrap; Secretaria Nacional de Habitação, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais — primeiros resultados (tabelas anexas)*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads. Acesso em 15 de julho de 2019.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ. *Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém*. Belém: Idesp; Núcleo de Estudos Urbanos, 2010.
- MORAIS, Maria da Piedade et al. *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília: Ipea, 2016.
- PARÁ. Companhia de Habitação do Estado do Pará. *Síntese e atualização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social*. Belém: Cohab-PA, 2014.
- PARÁ. *Diagnóstico habitacional: versão para discussão, Plano Estadual de Habitação de Interesse Social*. Belém, PA, set. 2009. 1 CD-Rom.
- PARÁ. *Área de invasão*. Belém: Cohab-PA, 2007. 1 CD-Rom.
- PENTEADO, Antônio Rocha. *O sistema portuário de Belém*. Belém: Ed. UFPA, 1973. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo.)

- PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes et al. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, Maria da Piedade et al. *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília: Ipea, 2016.
- RIBEIRO, Rovaine. *A política de habitação de interesse social e a dimensão urbana em municípios da Amazônia/Pará*. 2014. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SANTANA, Joana Valente. Questão urbana e habitacional e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. *Serviço Social em Revista*, v. 21, n. 1, 2018a. DOI: 10.5433/1679-4842.2018v21n1p217
- SANTANA, Joana Valente. Habitação. *Brasil em Números*, v. 26, 2018b.
- TRINDADE JR., Saint-Clair. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: Ufpa/Naea, 1997.

Território e exercício profissional: o que conhecemos sobre o território onde trabalhamos?

CAROLINE RODRIGUES DA SILVA
BRUNO ALVES DE FRANÇA

*O que dá grandeza às universidades
não é o que se faz dentro delas.
É o que se faz com o que elas produzem.*

[FLORESTAN FERNANDES¹]

Introdução

Considerando que o conhecimento sobre o território é fundamental para a intervenção dos assistentes sociais, este texto tem como objetivo refletir sobre diferentes chaves de leitura territorial que podem subsidiar o exercício profissional, principalmente em áreas urbanas e periféricas. Trata-se de um ensaio formulado a partir de um conjunto de questões que, sem a pretensão de respondê-las em sua totalidade, busca problematizar e valorizar os conhecimentos construídos a partir dos distintos territórios de atuação. O leitor pode tomá-las como um guia de reflexão para o seu exercício profissional, sempre tendo em conta que se trata de um diálogo aberto ao debate, questionamento e/ou aprendizado multifacetado. Portanto, mais do que um ponto de chegada, consideramos este ensaio como um ponto de partida.

¹ FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966, p. 205.

O título apresenta a principal questão que orienta este ensaio. A escolha por construí-lo a partir desta e outras perguntas deve-se a algumas impressões coletadas em nosso percurso profissional, a saber: no cotidiano profissional, frequentemente somos demandados a responder e pouco a elaborar perguntas; quando nos colocamos tal tarefa, enfrentamos algumas dificuldades para propor questões condizentes com a dinâmica territorial, questões que sejam objetivas, situadas no espaço e no tempo, que de fato articulem teoria e prática e nos ajudem a qualificar nossa intervenção profissional. Outra impressão é que poucas vezes fazemos este exercício de forma coletiva, chamando para a conversa outras assistentes sociais e demais profissionais da equipe de trabalho, assim como, muitas vezes, esperamos que as respostas para nossos dilemas profissionais surjam sem que precisemos nos implicar na sua construção. Partindo dessas impressões, quatro questões centrais organizam este ensaio: Quem produz conhecimento sobre o território?; Como o estado e o mercado enxergam o território?; Como a sociedade civil enxerga o território?; Porque as/os assistentes sociais devem conhecer o território onde trabalham?

O texto está organizado da seguinte forma: inicialmente apresentamos uma breve reflexão sobre as tensões e disputas que atravessam a produção de conhecimento sobre/com os territórios; posteriormente, debatemos sobre a dinâmica de produção do espaço urbano no capitalismo, a fim de demonstrar que as lógicas do Estado e do mercado sempre tentam desmobilizar e homogeneizar (quando interessa) o território, que, enquanto um recorte do espaço, é o lugar onde se concretizam as relações sociais, seja pela mediação do trabalho seja por meio de práticas sociais ligadas à reprodução social; em seguida, propomos um exercício comparativo entre a leitura do território pela chave do Estado, do mercado e pela chave da sociedade civil. A partir deste exercício, fechamos com alguns apontamentos sobre o território no exercício profissional das/os assistentes sociais que podem contribuir para o fortalecimento e legitimidade da prática profissional, junto com o resgate do lugar dos sujeitos coletivos na garantia do direito à cidade.

Quem produz conhecimento sobre o território?

Desde Platão, filósofo grego do século IV a.C., a relação entre saber e poder tem sido problematizada na sociedade. Na República Ideal² de Platão, cada pessoa seria incumbida da atividade que tivesse nascido para fazer. Havia, portanto, uma divisão estamental da sociedade em três classes: a dos trabalhadores, a dos guerreiros e a dos chefes. A educação era elaborada para proporcionar o desenvolvimento dos atributos essenciais a cada função, evitar os vícios da natureza humana e incentivar as virtudes. Ao questionar a dicotomia entre o mundo inteligível e o mundo sensível, isto é, entre a essência e a aparência constitutivas da República Ideal, Platão entendia que apenas os filósofos podiam alcançar o mundo inteligível e, portanto, a verdade. Logo, só eles podiam orientar os que ainda não conseguiram “sair da caverna e contemplar o Sol”³. Sendo os mais virtuosos dos seres humanos e os mais capacitados a conhecer e aplicar o bem e a justiça, se não os únicos, seriam também os que mais corresponderiam aos interesses do Estado: o bem de todos (Platão, 1993).

Reconhecemos as enormes diferenças entre a sociedade ateniense e a sociedade capitalista contemporânea. Um exemplo emblemático é o da classe social, pois na primeira a classe é determinada pela natureza, enquanto na segunda, pelas relações sociais. No entanto, para os fins deste texto, Platão ajuda na reflexão sobre o que pode ser considerado

² Em “A República”, sua principal obra, Platão busca resposta aos defeitos da democracia ateniense. Para tanto, cria uma Cidade-Estado ideal, a cidade de Calípole (*Kallipolis*) – que é formada por uma sociedade perfeita, infalível em funcionamento, harmônica e simbiótica. A obra é escrita por meio do Diálogo Socrático e organizada em 10 livros cujo tema central é a justiça e o bem comum.

³ Essa é uma referência ao livro VII, “A Alegoria da Caverna”, que compõe a obra “A República” (Platão, 1993). Nesse livro, Platão cria uma personagem que vive na escuridão de uma caverna onde há uma fogueira, a luz da fogueira representa o conhecimento e uma outra forma de ver o mundo. Por meio do método alegórico, Platão nos convida a imaginar que as coisas, na existência humana, se passam da mesma forma que a situação da caverna: ilusoriamente, com os homens acorrentados a falsas crenças, preconceitos, ideias enganosas e, por isso tudo, inertes em suas poucas possibilidades.

inteligível em relação ao território e quem decide o que o inteligível de um território.

Na sociedade brasileira, esse clássico problema da relação entre saber e poder é parte da nossa própria formação social e da forma como nos inserimos no capitalismo tardio (Mandel, 1985). Nossa raiz escravocrata, latifundiária e patrimonialista marca desde a formação do Estado até a nossa forma de produção de conhecimento. Aqui, a tendência foi sempre de tentar distinguir o discurso do poder do discurso do conhecimento, ou seja, o discurso do burocrata e o discurso da *intelligentsia* quando, na verdade, trata-se de um mesmo discurso. A ideologia do “discurso competente” (Chauí, 2011) é a regra, ou seja, aquele discurso que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado é o discurso instituído, detentor de cientificidade que, com base nesses atributos, desqualifica os adversários e escamoteia o que bem lhe convém. Mas o que é o discurso competente enquanto discurso do conhecimento?

Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Sabemos também que haverá tantos discursos competentes quanto lugares hierárquicos autorizados a falar e a transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários. Sabemos também que é um discurso que não se inspira em ideias e valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação. Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação. Todavia, essas determinações da linguagem competente não nos devem ocultar o fundamental, isto é, o ponto a partir do qual tais determinações se constituem. A condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como o discurso do conhecimento depende da afirmação tácita e da aceitação tácita da incompetência dos

homens enquanto sujeitos sociais e políticos. Nesse ponto as duas modalidades do discurso competente convergem numa só. Para que o discurso possa ser proferido e mantido é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos a condição de objetos sociais. Ora, exatamente no instante em que tal condição é preenchida é que outra modalidade do discurso competente entra em cena para ocultar a verdade de sua primeira face. Ou seja, o discurso competente como discurso do conhecimento entra em cena para tentar devolver aos objetos socioeconômicos e sócio-políticos a qualidade de sujeitos que lhes foi roubada. (Chauí, 2011, pp. 23-24)

Transpondo a lógica do “discurso competente” para o âmbito do urbano encontramos algumas áreas do conhecimento que, desde muito tempo, estão autorizadas a falar sobre ele. A engenharia, a arquitetura, o urbanismo, o planejamento urbano são, por excelência, algumas destas áreas. Sem desconsiderar as distinções técnicas entre essas áreas e a existência de vertentes críticas no interior de cada uma delas, destacam-se por instituir chaves de análise especializadas sobre o território que determinam quais serão as dimensões territoriais valorizadas e quais não serão (com base única na técnica). Assim, da mesma forma como ocorre com o processo de constituição da , esses conhecimentos instituídos não só hierarquizam em patamares distintos o especialista e o sujeito comum, como separam o território dos sujeitos que o fazem vivo, delegam poder apenas aos detentores do “discurso competente” e silenciam os que não estão autorizados a falar. Portanto, para os fins deste artigo, é imprescindível que as/os assistentes sociais percebam as relações de poder que atravessam a produção de conhecimento sobre o território do seu trabalho e, sempre que possível, busquem pontes de diálogo entre o conhecimento instituído e o conhecimento instituinte.

São exemplos de conhecimentos instituídos sobre um território: Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (Pnad/IBGE), Índices de Vulnerabilidade

Social do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IVS/Ipea), Índice de Bem Estar Urbano do Observatório das Metrópoles (Ibeu), Planos de Desenvolvimento Metropolitano, Planos Diretores Municipais, Planos Locais de Habitação de Interesse Social, Planos Estratégicos de Desenvolvimento, os dados produzidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Data-SUS), o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mapeamentos institucionais diversos sobre fome, violência, trabalho, renda, desigualdade, entre outros. Por sua vez, o conhecimento instituinte nunca está dado, ao contrário, ele está em processo de construção permanente pelos sujeitos e instituições que constituem o território. Portanto, não há como elencar exemplos sem definir de que território estamos tratando.

Uma das mais completas conceituações de território foi elaborada pelo geógrafo Milton Santos.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 1999, p. 8)

Este é o “espaço usado”, um conjunto de objetos, o território-forma — espaço geográfico do Estado — e ações, seus usos, apropriações, produção, ordenamentos e organização pelos diversos agentes que o compõem, do Estado às pessoas. Dessa forma, o território é produto e produtor de relações sociais, englobando tanto as relações de poder, quanto as relações econômicas e simbólicas (Santos, 1999).

Por isso, pensar a atuação profissional com base em determinado território é muito mais complexo do que definir sua área (física), é necessário considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (Sposati, 2008, p. 9). Essa concepção de território tem influenciado

distintas análises e a intervenção no campo das políticas sociais brasileiras nas últimas décadas.

Para o Serviço Social, essa noção de território usado significa considerar, na construção do conhecimento sobre sua prática, as especificidades das práticas sociais locais, ao mesmo tempo que inclui as relações de produção e reprodução capitalista e as formas de exercício do poder estatal no controle dos espaços. Fundamental, esse conhecimento avança na busca por responder de forma cada vez mais qualificada as diferentes demandas postas no cotidiano profissional, impulsionando a luta por direitos e potencializando a ação e articulação de movimentos sociais locais e em redes.

Como o Estado e o mercado enxergam o território?

A história da dinâmica de acumulação capitalista foi, e ainda é, marcada por diferentes práticas expropriatórias, que estabelecem uma relação orgânica e dialética entre si na geografia histórica do capitalismo (Harvey, 2004). Estas práticas expropriatórias incidem tanto sobre a produção do espaço quanto sobre as relações sociais de produção e reprodução que se criam sobre e por meio da própria dinâmica de produção do espaço.

Buscando problematizar sobre quais são as novas formas de exercício da acumulação de capitais, principalmente aquelas que se realizam no e por meio do espaço capitalista, Harvey (2005) afirma que o capitalismo conseguiu escapar das crises de sobre acumulação através da produção do espaço, da mercantilização das cidades; não apenas com a produção de “novos espaços”, mas também com o processo de “refuncionalização dos espaços” já existentes. Deste modo, o autor defende que a expropriação está inserida no “capitalismo normalizado, isto é, o capitalismo que é produto do capitalismo predatório e que abrandaria as características especulativas e fraudulentas dos momentos primitivos” (Harvey, 2003, p.123).

A acumulação por espoliação possui as seguintes características principais: 1) privatização e ‘mercadificação’ de ativos que até então estavam sob o domínio público e que, a partir desta forma capitalista, passaram a ser de domínio privado (a terra é um desses ativos); 2) financialização especulativa e predatória que tem assaltado os fundos de pensão vinculados ao trabalho e endividado nações inteiras; 3) administração e manipulação das crises que redistribuem de modo sofisticado as riquezas dos países pobres para os países ricos; 4) redistribuições via Estado que, uma vez inserido na dinâmica histórica do neoliberalismo, tem a prerrogativa de redistribuir renda e riqueza das classes oriundas do trabalho para repassá-las às frações da classe dominante na forma de corte de gastos públicos, cobranças tributárias regressivas, isenções fiscais (Harvey, 2011, pp.171-178).

Cabe destacar que a funcionalidade do espaço neste processo de acumulação por espoliação não se completa sem a ação do Estado. Este tem papel fundamental, tanto na valorização dos ativos do capital (diminuindo o preço das matérias-primas, disponibilizando terras, diminuindo a carga tributária), quanto na desvalorização dos ativos da força de trabalho (aumentando o contingente de força de trabalho disponível no mercado, rebaixando o valor real dos salários por meio da desregulamentação da relação capital-trabalho).

Para garantir o processo de valorização dos ativos do capital, é necessário que sejam superadas as suas próprias barreiras de acumulação⁴. E, em grande parte, o Estado é o responsável pela adoção de políticas que rompem as barreiras de acumulação em diferentes fronteiras e escalas da economia mundial baseada no espaço. No que se refere às barreiras espaciais, o Estado cria condições para produção, troca, consumo de

⁴ Segundo Harvey (2005), há seis barreiras a serem superadas: (I) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; (II) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; (III) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; (IV) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; (V) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e (VI) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado (Harvey, 2005, pp.46-47).

mercadorias no espaço; garante infraestruturas espaciais para circulação dessas mercadorias; expropria terra para construção de tais infraestruturas; disponibiliza crédito e financia a sua construção. De todas essas formas, o Estado está promovendo a incorporação de capital fixo à terra e, ao mesmo tempo, espoliando direitos sociais que se concretizam sobre a terra e com a terra (meio de produção).

Embora facilite a mobilidade espacial de outras formas de capital e trabalho, o capital fixo investido na terra requer que as interações espaciais sigam o padrão geográfico fixado de seus investimentos para que seu próprio valor se realize. Como resultado, o capital fixo incorporado à terra — o que inclui fábricas, escritórios, unidades habitacionais, hospitais e escolas, bem como o capital incorporado às infraestruturas de transporte e comunicação — age como importante fator de oposição a transformações geográficas e à relocação da atividade capitalista. Mais uma vez, vemos forças tendentes à inércia geográfica opondo-se ao dinamismo. (Harvey, 2003, p.87)

Se historicamente o Estado teve um papel fundamental na produção do espaço urbano — fortalecido no atual modelo do desenvolvimento capitalista —, na experiência brasileira essa relação foi marcada por um perverso laço de subordinação e favorecimento da ação estatal aos ditames do sistema de produção vigente. Se por um lado, ao cumprir as suas funções⁵, o Estado está sempre criando as condições para que os mercados ampliem seu domínio sobre o espaço urbano, por outro, nos últimos anos estimulou a mobilização de verdadeiros campos de batalhas

⁵ São funções do Estado no urbano: regular a forma de uso e ocupação da cidade; planejar como, onde e quanto de recursos financeiros serão utilizados em cada área da cidade; organizar a distribuição dos serviços como transporte, coleta de lixo, saneamento, guarda municipal, entre outros; organizar a distribuição dos equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, cultura, entre outros; regular a fixação dos preços do solo; garantir condições jurídicas, políticas e financeiras para o desenvolvimento das pessoas que vivem na cidade e também das empresas que se instalam nela.

nas cidades. O desinvestimento em políticas urbanas, o contingenciamento de recursos públicos, a privatização do setor público, a precarização e o aumento do custo dos serviços básicos (transporte, moradia, saneamento, lazer), as denúncias por má administração pública e o questionamento quanto à legitimidade do sistema político levaram às ruas milhares de pessoas. As cidades passaram a ser palco de uma onda de protestos que, desde o Occupy Wall Street (2011), do Movimento dos Indignados da Espanha (2011) e do ciclo de protestos de Junho de 2013 no Brasil, denunciam, entre outras coisas, que Estado e mercado não são os únicos a disputar a cidade.

Como a sociedade civil enxerga o território?

Antes de respondermos à questão, nos parece importante resgatar os apontamentos de Dagnino (2002) sobre a amplitude da sociedade civil brasileira. Segundo esta autora, ela possui algumas características: i) a sociedade civil é heterogênea, desvelada com o avanço do processo de construção democrática; ii) o processo de democratização não é linear, mas contraditório e fragmentado, devendo ser entendido como desigual no seu ritmo e nos seus efeitos sobre as diferentes áreas da vida social, combinando avanços, estagnação e até mesmo retrocessos; iii) a sociedade civil é essencialmente política e, enquanto sujeito político, não pode ser tida como “polo da virtude” em oposição ao Estado, tido como a “a encarnação do mal”. Portanto, a autora supera a visão reducionista da sociedade civil, típica do neoliberalismo, e se dedica a estudar a potência dos “encontros entre sociedade civil e Estado”⁶.

⁶ Dagnino (2002) analisou a relação entre Estado e sociedade civil a partir de alguns espaços públicos de participação social que eram referência na década de 1990. Os espaços foram os seguintes: 1) o Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte; 2) os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil; 3) a atuação das Organizações Não Governamentais: entre o Estado e a sociedade Civil; 4) os fóruns temáticos da sociedade civil: o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR); 5) as relações entre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o Estado: Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Paraná; 6) o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM).

Embora tais apontamentos tenham sido feitos há quase duas décadas, nos apoiamos neles, pois ainda ajudam a entender: i) a heterogeneidade de sujeitos políticos, característica dos territórios de favela e periféricos; ii) as disputas políticas existentes nesses territórios — que ora fortalecem a democracia ora contribuem para o aprofundamento da crise democrática; iii) as diferentes estratégias que os sujeitos políticos adotam para sanar suas necessidades sociais — que podem passar tanto pelo estabelecimento de diálogo com as instituições do Estado como pela escolha de não dialogar com ele, assim como podem naturalizar o conhecimento instituído sobre o território ou contestá-lo por meio de práticas instituintes.

A seguir, apresentaremos três experiências da sociedade civil do Rio de Janeiro que evidenciam a imbricada relação entre sociedade civil e território, mostrando que não é possível homogeneizar as relações sociais que são constituídas no território e, ao mesmo tempo, o constituem. Do mesmo modo, as três experiências, apesar de distintas, mostram que o conhecimento instituído e o conhecimento instituinte sobre um território podem tanto estabelecer uma relação de complementariedade como de refutação.

A primeira experiência trata-se da leitura de território feita pela Coletiva de Militância Investigativa da Zona Oeste do Rio de Janeiro⁷ entre os anos de 2015 e 2017. Registrada na cartografia feminista “Enfrentamentos aos racismos pelos olhares das mulheres”, essa leitura de território demonstra como é possível enriquecer ou, se for o caso, subverter o conhecimento instituído sobre um território. Trata-se de uma experiência de produção de conhecimento coletivo sobre o território que colocou no centro o racismo constitutivo dos conflitos socioambientais, bem como valorizou

⁷ Coletiva de mulheres de diversas idades, origens e profissões. Moradoras e militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro, território donde brotam muitas resistências em resposta às ameaças impostas pelo capital e pelo Estado em nome de um modelo de desenvolvimento que explora e esgota o bem comum e nossos trabalhos, vidas e corpos. Site: <https://www.militiva.org.br/>. Acesso em 06 de abril de 2020.

as práticas, vivências e saberes das mulheres como alternativas de resistência. Ao fazê-lo, se distinguiu da leitura de território feita pelo capital transnacional, pelo mercado imobiliário e pelos megaeventos esportivos, já que, como agentes do mercado e do Estado, não lhes interessa visibilizar os conflitos sociais constituintes do território, tampouco reconhecer os processos de organização da sociedade civil que dão vida a ele. Portanto, a leitura de território contida na cartografia feminista comunica uma pauta política sobre as disputas pelo território e ainda sistematiza parte do conhecimento produzido pelas mulheres no processo que chamaram de “militiva”.

(...) diante de nossa diversidade no próprio grupo, aos poucos fomos nos dando conta que apesar de sua abordagem crítica às formas hegemônicas de produção de conhecimento, a pesquisa militante tampouco parecia adequada para nomear a prática investigativa que costurávamos coletivamente. A organização de um espaço de formação política e afetiva da pesquisa durante o Seminário Resistências Feministas e Territórios em Disputa em junho de 2016 nos deu a chave para virarmos essa história e afirmar que a “pesquisa” antecedendo a “militância” invertia os valores que afirmávamos desde nossa prática. Não partíamos da academia engajada para a produção de conhecimento, mas sim da afirmação que através de nossa militância vivida nas cozinhas, nos quintais, nas praças, feiras e outros espaços, a partir da cotidianidade da luta, construímos conhecimentos. Temos saberes, práticas e “técnicas” que orientam nossas construções, em diálogo e relativa autonomia frente aos modos engajados disputando importantes territórios na academia. No processo, subvertemos ideias comuns sobre pesquisa e produção de conhecimento e desenhamos o que pode ser chamado de metodologia, para nós, uma prática política investigativa que carinhosamente chamamos *Militiva: a militância investigativa*. (Coletiva de Mulheres da Zona Oeste, 2018, pp. 273-274. Grifos do autor)

Outra experiência é a leitura de território feita por mulheres moradoras de favelas, ONGs, pesquisadoras e militantes de Direitos Humanos do Rio de Janeiro entre os anos de 2014 e 2015. Registrada na “Cartografia Social Urbana: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos”⁸, essa leitura de território evidencia as violações de direitos sofridas por mulheres no contexto de militarização da vida urbana. Coloca em xeque toda e qualquer análise que desconsidere a violência constitutiva dos projetos de desenvolvimento urbano — em geral implementados de cima para baixo, com pouca flexibilidade para que os moradores alterem o desenho dos projetos —, assim como relativize a violência da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro⁹. Longe do que se propunha, o programa das UPP reafirmou a velha estigmatização dos territórios de favela como lugares de pobreza, criminalidade, passíveis de controle policial. A cartografia ainda evidencia a desigualdade com que esses processos são vividos por mulheres, em sua maior parte, mulheres negras.

O debate sobre o desenvolvimento urbano, as violências e os “impactos” na vida cotidiana das autoras desse mapa é expresso a partir dos seus percursos, falas, afetos e lágrimas; compondo

⁸ Disponível em: https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2015/12/Cartografia_CajuManguinhos.pdf. Acesso em 06 de abril de 2020.

⁹ Criadas entre 2008 e 2014, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) pretenderam ser um programa que “engloba parcerias entre os governos — municipal, estadual e federal — e diferentes atores da sociedade civil organizada. Projetos educacionais, culturais, esportivos, de inserção social e profissional, além de outros voltados à melhoria da infraestrutura, estão sendo realizados nas comunidades por meio de convênios e parcerias firmados entre diferentes segmentos do poder público, iniciativa privada e terceiro setor”. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/faq> Acesso em 15 de abril de 2020. Apesar dessa cara social, vários estudos sobre as UPP registram a falta de diálogo com a população para definição dos projetos de urbanização, aumento dos processos de remoção forçada, violações de direitos humanos decorrentes de atuação policial etc. Para maiores informações, consultar a tese “Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo” (Barros, 2016).

um material que consideram capaz de promover uma disputa sobre a representação do seu espaço de convivência e moradia. A insurgência que se expressa na disputa pela narrativa de seus territórios, vivida com empenho pelas autoras desta cartografia, mostrou-se uma forma de narrar a reação, em especial dessas mulheres, às violências sofridas, para além de uma noção de que elas seriam somente vítimas desses processos. Pelo contrário, empenharam-se em manifestar seu descontentamento com a narrativa que está por trás da história oficial do seu local de moradia, não raro contada por quem não vive ali. A cartografia não é hegemônica e nem homogênea, também não tem pretensões de totalizar uma contra-história oficial para a região. Desde o princípio elas sabiam que quando construíram os mapas eram as suas experiências particulares (mas não menos coletivas) que iriam narrar aquele espaço, e isso inicialmente lhes trouxe estranhamento e hesitação, mas depois culminou em uma progressiva apropriação do processo e também do produto dele: os mapas. Cartografar os cotidianos, os percursos que resistem e constroem especificidades aos moradores que tecem o “ir em frente” após perdas tão duras, — da casa, mas principalmente dos familiares — é uma tentativa de colocar no espaço a experiência de viver nesses locais. Apresentá-la como narrativa contra hegemônica, e principalmente como uma disputa constante na legitimação da experiência dessas mulheres na cidade. (Fase, 2015, p.5)

Há ainda uma experiência de leitura territorial feita a partir das Redes de Cidadania Ativa¹⁰ existentes em 14 municípios¹¹ da Área de Influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Desenvolvida entre 2011 e 2016 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em parceria com a Petrobrás, a iniciativa

¹⁰ São formados por diversos sujeitos coletivos que atuam politicamente para transformação dos seus municípios.

¹¹ Itaboraí, Niterói, Rio Bonito, Tanguá, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Maricá, Saquarema, Silva Jardim, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo e Teresópolis.

conhecida como “Indicadores de Cidadania”¹² teve como objetivo monitorar o estado da cidadania e da democracia nesses 14 municípios e subsidiar a luta cidadã pela conquista e ampliação de direitos. Para essa tarefa criou-se uma metodologia de leitura territorial capaz de adensar as informações existentes sobre cada território, ou seja, a metodologia partiu do conhecimento instituído sobre a rede de serviços e políticas públicas para dialogar com as Redes de Cidadania Ativa de cada território. A partir da percepção dessas Redes sobre a Cidadania Viva, a Cidadania Garantida, a Cidadania Percebida e a Cidadania em Ação, foi possível combinar conhecimentos e produzir uma nova leitura territorial que foi sistematizada na forma de “Mapas de Cidadania”. Tais mapas ampliam o olhar sobre o território ao revelar as desigualdades sociais e violações de direitos de cidadania que, em geral, não estão contabilizadas pelos órgãos oficiais.

A produção dos Mapas da Cidadania de forma territorializada apresenta-se como um desafio constante para a cidadania ativa, em que ela própria participa da produção dos indicadores, apondo a sua real situação no local mesmo em que vive. É uma produção que parte dos indicadores de cidadania apurados nos quatro painéis em direção à confecção de mapas intramunicipais, dando forma a uma espécie de cartografia cidadã. Isso pode gerar conjuntos de informações mais significativos e diversificados da situação local, com um olhar mais sensível sobre a realidade, de um ponto de vista cidadão, à luz de direitos legítimos e legais, de violações ou não, e de suas responsabilidades. (Ibase, 2015, p. 5)

As três experiências apresentadas mostram a riqueza social dos territórios e a complexidade da sociedade civil. Corroboramos com Santos quando afirma que “o território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social

¹² Disponível em: <http://incid.org.br/>. Acesso em 18 de abril de 2020.

igualitário. A sociedade civil é também território e não pode se definir como território fora dele” (Santos, 2012, p. 151). Portanto, perceber que a criação e recriação destes territórios é parte da própria dinâmica política da sociedade civil, e não apenas resultado da intervenção do Estado e do mercado no território, é uma tarefa das/os assistentes sociais, comprometidas/os com a defesa de direitos.

Considerações finais: a importância do conhecimento dos territórios de atuação para as/os assistentes sociais

Em sua prática, as/os profissionais de Serviço Social devem valorizar, permanentemente, a importância do conhecimento sobre o território em que atuam. Considerando as formas hegemônicas de produção do conhecimento, a tendência homogeneizante com que o Estado atua, a primazia dos interesses capitalistas, esse desvelar do território tem a potência de qualificar as diferentes formas de vida existentes nos territórios e a diversidade dos sujeitos coletivos que integram o território vivo (Santos, 2012).

A regressão de direitos vivida pela sociedade brasileira nos últimos anos impõe às/os assistentes sociais o desafio cotidiano de desmistificar as leituras moralistas, estigmatizantes e limitadoras sobre os territórios urbanos e periféricos. Tais leituras imputam aos sujeitos sociais a responsabilidade por sua condição de pobreza, naturalizam a militarização destes territórios, promovem o racismo, a intolerância e o preconceito. Caminhando no sentido oposto, as/os assistentes sociais têm a responsabilidade ética de interpretar o território pela chave das contradições sociais e não pela chave da coesão social, que historicamente silenciou os diferentes sujeitos políticos que o constituem.

Nesse sentido, conhecer o território não se realiza apenas por meio do mapeamento da rede socioassistencial, das redes institucionais, de serviços públicos etc. Esta já é uma prática conhecida e tradicional do

Serviço Social. Sobretudo, se conhece ampliando o olhar para o instituinte, para as redes informais de proteção, de produção de informação local e de solidariedade interna ao território, assim como as forças de resistência e luta.

Nos territórios existe um fluxo subjacente de processos sociais desarticulados da ordem estatal e econômica. No cotidiano do exercício profissional nem sempre enxergamos tais processos e, quando os percebemos, é por meio de lentes míopes. Em vez de potência vemos atraso, em vez da complexa trama das relações de solidariedade vemos desmobilização social, em vez de estratégias de resistências cotidianas vemos baixo grau de organização social. Essa miopia pode ser enfrentada na medida em que as chaves de leitura que estamos acostumados passar a não nos satisfazer mais. Mais do que enxergar o território por lentes críticas à forma do mercado e do Estado produzirem o espaço e mais do que nos contentarmos com os modelos de diagnósticos socioterritoriais que orientam as políticas públicas, é hora de nos apropriarmos do conhecimento produzido pela sociedade civil sobre os territórios.

Portanto, a ampliação das lentes de conhecimento sobre os territórios implica em os reconhecermos enquanto territórios situados no espaço e no tempo, territórios de vida, como chão onde se territorializam sujeitos e instituições, como lugares onde também se produz conhecimento, mesmo que não reconhecido como “discurso competente”(Chauí,2011). Este reconhecimento nos aproxima dos sujeitos coletivos e das redes do território de um outro ponto de vista; isto significa uma mudança de lógica, na qual os usuários dos serviços deixam de ser objetos para serem sujeitos na produção do conhecimento. Essa mudança de lugar pode nos ajudar a repensar o exercício profissional, os instrumentos de trabalho, as técnicas de intervenção e o lugar do planejamento e avaliação.

Por fim, entendemos que as/os assistentes sociais devem conhecer os territórios e os sujeitos coletivos que os constituem, porque eles são aliados importantes para a luta na defesa do Estado Democrático de Direito — que teremos que travar nos próximos anos. Lembremos que o

Projeto Ético-político Profissional foi gestado ao lado das ações de mobilização e organização popular dos anos 1970, as quais ajudaram a reformular os princípios e valores do nosso atual Código de Ética Profissional (1993), deram densidade teórica à profissão e contribuíram para transformações no processo formativo e organizativo da categoria. Do mesmo modo, para enfrentarmos a regressão de direitos atual é imperativo que a categoria profissional esteja compromissada com essas forças políticas e que seu exercício profissional contribua para a construção de estratégias coletivas de resistência.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Rachel de Oliveira. “Urbanização” e “pacificação” em *Manguinhos*: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. Rio de Janeiro, pp.312. 2016.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: discurso competente e outras falas*. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CFESS. *Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais*. Brasília: 1993.
- COLETIVA DE MILITÂNCIA INVESTIGATIVA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO. Mulheres em movimento: militância investigativa na Zona Oeste do Rio de Janeiro. *Revista Em Pauta*, n. 41, v. 16, Rio de Janeiro, 1ºSemestre de 2018, pp. 272-295.

- FASE. *Cartografia social urbana: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos*. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2015.
- IBASE. *Mapas da Cidadania – Metodologias de Campo*. Rio de Janeiro: 2015.
- SANTOS. Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS. Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 1999. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj1lq mz75n-rAhXEILkGHRrCCw4QFjABegQICxAD&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.uff.br%2Fgeographia%2Farticle%2Fdownload%2F13360%2F8560&usg=AOvVaw0lrzZrIJvdLPce_qrB7zcQ. Acesso em 01 de agosto de 2020.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e Espaços Públicos no Brasil: um balanço necessário*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo*. 2ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anna Blume, 2005.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano II, n. 6, pp.36-54, jun./set. 1982.

PLATÃO. *A República*. 7ª Edição. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira.
Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1993.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Território e gestão de políticas sociais.
Serviço Social em Revista, Londrina, v. 16, n. 1, pp. 05-18, jul./dez.
2013.

Ações governamentais nos territórios e o trabalho social: experiência no município de Osasco/SP

CLENIVALDA FRANÇA DOS SANTOS

FERNANDA G. CARPANELLI

Intervenções urbanas governamentais nos territórios

Para um debate acerca das experiências de trabalho social em habitação e dos processos de intervenção que se atrelam a esta prática, consideramos relevante que alguns apontamentos sejam realizados a priori, posto nossa premissa de que as especificidades do modo de produção capitalista brasileiro e as contradições sociais históricas que marcam nosso processo desigual sobre a produção do espaço nos diversos territórios do país se revelam como elementos constitutivos para os apontamentos que faremos a seguir.

Um conjunto de autores que compõem a tradição da sociologia urbana brasileira indicam seguramente o marco do chamado Brasil Império como o período para o surgimento da questão habitacional no Brasil, como um tema de preocupação para os governos municipais e também nacional. Até então, a questão ainda não se configurava como um tema de preocupação para a sociedade, já que cerca de 50% da população era representada pelos negros escravizados ocupantes das chamadas senzalas, sendo, portanto, totalmente ignorados do ponto de vista de suas necessidades de adequação das condições habitacionais ou mesmo da concepção de justo acesso ao seu espaço privativo.

Até metade do século XIX, a terra no Brasil era direcionada pela Coroa Portuguesa, por meio das chamadas Sesmarias, ou eram simplesmente

ocupadas, considerando a ausência de seu valor comercial naquele período e frente aos processos de expulsão dos pequenos produtores e dos povos originários ameaçados pela ampliação e domínio dos latifundiários.

Vale a ressalva de que somente a partir de 1850, com a instituição da Lei de Terras, o acesso à “propriedade” da terra se verifica pela mediação da compra, e, portanto, a ocupação da terra e seu uso imediato, descolado dos processos de pagamento ou ação que o caracterizasse, passa a ser considerada um ato ilegítimo/ ilegal do ponto de vista dos acordos estabelecidos pela nova legislação do período.

Já no final no século XIX, com o crescimento dos centros urbanos, as cidades brasileiras passam a apresentar um novo panorama. Mesmo após a Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que determinava a extinção da escravidão no Brasil, outras formas de opressão foram redesenhadas para submissão da população negra nos territórios brasileiros. Jogados à sua própria sorte, ex-escravizados foram relegados à miséria numa sociedade de classes em formação, vendo-se ainda preteridos pelo incentivo dado para a vinda de milhares de imigrantes europeus para substituí-los no processo de industrialização que viríamos a enfrentar.

Como importantes respostas às necessidades de moradia de grande parte da população pobre no período, Maricato (*apud* Blanco, 2006) destaca, sobre a virada do século, a consolidação dos cortiços e das favelas como respostas significativas que, de fato, se configuraram como problema para as autoridades brasileiras, principalmente nos centros urbanos, em especial na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país.

A literatura nos revela que será então a cidade do Rio de Janeiro um importante palco de múltiplos episódios, tais como o célebre “Cabeça de Porco”¹ — o mais importante cortiço da cidade no século XIX, ou

¹ Um destaque significativo na literatura sobre o tema refere-se ao trabalho de Sidney Chalhoub, em seu livro “Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial”, onde o autor dará destaque à experiência do cortiço Cabeça de Porco, mostrando os interesses nacionais na regulamentação, controle e segregação da pobreza, assim como para o reordenamento dos espaços da cidade seguindo modelos e experiências estrangeiras, com especial destaque ao papel exercido pelos higienistas e agentes imobiliários do período.

mesmo o processo de ocupação do Morro da Providência e de outros tantos espaços da cidade, cujas condições de moradia e ocupação do solo não eram ainda nem caracterizadas pelo termo “favela”.

Segundo Abreu (*apud* Valadares, 2005), em pesquisa realizada no Jornal Correio da Manhã entre 1901 e 1930, foi apenas na segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao Morro da Favella².

Se, por um lado, é necessário apontar a preocupação governamental com os aspectos sanitários que se intensificavam com as problemáticas do período, é certo também afirmar que, em meio ao contexto socio-político e econômico do país — naquilo que se iniciará ainda no século XIX, ganhando força durante o século XX —, os esforços governamentais também estavam voltados ao processo de industrialização do país e, portanto, as preocupações de cunho sanitário que demonstrava o surgimento da ideologia da higiene se mesclavam a um caldo ideológico de controle, segregação e criminalização da pobreza e a uma forte valorização da disciplina e da ideologia do trabalho.

O período da Primeira República (1889-1930) representa um marco no processo de busca pela construção de uma identidade social e política para o cidadão brasileiro na condição de trabalhador assalariado, e, portanto, o necessário controle da classe trabalhadora estendendo-se a todas as esferas da vida cotidiana como instrumento de reforço ideológico na consolidação de uma nova perspectiva ética sobre o trabalho.

Portanto, as condições de vida e de sobrevivência, que inevitavelmente também ocorriam no âmbito das condições de moradia para a garantia de reprodução social dos sujeitos, vai se tornando, aos poucos, objeto de crescente interesse e massiva intervenção do Estado, tendo por finalidade transformar os espaços de convivência social, adequando-os aos

² É o Morro da Favella, já existente com o nome de Morro da Providência, que entra para a história através de sua ligação com a Guerra de Canudos, cujos antigos combatentes ali se instalaram com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a realização de seus pagamentos em atraso.

principais interesses de expansão dos níveis de expropriação dos trabalhadores e isolamento das camadas mais empobrecidas da sociedade.

A essa parcela invisibilizada da população estava posta a condição de mendicância como alternativa de sobrevivência e a repressão, pois, em muitos casos, eram considerados como “caso de polícia”. As favelas e os cortiços foram duramente atacados, Valladares (2005) reforça como esse hábitat popular tornou-se um tema central sobre o que seria o futuro da capital da República.

De acordo com Maricato (1997), pela primeira vez se reconhecia oficialmente (com ajuda das lideranças empresariais industriais) que o mercado privado não tinha condições de resolver o problema da moradia e que era do Estado essa responsabilidade.

Entram em cena, pela primeira vez como uma política social de habitação, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) e a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiros órgãos federais responsáveis por financiar a construção de 140 mil moradias, no período de 1937 a 1964 (Bonduki, 2011), das quais a maior parte estava destinada ao aluguel.

Durante esse período, mais especificamente em 1942, o Governo Federal cria a Lei do Inquilinato, buscando assim reduzir a crise habitacional nas grandes cidades e como tentativa de controle sob a especulação imobiliária e os altos custos desembolsados para o pagamento dos aluguéis (Blanco, 2006).

Neste mesmo período de redução no estoque de casas para locação, a população mais pobre, sem possibilidades concretas e recursos disponíveis para a aquisição direta de sua moradia no mercado formal, se vê obrigada a ocupar as áreas mais insalubres e se arrisca na condição de exercer a ocupação irregular dos mais precários lotes nas periferias das cidades — demarcadas pela ausência total, na maioria dos casos, de uma rede mínima de infraestrutura. Um quadro nacional — resguardadas as particularidades de cada região e das diversas cidades — que culminou no aumento exponencial do número de favelas existentes no país.

O ano de 1964 foi também significativo para a questão habitacional, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) — e seus típicos pressupostos de gestão balizados pelo regime militar que vigorava — respondeu, durante 22 anos, por uma produção estimada de 4,3 milhões de moradias (Paz & Taboada, 2010).

Segundo Bonduki (2011), a ação do BNH foi paradigmática para o modelo central-desenvolvimentista. Centralizando praticamente todos os recursos disponíveis para o investimento em habitação e grande parte dos valores destinados ao saneamento urbano, ele difundiu um tipo de intervenção que foi adotado em quase todas as cidades do país, independentemente das especificidades urbanas, sociais e culturais de cada região.

Grande parte das políticas públicas referentes às favelas teve por base a remoção massiva de seus núcleos direcionados aos conjuntos habitacionais nas periferias das cidades e foram altamente centralizadas em âmbito federal.

Conforme Blanco (2006), foi somente no início dos anos 1980, com o processo gradativo de abertura política e a eleição das primeiras administrações mais progressistas no país, que começaram a ser desenvolvidas e implementadas políticas de urbanização de favelas também mais progressistas em algumas cidades brasileiras, como em Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Diadema.

Já no final dos anos 1990, mais precisamente no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), o Brasil inicia um processo de empréstimo internacional com vistas ao atendimento habitacional da população de baixa renda. E, como afirmam Cardoso e Denaldi (2018), a criação de alguns programas possibilitou a expansão da entrada de recursos financeiros que passaram a impactar os principais interesses na implementação dos projetos de interesse social e desenvolvimento urbano no país.

Com o início da gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), significativas alterações se verificam no plano institucional para a agenda da política nacional de habitação.

Uma das primeiras intervenções nesse sentido, ocorrida no ano de 2003, foi a criação do Ministério das Cidades — órgão coordenador, gestor e formulador da política habitacional — e a aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) no ano de 2004.

Podemos afirmar que, durante o período do governo Lula, assistimos a um aumento expressivo de aporte financeiro para o setor habitacional, com a criação e adequação de programas e ações, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC1/PAC2 e do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Isso demandou dos diversos estados e municípios o desenvolvimento de uma estrutura administrativa eficiente e eficaz para a operacionalização dessa política que se oportunizava na vinculação das diversas cidades brasileiras ao desenho dos programas que se espraiavam sobre o território nacional.

O PAC, lançado no ano de 2007, foi basicamente organizado sob um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país. Ampliou de maneira decisiva a oferta de empregos e a geração de renda, elevando os investimentos público e privado em diversas obras em todo o território nacional.

O lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no ano de 2009, foi justificado principalmente como uma medida para enfrentar o impacto no Brasil da crise econômica mundial, iniciada em 2008 pela crise hipotecária e financeira nos EUA, visando gerar empregos, assim como responder à demanda histórica de acesso à moradia no país. A reação do governo brasileiro frente à essa crise foi rápida, adotando medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos, quais sejam: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF), de forma a compensar a retração do setor privado.

Já em 2011, o PAC entra em sua segunda fase, com a alteração de alguns aspectos, a exemplo da ampliação de recursos e parcerias com estados e municípios, expandindo a execução de obras estruturantes nas cidades brasileiras.

Resguardadas as avaliações mais críticas sobre as principais problemáticas desse período e as experiências concretas dos principais programas, sobretudo aquelas tecidas à luz do debate sobre a importante bandeira da reforma urbana, nenhum outro programa na história da política habitacional oportunizou à classe trabalhadora o acesso à casa própria como o fez o PMCMV, e este é, sem dúvida, um dado relevante na história do país e sobre os avanços possíveis a partir do desenho de um programa com dimensões territoriais absolutamente abrangentes.

Já no que se refere às experiências de urbanização de favelas, será necessário o apontamento de que o traço mais relevante sobre elas se configura pelo caráter regressivo de recursos financeiros para a sustentação de tais propostas ao longo dos últimos anos. Foram, aos poucos, cada vez mais abandonadas, em detrimento do incentivo à criação de novos territórios — cada vez mais gentrificados — e absorvidos pelos novos paradigmas da produção de novas unidades habitacionais, priorizando a circulação e expansão do grande capital e suas estratégias de amplificação nos territórios com maior grau de urbanização.

Com estes apontamentos iniciais, mas não menos importantes sobre os processos de intervenção governamental ocorridos de modo geral nos territórios, a partir das particularidades refletidas pelo processo sócio-histórico brasileiro, retomaremos nas sessões seguintes questões mais específicas dessa última quadra histórica que caracterizam a política habitacional e urbana no município de Osasco. Assim como parte da experiência, possibilidades e limites para o trabalho social como expressão das ações desenvolvidas pela equipe que atua no Departamento de Trabalho Social da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município.

Ações governamentais no município de Osasco: territórios em disputa

Na peculiaridade de uma cidade de contexto metropolitano como é o caso do município de Osasco, compreender sua complexidade e seus desafios exige uma leitura aprofundada sobre o território. De um lado, é preciso analisar estudos e indicadores, e, por outro, é essencial considerar também a vivência e a experiência de quem mora, trabalha e constrói a cidade.

A intensa relação de Osasco não só com São Paulo, principal cidade do país em termos econômicos, mas também com os demais municípios vizinhos é um dos elementos que reforçam sua dimensão metropolitana. As diversas ligações viárias e de transporte a colocam como um território de intensa integração regional, o que também a torna privilegiada do ponto de vista econômico e estratégico para a circulação do capital financeiro.

A lógica de expansão do território urbano com a manutenção da classe trabalhadora nas periferias foi mantida. Hoje, os bairros periféricos da cidade são as áreas com maior concentração populacional (densidades demográficas mais elevadas).

Podemos destacar que o município teve um processo de expansão urbana desigual e excludente, assim como grande parte das grandes cidades brasileiras, lembrando que só em 1962 Osasco obteve sua emancipação política e administrativa da cidade de São Paulo.

Uma parcela significativa da população urbana acabou “resolvendo” o problema da moradia através de processos informais: adquiriu lotes mal urbanizados no mercado especulativo de terra ou ocupou áreas em assentamentos precários, autoconstruindo suas moradias com materiais adquiridos a juros exorbitantes, sem incentivos regulares do poder público.

Perseguindo algumas particularidades sobre a política habitacional e urbana do município, alguns aspectos são de fundamental destaque para a materialização de alguns princípios sustentados sobre o direito à cidade e a moradia.

Houve mudança significativa na Secretaria de Habitação no ano de 2005 (primeiro governo no campo democrático a assumir o município, que perdurou até o ano de 2016), que passou então a ser Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, revelando uma nova concepção da gestão municipal, visando articular e integrar as intervenções na cidade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado em 2004 e regulamentado pela Lei Complementar nº 152 /2006, possibilitou ao município direcionar suas intervenções para redução do déficit habitacional, uma vez que trata da definição e utilização das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), bem como estabelece parâmetros para a produção de Habitações de Interesse Social e de Mercado Popular.

Para construir um novo desenho da política e minimizar a prática clientelista e tuteladora, coube à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHDU) deliberar sobre a política habitacional e urbana do município, promovendo a implantação de programas e projetos, incluindo a parceria com o Ministério das Cidades — por meio do Programa de Subsídio de Habitação de Interesse Social (PSH) do PAC e do PMCMV.

A Sehdu viabilizou recursos federais para urbanização de diversas favelas da cidade e implementação do Programa de Regularização Fundiária, além de proporcionar a ampliação da construção de novas unidades habitacionais promovendo a participação e uma direção coletiva aos trabalhos realizados, garantindo interlocução com as lideranças e alteração nas formas de se relacionar com a população local.

Há que se considerar também o Programa Bolsa Aluguel³, que se constituiu como suporte para o desenvolvimento efetivo dos demais programas e projetos e o destaque sobre o mecanismo de Outorga Onerosa, ferramenta importante que permite ao município realizar a cobrança a empreiteiras e construtoras pelo direito de construir acima do limite indicado pelo coeficiente estabelecido pelo PDDU.

³ Programa Municipal de Osasco instituído no ano de 2005, com alterações via legislação no ano de 2014 e 2020, voltado ao público residente em áreas de intervenção urbana ou afetados por calamidades, mas que também atende famílias cujas condições de vulnerabilidade estão sob acompanhamento conjunto da Política de Assistência Social do Município.

Os recursos advindos da cobrança são aplicados em projetos de regularização fundiária, reserva de terras, implantação de equipamentos comunitários e áreas verdes, áreas de interesse ambiental ou proteção ao patrimônio histórico, permitindo também que o poder público incentive o adensamento de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, como forma de promover o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada, assim como viabilizar um redirecionamento de recursos para a política de habitação de interesse social na construção de novas moradias.⁴

Os bairros mais periféricos, onde mora boa parte da classe trabalhadora, são também as regiões que concentram o maior número de assentamentos precários, de áreas com vulnerabilidade social alta e muito alta e de áreas de risco, a maior demanda por equipamentos sociais públicos, a maior dificuldade em superar os entraves para a melhoria da mobilidade urbana, os maiores desafios para o avanço do saneamento básico com coleta e tratamento de esgoto, e também os menores rendimentos familiares médios de toda a cidade.

⁴ É válido destacar aqui um trabalho das autoras sobre a experiência do município com o processo de outorga onerosa. Vinte e uma Unidades Habitacionais foram construídas cujos projeto arquitetônico e supervisão das obras no período construtivo foram de responsabilidade do Departamento de Projetos e Obras da Sehdu. Essa foi a opção do município, tendo em vista que o processo de Regularização Fundiária estava em curso no trecho onde se localizam as moradias, inviabilizando a proposição de projeto para contratação de provisão habitacional vinculada ao PMCMV, possível apenas em casos com proposição de terreno sem pendências fundiárias. No estudo realizado, foram indicados como elementos de destaque a decisão político-administrativa do município em utilizar recursos advindos de contrapartida da iniciativa privada para viabilizar a construção do Conjunto Habitacional, além de outros fatores, tais como: (i) o número de unidades construídas — projeto considerado de “pequeno-porte”; (ii) sua tipologia (casas sobrepostas); (iii) seu reduzido espaço de área interna comum — traduzindo consequentemente a redução de custos e conflitos relativos à manutenção dos espaços coletivos; e (iv) o reassentamento que ocorreu na mesma área de origem dos moradores atendidos. In: Santos, C. F.; Carpanelli, F. G.; Ferreira, J. A.; Silva, K. F. L.; Sá, A. T. S. *Urbanização de favelas e reassentamento de famílias* — a experiência do conjunto habitacional de casas sobrepostas do Jd. Rochdale no município de Osasco/SP. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/res em Serviço Social, 2018.

Assim, apesar de seu papel de destaque se tomados os dados sobre os valores de arrecadação do município ou mesmo, sobre a maneira como figura como segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo, destaca-se também como a sexta cidade mais populosa do estado e, portanto, com desafios acirrados na questão urbana e por ter a população mais pobre da cidade.

Em contrapartida a este cenário de precariedades urbanas e vulnerabilidade social de parte das famílias residentes no município, Osasco figura como uma das cidades da região metropolitana com maior índice de lançamentos e concentração de empreendimentos imobiliários de alto padrão; ou seja, um território disputado pelo capital financeiro e imobiliário visando à apropriação das áreas mais valorizadas e “bem-servidas” do município.

Há, portanto, um duplo e simultâneo movimento: por um lado garantiu um direcionamento político e técnico para os projetos e atuação do município com programas de urbanização de favelas, inclusive com construção de unidades habitacionais dentro da própria área de intervenção, regularização fundiária e construção de novas unidades habitacionais via PMCV, PAC 1 e 2 — através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) vinculado; e, por outro, aumentou gradativamente as autorizações desses novos empreendimentos de alto padrão na cidade, inclusive com as alterações aprovadas na legislação municipal.

Se os dados apresentados demonstram parte dos desafios a serem ainda enfrentados, as ações realizadas nas últimas duas décadas pelo poder municipal — em parceria com o federal — também qualificam o trabalho assumido pela administração pública.

Uma importante preocupação da gestão municipal em meados dos anos 2000, estava direcionada à estruturação da equipe social inserida no Departamento de Trabalho Social (DTS) — vinculado ao Departamento de Habitação de Interesse Social, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da cidade —, tendo em vista o entendimento assertivo sobre as debilidades enfrentadas pelas famílias durante as operações nos territórios,

assim como a dificuldade dos profissionais em realizar o acompanhamento dos moradores nos processos transitórios e reflexivos envolvidos nas intervenções urbanas.

A seguir, apresentamos uma breve sistematização centrada nos apontamentos sobre o trabalho social na particularidade das ações desenvolvidas no campo da habitação de interesse social como reflexo das experiências vivenciadas pelas autoras.

Trabalho Social na Habitação de Interesse Social: particularidades no município de Osasco/SP

A partir da literatura sobre o tema do trabalho social em habitação, encontramos que a temática tem uma chave analítica quando compreendida no contexto das contradições espaciais que, em grande medida, se explicitam pela trajetória da questão urbana no Brasil, em especial a partir da segunda metade do século XX, um período marcado por fortes expressões de desigualdades e pela segregação socioespacial, que se solidificou nas décadas seguintes. Um marco de destaque para este processo se fez a partir do regime militar e todas as implicações decorrentes do modelo autocrático burguês.

Na década de 1960 encontramos as experiências com os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop), criados em todas as regiões do país para acompanhar as cooperativas habitacionais que atendiam, através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), os trabalhadores sindicalizados, a partir de um baixo custo para a aquisição das unidades habitacionais.

Já a partir de 1975, aprovado através da Resolução de Diretoria 40/75 do BNH, o trabalho social passa a ser uma exigência dos programas habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) e Inocoop e, na década de 1980, passa a ser uma exigência também nos programas destinados à população de baixíssima renda, como o Programa

de Erradicação da Sub-habitação (Promorar), o João de Barro e o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb), incluindo os Programas de Saneamento para População de Baixa Renda (Prosanear) (Paz & Taboada, 2010).

Aqui, as experiências de trabalho social passam a incorporar objetivos que extrapolavam a administração dos programas, assim como passam a incidir, de forma mais preponderante, no desenvolvimento de ações para o fortalecimento da perspectiva de direitos sociais e cidadania aos mutuários, em busca da participação e organização comunitária dos sujeitos.

Ou seja, ações que se iniciaram antes mesmo da consolidação dos programas federais e a estruturação de repasses e uma programática de normativas e conteúdos indicados pelos órgãos de fiscalização, a exemplo da CEF ou do Banco do BB, no formato com o qual já estamos fortemente familiarizados.

Mas, assumimos, antes mesmo de qualquer formatação de política ou programa social, uma tarefa profissional junto a comunidades e grupos mais vulneráveis quando esta ação ainda estava apenas na esfera dos municípios, e mesmo pela ampliação da empregabilidade dos assistentes sociais em sua consolidação como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Pés na realidade social. Essa é a marca que carregamos como trabalhadores da área social. Como assistentes sociais, assumimos o compromisso e o diálogo com a realidade concreta e as mazelas decorrentes da correlação de forças que se estabelecem no interior do chamado “conflito capital X trabalho”.

A priori se faz necessário demarcar que os assistentes sociais⁵ tiveram presença forte e estendida nos territórios e, sobretudo, nos territórios de maior precariedade nos mais diversos espaços das cidades e do campo.

⁵ Consideramos oportuno salientar que o que se convencionou chamar de trabalho social no contexto da política habitacional pressupõe a atuação de um conjunto diverso de profissionais habilitados para essa atuação, tais como: sociólogos, psicólogos, pedagogos, assim como os próprios assistentes sociais.

Sustentamos esta premissa certos de que, sobretudo nos marcos do período mais recente, presentes nas favelas, áreas de risco ou as chamadas “áreas irregulares”, e mesmo requisitados em meio às situações de despejo, cresce todos os dias o desafio de atualizarmos nossa prática profissional, especialmente em meio às investidas de ataque brutal a toda rede de políticas públicas, ainda muito carentes de consolidação e maior volume de investimentos públicos.

Como resultado desse processo e como profissionais da área social, sempre nos coube o lugar de acesso e atuação direta com os sujeitos moradores das áreas mais pobres da cidade. Ainda que exercidos papéis ora mais ou menos conservadores, serão os diversos programas e projetos habitacionais e de urbanização instituídos a partir dessa nova quadra histórica os principais responsáveis pela ampliação de nossa chamada aos territórios e à necessidade de adequação dos municípios para a contratação/qualificação dos técnicos, assim como para a adoção de medidas que permitam o acesso aos recursos federais ou dos principais organismos internacionais que viabilizam transformações significativas nas diversas cidades brasileiras.

Essas alterações vão exigir muito dos profissionais, principalmente naqueles municípios onde não se tem um corpo técnico efetivo, onde se falta equipamentos para a realização das atividades, entre outros desafios amplamente conhecidos na área das políticas públicas.

Especificamente no DTS da Sehdu, até final de 2016, a equipe social se constituía, majoritariamente, por profissionais terceirizados, contratados por gerenciadoras selecionadas via processo licitatório. Algo importante e diferencial dessas contratações via gerenciadora social é que os técnicos contratados ficavam alocados dentro da Sehdu no próprio DTS, ou seja, realizavam suas atividades profissionais com interação total e mesmas atribuições dos funcionários de cargo efetivo, e seu contato hierárquico não se limitava aos gestores da gerenciadora social, mas à direção/coordenação direta do DTS.

Essa relação demonstra que a terceirização é utilizada pela necessidade de suprir a falta de funcionários efetivos e ampliar a capacidade de trabalho e atendimento às demandas institucionais. No entanto, o direcionamento técnico e político das ações se dá pela própria administração pública, refletindo a composição de uma equipe coesa em suas ações e parceira no trabalho interno ou mesmo nos territórios com as famílias atendidas.

Internamente e também por pressão dos órgãos fiscalizadores, o município realizou concurso público, o que alterou essa realidade de contratações. Consideramos este fato como extremamente positivo, pois o funcionário público permanece atuando no território, mantendo acúmulo e vínculo com os sujeitos e as atividades em curso, estando menos exposto ao frequente ciclo de demissões ou novos contratos, como ocorre, comumente, com os profissionais terceirizados mediante o término de recursos disponíveis para a realização de projetos específicos.

A atuação dos técnicos no DTS continua a perseguir uma linha técnica e de ampla discussão para a manutenção dos compromissos assumidos, inclusive em meio ao contexto da pandemia pela Covid-19, que se intensificou no Brasil ainda no primeiro trimestre de 2020, exigindo uma equipe ainda mais criativa em seu fazer profissional cotidiano.

A título de exemplo, podemos registrar a experiência do processo de seleção das 300 famílias para demanda do empreendimento Alemanha (FAR), ocorrido nesse mesmo contexto de pandemia, trazendo a necessidade de reformulação de metodologias da atuação profissional, considerando o contexto de trabalho remoto por parte da equipe e intervenções através de vídeos e ligações telefônicas realizadas entre os técnicos e as famílias atendidas. Ações possíveis, dado o alinhamento técnico, ético e político da atual gestão no Departamento e os técnicos que compõem as ações de trabalho social.

No entanto, não significa dizer que no cotidiano não se presencie as tentativas de retomada de algumas práticas clientelistas mediadas por pressão dos atores políticos do município, o que desafia nosso fazer

profissional diariamente, pois é nítido que os conflitos cotidianos são sentidos e o contexto de atuação da equipe precisa ser preservado e, de certo modo, protegido pelas figuras que assumem a função de coordenação/direção do departamento. Tensionamentos próprios e presentes em todos os contextos da gestão pública que demandam um consonante acordo entre toda a equipe técnica e direção, a fim de que todos se expressem nesse lugar de enfrentamento cotidiano.

Se o início da gestão bolsonarista (2019-2022) já nos indicava um cenário de acirramento dos desafios para as diversas áreas no campo das políticas públicas, enquanto ferramenta para o trabalho frente às expressões da questão social, estamos agora mais convictos de que tais desafios serão também vinculados à situação da pandemia pela Covid-19, condicionando a justificativa do governo federal de que os recursos públicos deverão ser direcionados para o enfrentamento das consequências da pandemia, dado o cenário de amplo período de isolamento social e seus rebatimentos para a economia de modo geral sobre todo o território nacional, reduzindo assim os já tão escassos recursos antes voltados para a realização de projetos e programas no campo da política habitacional e urbana.

É extremamente necessário e urgente para o andamento das atividades cotidianas do trabalho social que os trabalhadores do Serviço Social — e das demais áreas que compõem as equipes — tenham clareza de que todos os dias estão assumindo o papel de mediadores de direitos das políticas sociais e, portanto, de que necessitam adotar um “lado” nessa luta tão desigual, onde todos, inclusive os próprios trabalhadores sociais, estão no bojo dessa escassez econômica para as políticas públicas — e agora correndo, inclusive, risco de vida, dada a ampliação das condições precárias para o desenvolvimento do trabalho profissional.

Possibilidades e limites da atuação profissional evidenciadas quando tomamos o trabalho técnico social realizado pela Sehdu como um componente da política habitacional do município.

Considerações finais

Acompanhamos atônitos os vários retrocessos no campo das políticas públicas, seguindo o que foram os pouquíssimos anos de uma tentativa inconclusa de desenvolvimento de instrumentos essenciais para a consolidação da política urbana e de habitação — a se considerar, desde 2003, a criação do Ministério das Cidades, até sua extinção, em 2019, com o governo Bolsonaro.

Podemos afirmar que as expectativas para o próximo período são extremamente negativas, suscitando questionamentos sobre a mínima viabilidade política — ainda que o discurso governamental queira impor justificativa econômica — para a manutenção de projetos e programas importantes de implicação direta para a gestão das cidades e a questão urbana no Brasil.

A esta situação serão somados os discursos sobre os reflexos da pandemia e a necessidade sobre os chamados “ajustes econômicos”, mas sabemos que, em nenhuma medida, pelas decisões governamentais frente às necessidades sociais expostas ao longo desse duro cenário, estas ações estarão de fato voltadas e comprometidas com a realidade das famílias mais pobres.

Consequentemente, isso nos faz considerar que seremos levados ao acirramento da pobreza e a piores condições de vida dos trabalhadores com maiores expressões de vulnerabilidade e de violência em todas as cidades do país, principalmente com mortes da população negra e periférica, provenientes, inclusive, do fato de residirem em locais mais insalubres ou mesmo pela ausência de uma moradia que os abrigue.

Ressaltamos o desafio da ampliação da participação dos estados e municípios no que se refere à elaboração e desenvolvimento de projetos no escopo da política urbana e habitacional com propostas e soluções que resultem em baixo custo de manutenção aos moradores e, ao mesmo tempo, que incentivem a inserção e permanência das famílias na malha urbana. Inclusive pelo cenário nacional, a necessária ampliação de ações que não considerem unicamente os recursos federais.

Diante do anacronismo das políticas e os retrocessos promovidos pelo atual Presidente da República e levando em consideração a configuração da gestão da política habitacional nos municípios, que é muito diversa, se faz importante a construção do processo reflexivo sobre o trabalho social desenvolvido nos diversos territórios.

As ações vinculadas à política urbana e habitacional demandam profissionais comprometidos com uma prática consciente e direcionada à luta pelo direito à cidade, levando em consideração as lutas sociais como norte na sua atuação cotidiana.

Ainda assim, frente a outras inúmeras questões a serem apontadas sobre o tema, compreendemos como tarefa para o trabalho social o registro de suas apreensões cotidianas e o relato de experiências, considerando sua significativa relevância, já que as análises e os apontamentos realizados implicam a reflexão sobre o exercício profissional cotidiano dos profissionais da área social — em especial dos que atuam na política urbana e de habitação.

São muitos os desafios enfrentados nos espaços socio-ocupacionais para renovar a leitura destas novas realidades urbanas em transformação, que nos convocam, diariamente, a uma prática mais crítica e criativa. Demanda um trabalho com intencionalidade — com direção social — para gestar também um processo de transformação da sociedade de barbárie gerida hoje, sobretudo, pelo acirramento de experiências ultraliberais.

REFERÊNCIAS

BLANCO, Junior, Cid. *As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André*. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, 2006.

- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 2011.
- CARDOSO, Aduauto Lucio; DENALDI, Rosana (orgs). *Urbanização de favelas no Brasil: Um balanço preliminar do PAC*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2018.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- GUERRA, A. *Atlas de exclusão social de Osasco: alternativa de desenvolvimento, trabalho e inclusão*. Organizadores: Alexandre Guerra, Dulce Canuzzi, Rodrigo Coelho.
- OSASCO/SP. Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão/ Prefeitura Municipal de Osasco, 2007.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Editora Atual, 1997.
- OSASCO, Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano. *Plano Local de Habitação de Interesse Social de Osasco*. Osasco/SP: Sehdu, 2012.
- PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. Intervenções urbanas e Trabalho Social. In: *Metodologias do Trabalho Social*. ARREGUI, C. C. BLANES, D. N. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.
- PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Conceitos básicos para intervenções habitacionais. In: *Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social*. Ministério das cidades. Curso à distância, 2010.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela, do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ANNA CAROLINA GOMES HOLANDA

E-MAIL: acgholanda@gmail.com

Arquiteta e Urbanista, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará/Ufpa e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Ufpa. Arquiteta da Companhia de Habitação do Estado do Pará, Belém-Pará. Integrante da Coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-Cihab/PPGSS/Ufpa.

BRUNO ALVES DE FRANÇA

E-MAIL: bruno.seso@gmail.com

Assistente social, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ). Educador da Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

CAROLINE RODRIGUES DA SILVA

E-MAIL: cora_rs@hotmail.com

Assistente Social, doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), membro do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais (Nemos/PUC-SP) e mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/Uerj). Educadora da Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

CÍNTIA ALMEIDA FIDELIS

E-MAIL: cintia_fidelis@hotmail.com

Assistente Social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro da Mútua Cooperativa de Trabalho Social, colaboradora do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Colaboradora na Assessoria Técnica Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais. Membro da coordenação executiva do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo.

CLENIVALDA FRANÇA DOS SANTOS

E-MAIL: clenivaldafranca@uol.com.br

Assistente Social, especialista em Comunicação Popular e Comunitária (UEL-PR), Coordenadora Social – Hagaplan Engenharia e Serviço LTDA. Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC –SP), bolsista Capes e pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais.

CLEONICE DIAS DOS SANTOS HEIN

E-MAIL: kewzinhal@gmail.com

Assistente Social, mestre e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos (PUC-SP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – Nepi (PUC-SP). Atua na Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura e com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP).

DEIVISON MENDES FAUSTINO

E-MAIL: sdeivison@hotmail.com

Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Santo André, mestre em Ciências da Saúde/Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC, doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos; pós-doutorando em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de São Paulo. Integrante do Instituto Amma Pique e Negritude. Co-coordenador do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares.

FERNANDA G. CARPANELLI

E-MAIL: fernandacarpanelli@gmail.com

Assistente Social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015), doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PUC-SP). Assistente Social na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Osasco/SP junto ao Departamento de Trabalho Social Osasco/ SP.

GISELLE DE LOURDES BANGOIM SAKATAUSKAS

E-MAIL: gibangoim.gisa@gmail.com

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC-UFABC. Santana de Parnaíba-SP. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-Cihab/PPGSS/Ufpa.

ISABEL CRISTINA DA COSTA CARDOSO

E-MAIL: icostac2010@gmail.com

Assistente Social, professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica-SP e coordenadora do UrbanoSS (Grupo de estudos sobre espaço urbano, vida cotidiana e Serviço Social) da FSS/Uerj.

IVALOO GUSMÃO

E-MAIL: ivaloo.gusmao@yahoo.com.br

Assistente Social, doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais (Nemos/PUC-SP). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua na assessoria técnica aos movimentos de moradia de São Paulo. Colaboradora na Assessoria Técnica Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais.

JOANA VALENTE SANTANA

E-MAIL: joanavalente@ufpa.br; joanavalentesanana@gmail.com

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém-Pará. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-Cihab/PPGSS/Ufpa. Bolsa Produtividade em Pesquisa/CNPq. Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na Capes (2018-2022).

LÚCIA ÁGATA

E-MAIL: luciaagata@uol.com.br

Assistente Social formada pela Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, especialista na área de habitação de interesse social. Trabalhou na Prefeitura do Município de São Paulo.

MARIA DO SOCORRO RAYOL AMORAS

E-MAIL: samoras@ufpa.br; mmaria.amoras@gmail.com

Antropóloga. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social Fass/Ufpa. Doutorado em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/Ufpa). Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas- Serviço Social e Políticas Públicas (ICSA/Ufpa). Coordenadora do grupo de estudos e pesquisas Interfaces – gênero, geração, raça e etnia em contextos amazônicos. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Mulher e relações de Gênero” (Gepem/IFCH) e da Rede Interdisciplinar de Pesquisa e Diálogos no Sul Global – Rede IntegraSUL.

MÉRCIA ALVES

E-MAIL: merciaalvessilva46@gmail.com

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Ufpe (2003). Especialista em Direitos Humanos pela UFPB

(2003); especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela UFMG (2014). Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/Ufpe. Assistente Social e Educadora do coletivo político profissional SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Militante feminista do Fórum de Mulheres de PE/Articulação de Mulheres Brasileiras e da Rede de Mulheres Negras de PE.

NURIA PARDILLOS VIEIRA

E-MAIL: nuriapardillos@gmail.com

Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais (Nemos/PUC-SP) e no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Profissão (Netrab/PUC-SP). Integra equipe da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

RENATA GONÇALVES

E-MAIL: renata.goncalves25@unifesp.br

Graduada em Serviço Social pelo Institut Cardjin (Bélgica), mestre e doutora em Ciências Sociais, respectivamente, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, onde é co-coordenadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares.

ROGÉRIO SANTANA MAUÉS

E-MAIL: rogeriomaues.arq@gmail.com

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará – FAU/Ufpa. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, São Paulo-SP. Pesquisador do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos/LabHab FAUUSP e do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-Cihab/PPGSS/Ufpa.

ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ

E-MAIL: rosangpaz@gmail.com

Assistente social. Doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos/PUC-SP. Membro da coordenação executiva do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo.

ROVAINE RIBEIRO

E-MAIL: rovaïne@ufpa.br

Geógrafa, doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém-Pará. Integrante da Coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-Cihab/PPGSS/Ufpa.

SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA

E-MAIL: gayososol@yahoo.com.br

Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Professora Adjunta IV do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Ufpa. Coordena o Gesterra – Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia. Membro das redes de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e Rede Interdisciplinar de Pesquisa e Diálogos no Sul Global – Rede IntegraSUL.

SUENYA SANTOS

E-MAIL: suenyasantos@id.uff.br

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ com doutorado sanduíche pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Professora Adjunta do curso de Serviço Social da UFF/Campus de Rio das Ostras, Rio das Ostras/RJ. Coordenadora do Projeto de extensão “Semeando Agroecologia no campo e na cidade” e do Núcleo de Estudos em Agroecologia.

TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ

E-MAIL: tgdiniz@uol.com.br

Assistente social. Doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Políticas Sociais e Serviço Social (MEPSS/PPGSSPS). Membro da coordenação ampliada do GTP/ABEPSS Questões Urbanas, Agrárias e Ambientais e Serviço Social.

TUANE ROSSATTO

E-MAIL: tuanerossatto@gmail.com

Assistente Social. Mestre e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos (PUC-SP). Atualmente, atua na Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura e com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP).



1ª edição	outubro 2020
impressão	meta
papel miolo	pólen soft 80g/m ²
papel capa	cartão supremo 300g/m ²
tipografia	whitman e franklin gothic

mais agravados. Coloca em pauta o direito à cidade numa perspectiva de totalidade a partir do legado da teoria social de Marx e mostra a impossibilidade de fragmentar o urbano, o rural e o ambiental ao evidenciar que a lógica avassaladora e irracional do capital se espalha por todos os territórios e desencadeia graves consequências ambientais; ao mesmo tempo — fiel ao que é o cerne deste referencial teórico —, revela as lutas e contradições presentes neste percurso. Ao trazer as resistências daqueles que são sistematicamente excluídos do acesso à terra e à cidade, o livro nos aponta um caminho fundamental: o diálogo, respeito e articulação para com os saberes e lutas dos diversos sujeitos coletivos que resistem à opressão e à exploração neste país.

RAQUEL SANTOS SANT'ANA

ISBN 978658646424-5



9 786586 464245

O trabalho social em habitação é daqueles temas urgentes, especialmente em tempos tão difíceis para a democracia e para as políticas públicas como o que vivemos agora. Tempos em que se faz necessário atuar de forma consciente e integrada, respeitando os compromissos éticos e políticos desta área.

Este livro é um trabalho que resgata a dimensão emancipatória e de fortalecimento dos atores sociais como objetivo primeiro da atuação do trabalho social nos territórios marcados pela intervenção da política habitacional. Trabalho social entendido como parte fundamental dessa ação e estruturante para a vida das pessoas nesses locais. As autoras e autores trazem reflexão e compromisso de mudança para enfrentar as ameaças conservadoras e autoritárias sobre os territórios populares, dando-nos ferramentas para a prática profissional e militante.

EVANIZA RODRIGUES

ASSISTENTE SOCIAL E MILITANTE DA UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR